

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

VINICIUS FURQUIM DE ALMEIDA

**DAS PRATELEIRAS DA *ALCIDIANA*: OS LIVROS, A LEITURA E A ESCRITA NA
TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE ALCIDES CRUZ**

**SÃO LEOPOLDO
2018**

VINICIUS FURQUIM DE ALMEIDA

DAS PRATELEIRAS DA *ALCIDIANA*:

Os livros, a leitura e a escrita na trajetória intelectual de Alcides Cruz

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

São Leopoldo

2018

A447dAlmeida, Vinicius Furquim de.

Das prateleiras da Alcidiana : os livros, a leitura e a escrita na trajetória intelectual de Alcides Cruz / Vinicius Furquim de Almeida. – 2018.

204 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

“Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.”

1. Cruz, Alcides de Freitas, 1867-1916 – Livros e leitura. 2. Cruz, Alcides de Freitas, 1867-1916 – Biblioteca. 3. Cruz, Alcides de Freitas, 1867-1916 –

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

Vinicius Furquim de Almeida

DAS PRATELEIRAS DA *ALCIDIANA*: Os livros, a leitura e a escrita na trajetória
intelectual de Alcides Cruz

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em História, pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
Área de Concentração: Estudos Históricos
Latino-Americanos

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Eliane Cristina Deckmann Fleck – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS)

Giselle Martins Venancio – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Luiz Alberto Grijó – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Para minha mãe, uma fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Ainda que figurem no início das dissertações, teses e afins, os agradecimentos, em geral, são a última parte a que o autor se dedica em seu trabalho. No meu caso não foi diferente, e as razões são tanto de ordem organizacional, quanto do receio em acessar esta etapa textual um tanto emocionante. Rememorar tantos momentos que fizeram parte da construção do trabalho de pesquisa e redação produz nesta cabeça, agora um tanto cansada, um misto de emoções: a alegria de poder oferecer uma pequena contribuição para a discussão historiográfica; o alívio de concluir uma tarefa da qual me ocupei pelos dois mais recentes anos da minha vida; a angústia de tantas e tantas questões que perpassaram a redação desta dissertação; o medo da incompletude e da insuficiência. Enfim, um turbilhão de sensações que por vários dias assistiu o nascer e o pôr-se do sol, que viveu nos poucos metros quadrados de quartos e bibliotecas, e que, a bem da verdade, me tornou um pouco mais sisudo do que o normal. Mas, apesar da solidão da lida, não posso dizer que caminhei sozinho. Foram vários aqueles que me acompanharam, de longe ou de perto, de variadas formas, conscientes ou não. Deixando o devaneio de lado, passo, então, a agradecê-los.

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe, Elisabeth, a quem também dedico este trabalho. Esta mulher exemplar personifica o que há de melhor no mundo. É doce, tenra e miúda, mas forte, obstinada, e de uma compreensão e acolhimento que não cabem nestas linhas. Seu amparo foi fundamental.

Agradeço a Cristiane e a Júlia, minhas parentas emprestadas. Quando o barulho da vizinhança se tornava insuportável, era para a casa delas que eu fugia. Lá escrevi muitas das linhas desta dissertação. Além de agradecer muito pelo carinho, peço desculpas por consumir boa parte do café, e por durante este período de escrita ser ainda menos sociável do que o normal.

Agradeço aos meus amigos da vida, Leonardo e David. Aos dois por contribuírem na construção das minhas formas de ver o mundo já há mais de uma década. Ao primeiro por, entre uma série de supino e outra na academia, perguntar sobre a dissertação. Ao segundo por, com impertinência, lembrar-me que estou com um livro que fora alugado em seu nome. Com bastante impertinência, é importante frisar.

A universidade me ofereceu bons companheiros. De uns tempos para cá, nos chamamos de “Phebosos”. O leitor jamais saberá a razão. São eles – em ordem alfabética para não gerar hostilidades: Bárbara Darski, Henrique Hilgert, Mariana Aliatti, Marina Haack, Paloma Daudt, Thiago Magalhães e Vinicius Masseroni. Já discutimos e bebemos muito. Já os mandei embora em função do horário, e para eles já cozinhei um dos meus carreteiros pós-churrasco. O Masseroni me ajudou a pensar a metáfora da *Fuga*. A Mariana, lá das montanhas de Utah, me ajudou com a tradução do resumo. Eu os admiro e agradeço a todos, queridos “Phebosos”.

Na universidade também conheci a Giane Flores e o Marcelo Maciel da Silva, meus camaradinhas de angústias e copos. A querida Gi tem sido minha consultora para assuntos burocráticos, editora e leitora há um bom tempo. Eu devo muito à sua competência em todas estas tarefas. O Marcelo foi meu baterista. Entre uma música e outra, costumávamos compartilhar impressões sobre as nossas dissertações. Em geral, ao fim, mandávamos tudo às favas. Também admiro imensamente os dois e os agradeço pela amizade.

Lembro aqui também do Carlos Pacheco e do Matheus Bom. Dois parceiros com quem também troquei muitas experiências e materiais sobre história. Obrigado, queridos jaguarenses.

Agradeço ao meu orientador, o Paulo Moreira. Não só por me conduzir neste trabalho, mas por ser este exemplo de profissional e pessoa. Devo ao Paulo quase tudo que sei sobre a prática de pesquisa, e para mim sempre foram inspiradoras as aulas, reuniões e conversas que tivemos. O Moreira é destes mestres que ensinam sem querer, tanto por sua humildade, quanto pela dimensão de seu conhecimento. Sou sempre grato, Paulo.

Também agradeço aos professores Eliane Fleck e Luiz Alberto Grijó, membros de minha banda de qualificação, e que por suas observações foram fundamentais para os rumos deste trabalho. A professora Eliane, que me orientou no trabalho de conclusão, também figura entre os meus exemplos profissionais. Sempre atenta, com amplo conhecimento, e com leitura rigorosa, muito contribuiu em minha trajetória acadêmica. Sou muito grato.

Agradeço ao professor Cláudio Elmir, outro dos professores em que procuro me espelhar. As aulas do Cláudio foram fundamentais para o desenvolvimento das discussões que estão no terceiro capítulo desta dissertação, e suas observações sobre as temáticas desta pesquisa me abriram um verdadeiro clarão. Além disso,

nos últimos meses lhe atazanei com extensos e-mails nos quais expus minhas sinucas textuais e, sempre que possível, o Cláudio me ajudou. Fica aqui o meu sincero agradecimento, Cláudio.

À Elisa, um parágrafo de palavras diretas. Se com todos que até aqui mencionei aprendi algo, contigo aprendi a ver o mundo muito mais colorido, um pouco menos duro e bem mais apaixonado. Nos anos que compartilhamos até aqui, aprendi muito sobre as mulheres, sobre relacionamento, sobre a história, sobre o feminismo e sobre bolos de cenoura. A tua sensatez e compreensão sempre me desarmaram, e eu acho que disso tu já sabias. Muito obrigado pelo companheirismo, pelas leituras e sugestões, por misturar o teu caminho com o meu, e por esses olhos azuis que sempre insistem em sorrir. Estou com saudades.

Por fim, registro meus agradecimentos ao Conselho Nacional de Pesquisa por proporcionar os recursos financeiros que tornaram este trabalho possível; a equipe da Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS que facilitou muito minhas pesquisas no acervo; e a Vanessa Campos, responsável pelos arquivos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, que muito contribuiu para a história de Alcides Cruz.

Com os olhos marejados, paro por aqui.

Outono (com cara de verão) de 2018.

O cidadão Alcides Cruz acaba de oferecer á Bibliotheca Publica d'esta cidade 33 volumes de obras litterarias, A maior parte d'essas obras são de Alphonse Daudet e Guy de Maupassant. As outras são de Zola, Oliveira Martins, Mantegazza, Eça de Queiroz, etc.

A Federação, 26 de agosto de 1891.

Perguntamo-nos, vendo determinados livros: quem os pode ler? - Vendo determinadas pessoas: o que elas podem ler? - Então isso acaba por se embaraçar.

Jounal
André Gide

Todo ser humano necessita de um canto, não no sentido que os patrioteiros dão a essa palavra, nem tampouco no que lhe atribui a Religião, ao conferir-lhe a ideia de algum lugar no Além, mas um canto suscetível de unir solo, trabalho, amigos, repouso e ambiente espiritual num todo natural, bem organizado, num cosmo próprio. A melhor definição de tal canto é: a biblioteca.

Auto-de-fé
Elias Canetti

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre como o acervo de livros de Alcides de Freitas Cruz (1867-1916), professor e advogado negro nascido em Porto Alegre, contribuiu para a sua trajetória intelectual. Para tanto, a reflexão se ampara amplamente nos usos e representações simbólicas de sua biblioteca, bem como em sua produção textual. Dentro desta proposta, a presente pesquisa perscruta os títulos da coleção de livros daquele personagem, a *Alcidiana*, viabilizados pela descrição sumária dos mesmos em seu inventário *post mortem*, de modo a cotejar as possíveis inspirações intelectuais que contribuíram para a conformação das visões de mundo de Cruz, e que culminaram em práticas como a crítica literária e a produção historiográfica. Os usos da biblioteca também possibilitam vislumbrar os posicionamentos de Alcides Cruz em relação aos discursos sociais pautados pela racialização - aqui delimitados pelo período concernente a passagem do século XIX e XX - principalmente por conta das ideias presentes em várias das obras constituintes do acervo e pelo seu conseqüente manuseio por parte do personagem em seus textos.

Palavras-chave: Biblioteca. Trajetória Intelectual. Historiografia. Racialização. Alcides Cruz.

ABSTRACT

This work has the goal to reflect on how the book collection owned by Alcides de Freitas Cruz (1867-1916), a black professor and lawyer born in Porto Alegre, contributed to his Intellectual trajectory. In order to do that, this reflection is based on the uses and symbolic representations of his library, as well as his textual production. With this proposal, this research covers the titles of the book collection of that character, the *Alcidiana*, made available by their summary description in Cruz's *post mortem* inventory, comparing the possible Intellectual inspirations that contributed to the formation of Cruz's world visions, and that culminated in studies as the literary critics and the Historiographical production. The uses of the library also allowed a glimpse to Alcides Cruz's positioning in relation to the social discourses guided by the racialization – here delimited by the time period between the nineteenth and the twentieth century – mainly due to ideas that are present in many of the books in the collection and to their consequently handling made by the character of their texts.

Key words: Library. Intellectual trajectory. Historiography. Racialization. Alcides Cruz.

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Os <i>domínios</i> em números absolutos	73
Tabela II - Domínio Literário: autores nacionais por estados.	76
Tabela III - Domínio Literário: os portugueses.....	91
Tabela IV - Domínio Literário: autores brasileiros	92

LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AHCMPA	Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre
AHRGS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
BFDUFRGS	Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
IC	Iniciação Científica
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
IHPSP	Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro
PRR	Partido Republicano Rio-grandense
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Do móvel bordô à <i>Alcidiana</i>	15
Pensando no tema	19
Eis que se ergue um problema	23
Algumas considerações sobre a História Cultural	24
Metodologia e fontes	29
1 UMA COLEÇÃO DE SIGNIFICADOS: A BIBLIOTECA E AS LETRAS EM SEUS USOS E REPRESENTAÇÕES	33
1.1 O arquivo do mundo e o acervo pessoal: representação simbólica, razão de ser e rede de sentidos	35
1.2 Os livros, as letras e os seus detentores em terra brasilis	43
1.3 As letras no sul e as possíveis representações de Alcides e sua biblioteca	53
2 A ALCIDIANA	66
2.1 Um catálogo de intenções	68
2.1.1 Sobre a classificação.....	71
2.1.2 Quantificando a <i>Alcidiana</i>	73
2.1.2.1 Os domínios e os números.....	73
2.2 Esmiuçando os domínios	80
2.2.1 As ciências sociais	83
2.2.2 A Literatura.....	90
2.2.2.1 Os brasileiros: a literatura e a crítica <i>fin du siècle</i>	92
3 O HOMEM QUE (NÃO) QUERIA SER HISTORIADOR	100
3.1 Nas plagas do sul também se escreve sobre história	104
3.1.1 “[...] a alegria em casa de pobre dura pouco [...]”: discussões, reverências e compartilhamentos do fazer historiográfico	111
3.2 A prática historiográfica em Alcides Cruz	127
3.2.1 O historiador periódico: inserções sobre história e historiografia no jornal <i>A Federação</i>	128
3.2.2 O historiador em livros: as publicações como coroação do processo investigativo.....	139
4 A FUGA DE ALCIDES CRUZ	148

DESFECHO: UM AUTO-DE-FÉ ÀS AVESSAS.....	160
REFERÊNCIAS.....	164
APÊNDICE A – AS IMAGENS DE ALCIDES.....	178
APÊNDICE B – A <i>ALCIDIANA</i>.....	181

INTRODUÇÃO

Do móvel bordô à *Alcidiana*

Na sala de minha casa havia um móvel, um balcão, com quatro pequenas portas, em bordô. Se bem me lembro, aquele balcão fora um pequeno bar, mas, com o passar do tempo, suas peças foram sendo desmontadas, de modo que sobrara apenas a parte inferior, esta das quatro portas. Ali, sobre a peça, ficava a televisão e, ao seu lado, o portentoso videocassete de sete cabeças. Dentro do móvel – lembro-me bem – havia fitas-cassetes, revistas, um razoável número de discos compactos em vinil, e uma porção de livros. Meu pai, um operário do setor gráfico, embora contando apenas com as séries iniciais em seu currículo escolar, tinha sempre uma verdade consigo: “leia tudo que for impresso”. Assim, ao longo dos anos, os livros foram sendo acumulados em minha casa, através das compras em bancas de revistas, e mesmo por meio da assinatura da famosa iniciativa do *Círculo do Livro*, clube de assinatura de livros empreendido pela *Editora Abril*, que funcionara de meados da década de 1970 até o fim dos anos de 1990. Havia livros sobre a Segunda Guerra Mundial, sobre música, literatura de variedades e bastante coisa sobre futebol. Ainda lembro-me bem da capa de um deles, no qual o autor – que já não sei mais o nome – dizia: “o Pelé era uma farsa!”. Os livros, desta forma, acompanharam meu crescimento - ora mais próximos, ora mais afastados, mas nunca ausentes de todo – e, com o tempo, fui vendo a importância que aquele operário que pouco frequentara os bancos da escola dava à leitura, bem como seu esforço – sempre de maneira comedida – em fazer de seus filhos leitores.

Um dia, nos idos de 2007, resolvi tirar aqueles livros do móvel bordô, juntar com outros que jaziam em uma caixa fechada nos fundos de minha casa – *Os Clássicos da Literatura Universal*, outra vez da *Editora Abril* -, e montar, em um cômodo pouco aproveitado, uma biblioteca. Não tenho certeza sobre quais foram as sensações de meu pai ao tomar conhecimento dessa iniciativa, mas prefiro pensar que ele tenha se sentido realizado ou, ao menos, com a sensação de “dever cumprido”: enfim fizera apaixonado por aquelas fontes de conhecimento, os livros, um de seus filhos. Desde então, todos aqueles que transitam pela casa são “obrigados” a passar pela biblioteca, e se por um lado ela está grande o suficiente para ocupar todo o cômodo que a viu crescer, por outro, não comporta o vazio da

ausência de seu primeiro idealizador, o velho operário pouco letrado (mas de conhecimento imenso) que se foi em 2011. Mal sabia ele, entretanto, que o filho leitor iria não só dar sequência em seus planos, mas que iria também pensar e investigar a criação e a circulação de livros, bem como as advindas práticas de leitura e produção de textos. De fato, posso dizer que os tantos “causos” contados por meu pai (em sua esmagadora maioria sobre este ou aquele atacante que jogava no São Paulo nos anos 70, ou sobre às vezes em que ele viu o Pelé “massacrar” o seu tricolor paulista) e as constantes encomendas de livros fizeram efeito: a derradeira prova é o fato de que essas memórias aqui estão, abrindo este texto.

* * *

Nos anos finais de minha graduação em história, 2013 e 2014, desenvolvi uma pesquisa sobre um religioso franciscano, frei Francisco do Monte Alverne, que viveu no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX¹. Alverne chegou ao posto de pregador oficial da Coroa Portuguesa, em 1816, e mesmo durante o período imperial gozou do reconhecimento dos imperadores Pedro I e Pedro II.

Os resultados dessa pesquisa foram transmitidos em meu trabalho de conclusão de curso (TCC), intitulado *As distintas faces de um personagem: uma análise da trajetória e da produção de Francisco do Monte Alverne*, no qual faço uma reflexão sobre as possíveis perspectivas de análise da trajetória do frei, tanto do ponto de vista de sua auto-promoção como orador, quanto do reconhecimento que lhe era atribuído por uma *intelligentsia* do período. Na pesquisa, procurei analisar a produção textual do religioso, publicada em livro póstumo, além de observar algumas produções bibliográficas que tratavam da trajetória do personagem, no intuito de “medir”, dentro dos limites das fontes, como se deu a construção das representações sociais do (e sobre o) pregador Monte Alverne. Durante esta investigação, travei contato com as correntes literárias que inspiraram o personagem em suas pregações, além de ter perscrutado a própria formação de alguns cânones literários brasileiros, notadamente do romantismo nacional, uma vez que Alverne fora mentor de alguns escritores que contribuíram para o estabelecimento desta corrente literária no país, como, por exemplo, Manoel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) e Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Assim, o meu

¹Esta pesquisa foi orientada pela professora Dr.^a Eliane C. D. Fleck, a quem devo muito das reflexões desenvolvidas ao longo do TCC bem como, por extensão temática, daquelas que construo aqui.

interesse pelo tema dos produtores de textos, suas obras e as circularidades de suas ideias se deu também pelo contato que travei com a trajetória do frei Francisco do Monte Alverne, ficando desde então como área de interesse permanente em minhas leituras e pesquisas.

Concomitante ao desenvolvimento da referida investigação também participei do grupo de pesquisa coordenado pelo professor Paulo R. S. Moreira. Esta experiência me inseriu definitivamente dentro dos temas que hoje pesquiso e pelos quais tenho imenso apreço. Sendo um dos “malungos” (epíteto pelo qual os bolsistas são chamados), aprendi muito sobre a história do negro no Brasil, tanto no que tange ao período da vigência da escravidão oficial, quanto ao que diz respeito ao campo – ainda em conformação - dos estudos concernentes ao período posterior à abolição formal do sistema escravista, o chamado pós-abolição ou pós-emancipação. Nos anos em que fui bolsista de iniciação científica (IC), participei das pesquisas que investigaram a documentação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, especificamente os livros de matrículas dos enfermos para as décadas finais do século XIX, e, já nos meses finais de minha experiência como bolsista, adentrei nos documentos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre, também referentes ao período imediatamente posterior à abolição.

Neste tema, realizei a transcrição dos livros de matrícula de novos irmãos, além das atas de reuniões da mesa diretiva daquela associação, buscando um maior entendimento sobre as experiências negras de associativismo naquele recorte temporal e espacial – décadas finais do século XIX em Porto Alegre. O material que coletei serviu como fonte para o projeto de pesquisa com o qual iniciei o mestrado em história. No referido projeto, propus desenvolver uma investigação na qual a Irmandade da Conceição seria o *lócus* de análise, e que teria por objetivo a apreensão das estratégias e formas de sociabilidades das mulheres e homens negros, levando em consideração que a referida irmandade era historicamente reconhecida como local de comunhão de brancos e *pardos*². A reflexão, portanto, circundaria as discussões sobre as definições de cor no período e o decorrente manuseio destas definições dentro das representações sociais em Porto Alegre. A pesquisa, enfim, não estaria ligada ao tema da leitura e dos livros, bem como não

² Ver, por exemplo: TAVARES, 2008. Este autor não aprofunda as discussões sobre definições de cor, mas apresenta dados que caracterizam a referida irmandade como sendo de *pardos*.

perseguiria estritamente uma trajetória específica, ficando mais ligada ao levantamento prosopográfico e a eventuais trajetórias individuais.

Entretanto, ao fim do ano de 2016 me foi apresentado, por intermédio do professor Paulo Moreira, a figura de Alcides de Freitas Cruz (1867-1916): homem negro, republicano, professor/fundador da Faculdade de Direito de Porto Alegre, escritor e leitor.

A possibilidade de trabalhar com este personagem muito me interessou, especialmente pela conjunção dos temas, isto é, pela possibilidade de analisar a trajetória de um indivíduo produtor e leitor de textos, algo com o que eu já havia me ocupado em meu TCC, e também por, ao mesmo tempo, poder permanecer no campo de pesquisa sobre os negros no Rio Grande do Sul. Alcides Cruz, de fato, congregou ainda mais: a possibilidade de trazer à tona um sujeito histórico negro e produtor de conhecimento, nos moldes dos clássicos polímatas Oitocentistas com que tanto nos deparamos especialmente quando estudamos a segunda metade desta centúria. Dessa forma, mergulhei no universo “alcideano”, e travei conhecimento com seus textos historiográficos, jornalísticos e jurídicos. Além disso, tive acesso ao inventário *post-mortem* do personagem, e, ali, me deparei com o que se tornaria o objeto principal desta dissertação, qual seja, a biblioteca de Alcides Cruz ou a *Alcidiana*. No arrolamento dos bens de Alcides foi possível conhecer nominalmente a maioria dos títulos que compunham o acervo deste bibliófilo e, a partir desta lista, um mundo de possibilidades analíticas se abriu.

Doravante, uma série de descobertas foi sendo feita sobre a atuação do personagem na vida política e social da capital gaúcha e, além disso, felizes coincidências contribuíram para o desenvolvimento desta investigação. Uma delas foi o interesse simultâneo que a figura de Cruz despertou nos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), especialmente na pessoa da responsável pelo Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), Vanessa Campos Gomes, figura que foi fundamental na localização e publicação de documentos sobre Alcides Cruz, muitos dos quais utilizados aqui. Assim, nos capítulos a seguir, o que estava esquecido nas páginas do jornal republicano *A Federação*, bem como nos empoeirados livros e pastas dos arquivos públicos de Porto Alegre, agora estão vasculhados para, de certa forma, reviver o professor e escritor negro Alcides de Freitas Cruz.

Pensando no tema

Se inicialmente imaginei trabalhar com trajetórias, depois de me deparar com a biblioteca de Alcides passei a considerar também a reflexão sobre a acumulação de livros como prática sociocultural. Assim, considero que esta dissertação transite por mais de um tema e os aborde simultaneamente. Conforme apontei acima, são caros a esta pesquisa os temas das estratégias de mobilidade da população negra e a circulação, produção, acumulação e utilização dos livros. Entretanto, ao longo da investigação, percebi várias faces de um mesmo sujeito histórico e, neste caso, também me despertou interesse os textos historiográficos que foram escritos por Cruz, de maneira que este passou a ser outro tema de interesse dentro do espectro maior do texto como produção autoral. Os capítulos desta dissertação pretendem demonstrar estas variações temáticas que, mesmo múltiplas, locupletam-se: ao tratar da circulação e do cenário livresco no século XIX, palmilhei caminhos que me levaram a observar as formas de distinção social, a legitimação de conhecimentos através de instituições, a inserção educacional como meio de ascensão social, a utilização de autores como respaldo intelectual e os “manejos” sociais da cor pelos agentes históricos. Além disso, como o leitor terá a oportunidade de constatar, refleti amplamente sobre as representações da biblioteca como símbolo cultural caminhando sobre trilhas que me conduziram ao entendimento das *razões de ser* da biblioteca.

De forma geral, procuro tratar aqui de práticas culturais empreendidas por um indivíduo, notadamente aquelas concernentes ao manuseio das letras e dos acessos ao universo livresco, que se desdobraram em implicações sociais definidoras dos lugares ocupados por ele em um arranjo social hierarquizado a partir de critérios pautados em configurações políticas, econômicas e, amplamente, raciais. Isso tudo sob o céu da Porto Alegre das décadas finais do século XIX, cidade de contrastes e que inseria-se na dinâmica nacional das exclusões pautadas na cor³.

A biblioteca de Alcides aqui é, portanto, uma porta de acesso a um universo simbólico amplo, no qual as representações sociais se constroem em grande medida

³ A historiadora Sandra Pesavento, ao analisar o estabelecimento da geografia da exclusão em Porto Alegre no século XIX, salienta: “Logo, a construção da cidadania idealizada é perpassada pelo recorte da cor. Não que isso seja necessariamente expresso ou dito de forma explícita, mas é no contraponto da cidadania - na exclusão, portanto - que vamos poder defini-la. Retornamos, pois, à retórica da alteridade, vendo que é na enunciação do outro que se viabiliza a percepção do *eu*.” (PESAVENTO, 2001, p. 16).

baseadas nos domínios das letras, algo como um jogo de impressões onde o objeto de disputa é o lugar que os sujeitos almejam ocupar no mundo. Essa temática se baseia também na metáfora criada pela historiadora Giselle Venâncio (2015), que ao analisar a biblioteca do escritor Oliveira Vianna, pensou na criação do acervo livresco e arquivístico através da dicotomia do *espelho* e da *máscara*: um espelho porque refletia aquilo que se era – ao menos aquilo que era constatável; uma máscara porque expunha aquilo que se desejava mostrar ao mundo. Pensar na biblioteca de um sujeito histórico é, portanto, olhar para as diversas vertentes do pensamento de um período, em uma dinâmica de ver-se e ser visto. Através dos usos da biblioteca, viso traçar um perfil intelectual de Alcides. Perfil este que inevitavelmente oferecerá ao leitor notas biográficas de quem, vez por outra, será chamado de *nosso personagem*. Antes de ser fruto da paixão, a alcunha não é nada mais do que fruto da proximidade diária com este agente histórico, e também prática de um pesquisador que aprendeu a enxergar a dimensão humana que emerge do muitas vezes gélido mar de documentos pelo qual a pesquisa histórica tem de navegar. Já disse Ângela de Castro Gomes (1998, p. 126), refletindo sobre a necessidade de encontrar vida nas folhas mortas, que se trata fundamentalmente de “dar vida à história: dar cor e sangue aos acontecimentos, que não ‘acontecem’ naturalmente, mas são produzidos por homens reais, quer das elites, quer do povo”. É por isso que, nas páginas que seguem, o leitor encontrará tanto o protagonista quanto os seus coadjuvantes eventualmente tratados por seus primeiros nomes.

Utilizar o acervo de Alcides Cruz nesta análise é, a partir de então, cotejar as tantas ideias que podem ter contribuído na construção do *espelho* e da *máscara* de um homem negro em um período de profundas incertezas como aquele no qual a população negra foi “redimida” por uma legislação imperial que pouco – ou nada – tinha de redentora.

Cabem aqui ainda algumas palavras sobre o tema e o protagonista desta dissertação no que se refere às suas menções na produção historiográfica. Após a morte de Alcides de Freitas Cruz, ao longo da primeira metade do século XX, poucas foram as menções sobre sua trajetória e, quando feitas, em geral o foram em tom sumário, configuradas em rápidas notas biográficas. O nome de Cruz aparece sem maiores informações, sendo utilizado mais como referência para determinados temas, em especial aqueles voltados para a história do Rio Grande do Sul. É o caso das menções que encontrei em autores clássicos da produção historiográfica sul-rio-

grandense de meados do século, como Moysés Vellinho (1970 [1964]), Guilhermino César (1979 [1956]; 1971 [1955]) e Manoelito de Ornellas (1966). Nos três casos, os autores utilizam algum texto de Alcides para a construção de sua argumentação – notadamente *Vida de Raphael Pinto Bandeira* (1906) - sem, no entanto, desenvolver maiores críticas ao autor ou a obra. No livro de Ornellas, Cruz aparece em um texto no qual a obra de outro autor, Joaquim Gomes de Campos Junior, é analisada, sendo a citação apenas a reprodução de uma crítica feita por Campos Junior a Alcides, em 1908 (ORNELLAS, 1966, p. 45). As menções feitas por César são as que trazem um pouco mais de informações envolvendo Cruz, e foram feitas em duas obras, *História do Rio Grande do Sul: período colonial* e *Historia da Literatura do Rio Grande do Sul*. Na primeira, César cita tanto *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, quanto às pesquisas empreendidas por Cruz sobre o Forte de Santa Tecla, e que foram divulgadas em texto de 1917⁴ (CÉSAR, 1979 [1956], p. 181; 183; 199). Na segunda, há duas indicações que situam, dentro do panorama mais amplo da produção regional, a atividade de Alcides tanto no campo da produção de textos históricos⁵, quanto em sua atuação na crítica literária⁶.

Em 1999, o historiador Augusto da Silva defendeu sua dissertação de mestrado no PPGH da UFRGS, na qual abordava o personagem Raphael Pinto Bandeira. Uma das principais fontes biográficas utilizadas por Silva foi a já citada biografia produzida por Alcides. Silva, contudo, também não se aprofundou sobre o autor, resumindo-se, neste aspecto, a indicar outra das notas biográficas produzidas sobre Cruz, aquela de Ari Martins, presente na obra *Escritores do Rio Grande do Sul* (1978) (SILVA, 1999, p.18).

É do ano 2000 uma das mais substanciais referências a Alcides, a nota biográfica escrita por João Pedro dos Santos e que compõe, junto com outras, o livro *A Faculdade de Direito de Porto Alegre: subsídios para a história*, obra que, embora

⁴ O texto original foi publicado sob o título *O Antigo Forte de Santa Tecla* na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, por ocasião do Primeiro Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro em 1917; entretanto, é possível encontrar o referido texto em CRUZ, 2017a, p.109-113.

⁵ “Nos fins do século começaram a aparecer os primeiros de dois historiadores verdadeiramente dignos deste nome – Alfredo Ferreira Rodrigues (1865-1942), e Alcides Cruz (1867-1916) [...]” (CÉSAR, 1971 [1955], p. 369).

⁶ “Nesse momento de exaltação [Levante Federalista], o novo século pode contemplar, atuando nos quadros literários rio-grandenses, muitas figuras, já consagradas: Damasceno Vieira, Fontoura Xavier, Múcio Teixeira, Aquiles Porto Alegre, Mário de Artagão, na poesia; Alfredo Varela, José Arthur Montenegro, Assis Brasil, Graciano Alves de Azambuja, Alcides Cruz, Alfredo Ferreira Rodrigues, Carlos Maximiano, Alcides Maya, José Bernardino Bormann, na historiografia e no ensaio [...]” (CÉSAR, 1971 [1955], p. 392).

tenha sido escrita originalmente em 1975, foi revista e ampliada para a edição mencionada. No texto, Santos traça um histórico do personagem, e noticia também sobre sua atividade como escritor. Apesar de seu valor para essa dissertação, a nota não é, contudo, um estudo aprofundado⁷. Alguns anos depois, em 2003, Sergio da Costa Franco também mencionava Alcides Cruz em um artigo no qual tratava de escritores envolvidos na política no período denominado por ele de “castilhismo-borgismo”. A referência, a exemplo das demais aqui citadas, resumiu-se a uma rápida frase: “também representante estadual do PRR, foi jurista de mérito, autor de obras históricas e jurídicas” (FRANCO, 2003, p. 266).

Mais de uma década decorreu desde a publicação do texto de Franco para que Alcides fosse mencionado novamente. Em 2016, o historiador Ênio Grigio defendeu sua tese de doutorado no PPGH da UNISINOS, estudando a comunidade negra e a Irmandade do Rosário da cidade de Santa Maria. No texto, Grigio narra a história de um de seus personagens que, tendo sofrido ofensas racistas, recorreu a um texto de Alcides Cruz para se defender (GRIGIO, 2016, p. 199). Para esclarecer ao leitor de quem era o texto que inspirou seu personagem, Grigio destinou uma nota de rodapé com informações sumárias sobre Cruz.

Também neste ano o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul publicou o texto *Homenagem a Alcides Cruz no centenário de sua morte*, no qual trazia diversas informações biográficas e que se tornou uma rica fonte de pesquisa. Este texto fez parte da iniciativa daquela instituição de resgate da trajetória de Cruz, e que culminou com a publicação, em 2017, da obra *Parlamentares Gaúchos: Alcides Cruz*, título que compõe a *Série Perfis*, de responsabilidade da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Na referida obra, existem vários capítulos que abordam diversos segmentos da atividade de Alcides, com o destaque para o importante texto *“Evitar o circunlóquio e chamar-me pelo que sou mulato ou negro”*: *o professor e deputado Alcides de Freitas Cruz (1867-1916)*, de autoria dos historiadores Paulo Roberto Staudt Moreira e Vanessa Gomes de Campos. A pesquisa destes dois historiadores proporcionou um verdadeiro “mergulho” na história da família de Alcides, bem como em seu ambiente social e em suas práticas culturais. Como não poderia ser diferente, tal texto muito contribuiu para esta

⁷ Creio que existam ainda outras notas sobre Alcides que façam parte de compilações político-literárias regionais e que, infelizmente, não pude conhecer. Entretanto, é provável que, se existirem, não apresentem maiores problematizações sobre a trajetória do personagem, principalmente por não o abordarem como o principal tema de pesquisa.

pesquisa, oferecendo caminhos que aqui se tornaram verdadeiras “avenidas principais”.

O exemplo máximo da contribuição do texto de Moreira e Campos é, de fato, o tema desta dissertação, a biblioteca de Alcides Cruz, que, embora abordado pelos autores, aqui ganhou contornos inéditos. É bem verdade que não é a pretensão deste trabalho fazer uma reconstrução biográfica, mas, no entanto, diversas passagens da vida de Alcides serão aqui evocadas *a partir das prateleiras de sua biblioteca*, no intuito de complexificar uma história que até bem pouco tempo atrás se resumiu a pequenas notas.

Eis que se ergue um problema

Levando em consideração o que foi dito até aqui, tenho por objetivo nesta investigação analisar fragmentos da trajetória de Alcides de Freitas Cruz *a partir de sua ambientação intelectual* (leituras, diálogos e escrita), visando à compreensão dos caminhos pelos quais este agente histórico desempenhou suas atividades literárias e historiográficas no meio social porto-alegrense, bem como, em menor medida, refletir sobre sua projeção social naquela sociedade do final do século XIX e início do XX. Para tanto, o questionamento principal é: quais os significados da acumulação de livros e da produção intelectual dentro na trajetória de Alcides Cruz, homem negro e oriundo de família economicamente pouco abastada, no cenário *político-intelectual* de Porto Alegre no período que compreende as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX?

É importante salientar que a dimensão do *ver/perceber* emoldura a problemática, e está intimamente ligado ao *posicionar-se*, uma vez que os agentes históricos nem sempre legam clara e sumariamente suas visões de mundo, ficando a cargo do pesquisador a criação de categorias interpretativas para identificar quais eram essas visões⁸. Por isso, é provável que a resposta da pergunta proposta esteja na posição social efetivamente ocupada pelos agentes históricos, bem como naquelas que eventualmente lhes foram tolhidas ou impedidas de ocupar.

⁸ Quero dizer com isso que, se não nos é dado uma imagem clara do que pensava um sujeito histórico, talvez um caminho frutífero para a análise seja observar o perfil sócio-político dos locais por onde este transitava, bem como as instituições do qual fez parte.

Algumas considerações sobre a História Cultural

A reflexão sobre as práticas de leitura, de escrita e da circulação de textos - de livros propriamente ditos - e de seus usos no âmbito social se insere no campo historiográfico da chamada *História Cultural*. Neste terreno epistemológico os fenômenos sociais são concebidos fundamentalmente pelas representações culturais perceptíveis aos homens e mulheres que, em um jogo de trocas simbólicas, atribuem significados a sua própria existência dentro do complexo social ou, nas palavras mais simples do historiador inglês Peter Burke (2005, p. 10): “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações”⁹.

De acordo com o historiador francês Roger Chartier (1992 [1982]), em seu clássico estudo sobre o tema, esta abordagem tem por principal objetivo:

[...] Identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis, consoante às classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 1992[1982], p. 16-7).

Observar as práticas culturais de uma dada sociedade, seja em sua configuração grupal ou em sua redução individual, requer o zelo para com as particularidades do momento histórico, bem como para com a conformação dos arranjos sociais implicados na análise, de maneira que a *História Cultural* não pode ser dissociada, em uma investigação como a que proponho aqui, de uma atenta mirada social. Por esse motivo, se tanto parece equivocado abordar a seara cultural apartada daquela do social, parece também pouco acertado diminuir as interpretações que se vinculam aos preceitos da *História Cultural* sob a justificativa de que a dimensão cultural estaria diminuta diante da *História Social* que se

⁹ A referida obra de Burke oferece uma boa visão de conjunto sobre a *Historia Cultural*, tanto em sua materialização em pesquisas praticadas em diversos países, quanto sobre suas dimensões teóricas e problemáticas. Sugiro especialmente a leitura dos capítulos II e IV. Para uma inserção nas tradições historiográficas que conformam a chamada *Nova História Cultural*, bem como para a reflexão sobre alguns conceitos amplamente utilizados no campo, sugiro a leitura de BARROS, 2011.

desenvolveu a partir de meados do século XX dentro da epistemologia historiográfica¹⁰. Não há como abordar uma sem implicitamente tratar da outra e, para efeitos de análise, as duas dimensões estão, aqui em pé de igualdade, uma vez que considero fundamental a perspectiva lançada ainda na primeira metade do século passado pelo filósofo alemão Ernst Cassirer, aquela da dimensão simbólica¹¹. Para o pensador, o homem, ao estipular a linguagem¹² como meio fundamental de explicação do mundo, pode desenvolver abstrações¹³ – aqui entendidas como representações do passado, do presente e, principalmente, do futuro – e, assim, criar símbolos que contribuíssem na compreensão de sua existência. A dimensão simbólica, assim, fundamentou o desenvolvimento de ritos e práticas representativas, configurando formas culturais nas quais o real tornou-se sensível, para além do mundo material. Para Cassirer:

[...] não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece. O homem não pode mais confrontar-se com a realidade imediatamente; não pode vê-la, por assim dizer, frente a frente. A realidade física parece recuar em proporção ao avanço da atividade simbólica do homem. (CASSIRER, 1994 [1944], p. 48)

Ao significar o que é fisicamente perceptível, o humano opera um processo de representação da realidade e, assim, a partir do campo destas abstrações significantes, pode efetivamente fixar o mundo físico¹⁴ e potencialmente transformá-

¹⁰ Sobre a chamada *História Social* ver PETERSEN; LOVATO, 2013; especificamente a primeira parte, p.107-203. Ver também PROST, 2014. Especialmente o capítulo X. Ver também a proposição clássica em que a História Social é problematizada a partir da incursão das reflexões oriundas da antropologia e a consequente amplitude do campo em THOMPSON, 2001 [1977], p. 227-269.

¹¹ Ver CASSIRER, 1994 [1944]. Ver também aquela que é considerada a principal obra do filósofo, *Filosofia das formas simbólicas*, publicadas em três volumes, no início da década de 1920, Cf. CASSIRER, 1985 [1923]. Volume I (el lenguaje); outra obra cujo conteúdo contribui para a compreensão das ideias do autor é *Essencia y efecto del concepto de símbolo* (1989 [1956]).

¹² Para ele, “o *Logos* torna-se o princípio do universo e o primeiro princípio do conhecimento humano” (CASSIRER, 1994 [1944], p.184).

¹³ O filósofo argumenta que “não imediatamente, mas por um processo muito complexo e difícil de pensamento, ele [o homem] chega à ideia do *espacio abstracto* – ideia esta que lhe abre o caminho não só para um novo campo de conhecimento, como também para uma direção inteiramente nova em sua vida cultural” (CASSIRER, 1994 [1944], p. 76).

¹⁴ Para ilustrar o impasse entre simbolizar um conteúdo da consciência e fixá-lo, mas ao mesmo tempo significá-lo e mantê-lo em fluxo constante, o autor utiliza do fenômeno da linguagem. Ao atribuir um som a um objeto do mundo que o cerca, o homem dá um caráter subjetivo e objetivo ao mesmo tempo. Cassirer propõe, então, que não há uma separação destas dimensões, embora haja limites definidos para elas. A linguagem, assim, faria uma síntese dos campos objetivo e subjetivo,

lo. Neste sentido, o autor sugere que “é o pensamento simbólico que supera a inércia natural do homem e lhe confere uma nova capacidade, a capacidade de reformular constantemente o seu universo humano” (CASSIRER, 1994[1944], p.104). A dimensão social está, nesta perspectiva, condicionada pelo universo simbólico que se materializa através das práticas culturais.

Sobre a aproximação das perspectivas, a historiadora italiana Simone Cerutti (2008) salienta que, ao estabelecer uma distância entre a dinâmica do social e do cultural, o pesquisador põe em cheque a capacidade de perceber, em uma escala reduzida de análise, as práticas cotidianas dos grupos sociais, especialmente aquelas que destoam do que dizem os ordenamentos e códigos de conduta. Metaforicamente, seria como cortar a ligação natural entre a cabeça e o ventre, separando partes do sujeito que são complementares. Em sua análise, Cerutti apresenta resultados de uma investigação que problematizou a aplicabilidade das leis e a relação entre as legislações oficiais e as práticas cotidianas na região italiana do Piemonte, na primeira metade do século XVIII, concluindo que na resolução dos litígios populares, havia uma composição de pensamentos sobre a lei e o homem, que misturava o direito natural e os preceitos de empirismo de Francis Bacon. Através desta peculiar apropriação, a burocracia e o formalismo do direito vigente para o período cediam lugar a uma forma cultural particular de resolução de conflitos. Em sua argumentação, a historiadora sustenta:

A análise detalhada do funcionamento do processo, assim como da reconstituição dos interesses (não só econômicos) dos diferentes protagonistas implicados (o público do tribunal, assim como os homens da lei e os magistrados) foram tanto quanto as operações essenciais *para compreender não só unicamente o uso que foi feito de uma tradição cultural, mais também a maneira na qual ela foi recriada*. De fato, ao curso destes anos, o jus naturalismo escolástico se entrelaçou com outras tradições culturais, nas quais a aproximação parecia altamente improvável ao historiador das ideias. [...] Assim, e de uma maneira imprevista, o pensamento escolástico e o empirismo baconiano se flanquearam na criação de uma "tradição cultural" da qual não se teria encontrado nenhum traço nas obras do pensamento jurídico. Um contexto político e social particular (composto pela vontade de um grande número de homens e mulheres de apresentar seus próprios casos na justiça e de resolver seus litígios "brevemente", "sem o barulho" dos advogados, assim como sem as lutas internas da comunidade dos homens de lei

tocando nos dois pontos através de um só meio simbólico, que proporcionaria o estabelecimento do “eu” e do mundo que o cerca. Ver CASSIRER, 1985 [1923], p.35 et. seq.

conduziu a criação de *uma tradição cultural específica*. (CERUTTI, 2008, p.164-5. Grifos meus) ¹⁵

O estudo das práticas culturais, desse modo, e das representações simbólicas perceptíveis no cotidiano dos homens e mulheres que conformam o espaço social, revela uma trama mais complexa das relações dos agentes históricos com o mundo, uma relação de criação, de manutenção e de intercâmbio, de maneira que a própria sagacidade criadora das práticas culturais proporciona novas formas de representação e de ressignificação. Uma vez mais sobre o caso citado acima, Cerutti conclui que “não somos confrontados com uma forma de manipulação de fontes culturais já existentes, nem com simples operações de bricolagem de ideias pensadas por outros. O entrelaçamento da ação e das legitimações produziu uma forma *cultural autenticamente original*” (CERUTTI, 2008, p.165)¹⁶.

Na mesma direção, o historiador francês Antoine Prost (1997) discorre sobre as proximidades entre essas duas abordagens historiográficas, sugerindo que a análise cultural empreendida pelo historiador vem de longa data, sendo encontrada mesmo na *Escola dos Annales*, lugar da *História Social* por excelência, e que por algumas décadas, especialmente a partir da iniciativa do historiador Ernest Labrousse, as dimensões culturais dos estudos históricos ficaram submetidas às perspectivas classistas de dominação, justificando-as e fundamentando esta dinâmica (PROST, 1997, p. 135). De acordo com Prost, “a cultura não era verdadeiramente integrada na síntese histórica, senão sob a forma de uma dependência, de uma tradução ou de uma inculcação ao benefício da classe dirigente” (PROST, 1997, p. 135). Entretanto, o autor apresenta uma série de

¹⁵ Os excertos escritos em língua estrangeira serão livremente traduzidos, salvo para o caso em que os mesmos forem escritos em espanhol.

¹⁶ Falando sobre o momento de crise paradigmática no campo da história, na segunda metade do século XX, Roger Chartier já salientava que o modelo socialmente hierarquizado, teoricamente pré-concebido, não parecia oferecer mais bases sólidas para a análise do mundo social: “enfim, renunciando a primazia tirânica do recorte social para explicar as distâncias culturais, a história em seus últimos desenvolvimentos mostrou, conjuntamente, que é impossível de qualificar os motivos, os objetos ou as práticas culturais em termos imediatamente sociológicos e que sua distribuição e seus usos em uma dada sociedade não se organizam necessariamente segundo as divisões sociais prévias, identificadas a partir das diferenças de estado e de fortuna. Daí as perspectivas novas abertas para pensar outros modos de articulação entre as ações ou as práticas e o mundo social, sensíveis por sua vez a pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e a diversidade dos empregos de materiais ou de códigos compartilhados” (CHARTIER, 1989, p.1508-9). Essas novas perspectivas, assim, passaram a proporcionar uma abordagem dos objetos e das manifestações culturais como forma de interpretar a sociedade, conforme as perguntas feitas pelo historiador, uma vez que, ainda conforme Chartier: “não existem nem práticas nem estruturas que não sejam produzidas por representações, contraditórias ou afrontosas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o seu” (CHARTIER, op. cit., p. 1508).

estudos realizados por seus pares ao longo da segunda metade do século XX – e por ele próprio -, sugerindo que, mesmo dentro dos temas caros aos estudos mais estruturalistas, como o da “classe trabalhadora”, as perspectivas das práticas culturais passaram a ter mais importância. Para este historiador, a separação entre estas duas dimensões resulta em uma mutilação interpretativa, uma vez que os grupos só se identificam através das representações culturais e que, uma vez abandonada a ideia de uma linha evolutiva e com fim definido para a história, peculiar a uma visão de um marxismo rígido¹⁷, ficou evidente ao historiador o caráter transitório e cambiante das relações dos indivíduos e dos grupos, de maneira que a história, concebida por ele como fundamentalmente social, precisa observar as dinâmicas particulares e ocasionais das práticas. Embora considere possível a compreensão de uma realidade total para a história¹⁸, a reflexão de Prost é importante para a discussão aqui apresentada, especialmente por representar a visão de um historiador que pode vivenciar tanto as interpretações mais conjunturais da história, quanto daquelas que romperam as estruturas e trouxeram a reflexão historiográfica para o campo das individualidades e da *Nova História* ¹⁹.

Como se vê ao termo desta reflexão, eu hesitaria de instituir a história cultural em domínio inteiramente autônomo. Porque ela não é senão a história dos grupos, das coletividades - quer elas sejam religiosas, étnicas, sociais, nacionais ou outras, pouco importa – toda história é social. Bloch e Febvre o disseram admiravelmente, muito depois de outros - incluindo Seignobos, e antes dele Fustel e outros. Mas os grupos não têm identidade nas diferenças com outros grupos

¹⁷ O historiador Maurizio Gribaudi, analisando a consolidação da abordagem historiográfica peculiar à micro-história italiana, faz uma retrospectiva do contexto histórico de surgimento desta tendência, e salienta que historiadores como Giovanni Levi e Edoardo Grendi propuseram uma nova observação para a dinâmica passado-presente, levando em consideração, então, a complexidade das relações sociais e a impossibilidade de reduzir a história humana em mecanismos lineares e teleológicos propostos por uma historiografia politicamente vinculada aos modelos rígidos do marxismo. Segundo ele: “A micro-história se opunha a uma visão dos processos históricos que pareciam determinados por leis impessoais e finalizadas pela construção progressiva do presente no qual está inscrito o observador, e portanto, também à ideia de um presente entendido como modernidade, como último aperfeiçoamento, última etapa no caminho do progresso social”. Ver GRIBAUDI, 2016. p.35.

¹⁸ O debate sobre o caráter totalizante da história ainda é vivo nos meios acadêmicos, tendo no historiador francês François Dosse um de seus principais fomentadores. Dosse realizou uma crítica à chamada terceira geração dos Annales, por um eventual abandono à história central, transformadora e renovada do ponto de vista teórico, e a conseqüente fragmentação das abordagens historiográficas, então reverentes da multiplicidade de novos objetos e tributária - e tão somente - da história narrativa. A história total reivindicaria a presença das mais variadas dimensões da vida humana na investigação histórica, e não comportaria, assim, as histórias fragmentadas em áreas sociais, como a econômica, cultural, ambiental ect. Ver DOSSE, 1992.

¹⁹ Sobre a chamada *Nova História*, ver NOVAIS; SILVA, 2011. Nesta antologia de textos exponenciais sobre a tendência historiográfica em questão, há um extenso prefácio introdutório elaborado pelos organizadores que, além de expor as principais ideias do movimento, faz também uma crítica - por vezes contundente - à algumas premissas teórico-metodológicas.

senão por e nos conjuntos de representações; toda a história social um pouco ambiciosa e inquieta de apreender o real em sua totalidade deve, então, fazer também história cultural. As separações, úteis por vezes de um ponto de vista metodológico, são sempre mutilações. Se nós devemos renunciar ao sonho de uma história cumulativa, que nos entregaria um quadro definitivo da evolução da humanidade, das origens aos nossos dias, pois nós sabemos que os interesses se deslocam e que as questões colocadas à história não cessam de mudar, nós não devemos renunciar a esta história total que ata em um só conjunto os aspectos múltiplos e solidários de uma mesma realidade, porque isso seria renunciar a compreensão. Toda a história é a um só tempo e indissociavelmente social e cultural. (PROST, 1997, p. 147).

Uma vez estabelecida a intencionalidade de se trabalhar aqui a partir da perspectiva da *História Cultural*, bem como assentada as diretrizes principais do que se concebe como tal, caminhemos agora para um desdobramento definidor nesta investigação, isto é, as práticas de leitura e o universo simbólico do *livro*. Para tanto, parece interessante desenvolvermos a reflexão sobre o desenvolvimento de um domínio das letras, bem como sobre o estabelecimento das formas de distinção advindas desta prática. A intenção aqui não é historicizar a cultura da escrita desde seu surgimento, uma vez que uma investigação desta amplitude extrapolaria os limites desta pesquisa. O que se pretende aqui é discutir sobre o simbolismo deste universo envolto em letras, especialmente aquele do Oitocentos e de seus desdobramentos ao sul do Brasil, e eventualmente em períodos anteriores, de maneira que possamos observar o ambiente cultural do qual faz parte nosso personagem, Alcides Cruz.

Metodologia e fontes

Com relação ao *fazer* historiográfico, baseio-me nas perspectivas lançadas pela chamada micro-história, especialmente no que toca ao olhar em escala reduzida, através do qual o pesquisador vai até o *rés-do-chão* para observar as práticas dos agentes históricos em suas peculiaridades cotidianas (REVEL, 2000), sempre considerando as conexões possíveis que estes fragmentos da história têm com os eventos e sistemas explicativos mais gerais. Além disso, me são caras as proposições que sugerem uma retomada do poder narrativo do historiador, que, levando em consideração o público leitor, deve fazer de seu texto algo que extrapole os muros acadêmicos.

Outra das lições importantes dos micro-historiadores aqui adotada é aquela que propõe uma mirada mais ampla no que tange as disciplinas “irmãs” da história, como, por exemplo, a sociologia, no intuito de permitir que a reflexão interpretativa possa caminhar por veredas mais prolíficas do que aquelas encerradas em um terreno historiográfico hermético. Um exemplo desta multidisciplinaridade é a constante presença da literatura nesta investigação, especialmente por conta de um dos temas principais desta pesquisa, as práticas de leitura. Assim, é fundamental perceber a pesquisa histórica em constante comunicação com outras áreas do conhecimento, e os intentos metodológicos aqui navegarão por estes mares.

Um dos desafios metodológicos a ser enfrentado nesta investigação terá lugar quando da análise mais acurada das obras presentes na biblioteca de Alcides Cruz. Se por um lado temos a *benesse* de ter os livros elencados sumariamente, por outro emerge a questão: quais foram, de fato, aqueles lidos por Alcides? Uma das possíveis saídas que encontrei para solucionar este problema – talvez a mais óbvia – foi a de perscrutar os escritos de Cruz e neles identificar citações diretas. Além disso, como verá o leitor, outra das formas de constatar eventuais leituras ou, ao menos, manuseio de determinadas obras e ideias presentes na *Alcidiana* foi a imersão em obras que, em seu tempo, foram desdobramentos de outras. Isso acontece, por exemplo, com as teorias do evolucionismo e do positivismo, que se não foram diretamente citadas por Alcides, ao menos estavam presentes em suas leituras a partir de outros autores por ele lidos.

Como salientei aqui, pretendo discorrer sobre momentos da trajetória de Alcides Cruz, visando as práticas culturais conformadas nas suas atividades intelectuais. Para isso, utilizarei como fontes:

- Biblioteca pessoal do personagem, conformada em mais de 740 títulos;
- Obras autorais, como os livros historiográficos *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, publicado em 1906, e *Epitome da Guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata*, publicado em 1907, além de textos com abordagens históricas e de crítica literária veiculados na imprensa, e que foram compilados pelo IHGRGS ²⁰;
- Fontes jornalísticas, especialmente o jornal oficial do Partido Republicano Rio-grandense, *A Federação*, por ter contado com Alcides em seu corpo

²⁰ Ver CRUZ, Alcides. 2017a e 2017b

editorial e por trazer informações de vários períodos da vida do personagem; Além do jornal republicano, lanço mão de outros periódicos para, eventualmente, mencionar algumas notas sobre o personagem ou para referenciar sua produção autoral, como é o caso do anual *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul*;

- Registros documentais civis custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, notadamente os inventários *post-mortem* de Alcides Cruz e de sua esposa, Severiana Pereira da Cruz.
- Correspondências custodiadas pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS.

* * *

Esta dissertação está dividida em três capítulos e um epílogo.

No primeiro deles, *Uma coleção de significados: a biblioteca e as letras em seus usos e representações*, o leitor vai se deparar com a biblioteca refletida a partir de sua dimensão simbólica, conformada como representação social e entendida a partir de suas *razões de ser*. Também é nele que exponho o cenário das letras e dos livros no Brasil notadamente a partir da segunda metade do século XIX. Em sua parte final, o capítulo apresenta uma análise em escala reduzida, conduzindo essa exposição para o âmbito do Rio Grande do Sul, além de discorrer sobre as representações da biblioteca para Alcides Cruz.

O segundo capítulo, *A Alcidiana*, é pautado fundamentalmente na apresentação do acervo bibliográfico de nosso personagem. A biblioteca, aqui, é esmiuçada em seus números e percentuais, além de ser exemplificada a partir de obras e autores representativos, apontados nominalmente. O leitor perceberá que há neste capítulo uma reflexão sobre as formas de classificação e o estabelecimento do que chamei de *domínios*, isto é, formas classificatórias que concentram as obras a partir de áreas de conhecimento. Dos *domínios* identificados, dois deles são abordados: aquele das ciências sociais e da literatura. Assim, a intenção é não só exemplificar os títulos concernentes às duas áreas, mas também cotejar as formas com as quais Alcides leu e interpretou determinados títulos e, como verá o leitor, neste capítulo são mencionados alguns textos autorais de Cruz na tentativa de identificar as suas formas de leitura.

O terceiro capítulo, *O homem que (não) queria ser historiador*, é aquele na qual as reflexões sobre a prática historiográfica de Alcides ganha protagonismo. Nele é feita uma exposição sobre a escrita da história no Rio Grande do Sul desde a primeira agremiação que se propôs a tanto, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, ainda em meados do século XIX, chegando até a tentativa que se consolidou a partir de 1920, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Estabelecido estes marcos, problematizo as concepções de Alcides sobre a pesquisa e a escrita da história, pautando-me principalmente em sua correspondência ativa com dois dos principais historiadores rio-grandenses do período, Alfredo Rodrigues e Alfredo Varela. Na segunda parte do capítulo, detenho-me na análise da obra historiográfica escrita por nosso personagem, tanto aquela publicada em livro, quanto a que saiu em periódicos.

Por fim, o texto intitulado *A Fuga de Alcides Cruz*. Embora não seja a conclusão desta dissertação, o texto pode, sim, também ser lido como tal. Entretanto, ele procura sintetizar a ideia subjacente a toda a investigação, quase como uma linha sutil entre os capítulos, e não propriamente o conteúdo de cada capítulo. Isso porque ele foi escrito a partir de uma metáfora que lançou mão de um recurso empregado na composição da música clássica, a *Fuga*, para enfatizar o argumento de que toda a representação da biblioteca e das letras como símbolo de distinção social, bem como as estratégias socioculturais e políticas de mobilidade e inserção empregadas por nosso personagem, foram, em grande medida, a repetição de um mesmo tema: provar constantemente para uma sociedade racista que ser negro não era demérito para ninguém. Assim, neste texto abordo três casos em que Alcides foi ofendido a partir de epítetos relacionados à sua cor, e evidencio suas respostas - ora sutis, ora contundentes - no intuito de demonstrar ao leitor que, ao longo de sua vida, aquele homem negro teve sempre de enaltecer seus méritos e sua inteligência para combater aqueles que o pretendiam diminuir. Talvez o texto de *A Fuga de Alcides Cruz* possa ser lido menos como um resumo da dissertação em si do que como uma reflexão pautada na problemática que a fundamentou.

1 UMA COLEÇÃO DE SIGNIFICADOS: A BIBLIOTECA E AS LETRAS EM SEUS USOS E REPRESENTAÇÕES

Ainda eu não sabia ler e já reverenciava essas pedras erigidas: em pé ou inclinadas, apertadas como tijolos nas prateleiras da biblioteca ou nobremente espacejadas em áleas de menires, eu sentia que a prosperidade da nossa família dependia delas. Pareciam-se todas; eu divertia-me num minúsculo santuário, circundado de monumentos atarracados, antigos, que me haviam visto nascer, que veriam morrer e cuja permanência me garantia um futuro tão calmo quanto o passado. Tocava-os às escondidas, para honrar as minhas mãos com a sua poeira, mas não sabia bem o que fazer deles, e assistia todos os dias a cerimônias cujo sentido me escapava: meu avô – tão canhestro, habitualmente, que minha mãe tinha de abotoar-lhe as luvas – manjava esses objetos culturais com uma destreza de oficiante [...]. (SARTRE, s/d [1964], p. 37).

Em 1964, o filósofo francês Jean Paul Sartre publicou a obra intitulada *As Palavras*, na qual rememorava episódios de sua tenra infância, dos 4 aos 11 anos. Sartre ali reconstrói suas vivências domésticas, suas descobertas e angústias infantis, além de estabelecer seu panteão de heróis e anti-heróis: o jovem pai que não conheceu, a mãe angelical e submissa aos pais e o avô materno onipotente, além de outras figuras transeuntes. Cravejada de passagens que conduzem o leitor por uma confusão de tempos bem definidos e profundas cenas atemporais, a narrativa estabelece imagens de uma memória apegada a lugares: quartos, salas, sacadas e parapeitos, todos oferecendo suas cores e aromas, conformando as experiências passadas do autor. De todos, entretanto, se sobressai nas memórias do filósofo o escritório do velho Charles Schweitzer, seu avô. Isso porque ali havia aqueles misteriosos objetos dispostos pelas paredes, circunspectos, quase sacros e eternos, era a biblioteca e os livros que a compunham. Em seu divagar reminiscente, imerso nestes lugares da memória, o consagrado Sartre voltado para o pequeno Jean Paul sentencia: “comecei minha vida como hei de acaba-la, sem dúvida: no meio dos livros.” (SARTRE, s/d [1964], p. 37).

Em queixas, o filósofo narrava sua pouca habilidade para as meninices de seu tempo, e nos contava que não esgaravatou a terra e nem caçou ninhos, assim como não colheu flores nos campos e não atirou pedras aos pássaros (SARTRE, s/d [1964], p. 44), mas parece querer compensar estas ausências metaforizando os próprios livros em seus pássaros e ninhos, em seus animais domésticos, como se todo o universo de aventuras possíveis ao pequeno menino estivesse circunscrito às

prateleiras daquela biblioteca: “[...] a biblioteca era o mundo colhido num espelho; tinha a sua espessura infinita, a sua variedade e a sua imprevisibilidade” (SARTRE, s/d [1964], p.44).

Na experimentação platônica de conhecer sem tocar, Sartre contava-nos que com a enciclopédia *Grand Larousse* conheceu a fauna e a flora, os homens e seus feitos, e confessava: “foi nos livros que encontrei o universo: assimilado, classificado, rotulado, pensado, ainda temível; e confundi a desordem das minhas experiências livrescas com o curso aventuroso dos acontecimentos reais [...]” (SARTRE, s/d [1964], p. 46). Refletida a partir dos olhos de uma criança, as prateleiras eram lugares de armazenamento de conhecimento, e a altura das divisórias é que ditava o limite de seu acesso: os livros de linguagem menos complexa eram os que estavam ao alcance das mãos, e os grossos textos, em volume e conteúdo, jaziam ainda além da estatura daquele menino. Através de uma disposição intencional de quem a organizara, a biblioteca era uma representação de universos livres e interditos, sempre marcante e, naquela narrativa, perene.

Neste capítulo serão abordados os temas das possíveis representações sociais da biblioteca, bem como seus usos simbólicos e estratégicos na tentativa de assegurar mobilidade social. Além disso, serão abordados alguns aspectos do letramento tanto em esfera nacional, quanto em esfera regional, no intuito de perceber como a biblioteca pode ser lida a partir de uma perspectiva que a concebe como uma *coleção de significados*.

* * *

À primeira vista, a biblioteca é, sim, um conjunto de livros: maiores, menores, em prateleiras de ferro ou de madeira, talvez de tijolos, organizados por temas ou autores, geralmente verticalizados. A composição visual de livros e estantes oferece uma metáfora: um muro, uma parede. O físico-filósofo francês Abraham Moles (1978, p. 41) assim propõe:

A sociedade ocidental, desde o desaparecimento dos rolos, adotou por tradição justapor esses paralelepípedos [sic] colocando-os verticalmente sobre uma superfície horizontal, a prateleira, criando assim uma unidade de arranjo familiar - a estante de biblioteca - que ela exportou para todas as culturas a que impôs seu reinado. A palavra "biblioteca" significa tanto o conteúdo de livros quanto a prateleira ou o conjunto de prateleiras que os contêm, e quando as

prateleiras se empilham verticalmente ou horizontalmente ao longo de uma superfície plana vertical, de profundidade pouco mais ou menos padronizada, com o dorso dos livros formando uma superfície de leitura longitudinal, que se repete em estantes, armários e galerias, ela se apresenta como uma Parede de Livros, desde que atinja uma certa extensão.

Contudo, a biblioteca é mais do que uma coleção de livros. É que em cada volume disposto na prateleira lê-se uma linha: sobre o tempo histórico em que o livro foi adquirido, sobre as preferências do leitor, sobre a representatividade daquele monumento literário na sociedade, sobre as permanências e esquecimentos do mecenas que teve por gosto acumular aqueles volumes. Outra vez Moles (1978, p. 41):

[...] Minha biblioteca é minha própria visão do mundo do saber, minha biblioteca é uma extensão de mim mesmo, mais precisamente, uma extensão de meu cérebro, refletindo em sua estrutura a especificidade de minha personalidade cultural. [...] Assim, minha biblioteca é uma amplificação de minha cultura.

Observar uma biblioteca, especialmente uma em particular, é, portanto, observar uma época, extensões de uma identidade, determinadas finalidades pessoais, ferramentas de legitimação intelectual, de maneira que a mirada se expande, e passa a concebê-la também como uma *coleção de significados*. Qual a importância de uma biblioteca para um sujeito e para a sociedade que o enreda? O que representa possuir uma biblioteca no Brasil do século XIX? E no início do XX em Porto Alegre? Para o professor negro Alcides de Freitas Cruz, para que servia colecionar livros? Estas são perguntas que orientam este capítulo.

1.1 O arquivo do mundo e o acervo pessoal: representação simbólica, razão de ser e rede de sentidos

Foi Ptolomeu Sóster quem pôs fôlego na empreitada de construir a Biblioteca de Alexandria. Ao estabelecer em 306 a. C. a nova dinastia que comandaria o Egito por quase três séculos, o antigo general de Alexandre, o grande, edificou, junto aos restos mortais de seu falecido líder um monumento ao conhecimento humano (JACOB, 2006, p. 46). Das coleções de livros que chegaram até a contemporaneidade, sejam fisicamente ou pelas narrativas do tempo, ela é a mais mítica, talvez por ter sido o símbolo primeiro do afã humano pelo acúmulo de todo o

conhecimento dos homens, talvez por seu trágico fim, reduzida às cinzas em suas pretensões de ser o bastião da memória do mundo. Se não foi dada aos homens a possibilidade de conhecer através do tempo aquele acervo, foram, sem dúvida, mantidas até hoje as razões pelas quais aquela coleção foi formada, as suas *razões de ser*¹ (MANGUEL, 2006, p. 29).

Naquela cidade egípcia, a biblioteca era uma ode ao mundo helênico, um esforço periférico para tornar-se centro, uma imposição linguística, afinal, um símbolo de poder. De todo os lugares viriam os escritos, dos cantos e idiomas que fossem, e todos seriam convertidos para o grego, traduzidos e difundidos. Por um lado, uma abertura multicultural, por outro uma imposição, uma sobreposição. Sobre esta dinâmica, o historiador francês Christian Jacob (2006, p. 49. Grifo meu.) assim argumenta:

[...] Ela é de fato *a expressão de uma vontade simbólica de poder*, em que Alexandria, novo centro do mundo, afirma seu predomínio sobre a totalidade do mundo habitado, até seus confins, querendo se apropriar de todos os traços escritos por todos os povos, em todas as línguas e em todos os lugares, e traduzindo-os para o grego, isto é, importando-os e aculturando-os no espaço linguístico, cultural e mental do helenismo [...].

Incontornável signo, exemplo, a Biblioteca de Alexandria flutua como “A biblioteca”:

Indistinta, majestosa, onipresente [...] na história da humanidade, ela permanece inigualada: foi o único lugar que, criado para registrar todo o passado e todo o futuro, teria podido antever e preservar a crônica de sua própria destruição e ressurreição (MANGUEL, 2006, p. 29).

Na escrita do ensaísta argentino Alberto Manguel desponta outra das bibliotecárias *razões de ser*, a relação da coleção com o tempo: guardar um infinito em prateleiras não havia de servir apenas ao presente, mas ao futuro. E esta preocupação se conecta com, ao menos, duas grandezas: aquela inaugurada em Alexandria, a do ptolomaico intento da guarida da memória; e aquela que procura dizer: “esse era eu”. É que o monumento ao conhecimento/memória dos homens, com ganas atemporais e eternas, então despido do estrito caráter público, se ergue também como um espaço privado de significações, com tempo definível, e com

¹ O autor utiliza a expressão em francês, *raison d'être*.

imagem capturável. Assim, a biblioteca projeta-se para o futuro, como um resquício daquele que a possuiu, materializando e, se possível, viabilizando um inventário das ideias do leitor², em uma espécie de arquivo de vida entre livros³. E sendo arquivo, é também forma de organização, forma de registro do presente para o futuro, talvez involuntário, ou nem tanto.⁴ As delimitações da biblioteca se misturam com as do arquivo, e ela própria é lida como tal, uma vez que a acumulação dos títulos também é um arquivamento de experiências de leitura, de escrita, mesmo do conhecimento adquirido em uma vida. É também corpo documental, formatado às expensas do leitor, e que pode permanecer vivo não obstante o fim (término do ciclo de vida) de quem o possui. As cientistas da informação Dirlene Barros e Dulce Amélia, refletindo sobre as indissociáveis relações entre o arquivo e a memória, salientam:

[...] o arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva. (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 58).

As autoras também discorrem sobre “a complexidade de sentidos” do arquivo (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 57), sugerindo que são nas múltiplas intencionalidades da memória que subjaz a importância do estudo da conformação arquivística, de modo que o conjunto documental, no tempo, não é só guardião memorialístico, mas local de referências para a produção de novas interpretações sobre o passado.

Daí advém outra das *razões de ser*, aquela do símbolo de poder. Se por um lado a queima de livros involuntária em Alexandria marca um episódio mítico de

² Obviamente não é minha intenção supor uma totalidade do pensamento. Aqui, a palavra *inventário* tem mais o sentido de listagem, levantamento e sumarização do que de descrição minuciosa.

³ O conceito de “arquivo de vida” está presente em ARTIÈRES, 1998.

⁴ Segundo Arlete Farge, arquivo é “conjunto de documentos, quaisquer que sejam as suas formas ou o seu suporte material, cujo crescimento se efetua de uma maneira orgânica, automática, no exercício das atividades de uma pessoa física ou moral, privada ou pública, e cuja conservação respeita aquele crescimento sem nunca o desmembrar”. (FARGE, 1999, p. II). Sem querer aprofundar o tema, mas as bibliotecas privadas talvez pudessem ser pensadas sob a ótica das *experiências colecionistas*, considerando as coleções como: “formações culturais (materiais) que dão suporte ritual para os processos de reconhecimento [...] dos indivíduos. As coleções são projeções de atributos individuais que se singularizam e ganham biografias próprias, quando são apropriadas para gerar atributos de reconhecimentos (auto-respeito, autoestima e estima social) nas interações entre os indivíduos. As coleções materializam, assim, as percepções significativas constituídas nas interações com os outros, assumindo, elas próprias, lógicas de organização que as generalizam. Ou seja, as coleções são a materialização do self do colecionador e têm correspondência homóloga com um ou mais dos seus ciclos de vida.” (LOPES, 2017, p. 46).

apagamento⁵, por outro a voluntariedade da fogueira das letras pelos nazistas na década de 1930 também é sempre exemplar. Queimar determinados livros, destruir bibliotecas, estabelecer um vazio. Construir bibliotecas, preencher com determinados livros e, arbitrariamente, manter um vazio. A dinâmica das proibições amplia e sustenta as práticas culturais do poder dominante, e em duplo sentido as bibliotecas contam as histórias do bem e do mal, dos livros que lá estão e dos que não mais. O escritor Mathew Battles (2003, p. 169) assera: “os nazistas não apenas destruíram bibliotecas, mas também as construíram, à sua própria maneira”. E por constituírem-nas como alvos a serem eliminados, também os foram de resguarda por aqueles que se contrapunham a política do III Reich. A biblioteca, por vezes formada por apenas um exemplar, torna-se, então, símbolo de resistência nas mãos dos perseguidos⁶. Conforme narra Manguel⁷ (2006, p. 201):

No campo de concentração de Bergen-Belsen, um exemplar da *Montanha mágica* de Thomas Mann circulava entre os prisioneiros. Um menino recorda o tempo em que podia passar com o livro nas mãos como ‘um dos pontos altos do dia. Eu ia para um canto para ficar em paz e ler por uma hora’. Outra jovem vítima polonesa, rememorando os dias de medo e desânimo, afirmou: ‘o livro era o meu melhor amigo, jamais me traiu; ele me confortou em meu desespero, ele me dizia que eu não estava sozinho’.

⁵ Ilustrando a recorrência às menções sobre Alexandria, o historiador francês Jean-Marie Goulemot (2006 [1996]: 267) apresenta as queixas do escultor Étienne-Maurice Falconnet e do escritor Dennis Diderot sobre a permanência da vida após a morte, mostrando as evocações do primeiro em descrença: “Onde estão os objetos de admiração? Nas cinzas da biblioteca de Alexandria. Nos escombros de Roma, nas chamas dos mais famosos incêndios”. Goulemont acrescenta que “essa referência ao incêndio da biblioteca alexandrina volta várias vezes para significar, num desvio significativo, o caráter perfeitamente aleatório da posteridade. De fato, o livro destruído, a obra-prima perdida, simbolizados aqui pelo incêndio da Biblioteca de Alexandria, se apresentam como um destino e como uma ameaça: todas as coisas estão fadadas à destruição, tanto as mais fúteis quanto as mais essenciais, e nada garante que a obra-prima sobreviverá a seu autor”.

⁶ Em uma correspondência, o Conde de Gobineau mencionava que uma livraria estabelecida no Rio de Janeiro vendia cerca de 100 alcorões por ano, isso em meados do século XIX, quando ainda vigia a escravidão. Ele destacava que esses livros eram em árabe e por isso a livraria também comercializava gramáticas para que os compradores (na maioria escravizados e libertos) conseguissem plenamente lê-los. Tratando respectivamente de experiências negras em Salvador e no Rio de Janeiro, no início do século XX, o médico Nina Rodrigues e o cronista/jornalista João do Rio destacaram que nas casas de islamitas por eles frequentadas, um traço que chamava a atenção era a existência de livros religiosos, dispostos em locais bem visíveis. Nas agruras da escravidão, ter com a palavra sagrada, compilada em um único livro, *O Livro*, era uma forma de resistência. Ver SILVA, 2003, p. 177-8.

⁷ Na referida obra do ensaísta argentino há um sensível capítulo chamado *Sobrevivência*, no qual são trazidas reflexões sobre destruições e preservações de acervos. Ali ele argumenta que “ao longo da história, a biblioteca do vitorioso torna-se emblema de poder, repositório da versão oficial, mas a versão que nos assombra é a outra, a versão da biblioteca de cinzas. A biblioteca da vítima, abandonada ou destruída, nos incita a indagar: ‘como tais atos foram possíveis?’ ” (MANGUEL, op. cit, p. 205).

A simbologia da biblioteca, uma imagem social, é, portanto, também de ordem prática, e talvez só se conforme como tal a partir da operacionalidade de quem a possui ou dela se apropria. Assim, a dimensão simbólica prende-se à dinâmica fluida da posição social do bibliófilo e pode servir também como ferramenta de projeção e legitimação destas próprias posições. A apropriação dos significados sociais emanados das bibliotecas é conduzida na direção do estabelecimento de um poder simbólico.

Em seu clássico estudo sobre o comportamento humano em sociedade, o sociólogo estadunidense Erving Goffman (1997 [1959]) argumenta que as relações sociais são como um espetáculo teatral, com espaços, utensílios, adereços e trejeitos, de maneira que os sujeitos – por ele chamados de *atuantes* – são inseridos dentro desta dinâmica *mise-en-scène*, e podem trabalhar estrategicamente por meio de determinadas configurações para se fazerem aceitos pelos grupos que lhes interessam. Essa aceitação implica no reconhecimento das características de *atuação* descritas por Goffman - como *fachada* e *idealização*, para citar apenas algumas⁸ - por parte daquilo que o autor chama de *audiência*, ou seja, dos interlocutores sociais dos sujeitos atuantes. Por meio dos adereços comportamentais, portanto, procura-se a produção de uma imagem social, de aceitação demarcada e preferencialmente aceita.

[...] Quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso faz uma demanda implícita de ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente apresenta uma exigência moral aos outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo da maneira que esperam as pessoas de seu tipo. Também implicitamente renuncia a toda demanda de ser o que ele não parece ser, e em consequência renuncia ao tratamento que seria apropriado para ditos indivíduos. Os outros descobrem, então, que o indivíduo os informou sobre o que "é" e o que eles deveriam ver nesse "é". (GOFFMAN, 1997 [1959], p. 24-5).

Esta *razão de ser* simbólica da biblioteca, assim, pode ser entendida como uma ferramenta dentro da dimensão teatral da sociedade, em que determinados distintivos permitem certas reações da interlocução social, como a aceitação, a admiração, e o reconhecimento.

⁸ As demais características são *confiança no papel desempenhado, realização dramática, manutenção do controle expressivo, tergiversação, mistificação e realidade e artifício*.

Não é exagerado adequar a praticidade advinda desta *razão de ser* naquilo que o sociólogo francês Pierre Bourdieu denominou de *capital social*, levando em consideração que o conceito consiste na gama de recursos acionados pelos sujeitos no intuito de manter ou criar relações sociais, muitas vezes desiguais, e que são fruto da intencionalidade e não um dado natural (BOURDIEU, 1980). Além disso, o capital social é mantido ou ampliado por meio das dependências relacionais dos agentes, e segundo Bourdieu (1980, p. 2),

[...] o volume do capital social que possui um agente particular depende então da extensão da rede de ligações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural e simbólico) propriamente possuído por cada um daqueles aos quais ele está ligado.

A troca de capitais, bem como sua ampliação, depende, assim, das relações de aceitação e absorção dos agentes em suas esferas de ação, e a teatralização destas relações por meio dos dispositivos simbólicos faz parte deste processo, de tal forma que a sombra da biblioteca, multiforme em seus títulos e gêneros, viabiliza a inserção social dos sujeitos nos meios sociais distintos, especialmente naqueles em que as letras são supervalorizadas, criando imagens sobre o possuidor, colocando-o em um lugar social. Ainda dentro do leque conceitual de Bourdieu, podemos ler esta operacionalização da biblioteca como um símbolo de poder como uma forma de inserção no *habitus* das contemporaneidades em questão, nos códigos sociais estipulados pelas instâncias do poder socialmente mais amplo, e, outra vez citando o sociólogo francês, “como uma posição em um sistema de relações de posições que conferem sua particularidade a cada *posição* e às *tomadas de posição* implicadas” (BOURDIEU, 2013 [1970], p. 190. Grifo do autor.). Tratando dos escritores e artistas da segunda metade do século XIX na França, Bourdieu pontua sobre a necessidade da análise acerca das condições sociais de desenvolvimentos das trajetórias individuais, destacando que o *habitus* é um conjunto de práticas socialmente construído e que sua observação proporciona uma compreensão mais abrangente das referidas tomadas de posição (BOURDIEU, 2013 [1970], p. 190).

Localizar algumas das razões de ser da biblioteca é também empreender uma leitura mais abrangente de seus significados. Do processo resulta a concepção de que um acervo é uma *rede de sentidos*, confluências que dizem sobre a coleção e sobre o seu proprietário no mundo. E estes significados são perceptíveis tanto na

ordem externa, quanto na interna, isto é, nas redes de significações que o exterior atribui e percebe ao tomar conhecimento da prática bibliotecária – algo que apontei acima -, quanto dos sentidos atribuídos pelo colecionador. Efeitos oriundos do que a historiadora Giselle Venâncio (2015), metaforicamente, denominou de *espelhos* e *máscaras*. A trajetória intelectual de Francisco José de Oliveira Vianna é inquirida por Venâncio por meio da análise do acervo documental do personagem, a biblioteca aí incluída, de maneira que é possível à historiadora cotejar possíveis imagens que Vianna pretendia mostrar de e galgar para si, construções intencionais, e aquelas que com olhos frios o historiador pode aventar sobre a personalidade individual, por meio dos tantos caminhos legíveis nas estantes, gavetas e caixas. Para além da objetividade da leitura instrumentalizada em um volume sacado da prateleira, a biblioteca também comporta uma leitura geral, conjunta, que serve à individualidade e que é socialmente significada. Assim, conforme sugere o historiador francês Roger Chartier, é também dado ao conjunto de livros o caráter de texto, passível de leitura, “[...] como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção” (CHARTIER apud VENÂNCIO, 2015, p. 63).

Talvez um dos exemplos mais ilustrativos sobre as multiplicidades de sentidos e de leituras possíveis sobre um acervo, seja o da biblioteca do filósofo alemão Aby Warburg (1866-1929). Construído a partir das décadas finais de século XIX, o acervo de Warburg se notabilizou por seus arranjos pouco tradicionais, sem uma catalogação nos moldes então em voga, isto é, sem seguir índices alfabéticos ou de áreas de conhecimento bem definidos. Para o filósofo, os livros deveriam ser organizados por meio de áreas de aproximação temática, independente dos assuntos cotejados, naquilo que o personagem chamou de “lei da boa vizinhança” (SETTIS, 2006 [1985], p. 110). Assim, quando um pesquisador fosse em busca de uma obra no acervo, talvez encontrasse outra de maior proveito na mesma prateleira, acessando, dessa forma, um campo complexo de conhecimento. Esta organização, aparentemente caótica, revelava, entretanto, os caminhos intelectuais de Warburg, como ele concebia o conhecimento humano. O filósofo entendia o armazenamento dos livros como um fluxo contínuo, no qual os títulos dispostos nas prateleiras deveriam sempre ser trocados de lugar conforme o entendimento sobre determinados temas fossem ganhando novos contornos, em uma circularidade

(MANGEL, 2006, p. 170; CAMPOS, 2016, p. 10). A biblioteca de Aby Warburg, assim, respeitava uma lógica estritamente pessoal, vinculando-se às formas de entendimento que o possuidor tinha do mundo. Aos que visitavam o acervo - tal como o filósofo Ernst Cassirer, que em face daquele *complexo* teve uma primeira impressão de espanto (SETTIS, 2006 [1985], p. 113) - havia sempre uma imagem do possuidor, uma *máscara*, e, nesse caso, sobretudo um *espelho*, uma vez que para compreender aquele acervo era necessário buscar uma compreensão gnosiológica daquele que o possuía. Nesta direção salienta o historiador italiano Salvatore Settis (2006 [1985], p.118) que “todo sistema de classificação de livros reflete – de modo mais ou menos declarado – um sistema, seja ele qual for, de ordenamento do conhecimento”. Estes sistemas de ordenamento de conhecimento estão associados aos caminhos percorridos pelo leitor, da história de suas aquisições bibliográficas, da lógica escolhida para organizar os livros na estante, conectados caoticamente à maneira warbugueriana ou aparentemente bem definidos em suas temáticas, dos regimes de leitura, momentaneamente mais focados neste ou naquele tema, e, por isso, com este ou aquele livro mais próximo das áreas de luz e sombra⁹ das estantes.

Por conter arranjos de associações particulares, que só cabem ao possuidor conhecer e só a ele faz sentido, Alberto Manguel sugere a biblioteca como um poema, em que os significados implícitos estariam mais acessíveis se conhecêssemos o criador e não se ficássemos reduzidos ao entendimento da criação decomposta¹⁰:

⁹ Ao falar de sua biblioteca, Manguel nos conta que em sua mente estão dispostas as áreas de luz e sombra em que seus livros estão armazenados, em uma metáfora que procura recriar a imagem das estantes de seu acervo: altas, superando o foco da iluminação, relegadas ao lusco-fusco e levando algumas obras consigo; mais baixas, ao alcance das mãos e, por isso, mais acessíveis e acessadas, ao clarão da luz. Em sua recriação, porém, o autor argumenta: “essa divisão arbitrária, que empresta a certos livros uma presença reluzente e relega outros às sombras, é superada por uma outra ordem, que deve sua existência meramente ao que sou capaz de recordar” (MANGUEL, 2006, p. 161).

¹⁰ Não me escapa a dimensão familiar na formação dos acervos, e não só de um proprietário, notadamente masculino, encaminhando a reflexão no sentido de perceber a biblioteca sob a perspectiva da característica dos demais membros da família. Tudo indica que para o caso de Alcides, entretanto, o acervo de que tratarei a partir do segundo capítulo, fosse mais caracterizado em função de sua personalidade. É possível que com o irmão Leopoldo houvesse uma troca de referências, visto que os dois comungavam de espaços intelectuais semelhantes, como mencionarei no decorrer do texto. Contudo, não foi possível localizar maiores indícios desta troca, a não ser pelo fato de que Alcides deixara uma enciclopédia para Leopoldo em testamento. Uma das tantas questões que se erguem é aquela de pensar sobre se a esposa e a mãe do personagem manuseavam alguma das obras daquele acervo e mesmo se chegaram a contribuir em sua composição com alguma “peça”.

[...] o leitor não pede explicações: por meio das palavras e da música, o verso suscita uma iluminação instantânea e integral do ato de leitura. Porém, se o poeta tivesse que expor explicitamente todos os meandros e nuances que derivam dessa intuição inefável da natureza da poesia, se ele tentasse tornar visíveis todas as linhas e conexões, o verso fugiria à nossa compreensão. (MANGUEL, 2006, p. 171).

Operando sob a metáfora da biblioteca-poema, miramos este fluxo de representações oriundo dela e a entendemos como uma rede de sentidos que também revela marcadores sociais, levando em consideração que se o *poema* metafórico é a criação - portanto, o acervo - o papel do criador então é reservado ao possuidor. Concebido como um marcador social¹¹, o conjunto de livros oferece um caminho interpretativo no qual os campos do conhecimento de dada época haverão de ser delimitados, bem como o ambiente das letras e da circulação de livros, produzindo assim preferências e um escopo de autores e obras relativos às contemporaneidades abordadas. Além disso, as práticas sociais ou condições prático-materiais do sujeito possuidor também precisam ser levadas em consideração, visto que no jogo de espelhos e máscaras da biblioteca nem sempre as ausências são deliberadas, mas, sim, indícios de condições de aquisições, de armazenamento e de manutenção, que por sua vez implicam posições sociais e ocupação de espaços, físicos e simbólicos¹².

1.2 Os livros, as letras e os seus detentores em terra brasilis

Até as primeiras décadas do século XIX, não havia livre trânsito das letras em solo brasileiro. A censura régia à circulação de obras estrangeiras na colônia portuguesa impedia oficialmente a circulação das obras solicitadas, predominantemente por particulares e livreiros no Brasil. Somente em 1808 foi permitido pelo Estado Português o estabelecimento de meios para a impressão no

¹¹ De acordo como os sociólogos Marcelo Ennes e Frank Marcon (2014), os processos identitários se dão respeitando ao menos quatro processos inter-relacionados: o dos atores sociais, o das disputas, o das normatizações e o dos contextos. Assim, as características de um sujeito social, como a maneira de se vestir e falar, as preferências culturais e os costumes cotidianos, são marcadores sociais que o situam neste complexo, mas que só serão inseridos como elementos identitários quando refletidos a partir dos quatro processos citados.

¹² Ainda refletindo sobre os usos da biblioteca pela família, é lícito pensar sobre a influência do próprio sujeito possuidor nas leituras dos demais membros, não para o caso específico de leituras mais pertinentes aos ofícios profissionais especializados, mas àquelas pertinentes à literatura estrangeira e nacional, em uma dinâmica que faria as preferências do possuidor reverberarem nas preferências do núcleo familiar.

solo colonial, e, com a Imprensa Régia, pôde o mercado livreiro perceber relativas liberdades de circulação e independência com relação ao mercado estrangeiro. Todavia, como aponta a historiadora Tânia Bessone Ferreira (2000), foi a partir da década de 1820, com a Revolução do Porto, que diretrizes mais amplas de liberdade de imprensa – mas ainda relativamente observadas – foram empregadas na nova sede do império português. O desenvolvimento mais consistente da produção e circulação literária brasileira ocorre, assim, a partir de meados do Oitocentos¹³, de maneira que um mercado impulsionado por pequenos livreiros se estabelece e, conseqüentemente, um público leitor se desenvolve gradativamente, especialmente nos centros político-econômicos do país, notadamente Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Pernambuco, locais que concentraram, ao longo da primeira metade do século XIX, instituições de instrução pública superior, como as Academias de Direito de São Paulo e Olinda, ambas fundadas em 1827. Ferreira (2000, p.1) salienta que:

No século XIX o livro adquiriu no Brasil um significado importante na educação, na formação cultural e moral e no ideal de universalidade de alguns, apesar de ter sido produzido aqui muito tardiamente, em relação ao caso de outros países americanos. Efetivamente só começou a ser impresso, de forma sistemática, no início do século XIX. O controle da produção, importação e circulação de impressos e livros em geral permitiu que Portugal dificultasse durante o período colonial o livre acesso aos livros no Brasil, mesmo a grupos privilegiados ou membros de categorias que de maneira geral tinham necessidade de constituir pequenas bibliotecas.

Cabe salientar, entretanto, que no período anterior ao mencionado, malgrado as proibições oficiais, havia, sim, uma discreta circulação livresca, restrita aos meios religiosos¹⁴ e a uma elite econômica privilegiada, que dispunha não só de canais de acesso ao mercado internacional – e com aqueles que permitiam ou não a circulação -, mas também daqueles que tiveram acesso à educação formal, fossem por meio da vida monástica, ou por vias da educação oferecidas por professores

¹³ É importante salientar, entretanto, que a ausência de livreiros, especialmente no período anterior ao estabelecimento da Corte no Brasil, não representava a ausência da circulação de livros, ainda que incipiente. Conforme salientou a historiadora Maria B. Nizza da Silva (1999, p. 153): “o comércio de livros no Brasil colonial, portanto, extravasa o grupo restrito de livreiros (organizado ou não em corporação) para se concentrar nas mãos daqueles que negociavam com vários tipos de mercadorias”.

¹⁴ No período colonial brasileiro, ser letrado poderia representar uma “ameaça” e, aos olhos das autoridades estatais, um “mal”. Para o caso religioso, há um curioso ensaio sobre um episódio que teve lugar nas Minas Gerais setecentistas, em que um cônego, Luiz Vieira, foi devassado por ser, notoriamente, um homem envolvido nas letras, tendo o mesmo sido privado de sua biblioteca. Ver FRIEIRO, 1981.

particulares e, posteriormente, daqueles que podiam acessar o ensino superior no Brasil e na Europa.

A historiadora Lúcia Neves (2008), em uma interessante exposição sobre a biblioteca de dois personagens do período colonial, demonstra que o acesso aos livros estrangeiros, independente do volume das solicitações, respeitava uma dinâmica de distinção social que, para o caso, estava vinculada tanto ao segmento econômico – daquele que podia comprar muitos livros, e acessar as autoridades competentes -, tanto do recorte sociocultural – daquele que podia manusear as obras e usufruí-las. Discorrendo sobre as volumosas coleções do baiano Francisco Agostinho Gomes que, em 1762, recebia em Salvador mais de 300 volumes vindos de Lisboa, e do “filho do mar”¹⁵ Daniel Pedro Müller que, em 1818, recebia na cidade de Santos a encorpada quantia de 755 livros, Neves (2008, p. 1. Grifo meu.) argumenta que:

[...] tal fato permite identificar tanto Agostinho Gomes, quanto Daniel Pedro Müller como homens ilustrados, sugerindo que o capital simbólico por eles acumulados situava-os num lugar proeminente como membros da pequena elite intelectual então residente na colônia. Por outro lado, a posse de livros, para além de seu papel de intermediários culturais, carregava igualmente significações políticas. Na realidade, ainda mais naquela época, ela implicava em um *signal de poder*: poder da Coroa cada vez mais burocratizada; poder das elites políticas e econômicas dependentes do registro escrito e da contabilidade para gerir sua atuação e suas riquezas; poder das letras diante do mar de analfabetos que constituía a maioria da população, numa conjuntura de crescente valorização do saber por força da difusão das Luzes.

As vultosas coleções de livros recebidas por estes dois personagens demonstram que o controle estatal sobre a circulação de livro era atenta no que tocava aos títulos perniciosos à manutenção do sistema político – da ordem, por assim dizer -, mas, no entanto, não impedia a disseminação de obras envoltas nas ideias Iluministas na colônia. Em sua análise¹⁶, Neves salienta que estes dois eruditos luso-brasileiros exemplificam a dinâmica perceptível entre as iniciativas europeias, especialmente portuguesas, de disseminação de ideias ilustradas, e a recepção e circulação destas no Brasil colonial, enfatizando que os casos analisados

¹⁵ “[...] Daniel Pedro Müller nasceu, segundo seus estudiosos, no mar, em viagem da Alemanha para Lisboa, entre 1775 e 1779, filho de João Guilherme Christiano Müller. [...]” (NEVES, 2008, p. 4).

¹⁶ Para tanto, a autora faz uma exposição dos títulos elencados em cada uma destas coleções, demonstrando essas inspirações. Neste capítulo, não me deterei na análise esmiuçada dos títulos feita por Neves, sendo esta discussão mais apropriada para o segundo capítulo desta dissertação.

compõem ditosamente o perfil daqueles que foram afetados pelo pragmatismo sem rupturas do Iluminismo português¹⁷.

Ainda neste sentido, menciono outra figura reconhecida por sua erudição, e que cristalizou em seu pensamento político a dimensão do pensamento europeu apontado por Neves: José Bonifácio de Andrada e Silva. O deputado e conselheiro imperial José Bonifácio desenvolveu sua formação superior em Portugal, tendo estudado em Coimbra a partir do ano de 1783 e concluído seu curso de filosofia em 1787. Além disso, participou da Academia das Ciências e Letras de Lisboa, tendo transitado entre os negócios públicos de Portugal e Brasil por toda sua vida¹⁸. Assim como Bonifácio, mais de 800 brasileiros concluíram seus estudos naquela cidade, entre os anos de 1722 e 1822, de maneira que é possível supor que deste número, mais da metade esteve sob a influência das reformas pombalinas que modificaram (fundamentalmente no campo das ideias, e, em sequência, da ação administrativa) as estruturas do estado português a partir de 1750¹⁹.

Resumindo o mesmo cenário, o historiador Luiz Carlos Villalta (1998) ressalta que foi a partir do século XVIII que o ambiente livresco assistiu a um maior incremento, de maneira que é possível perscrutar em documentações judiciais (o autor utiliza os autos de devassa oficiais dos Inconfidentes de Minas) de várias cidades centrais do Brasil casos de práticas de leituras públicas, grupais, e mesmo “alcoviteiras” sobre os mais variados temas, que iam desde a “negação da existência do inferno” até a “impossibilidade da imortalidade da alma”. Villalta apresenta

¹⁷ “[...] as duas relações de livros tanto de Francisco Agostinho Gomes quanto de Daniel Pedro Müller parecem confirmar, sob vários aspectos, as tendências das Luzes luso-brasileiras, que adquiriram uma perspectiva pragmática, preconizando um ideal reformador que se limitava a propor um *aggiornamento*, no mais das vezes, propellido pelo poder oficial, que conduzisse, em nome da *utilidade comum* e da *felicidade pública*, a uma melhoria nas condições de vida dos súditos, ao desenvolvimento da agricultura, do comércio, das manufaturas, das comunicações e, até, do ensino. Em suma, adotava-se uma atitude de mudança pontual e limitada, quase sempre dirigida pelas conveniências da Coroa, mas que não implicava em uma transformação profunda na estrutura da sociedade. Nesse sentido, os dois ilustrados apresentavam-se como admiradores dos clássicos greco-latinos, sensíveis à virada do pensamento representada pelo século XVII, e, sobretudo, eclética e enciclopedicamente interessados em publicações recentes, de cunho utilitário e pragmático. Revelavam-se assim perfeitamente afinados com as principais tendências da Ilustração em Portugal [...]” (NEVES, 2008, p.12)

¹⁸ Sobre a importância da formação em Coimbra para a unidade da elite política brasileira, ver: CARVALHO, 2003.

¹⁹ Há inúmeros estudos publicados sobre José Bonifácio, bem como sobre o Iluminismo português. Para esta breve menção, me fiei no perfil biográfico escrito por Miriam Dolhnikoff, especialmente por trazer de maneira abrangente o cenário intelectual no qual se formou Bonifácio. Ver. DOLHNIKOFF, 2012. Para ilustrar a argumentação, trago uma curiosidade sobre Bonifácio: quando de seu falecimento, o político deixou aproximadamente cinco mil volumes em sua biblioteca. Cf. DEAECTO, 2011, p.114.

também um panorama - caro a esta análise – no qual o universo do livro e da leitura passaram a ganhar proeminência social. Como salientei ainda há pouco, o acesso ao impresso em terras brasileiras ficava restrito ao ambiente religioso, representado pelo manuseio e acumulação bibliófila por parte dos cônegos, bem como pelo mundo secular, neste caso, personalizado pelos profissionais liberais ou proprietários agrários, homens de posses, majoritariamente. O grosso da população, nunca alheia de todo às principais nuances do debate público, recebia a sua “formação” através do compartilhamento de ideias nos espaços de sociabilidade de suas respectivas vilas e cidades. Assim, a transmissão de um conhecimento formalizado passava pela figura de um mediador, alguém douto e capaz de uma operação interpretativa nos textos (muitos, se não a maioria, em língua estrangeira) e que, por isso mesmo, reunia para si um papel central e distinto nas relações sociais. Portar, armazenar, citar e mesmo esconder um livro, em uma sociedade iletrada, representava uma forma de poder simbólico.

Objetos de deleite, formas de acesso ao sagrado e fontes de conhecimento e, por isto mesmo, fatores de poder, os livros contribuíram para que seus leitores questionassem ou viessem a reforçar a ordem estabelecida, fosse ela política, sexual, religiosa ou econômica, tanto no âmbito privado quanto no público. Para os leitores, os livros, assim, inscreviam-se em relações de saber, poder e prazer, sendo importantes na definição de individualidades e sociabilidades. *A desigualdade da distribuição da posse de livros e da capacidade de ler, a dificuldade dos humildes em acessar a ambas e, em certos casos, o caráter estratégico que o saber livresco assumia para as autoridades, tornavam o livro um signo de poder e reforçavam seu prestígio social. A leitura e posse de livros proibidos, ademais, constituíam um privilégio, motivo de concessão régia, obtida com o envio de solicitações de licença aos órgãos encarregados da censura. Signos de poder, privilégios de poucos, posse e leitura dos livros estiveram recortadas pela civilidade das aparências que grassava nas sociedades do Antigo Regime, tornando-se objetos de ostentação [...]. (VILLALTA, 1998, p.10-11. Grifo meu.)*

Por duas vias se deu, portanto, o acesso ao conhecimento impresso: pela condição econômica e pelo domínio das letras. Ora por uma, ora por outra, essas dimensões não eram, entretanto, necessariamente condicionantes entre si, pois os livros fizeram parte tanto do cabedal dos proprietários rurais e comerciantes com grandes posses, quanto do cônego abnegado dos luxos mundanos e dos professores e advogados de poucos proventos. Além disso, houve uma variedade

de segmentos nos títulos circulantes pela colônia: se havia Voltaire e Rousseau na biblioteca de um religioso mais familiarizado com o alfabeto iluminista, havia também os livros técnicos que fizeram, sozinhos ou em pouquíssimo número, a coleção de um boticário nas Minas Gerais (VILLALTA; MORAIS, 2010). Entretanto, ainda que tenha se dado uma disseminação gradativa dos livros e da leitura ao longo do século XVIII e XIX, é possível delimitar algumas marcas nos perfis daqueles que possuíam²⁰ livros no Brasil: em sua maioria, eram brancos, homens e livres. Os historiadores Luiz Carlos Villalta e Christiani Cardoso Morais, em um balanço sobre as bibliotecas mineiras do período colonial²¹ e imperial, especificamente entre os anos de 1714 e 1874, salientam que a esmagadora maioria dos possuidores de livros nas cidades de São João e São José del-Rei, Mariana, Vila Rica e Diamantina, eram pertencentes ao perfil mencionado. Segundo eles,

Na capitania e, depois, província de Minas Gerais, num quadro econômico marcado pela diversificação das atividades, pela presença do trabalho escravo e pelo contraste entre riqueza e pobreza, a posse de livros era marcada pela elitização e por uma uniformidade surpreendente. (VILLALTA; MORAIS, 2010, p. 417).

A investigação da historiadora Marisa Deaecto (2011) para a realidade livresca de São Paulo revela resultados interessantes e que contribuem para a reflexão que foi apresentada até aqui. Mais voltada para a análise qualitativa dos inventários *post mortem* como fontes informativas sobre a posse de livros, Deaecto se pergunta: “fortuna e livros, afinal, devem necessariamente caminhar juntas?” (DEAECTO, 2011, p. 147). A pesquisadora conclui que não há uma lacuna tão grande entre as classes sociais no que toca à posse de livros. Sua análise sugere que, embora a presença de livros tenha diminuído nos inventários em meados do Oitocentos, o número de volumes aumentou naqueles em que havia a presença de bibliotecas²². Sua análise também percebe a formação de uma “cidade dos livros”

²⁰ Há uma distância entre *possuir* e *ler* um livro. Não me é estranha a ideia de que, ainda que uma coleção seja inventariada no montante de um homem, sua família – mulher, filhos e agregados – provavelmente acessavam tal biblioteca. Mesmo que as bibliotecas arroladas em inventários de mulheres figurem em menor número, em comparação com os casos masculinos, conforme apontaram VILLALTA e MORAIS (op. cit.), a leitura feminina é uma prática perfeitamente concebível para o período e ainda pouco estudada. Ver, sobre o tema, o panorama construído pelo historiador Martyn Lyons sobre a leitura feminina no século XIX europeu em LYONS, 1999. Há também uma reflexão sobre a leitura feminina na Província de São Pedro em RANGEL, 2016, p.40-4.

²¹ Para o período colonial há um estudo clássico do historiador Rubens Morais. Ver MORAIS, 1979.

²² Mesmo que a temática da posse e circulação de livros seja ainda rarefeita no Rio Grande do Sul, cabe talvez a citação de alguns exemplos de pesquisas que a tangenciaram. O Padre Boaventura

naquela província ao longo do século XIX, especialmente através da fundação da Academia de Direito como núcleo aglutinador e difusor do saber formalizado.

Ao analisar os inventários de proprietários de livros, tanto daqueles que serviram pra fundar a biblioteca provincial, quanto daqueles que servem de contraponto a sua análise, Deaecto apresenta um exemplo da falta de representatividade feminina na posse de acervos. Uma de suas fontes revela que uma das mais consistentes bibliotecas encontradas em São Paulo na primeira metade do século XIX pertenceu a uma mulher, Genebra de Barros Leite (a autora faz menção a outras bibliotecas em inventários femininos). Todavia, ao explicar a conformação do acervo da personagem, ela informa que tal coleção fora criada a partir dos livros dos homens com os quais Genebra se relacionou na primeira e na segunda núpcias²³. Depreende-se, então, que os livros não constituíam capital simbólico materializado da própria inventariada, mas, sim, do espólio “dos homens da casa”. Outra vez, temos o retrato do perfil geral daqueles que eram investidos simbolicamente no quadro de proprietários de livros e, embora a autora argumente sobre a relativa flexibilidade do acesso aos livros do ponto de vista socioeconômico, a própria sugere – pautada nas investigações da historiadora Márcia Abreu – que, para o período, os livros ainda representavam um bem de considerável valor para o consumo do usuário oriundo dos setores menos abastados. Sobre a dinâmica de uso pelos setores sociais:

A autora [Abreu] ainda observa que o livro correspondia ao bem de menor valor nos inventários [...]. O que não quer dizer que os livros pudessem ser adquiridos por iguais meios em todas as camadas, pois, como pondera Márcia Abreu, “para as pessoas de posses, os impressos não tinham relevância no montante de bens, mas para os menos aquinhoados pela fortuna, eles poderiam, ser considerados caros. Se um livro custava e torno de 1\$000 por volume, era preciso ter uma renda razoável para poder constituir uma biblioteca.” (DEAECTO, 2011, p. 146).

Paradoxal e intrigante é, portanto, a situação do universo das letras no Brasil ao longo do período colonial, especialmente na segunda metade do século XVIII, e durante o século XIX, no período imperial e do início da Primeira República. Por um

Garcia, falecido em 1912, que foi pároco da cidade de São Vicente, no interior do RS, durante 36 anos seguidos, deixou em seu legado uma biblioteca de 33 exemplares – entre eles Dom Quixote de La Mancha, clássico de Miguel de Cervantes, livro avaliado em 3 mil réis, menos do que uma garrafa de vinho do Porto (3\$500 réis). Ver UBERTI, 2011. Ver também WITTER, 2011.

²³ DEAECTO, 2011. Ver especialmente o capítulo II. Ver também DEAECTO, 2010.

lado, os livros e a circulação de ideias encontraram lugar na sociedade, ainda que restrita, respeitando os recortes sociais que, em maior ou menor medida, acessavam as letras²⁴. Por outro, a profunda hierarquização social brasileira, somada à precariedade tanto da produção de conteúdos impressos, quanto de sua utilização efetiva, isto é, sua leitura pela população, resultou em um ambiente rarefeito no que toca à cultura letrada.

Dentro dessa ambiguidade do *haver livros, mas não para todos*, é importante salientar que é no século XIX que o país assiste a um desenvolvimento mais consistente da leitura nos âmbitos menos elitizados. A partir da emancipação política do Brasil, em 1822, a imprensa estabelece bases para o desenvolvimento, não só da prática de escrita, mas das tendências literárias propriamente ditas. Além disso, as instituições de ensino se multiplicam pelas principais províncias do país, não só aquelas empreendidas pelo poder público, mas também aquelas de responsabilidade de professores particulares. Isso não foi sinônimo - é importante salientar - de mudanças estruturais do ponto de vista socioeconômico, especialmente para a população empobrecida dos grandes centros, mas foi, sim, um período de consistente desenvolvimento dos “homens das letras” no país, momento em que a produção literária ganhou cores nacionais, pautadas fundamentalmente nas diretrizes da estética do Romantismo²⁵. As linguistas Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1998, p. 18), ao analisarem a formação do leitor brasileiro, salientam que:

Só por volta de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exibir alguns traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para a produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema [...].

As autoras argumentam que, ao longo do século XIX, a imprensa passa a receber um investimento daqueles que pretendiam iniciar uma carreira literária e se fazer conhecidos nas letras nacionais. Este processo proporciona o surgimento da

²⁴ Há que se levar em conta que algumas obras possam ser consideradas como *objetos de afeto*, não sendo listadas em inventários por terem sido destinadas ainda em vida entre as redes de sociabilidade tanto familiares, quanto fraternais e de compadrio. Essa prática pode ser ilustrada pela doação de Bíblias entres membros de uma família, geralmente na sucessão geracional, configurando uma prática envolta tanto na área da herança material quanto da imaterial.

²⁵ Não é minha intenção discutir a formação ou caracterizar o Romantismo literário que perpassou o século XIX no Brasil. Todavia, indico as obras clássicas do crítico literário e sociólogo Antônio Cândido de Mello e Souza, *Formação da literatura brasileira* (2013 [1959]) bem como a do também crítico literário e historiador Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira* (2006 [1970]).

figura do autor: desvinculado daquela prática dos professores das instituições de ensino que apenas compilavam materiais didáticos para suas aulas. O indivíduo que se vale das folhas do jornal para publicar críticas literárias, poemas e romances folhetinescos é aquele que cria, através de seu estilo, uma prática nova. De acordo com as autoras, o primeiro momento do romantismo brasileiro e, por consequência, o das letras nacionais, se dá através de autores que não conseguem acessar financeiramente as cotas para publicar suas obras em casas editoras e que, por isso, tem de recorrer a imprensa para vincular suas publicações em folhetins. Além disso, uma nova linguagem literária se estabelece nesta iniciativa, de maneira que o leitor, isto é, o público alvo, passa a ser um interlocutor na narrativa dos autores. A intenção, com isso, é a “conquista” do público para as narrativas, ou, como posto por Lajolo e Zilberman, o “estabelecimento da cumplicidade” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 23).

Nesta dinâmica, há também o desenvolvimento do leitor. Se, como venho pontuando até aqui, os livros não consistem em bens de fácil acesso do ponto de vista da aquisição, pelos folhetins os textos se tornam mais acessíveis, proporcionando a um número maior de pessoas o manuseio²⁶ – ainda que exista a restrição do letramento precário. As autoras salientam que para o cenário livresco no Brasil:

As dificuldades técnicas, contudo, não eram o problema maior. Pior era o fato da população, até o final do século XIX, contar com mais de 70% de analfabetos, problema para o qual intelectuais como Machado de Assis e José Veríssimo alertam. A permanência da escravidão negra, fator de violenta clivagem social entre os poucos brancos educados e o grande número de pretos analfabetos, era a marca mais ostensiva do atraso cultural, emblema de uma economia que a modernização escandalizava (LAJOLLO; ZILBERMAN, 1998, p. 64).

²⁶ A historiadora Carla Gomes (2012, p. 48), pautada em MOREL e BARROS (2003), salienta que, a partir da década de 1830, há um crescimento da imprensa periódica do Rio de Janeiro imperial. Segundo ela, “se a constatação do amplo analfabetismo da população serve para qualificar a capacidade ou incapacidade de leitura da sociedade brasileira, ele não é, no entanto, suficiente para inviabilizar o acesso aos textos, tampouco impedir o interesse sobre o que era escrito, nem mesmo a sua compreensão, a formação de uma opinião ou posicionamento. O que se percebe pelo aumento e a persistência dos periódicos em circulação é que, embora o analfabetismo constituísse um sério entrave para o desenvolvimento cultural da população, ele não diminuiu a necessidade da cultura escrita; ao contrário, os periódicos foram um estímulo à circulação de ideias e um apêndice importante para o letramento dos jovens”.

O que se percebe da situação do acesso às letras no país para o período imperial não destoa drasticamente daquilo que se desenhou para o século anterior. O vão entre letrados e iletrados é acentuado - sem, contudo, dirimir as nuances de letramento entre o totalmente analfabeto e os eruditos das academias - e, dessa dinâmica, despontam as figuras do homem de letras e do intelectual, agentes centrais neste universo das letras de que venho falando²⁷. Se a educação pública abrangente como iniciativa do Estado Brasileiro não contemplava a maioria da população, conseqüentemente não promovendo um ambiente de leitores²⁸, as academias e escolas técnicas estabelecidas em território nacional, por sua vez, proporcionaram o desenvolvimento da classe das letras no Brasil. Assim, instituições como as Academias de São Paulo e Olinda e as escolas técnicas e liceus do Rio de Janeiro, passam a conformar, juntamente com outras instituições associativas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e suas congêneres provinciais, um *ethos* letrado, em que a escrita da história e da literatura do e sobre o Brasil eram a força de atração. O texto, como ponte entre a escrita e a leitura, passa a ser ferramenta de legitimação desta classe, e a produção e circulação de livros se fundamenta no próprio exercício crítico de recepção destes grupos. Em resumo, o saber se formalizava dentro dos muros destas instituições que, por suas dimensões simbólicas dentro da ambientação social brasileira do Oitocentos, constituíam-se

²⁷ As definições sobre o “homem de letras” e o “intelectual” aparecem ainda em aberto no debate historiográfico. Se por um lado as duas são úteis para definir um mesmo conjunto de práticas sociais que destacavam os sujeitos na sociedade Oitocentista, isto é, aquele que se destacava pelas habilidades em manusear os códigos da chamada “alta cultura”; por outro pode não haver uma homogeneidade assim tão clara, uma vez que o título “intelectual” possa ser aplicado ao agente mais especializado, vinculado à alguma instituição de produção de conhecimento, e mesmo de um campo autônomo. Além disso, há a dimensão, aí mais voltada para o final do século XIX, que estabelece o intelectual como aquele que, sendo homem de letras, torna-se agente do debate público, personagem protagonista das discussões amplas e que envolvem toda a sociedade, servindo de catalisador da formação de opinião pública, especialmente por seu posicionamento político. Para o caso brasileiro, ver, dentre outros, as definições de GONTIJO, 2006, p. 23; VENÂNCIO, 2015, p. 38-43; MICELI, 2001 [1977], p.13-69 e PÉCAULT, 1990, p.19-33. Para o caso francês, talvez o ambiente mais exemplar dessa dimensão do debate público nas décadas finais do século XIX, especialmente a partir do *Affair Dreyfus*, ver CHARLE, 1990, p. 17-65 e SIRINELLI, 1997; Para o caso europeu, ao longo do século XIX, ver também CHARLE, 2001 [1996]. Para uma reflexão que retoma o “estado da questão” tanto no caso europeu, quanto no caso americano, ver RYAN, 2003. Para uma reflexão atual sobre a apropriação dos espaços midiáticos e a decorrente redefinição do papel dos intelectuais ver CORRIVEAU, 2017. Para uma aproximação entre a história cultural e o conceito de intelectuais, mais voltada para o século XX, ver DUCLEERT, 2003.

²⁸ Lajollo e Zilberman (1998, p. 156) indicam um cenário de precariedade que adentrou o século XX, tanto no que toca a educação pública (e, por isso, a formação de potenciais leitores), quanto no que diz respeito ao incentivo ao professor, também autor de materiais didáticos para o letramento. Para elas, “aparentemente o século XX, começava não muito diferente de seu antecessor: a República não cumprira as promessas; o Estado limitava-se a cooperar com certos autores e a resolver casos específicos, omitindo-se do problema geral e deixando de implementar uma política efetivamente eficiente. [...]”.

(talvez mesmo por reivindicação) em bastiões da cultura letrada nacional. No cabedal deste *habitus* em formação, os livros estavam presentes como *ferramentas* dos agentes deste campo intelectual em formação.

1.3 As letras no sul e as possíveis representações de Alcides e sua biblioteca

O cenário das letras na então Província de São Pedro, ainda que padecendo da mesma rarefação prática com relação ao acesso à cultura letrada²⁹ que caracterizava a colônia e o império, assistia a um gradual desenvolvimento, especialmente no que tange à criação e permanência de periódicos impressos. Gomes nos informa que em 1827 teve lugar em Porto Alegre a edição do primeiro jornal impresso da região, conhecido como *Diário Portoalegrense*, e que a produção deste periódico foi possível por uma iniciativa da população melhor posicionada economicamente que, demonstrando “seu apreço pela palavra escrita” (GOMES, 2012, p. 58), adquiriram o maquinário necessário para a impressão. O ambiente da divulgação de textos, noticiosos ou de caráter oficial, cresceu, assim, ao longo das décadas, percebendo desenvolvimento mesmo no período das contendas que conformaram a guerra civil entre o movimento Farroupilha e o Estado imperial, entre os anos de 1835 e 1845. A autora acrescenta que:

Ainda que as condições gerais da instrução pública fossem bastante precárias, principalmente pela falta de professores, e o ensino secundário realizado, em grande parte, por professores particulares em aulas avulsas, esse ato coletivo dá início a uma série de publicações periódicas, que no espaço de 09 anos chega a 36 títulos. Além disso, somam-se ao conjunto de produções do período os panfletos ou folhas avulsas, denominadas *correspondências*. São impressos que expressam opiniões variadas sobre as questões políticas do momento, os também chamados manifestos ou proclamações, distribuídos na maioria das vezes junto com os exemplares de circulação regular. (GOMES, 2012, p. 58).

A circulação de materiais impressos, assim, contribuiu para o desenvolvimento de uma *cultura de periódicos*, bem como estabeleceu, aos poucos, a conformação de ambientes de sociabilidade para a congregação daqueles que produziam e consumiam os veículos impressos e os livros da capital da província, uma vez que, na ausência dos glamurosos cafés e livrarias que só teriam lugar

²⁹ Segundo a historiadora Carla Gomes (2012, p. 51), data do final do século XVIII os primeiros registros sobre a atividade pública de professores na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

como ponto de encontro intelectual em Porto Alegre ao final do século XIX, os locais de venda e divulgação do universo das letras eram as mercearias e as próprias tipografias impressoras. Nestes espaços, a leitura silenciosa e a discussão sonora comungavam da mesma característica cultural: a formação de um público envolto em letras. Ali, as páginas fomentavam as disputas políticas, as observações da vida cotidiana e dos comportamentos de suas gentes, bem como os serviços oferecidos pelos convivas da capital (GOMES, 2012, p. 85). Embora Porto Alegre não fosse demograficamente comparável com as cidades de São Paulo e do Rio Janeiro, e que, de maneira geral, não tivesse nenhum destaque do ponto de vista educacional para o período, é importante salientar que, aos poucos, o universo das letras ia se desenvolvendo pautado na amplitude dos títulos e da circulação destas iniciativas periodistas. Ainda conforme Gomes (2012, p. 94):

Se considerarmos apenas os periódicos de maior permanência, eles serão responsáveis por 20 anos ininterruptos de exercício público da escrita. Tal constatação importa na medida em que qualifica o espaço de atuação desses periodistas e ajuda a reforçar a importância da atuação das folhas periódicas na difusão da cultura letrada na sociedade brasileira em geral, e na rio-grandense em particular. Assim, se por um lado esse é ainda um ambiente de leitura rarefeita devido à carência de um amplo e eficiente aparato educacional, por outro é possível vislumbrar o interesse, a vontade e a necessidade daquelas pessoas de desfrutarem do mundo contido nos impressos, e cujo acesso aos textos poderia dar-se pelo compartilhamento entre os vizinhos, pela leitura em voz alta ou pelo próprio ato individual.

Retomando a questão da educação formal na Província, é importante salientar que somente na segunda metade do século XIX é que se estabelecem bases mais consistentes para o desenvolvimento das práticas escolares por parte do poder público. Em um balanço que analisa as décadas finais do período colonial até meados do Oitocentos, Regina Schneider (1993, p. 374) assevera dizendo que “o Brasil do século XIX tinha um aluno por noventa habitantes”, demonstrando que, ao menos na esfera pública, a formação popular nas primeiras letras foi ineficiente, havendo escola, sim, mas sem um ensino contínuo e de formação até a vida adulta³⁰. Na esfera particular, a autora argumenta que havia iniciativas

³⁰ Em seu estudo, Schneider traça um panorama da evolução da educação na Província, desde o final do período colonial até a década de 1880, expondo os diversos Regulamentos que intentaram normatizar as práticas públicas, bem como as diferentes demandas dos presidentes provinciais neste intuito. A autora conclui que, embora houvesse uma preocupação crescente com o letramento

educacionais³¹, principalmente aquelas vinculadas ao ensino das instituições religiosas e de professores particulares, mas que, ainda assim, a situação não se diferenciava de todo, havendo exclusão, por exemplo, da população de negros escravizados – com desdobramentos impeditivos parecidos para a sua descendência livre – bem como das mulheres, que só nas décadas finais do século puderam se inserir mais efetivamente como professoras e alunas (SCHNEIDER, 1993, p. 283 et seq).

Neste ambiente educacional é que se insere, ao longo das décadas de 1870 e 80, o jovem negro Alcides de Freitas Cruz, através de suas passagens pelos colégios Souza Lobo³² e Ginásio São Pedro³³, além da Escola Militar (CAMPOS; MOREIRA, 2017, p. 11; GRIJÓ, 2005, p. 117). Além de contar com a rede de amparo familiar, sustentadas por sua mãe e avó, Alcides, possivelmente, fez uso dos capitais sociais de seu tio materno, Leopoldino Joaquim de Freitas, professor do Liceu D. Afonso, e diretor da Instrução Primária da Província no ano de 1854 (SCHNEIDER, 1993, p. 115)³⁴. Não fosse por estes acessos estratégicos, a formação educacional daquele jovem negro, bisneto de escravizados alforriados, talvez seguisse a mesma tônica da ampla maioria da população da província, isto é, pouca aptidão para as letras e a decorrente marginalização própria de um período profundamente hierarquizado a partir de critérios discriminatórios de raça. O historiador José Antônio dos Santos (2011), em sua análise sobre a intelectualidade negra em Porto Alegre no final do século XIX, salienta que uma das constantes

popular, ao longo das décadas houve sempre uma deficiência tanto na formação de professores, quanto na ampla abrangência de estudantes pela escola pública.

³¹ Dentre as iniciativas esparsas e de pouca duração, destaco aqui a do professor e jornalista Apolinário Porto Alegre que, em 1876, estabeleceu o Instituto Brasileiro, escola que visava a formação secundária na Província. Até os anos de 1873 havia o Ateneu Rio-grandense como instituição pública de formação secundária, mas, por determinação do presidente da Província, esta instituição foi fechada, ficando as escolas, como a do professor Porto Alegre, com o encargo de formar os provincianos nas faculdades das línguas portuguesa, inglesa, francesa e latina, bem como em geografia, história, retórica e literatura. Ver LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 138-9.

³² Em 1882 saía no jornal *O Conservador* uma listagem dos aprovados no colégio chefiado por José Theodoro de Souza Lobo, correspondente ao ano anterior, na qual Alcides figurava como aprovado em português, e plenamente aprovado em inglês. Ver *O Conservador*, 7 de janeiro de 1882, p.2.

³³ Citando o Diretor da Instrução Pública Adriano Nunes Ribeiro, Eduardo Arriada (2007, p. 93) menciona o Colégio Souza Lobo e o Ginásio São Pedro entre as principais escolas secundárias da Província.

³⁴ Segundo a autora (1993, p. 115), “como ainda não tivesse sido organizado o Regulamento da instrução primária estabelecido pelo artigo 28 da Lei 194 de 1850, o presidente, através da Portaria de 3 de março de 1854, determinou a elaboração de um projeto do mesmo. Esperava que o professor Leopoldino Joaquim de Freitas o confeccionasse com brevidade e o apresentasse para ser aprovado”. Para tanto, Regina Schneider utiliza o próprio relatório escrito pelo diretor, publicado em setembro de 1854

bandeiras de luta das mulheres e dos homens negros erguidas por meio de jornais como *O Exemplo*³⁵, era a reivindicação de melhores condições educacionais para os seus, que mesmo quando inseridos nos institutos educacionais formais, eram submetidos sempre a situações de inferioridade (SANTOS, 2011, p. 145 et seq.). O mesmo é ressaltado pela historiadora Melina Perussatto (2015, p. 6), que reflete sobre as representações da escolaridade para a população negra, mencionando também as reivindicações presentes n’*O Exemplo*, argumentando que naquele momento:

O domínio da leitura e da escrita poderia significar possibilidades de mobilidade social, acesso a formas de trabalho mais dignas, despertar a consciência da necessidade de luta por direitos políticos e civis e contra o preconceito racial e, como isso, subverter os papéis sociais e a ordem que se pretendiam manter.

As demandas da população negra materializada por estes grupos de agentes sociais que se manifestavam pela imprensa evidenciavam o problema de que a formação de um público leitor ativo era comprometida, assim, pelas poucas opções de formação, por impedimentos que extrapolavam as normas e que se consolidavam na prática cotidiana, não havendo para a população socialmente desfavorecida uma política pública de incentivo neste sentido. Mesmo para aqueles que já transitavam pelas letras na capital eram insuficientes os locais apropriados para as práticas de leitura, salvo algumas exceções³⁶. O paradoxo se estabelece, portanto: havia impressos em escala considerável e interesse pela circulação das letras por parte de iniciativas individuais ou de pequenos grupos, conforme o sugerido acima; não havia, entretanto, bases sólidas para o desenvolvimento abrangente de uma *cultura das letras*. Nesse sentido, a fala do conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão,

³⁵ O jornal *O Exemplo* foi um periódico fundado por negros dos setores médios de Porto Alegre, que circulou entre os anos de 1892 e 1930, e tinha como principal objetivo a veiculação de notícias e textos sobre questões concernentes à situação da população negra da capital. Para maiores informações sobre o periódico, ver ZUBARAN (2008, p. 166), PINTO (2010, p. 137-171), SANTOS (2011) e MULLER (2013, p. 120-136).

³⁶ Há que se mencionar que houve na capital tentativas de formação de “ambientes para as letras” ao longo do século XIX como, por exemplo, o Gabinete de Leitura (1852), Gabinete de Leitura Porto-Alegrense da Firma Wanzüller (1854), Gabinete de Leitura do Livreiro Henrique Rosenhain (1869), e o Gabinete de Leitura Porto-Alegrense de Siqueira Coutinho e Companheiros (1872) (TORRESINI, 2010, p. 240). Mesmo em 1831, segundo a historiadora Elisabeth Torresini, houve uma tentativa frustrada de fundação de um gabinete de leitura em Porto Alegre. Entretanto, como mencionei acima, estas empresas estavam vinculadas à pequenos livreiros ou associações de homens de letras, como o *Parthenon Literário*, não sendo, assim, iniciativas públicas. É forçoso o registro destas tentativas, todavia, uma vez que ilustram o desenvolvimento – ainda que lento - e a valorização das práticas de leituras e da circulação dos livros em Porto Alegre.

então presidente da Província, em 1859, é ilustrativa. Dizia Fernandes: “não há nesta capital uma só livraria, um único gabinete de leitura: esta falta é por demais sensível, e mesmo para estranhar-se” (apud SCHNEIDER, 1993, p. 200.). Fernandes solicitava ainda que a Assembleia Provincial criasse uma biblioteca pública, pedido que ecoaria sem resposta por mais algumas décadas³⁷.

É provável que pelo acionamento de algum capital social familiar Alcides Cruz tenha rompido essa barreira do acesso aos meios educacionais, e já na Escola Militar acessara as letras como autor, passando a colaborar – segundo o próprio – no jornal colegial *A Luta*, em 1886, então com 19 anos (CRUZ, 2017a [1893], p. 28), juntamente com outros colegas. A iniciativa dos jovens vinculados à escola contribui para exemplificar o intento particular tanto do impulso periodista, quanto dos agrupamentos em prol da projeção social.

Neste sentido, me detenho no que nos diz a historiadora Cássia Silveira (2008) que, ao analisar a conformação de uma das principais agremiações culturais da província no Oitocentos, o *Parthenon Litterario*, trouxe à baila o esforço existente entre alguns personagens, de uma geração anterior a de Alcides, na tentativa do estabelecimento das letras nestas plagas, bem como a situação paradoxal de que falei acima. Silveira (2008, p. 39) contribui para o que venho expondo até aqui com relação ao cenário precário do desenvolvimento das letras entre a população em geral. Segundo ela,

As belas letras não constituíam, certamente, uma prioridade para o povo rio-grandense no século XIX, no mínimo porque cerca de 76 % da população desta província era analfabeta. Embora já houvesse associações e periódicos muito preocupados com a ilustração de seus habitantes, a revista *O Guayba*, fundada em 1856, é considerada a primeira do Rio Grande do Sul de caráter exclusivamente literário tendo, entre seus colaboradores, os indivíduos que formaram a primeira geração romântica rio-grandense.

³⁷ Em 1871, a partir da Lei Provincial 724 de 14 de abril, o poder público autorizava um valor de 8:000\$000 réis para a aquisição de obras e outros recursos necessários para o estabelecimento de uma biblioteca pública na Província (SCHNEIDER, 1993, p. 291). Contudo, o projeto, entre um trâmite e outro, se consolidaria apenas em 1877. O acervo inicial constava de 1.809 obras em mais de 3.500 volumes (TORRESINI, 2010, p. 243), simbolizando finalmente o estabelecimento de um monumento público às letras na capital. Inicialmente, a biblioteca funcionou junto ao prédio do Liceu D. Afonso - depois Ateneu Porto-alegrense - para, em 1922, ganhar prédio próprio, no centro da capital (BAKOS, 2001, p. 156), em um período no qual o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) dominava a administração pública do já Estado do Rio Grande do Sul.

A autora argumenta que a iniciativa de um grupo de 20 jovens, mormente nascidos nas décadas de 1840 e 50, caminhava no sentido de contribuir para a ilustração do povo rio-grandense, fazendo coro a um projeto nacional que visava colocar o país no “rumo da civilização”³⁸, especialmente através da cultura letrada (SILVEIRA, 2008, p. 65 et seq.). Todavia, sua investigação demonstra igualmente que, ao estabelecer um local como centro difusor e congregador desta cultura letrada, com códigos e ritualística própria, os membros do *Parthenon* fundaram também um símbolo de legitimação cultural e, como desdobramento, um instrumento de ascensão social, uma vez que, ao fazerem parte de um reduto de letrados, os indivíduos ingressantes naquela instituição – ou que possuíam relações exógenas com ela - passavam a comungar da mesma *chancela* daqueles já estabelecidos. Assim, através de uma dinâmica perversa, a tentativa de divulgar a cultura produzida na Província aos quatro ventos – o que foi feito através da *Revista do Parthenon* - resultou também em uma separação já pontuada no presente texto, entre aqueles que detinham o manejo das letras e aqueles que não. A pesquisadora salienta que:

Em meados do século XIX, no Brasil, não havia, ainda, regras instituídas e plenamente definidas que regessem a produção e a divulgação da literatura. Todos os limites e possibilidades do campo ainda em formação estavam por ser construídos justamente por agentes como os [...] estudados. *As tentativas de alargar ou de estreitar o conceito de literatura, a estipulação daquilo que cabia ou não à prática do literato, eram coisas que estavam em disputa constante.* E estas definições seriam construídas de forma concomitante com a prática, sendo cada agente motivado por interesses a um só tempo particulares e partilhados (SILVEIRA, 2008, p. 150-1. Grifo meu.).

O *Pathenon Litterario* fora uma experiência, então, em que as sociabilidades estavam inseridas em uma situação de disputa velada, na qual os cânones de um projeto cultural, neste caso, estritamente ligado à literatura, conformavam-se em cores regionais, contando com ditames, *permissões* e apadrinhamentos próprios e que viabilizavam aqueles que dariam seguimento ao projeto. E neste jogo de símbolos, o texto, a escrita, os saraus e as bibliotecas faziam parte do arsenal de

³⁸ Silveira (2008, p. 166) salienta que “a defesa da civilização e do progresso, porém, não passava apenas pelo entendimento de uma série de códigos culturais, mas também pela construção de um determinado modelo de sociedade. O país sonhado por aqueles letrados era composto por cidadãos instruídos, civilizados, educados; mas tudo isso seria em vão se alguns “cancros” sociais perdurassem na nação brasileira: era o caso do escravismo, da monarquia e da pouca instrução oferecida às mulheres (que, afinal, criavam os vultos da pátria)”.

que dispunham *os Porto Alegres, os Bittencourts, os Ribeiros e as Abreus*³⁹. O texto de Silveira é substancial, portanto, para que possamos pensar o acesso às letras como forma de reconhecimento e distinção social, assim como para o estabelecimento dos agentes dentro das estruturas sociais da cidade de Porto Alegre da segunda metade do século XIX e início do XX.

Outra vez reduzindo a escala e trazendo a análise para a trajetória de Alcides de Freitas Cruz que, nascido em 1867, fez parte da geração posterior à dos fundadores do Parthenon, tendo atuado nas letras⁴⁰ juntamente com Aurélio de Bittencourt Jr, filho de um dos fundadores daquela instituição, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, nos deparamos com processos de trânsito e inserção nas redes de sociabilidade e promoção social. A operação das letras fora fundamental para que o personagem acessasse espaços socialmente mais distintos do que aqueles de sua origem, fazendo com que Cruz mantivesse contato direta e indiretamente com as figuras do cenário das letras de sua época. Escrevendo para pequenos jornais em sua juventude e participando da vida política de Porto Alegre, também desde o ano de 1886, ao filiar-se ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR)⁴¹, Alcides construía uma figura social pautada na atividade intelectual, provavelmente visando dirimir as vicissitudes advindas da cor de sua pele, e almejando enquadrar-se no *ethos* daquela contemporaneidade⁴² que caracterizava um ambiente no qual:

O que fazia desses indivíduos sujeitos respeitados em sua época era um conjunto de fatores que incluía as participações na imprensa periódica, o domínio dos códigos da cultura letrada (como o

³⁹ Faço alusão à Apelles Porto Alegre (1850-1917), Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919), Hilário Ribeiro (1847-1886) e Luciana Abreu (1847-1880), todos membros do *Parthenon* e mencionados nas discussões contidas no texto da historiadora Cássia Silveira.

⁴⁰ De acordo com o pesquisador João Pedro dos Santos (2000, p.68), Alcides fundou em 1902, juntamente com Aurélio Jr. e Loureiro Chaves o jornal *Gazeta do Foro*. Em sua investigação sobre Dário de Bittencourt, filho de Aurélio Jr., a historiadora Maria Lanziotti Barreras (1998, p.44) informa que Aurélio Jr. dirige o jornal em 1903.

⁴¹ O envolvimento de Alcides com a causa republicana fora registrada já em 1885, quando de sua participação na fundação do *Club Litterario Democratico Vinte de Setembro*, tendo sido eleito membro da organização daquela agremiação que tinha por fim “[...] propagar as idéas republicanas e trabalhar em prol da litteratura nacional, por meio da imprensa e da tribuna das conferencias.” (A Federação, 21 de setembro de 1885, p. 2). Lembro aqui que o Partido Republicano Rio-grandense fora fundado em 1882.

⁴² O escritor Leo Spitzer (2001, p. 203) analisando processos de adaptações sociais, notadamente por estrangeiros ou por membros de grupos socialmente rejeitados, salienta que “[...] como resposta à sua “situação somática” específica, muitas pessoas de cor descobriram que era preciso adotar uma estratégia diferente. Perceberam, por um lado, que certamente precisavam enfatizar o rigor minucioso de sua conformidade cultural com o grupo dominante. Necessitavam destacar suas realizações acadêmicas, sua conduta e suas maneiras, sua obediência às normas dominantes sobre o vestuário e a aparência externa, e sua conquista dos objetos e símbolos materiais associados à sociedade burguesa europeia”.

conhecimento de idiomas, das ciências e de diversos autores prestigiados), as relações mantidas com outros indivíduos conceituados e, em muitos casos, a própria origem social. (SILVEIRA, op. cit., p. 52).

Embora não participasse de associações aos moldes do *Parthenon Literário*, Cruz vinculou-se a vida partidária e a carreira acadêmica já em 1891⁴³, concluindo o curso de direito em 1897 na prestigiada Faculdade de Direito de São Paulo, e estas inserções, para além das evidentes intenções pessoais do personagem, provavelmente visaram cumprir esses pré-requisitos relacionados por Silveira, uma vez que aquele da *origem social*⁴⁴ não representava efetivamente um capital acionável para Alcides quando da projeção de uma *imagem social*⁴⁵. Contribui neste sentido o historiador Fabiano Engelmann (2001, p. 122), quando salienta que, para este período da segunda metade do século XIX, “o título de bacharel em direito configura-se como um dos trunfos que contribuía para a legitimação da posição social de elite detida de ‘antemão’ por aqueles que se inseriam nas lutas políticas que ocorriam então na província sul-riograndense”. Além disso, o exercício de atividades públicas e a exposição de uma figura respeitável (associada aos códigos distintivos da época) por um homem negro naquela sociedade profundamente marcada pela experiência da escravidão do final do século XIX, também se configurava com uma forma de prática de cidadania. Era, sobretudo, um manejo identitário, fluído e que contava com as ferramentas sociais disponíveis, ou, como sugeriu Santos (2011, p. 136), uma dinâmica na qual rebeldia e acomodação faziam

⁴³ O irmão de Alcides, Leopoldo, nasceu quatro anos antes, de maneira que ambos estavam em idade de cursar a Faculdade de Direito simultaneamente. Entretanto, Alcides matriculou-se no mesmo ano em que Leopoldo finalizou seu curso (SANTOS, 2000, p. 67), de modo que é possível supor que essa foi mais uma estratégia familiar para prover os estudos de seus membros, isto é, os recursos que mantiveram um dos membros da família, deveriam, então, ser destinados a outro. Nessa reflexão, é preciso levar em conta os custos de deslocamento e manutenção de um estudante em outra Província durante os anos de duração do curso, o que talvez pesasse no orçamento da uma família que ocupava um estrato médio-baixo na sociedade Porto-Alegrense. No caso de Cruz, de acordo com João Pedro dos Santos (idem), as visitas à província paulista eram esporádicas, exatamente por conta da pouca condição financeira e da impossibilidade de exonerar-se de suas funções públicas.

⁴⁴ Como o mencionado acima, provavelmente contou com a influência de seu tio materno para acessar determinados espaços de poder, pois sua família, de um modo geral, não estava colocada entre aquelas distintas na sociedade porto-alegrense. O suporte familiar de Alcides e de seus irmãos ficou a cargo da mãe, Adelaide Leopoldina de Freitas e provavelmente da avó materna, Estefânia Maria da Assunção. Para uma reflexão a partir da genealogia de Alcides ver CAMPOS; MOREIRA, 2017.

⁴⁵ É importante ressaltar que Alcides não negava suas origens sociais e étnicas e tampouco as omitia. No texto que sucede o terceiro capítulo desta dissertação, que chamei de *A Fuga de Alcides Cruz*, serão expostas algumas contendas travadas pelo personagem por ofensas recebidas relacionadas a cor e o seu posicionamento racial.

parte da transposição das barreiras étnicas. Conforme argumenta o historiador Petrônio Domingues (2009, p. 241):

Longe de identidades reificadas e cristalizadas, os afro-gaúchos forjaram identidades plurais, plásticas e maleáveis, constrangidas pelos contextos e pelas correlações de forças específicas. Nesse sentido, o pós-abolição deve ser visto como um campo de disputas, e não como uma realidade dada, uma herança inexorável da escravidão. É verdade que os negros já entraram em campo em posição de desvantagem em relação aos brancos, com o placar lhes sendo muitas vezes desfavorável, mas nem sempre eles perderam. Com engenhosidade, versatilidade e usando armas de diversos tipos e calibres, os negros selaram conexões diversas, travaram alianças ambivalentes, capitalizaram as possibilidades e frestas do sistema, fizeram escolhas, negociaram suas identidades e lealdades até conseguirem reverter o placar e ganhar o jogo [...]

Levando em consideração tal perspectiva, podemos conceber a participação de Cruz no meio letrado da capital como uma aposta no intuito de estabelecimento social, assim como a sua vinculação com o movimento republicano gaúcho, que teve no personagem um devotado membro⁴⁶.

Após a definitiva ascensão do líder máximo do PRR na década de 1890, Júlio de Castilhos, e de seu sucessor, Antônio Borges de Medeiros, ao poder executivo do estado, os quadros partidários do republicanismo gaúcho passaram a fazer parte da administração pública nos mais variados setores. Com Cruz não foi diferente: em 1891 ele foi eleito deputado estadual, e, entre os anos de 1893 e 1895, participou, ao lado dos castilhistas na Revolta Federalista, na qualidade de alferes secretário do 7º batalhão de infantaria da Guarda Nacional⁴⁷. Foi em 1900, entretanto, que Alcides, já bacharel em direito, participou do projeto que talvez tenha contribuído de maneira mais consistente para a produção de uma imagem social, a fundação da Faculdade de Direito e Porto Alegre.

⁴⁶ Quando da morte de Alcides Cruz, *A Federação*, jornal oficial do PRR, publicou uma extensa nota de falecimento, na qual dizia: “Na política, onde militou desde academico, no nosso partido, constituiu, hoje, com o nosso amigo coronel Antonio Soares de Barcelos, os dois deputados estaduaes mais antigos, tendo sido reeleitos, sucessivamente, em diversas legislaturas”. Ver *A Federação*, ano XXXIII, n.61, terça-feira, 14 de março de 1916. Grafia original. A inserção partidária do personagem permitiu a sua eleição para cinco legislaturas como deputado estadual.

⁴⁷ Em *A Federação*, 19 de abril de 1894, há um noticiário que informa dos últimos acontecimentos da contenda, onde se pode ler o nome de Cruz no cargo mencionado.

A criação da Faculdade de Direito de Porto Alegre foi empreendida por particulares, advogados e desembargadores da cidade⁴⁸ que, na ausência de academias superiores de direito na capital, reuniram-se para o estabelecimento de um curso ainda nas dependências do antigo Liceu D. Afonso (SANTOS, 2000, p. 49). Entretanto, conforme apontou o historiador Luiz Alberto Grijó (2009), o poder público republicano, nas pessoas dos líderes citados acima, fez-se presente, tanto física, quanto ideologicamente, ainda que o discurso oficial fosse no sentido contrário:

Assim, é mais correto afirmar que a presença das escolas superiores no Rio Grande do Sul permitia ao comando do PRR e do governo um controle sobre a formação superior não necessariamente por mecanismos administrativo-financeiros diretos, como seria no caso de um ensino superior "oficial", mas por meios mais difusos e informais que não eram menos eficazes, tais como a dependência destas de financiamentos e outras benesses dos poderes públicos, bem como através do exercício da patronagem e do uso de vínculos político-partidários e de parentesco entre agentes das instituições e agentes do governo e/ou do partido. Muitas vezes a mesma pessoa tinha vinculações estreitas em todas estas instâncias. (GRIJÓ, 2009, 307).

Grijó (2005, p. 182) demonstra que dos 25 fundadores da Faculdade, 12 eram filiados ao PRR, e o pesquisador ainda supõe que pela atividade jurídica vinculada ao poder público, como promotores e juízes, os que não eram diretamente vinculados faziam parte do raio de influência do partido. Em sua pesquisa, o autor prossegue o argumento do estudo desenvolvido pelo sociólogo Sergio Adorno (1988), para quem o ambiente das faculdades oitocentistas era propício não para a formação de doutrinadores e teóricos⁴⁹, mas, sim, para novos quadros políticos imperiais, e estende essa conclusão à ainda jovem República da virada do século XIX para o XX. Em suas palavras:

⁴⁸ Além de personagens vinculados ao “mundo do direito”, outros nomes sem *vínculo direto* fizeram parte da fundação da instituição, dentre eles, o quase “onipresente” Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Em GRIJÓ, 2005 e SANTOS, 2000, há a listagem completa de todos os envolvidos, que aqui serão individual e ocasionalmente mencionados.

⁴⁹ Engelmann (2001, p. 126 e seq.) salienta que apenas na década de 1930 é que a produção autoral dos professores vai se ampliar sem, contudo, haver um rompimento com as proposições dogmáticas características do final do século XIX e começo do século XX. É com a geração nomeada pelo autor de “católicos”, a partir da década de 1940, que ocorrerá maior distanciamento do positivismo estatal e um alinhamento ao pensamento católico.

Tem-se, de um lado, parte dos estudantes que passaram pela Corte como filhos de funcionários de elevadas posições e os professores que fizeram caminho semelhante como servidores da coroa. De outro, os estudantes de origens provinciais, possivelmente a maioria, sem o trânsito ou vivência no Rio de Janeiro "desde casa" com que contavam os primeiros. Porém, quaisquer que sejam as origens dos agentes considerados, estavam todos mais ou menos acostumados ou mesmo inseridos nas formas que assumiam as disputas político-partidárias, uns no mundo da Corte, outros nos mundos paroquiais e/ou das cidades provinciais. (GRIJÓ, 2005, p. 44. Grifo meu).

Assim, a participação de Alcides Cruz pode ser enquadrada nestas características⁵⁰, uma vez que o personagem esteve ligado ao partido já nos anos seguintes ao de sua fundação, e que o republicanismo tenha sido o mote de sua posição política desde a sua juventude⁵¹, de modo que a sua presença na Faculdade de Direito de Porto Alegre também pode ser entendida como um corolário de uma carreira dedicada ao PRR. O jogo de representações e simbologias presentes na trajetória de Cruz, destarte, ganhou novos elementos, de maneira que negro bisneto de escravizados passou à sociedade porto-alegrense como distinto professor de direito da faculdade da capital e como homem de letras. Naquela instituição, Cruz se estabelece como lente substituto e, posteriormente, como professor titular, permanecendo nesta posição até o fim de sua vida, em 1916. Dentro do quadro dos professores fundadores, foi um dos mais longevos⁵².

Ao falecer, como que em um último ato, o professor Alcides deixou os seus livros para ampliar o acervo⁵³ da instituição que o distinguiu, em um montante de mais de oitocentos títulos, enriquecidos com as mais variadas áreas do conhecimento. Este último ato, talvez, represente a concretização do que venho expondo até aqui, um conjunto de representações que conformam o desiderato do personagem social: a vontade de permanência, a manutenção do conhecimento

⁵⁰ Lembro, aqui, que Cruz publicou doutrinas jurídicas ao longo de sua trajetória acadêmica, denotando, assim, um desvio neste perfil que sugere a formação (e tão somente) de quadros políticos dentro dos cursos de direito. No entanto, até o momento, não parece acertado supor que sua atividade como "pensador" do direito tenha sido seu principal empenho.

⁵¹ Como vimos, remontava ao ano de 1885 o envolvimento de Alcides no raio de influência do PRR, o que justifica o fato de que em 1891 ele tenha sido indicado para concorrer ao cargo de deputado estadual, então com apenas 24 anos.

⁵² Os fundadores que permaneceram por mais tempo como professores foram (nome/tempo de permanência): Leonardo Macedônia Franco e Souza, 38 anos; Manoel André da Rocha, 36 anos; Normélio Rosa, 27 anos; Plínio de Castro Casado, 24; Joaquim Antônio Ribeiro, 19 anos. Todos ficaram até os últimos anos de suas vidas. Ver GRIJÓ, 2005, p. 177-8.

⁵³ Segundo Santos (2000, p.63), a biblioteca da Faculdade de Direito de Porto Alegre foi inaugurada em 1906, sob a administração do professor Leonardo Macedônia Franco e Souza, e contava com 774 volumes.

passado, o “arquivamento do eu” e a criação de uma identidade publicamente admirável por meio da dinâmica do *espelho* e da *máscara*. Se levamos em consideração que a ascensão social de Alcides Cruz talvez tenha como seu principal elemento propulsor a atuação vinculada à atividade erudito-intelectual, é plausível supor que a fonte na qual buscava e mantinha seu saber tivesse importância capital para o conjunto das imagens refletidas por e acerca dele. Legar esse patrimônio para a instituição que ajudou a criar, portanto, poderia ser uma forma de perpetuar sua presença. Venâncio (2015, p. 156) salienta que a compra e a manutenção de livros, e a construção de uma personagem que vivesse envolta por essa atmosfera, demarcaram aquele que era o homem de letras do começo do século XX, caracterizando a faceta do trabalho intelectual e oferecendo *status* distinto para os agrupamentos urbanos médios, notadamente os profissionais liberais, como os jornalistas, os advogados e os médicos⁵⁴. Complementa esta perspectiva a antropóloga Regina Abreu (1994, p. 137), argumentando que a identidade dos homens públicos da Primeira República “passava fundamentalmente pela sua condição letrada”, de modo que, não virada do século XIX para o XX, “as letras representavam importante bens simbólicos”.

Oferecer o acervo poderia, assim, somar-se a uma tentativa de estabelecimento de autenticidade intelectual, que se consolidaria por meio de uma tácita declaração que procurava dizer “de tudo que demonstrei ser, eis aquilo que li”. A doação, ao lado da imagem social que Cruz pretendeu sustentar em vida talvez possa se enquadrar também naquilo que Abreu (1994, p.125-135) chamou de *insígnias do homem público*, isto é, o conjunto de características simbólicas que vão do uso de bengalas até a demonstração de erudição literária nos ambientes de sociabilidade, passando por diplomas e objetos de decoração. Ainda que não tenha sido possível conhecer o acervo nos moldes em que foi doado à Faculdade de Direito de Porto Alegre e conforme jazia na casa de nosso personagem, é possível supor que o ato donativo estivesse revestido de um sentimento de posteridade, mais ou menos como sugere a socióloga Luciana Heymann (2009, p. 51) quando pensa em determinadas coleções – mais uma vez, a biblioteca aqui sendo entendida como

⁵⁴ A autora traz em sua argumentação um excerto da obra de Laurence Hallewell sobre este personagem característico do início do século XX: “[...] cidadão respeitável que andava de preto, usava chapéu coco, marchava lentamente, merecia todo o conceito e respeito. A linguagem dos livros deveria ser sonora, os assuntos sempre muito sérios deviam ser tratados com vagar e a gravidade exigidos pela fina educação” (HALLEWELL apud VENÂNCIO, 2015, p. 156).

uma coleção – como “[...] uma acumulação documental marcada pela projeção de um devir histórico para uma obra tida como grandiosa e em relação à qual qualquer detalhe ou objeto seria dotado de significado”. Uma coleção de objetos pessoais arquivados nas prateleiras como extensão de uma vida voltada para as letras, impelindo-nos a entendê-la como produtos de investimentos sociais, depósitos de valores e representações (HEYMANN, 2009, p. 55), afinal:

[...] Investimentos pessoais, imagem pública e personalidade se objetivam nos arquivos pessoais e nos usos dados a eles pelos titulares ou por seus herdeiros, fornecendo chaves para sua compreensão que vão além das tradicionais associações entre *trajetória e documentos*. (HEYMANN, 2009, p.55)

A biblioteca de Alcides foi catalogada quase que integralmente no testamento que compõe seu inventário de bens⁵⁵, e não fosse uma observação de destinar uma enciclopédia para seu irmão, o também professor Leopoldo, iria constar integralmente como doação para a faculdade⁵⁶. Alguns registros constam como “diversas obras”, contando com dezenas de volumes. A grande maioria dos registros, entretanto, está descrita individualmente, entreabrindo um portal para a trama dos tempos e das ideias que conformaram as leituras de Cruz. Se falei até aqui sobre a biblioteca como entidade genérica, é chegada a hora de olharmos para as especificidades da biblioteca do professor Alcides.

⁵⁵ APERS – Provedoria de Porto Alegre, Inventário nº 46, ano: 1916, inventariado: Dr. Alcides de Freitas Cruz, Inventariante: Dona Severina Pereira Cruz. CRC 1ª Zona de Porto Alegre, Livro de Óbitos nº 80, folha 179, reg. 631

⁵⁶ Com o intuito de ampliar a análise e encontrar possíveis práticas de doação semelhantes por outros professores da Faculdade, foi feita uma busca no APERS com o intuito de localizar inventários e, conseqüentemente, bibliotecas arroladas nos espólios. Foram localizados os inventários dos seguintes professores (fundadores ou agregados ainda nos primeiros anos): Francisco de Paula Azeredo e Souza (1845-1916, fundador); Carlos Thompson Flores (1843-1904, fundador); José Valentim do Monte (1865-1951); Normélio Rosa (1870-1960, fundador); James de Oliveira Franco e Souza (1841-1918, fundador). Infelizmente não foram localizadas doações ou mesmo a presença de livros nestes inventários. Isso não quer dizer, entretanto, que estes professores não possuíssem bibliotecas durante sua atividade acadêmica, mas que, talvez aos poucos, as coleções tenham sido repassadas ainda em vida para filhos que seguissem carreiras semelhantes ou mesmo para outros acadêmicos ou instituições.

2 A ALCIDIANA

Estão ali *O Crime e o Castigo* de Dostoiévski, um volume dos contos de Voltaire, *A Guerra e a Paz* [sic] de Tolstói, o *Rouge et Noir* de Sthendal, a *Cousine Bette* de Balzac, a *Education Sentimentale* de Flaubert, o *Antéchrist* de Renan, o Eça, na estante, sob as minhas vistas, tenho o Taine, o Bouglé, o Ribot e outros autores de literatura propriamente, ou não. Confesso que os leio, que os estudo, que procuro descobrir nos grandes romancistas o segredo de fazer. Mas, não é a ambição literária que me move o procurar esse dom misterioso para animar e fazer viver estas pálidas *Recordações*. Com elas, queria modificar a opinião dos meus concidadãos, obriga-los a pensar de outro modo, a não se encherem de hostilidade e má vontade quando encontrarem na vida um rapaz como eu [...] (BARRETO, 1968 [1917], p. 120).

Quem tiver uma certa leitura das obras dos grandes romancistas Flaubert, os Goncourt, Feuillet, Eça de Queiroz, George Eliot, Léon Cladel, Zola, Tourgueneff [sic] ou Stendhal, e os mais recentes, Bourget, J-K. Huysmans, Maupassant, Ed. Rod, Rosny e Barrès, e empreender a leitura dos últimos romances do sr. Machado de Assis, sentir-se-á sem facilidade de definir-se, prontamente, diante da sua arte que tanto se dessemelha da daqueles, que se sintetiza na seca investigação da alma humana ou na pintura colorida e variadíssima dos lugares e costumes; o romance contemporâneo é ou analítico ou descritivo; ele é, segundo Bourget [...] de caracteres ou de costumes (CRUZ, 2017a [1892], p. 10).

É sob a pena do fictício escritor Isaías Caminha que o escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) narra as dificuldades de um jovem negro na também jovem República brasileira. Ainda que a trama se construísse sobre a trajetória de um personagem, a temática crítica – quase ácida – de Lima Barreto se estendia em tom de denúncia, sutilmente escancarando todas as complicações enfrentadas pela população negra na então capital do Brasil, que, já em um regime político que supostamente igualaria a todos sob a égide da cidadania, parecia não seguir bem por estes caminhos (SCHWARCZ, 2017, p. 215-23). Por meio das artimanhas narrativas, Barreto projeta-se em Isaías Caminha e conta-nos sobre as desilusões relacionais em seus intentos de alcançar postos profissionais mais altos, e a profunda angústia de ser subjugado a todo instante pela cor de sua pele e por suas origens sociais. E o conflito existencial do personagem consistia fundamentalmente no fato de que Caminha possuía educação formal, equivalente ou superior a de seus próprios detratores, mas, ainda assim, suas capacidades intelectuais não eram reconhecidas como suficientes para provar sua “igualdade”. Em determinado trecho, no qual o personagem tem de prestar um depoimento em

uma delegacia e o delegado prontamente duvida de sua condição de estudante, inquirindo-o repetidamente, Barreto/Caminha nos narra:

Dessa vez tinha-o compreendido, cheio de ódio, cheio de um santo ódio que nunca mais vi chegar em mim. Era mais uma variante daquelas tolas humilhações que já sofrera; era o sentimento geral da minha inferioridade, *decretada a priori*, que eu adivinhei na sua pergunta [...]. (BARRETO, 1968 [1917], p. 116. Grifos meus.).

O drama de Caminha era aquele de ter o mérito suposto pela república dos iguais e de não ser reconhecido e ainda subestimado por embaraços sociais vinculados ao sistema escravista do passado colonial e imperial. Barreto, em sua narrativa ficcional, fala de si, de seus esforços e também das vezes em que foi preterido, seja pelo comportamento errante e pouco adaptado à *belle-époque* literária concentrada em torno da carioca Rua do Ouvidor¹, seja pelo problema oriundo de sua cor; contudo, também faz questão de nos falar sobre o universo literário de seu tempo. Talvez como uma *justificativa* necessária por toda a sua vida – a exemplo de seu personagem, Isaías Caminha –, e mesmo como uma necessidade premente de falar das letras, o literato nos informa de suas leituras e preferências ao longo de seus romances e crônicas, e nos lega um panorama das obras que circulavam ao final do século XIX e início do XX no Brasil.

Duas décadas antes das *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* virem a lume², Alcides Cruz também informava aos leitores do jornal *A Federação*³, sobre os livros que participavam de seu universo literário. Mas, na ocasião, o jovem estudante de direito optara por fazer uma crítica literária ao maior escritor do período, Machado de Assis. Naquele texto, Cruz criticava o romance *Quincas Borba*, encontrando pontos positivos e negativos, mas, fundamentalmente lançando um olhar analítico amparado em um amplo cabedal de autores, que ia dos escritores ingleses Jonathan

¹ A constante “errância” de Lima Barreto é densamente reconstruída pela antropóloga Lilia Moritz Schwarcz. Ao longo dos capítulos de sua obra, Schwarcz demonstra como Barreto se construiu de um modo “outsider”, mas que nem sempre esse era o intento do escritor. Em um dos capítulos, aquele em que a autora fala da biblioteca de Lima, há menção sobre a disputa entre o grupo consagrado dos literatos brasileiros, capitaneados por Machado de Assis e reunidos na famosa Livraria Garnier da Rua do Ouvidor, e aquele outro, marginal, do qual faz parte Lima Barreto. Ver SCHWARCZ, 2017, p. 325-340. Ainda sobre esse ambiente letrado em torno da Livraria Garnier, ver DUTRA, 1999.

² Aqui me baseio na edição revista e aumentada lançada em 1917, pela editora Typografia Revista dos Tribunais. No entanto, é importante ressaltar que a primeira versão do romance saiu em 1907, ainda no formato de folhetim, na revista carioca *Floreal*, sugerindo, assim, que as leituras informadas por Barreto estavam mais *próximas no tempo* daquelas que fez Alcides Cruz, em 1892.

³ *A Federação*, 12 e 14 de maio de 1892.

Swift e Shakespeare, passando pelos brasileiros Aloízio de Azevedo e Inglês de Souza, até Herbert Spencer e o psicólogo e linguista Alexander Bain. Em um exercício de erudição e trânsito por entre diversas áreas do conhecimento das humanidades, Cruz não mede críticas ao autor de *Quincas Borba*: “o seu estilo, que tão bem se presta a certas situações da obra, não tem exata e apropriada aplicação a outras; assim é que os personagens são exibidos sem a análise intelectual que lhes faria qualquer dos romancistas acima citados.” (CRUZ, 2017a [1892], p. 13). O leque de autores citados demonstra, no texto em questão, que o crítico lera e estava familiarizado com os cânones da literatura estrangeira e nacional, e revela uma espécie de exercício de autoafirmação que parece ter o mesmo fito daquele artifício materializado em *Isaias Caminha* – e que contava com os dispositivos que o capítulo anterior procurou demonstrar: a necessária prova de méritos em um ambiente profundamente desfavorável para um jovem autor negro.

Enveredo-me agora por estes tantos autores, gêneros e tendências das letras que fizeram parte da vida intelectual de Alcides Cruz, voltando no tempo de modo a perscrutar aquele acervo, imaginando-o ainda sob o uso de seu dono.

2.1 Um catálogo de intenções

A biblioteca de Alcides Cruz ou a *Alcidiana*⁴ tinha uma variada composição de gêneros e formatos. Quando arrolada no inventário de Cruz, constava com mais de 740 inserções nominais e 1900 volumes, que iam de obras singulares a coleções completas, revistas, almanaques e folhetos diversos⁵. Uma das primeiras características da listagem é a ausência de um ordenamento aparente, isto é, as obras estão dispostas em uma sucessão de títulos que não parecem respeitar estritamente um gênero ou autor específico. Para exemplificar: à inserção número 1, a *Revista de Portugal*, de organização de Eça de Queiroz, se segue a *Gazeta do Foro*, de organização do próprio Alcides, portanto dois gêneros distintos, História ou

⁴ Doravante tratarei o acervo por este nome, em uma referência direta ao nome dado por Lima Barreto à sua própria coleção, a *Limana*. Não só neste capítulo – como evidenciado no texto de abertura –, mas em toda a reflexão sobre a trajetória de Alcides Cruz como homem negro e autor, a figura de Lima eleva-se ora como paralelo, ora como contraponto.

⁵ Há uma discrepância entre os números informados pelo inventariante e a soma total dos volumes da lista de livros presentes no inventário. No texto dos autos consta o registro de “uma bibliotheca legada à Faculdade de Direito de Porto Alegre, com 1837 volumes” (APERS – Provedoria de Porto Alegre, Inventário nº 46, ano: 1916, inventariado: Dr. Alcides de Freitas Cruz, Inventariante: Dona Severina Pereira Cruz), mas, no entanto, a totalidade de volumes constitui 1911 itens entre livros e periódicos, em 749 inserções (vide apêndice b).

Variedades e Direito; após esta inserção seguem aproximadamente 20 títulos vinculados ao gênero Direito, para serem sequenciadas por *Petite Histoire Universelle*, de E. Granger. É bem verdade que uma das características predominantes do acervo é a presença de obras relacionadas à profissão de Cruz, o direito, mas em termos sumários, o acervo não está organizado estritamente por campos de conhecimento, que são sempre entremeados por obras que pertencem a outros gêneros. Outra característica da listagem é o agrupamento de vários volumes sob títulos genéricos como, por exemplo, a inserção 748, sob o título *Almanaques*, contando com 67 volumes, e a inserção 709, sob o título *Diversas Obras*, com 50 volumes. Assim, já no princípio da análise, o questionamento sobre a lógica utilizada tanto para armazenar as obras, quanto para listá-las eleva-se como um dos problemas ainda sem resposta⁶.

Entretanto, se através da listagem não é possível conhecer as formas de organização, por meio dela é possível, sim, observar grandes áreas de conhecimento que se desenvolveram nas prateleiras e que foram fomentadas por interesses e intencionalidades de Alcides, ou a partir das problemáticas⁷ que orientaram sua atividade intelectual, o que, em certa medida, possibilita, conforme Venâncio (2015, p. 159), “entrever o seu posicionamento diante do sistema de referências intelectuais de seu tempo”. Três dessas problemáticas derivaram áreas temáticas amplas: a profissão jurídica e os livros teórico-práticos; a prática historiográfica e os respectivos textos sobre história; e os textos e críticas literárias, derivando as obras literárias, nacionais e internacionais, bem como um segmento técnico-prático de referências (dicionários e gramáticas)⁸. Há ainda uma área que permeia as demais, e que é formada por obras de cunho mais teórico, concernentes

⁶ Não me é estranha a ideia de que os livros possam ter sido removidos de uma ordem preexistente pelo profissional que inventariou os bens, mas não tenho qualquer indício que me permita subsidiar esta afirmação. Além disso, também é possível que houvesse, sim, uma organização prévia, mas que, devido ao próprio uso, algumas obras tenham sido colocadas em seções que não fossem as suas.

⁷ Tratando sobre a já mencionada biblioteca de Aby Warburg, a historiadora Daniela Campos sugere que a interpretação sobre uma biblioteca pode ser prolífica se condicionada à observação das problemáticas de seu proprietário. Para resumir aquela encontrada em Warburg, ela cita o seu bibliotecário, Fritz Saxl: “a problemática que norteia a biblioteca Warburg é a pergunta sobre o alcance e a essência da influência da Antiguidade nas culturas posteriores” (SAXL apud CAMPOS, 2016, p. 12). Veremos ao longo deste capítulo as problemáticas que conduziram a atividade intelectual de Alcides.

⁸ Esta categoria composta por dicionários e gramática é colocada dentro da área maior da literatura por estar relacionada com a área mais ampla da linguística. Porém, não escapa à reflexão que aqui desenvolvo o fato de que as obras referenciais também serviam ao estudo das obras presentes nas categorias anteriores.

aos campos da filosofia e das ciências sociais, sendo esta última uma definição genérica que a partir da segunda metade do século XIX assiste ao refinamento de seus cânones como campos de conhecimento autônomos propriamente ditos, como a sociologia, a antropologia e a psicologia⁹. São obras que tratam do comportamento humano e da organização social como um todo, e que oferecem razões para a estruturação gnosiológica da produção de Cruz tanto de sua escrita jurídica, quanto da historiográfica e literária¹⁰.

Não nos esqueçamos que Cruz fazia parte de um período em que a atividade intelectual não se resumia à um campo específico de conhecimento, de modo que um sujeito poderia atuar tanto nas searas jurídicas por formação, quanto na poesia e na prosa por opção, e no jornalismo e no ensaísmo, talvez por razões profissionais. Assim, uma biblioteca seria, outra vez, um espelho das variações das práticas, um catálogo de intenções de leitura que respeitava a fluidez das áreas de conhecimento pelas quais aquele sujeito do *fin de siècle* transitava. A historiadora Tania Ferreira (1999, p. 320), ao problematizar alguns acervos de profissionais liberais oitocentistas, salienta que:

Médicos, advogados e outros profissionais letrados circulavam com certa desenvoltura pelo jornalismo, pela literatura e, parecendo até uma “fatalidade latino-americana”, também pela política, ampliando seus temas de leituras. Tinham, geralmente, necessidade de um conjunto de obras que ultrapassasse os limites de uma biblioteca banal. A busca, nessas bibliotecas, desvelava ainda informações sobre publicações que tinham presença assídua, sobretudo teses, poesias, artigos em jornais e outros periódicos. Algumas delas possuíam uma riqueza e pluralidade que muitas bibliotecas públicas almejavam. Outras eram linearmente formadas dentro das necessidades práticas de seu possuidor.

A *Alcidiana* se enquadra no aspecto prático das lides jurídicas de seu possuidor, quanto “ultrapassa os limites de uma biblioteca banal”, muito embora seja

⁹ Conforme Schwarcz (1993, p. 39): “é a partir de meados do século XIX que o “cientista” ganhará destaque e sobretudo maior independência. É esse o século das especializações, das grandes sínteses – das leis da termodinâmica à teoria da evolução – e dos limites entre áreas de conhecimento”. O jurista Wagner Feloniuk (2017, p.150. Grifo meu.), analisando alguns elementos do pensamento sócio-político de Cruz, demonstra a inserção destes novos campos, argumentando que “apesar do conceito liberal de democracia, Alcides escreve que muito recentemente conceitos como ‘Democracia, a Soberania do Povo, a Liberdade’ haviam sido modificados e que, naquele momento, ainda não havia uma resposta definitiva para esses conceitos de difícil interpretação. [...] *Ele afirma que essas alterações conceituais recentes se deram pela inclusão da sociologia às considerações*”.

¹⁰ Algumas obras que compõem esta área serão exemplificadas ainda neste capítulo. Para citar dois exemplos de autores com produções teóricas mais orgânicas, menciono aqui Herbert Spencer e Auguste Comte.

indispensável levar em consideração que existam descontinuidades interpretativas entre aquilo que representava uma obra na originalidade de seu lugar naquela estante inventariada em 1916 e esta mesma sob o olhar do pesquisador, decorrido mais de um século, de modo que um livro hoje abordado sob relevante status do ponto de vista teórico para o período, no passado poderia ter sido um livro prático, de seu tempo, lá operado com frieza. São as arbitrariedades dos homens no tempo que entronam ou desfazem a fama dos livros – conforme salientei no capítulo anterior - configurando aquilo que o crítico literário catalão Jordi Llovet (2017) chamou de “biblioteca ideal”¹¹, isto é, livros que na contemporaneidade são clássicos, requeridos pelo discurso legitimante de determinados círculos intelectuais, mas que não o foram em seu tempo de publicação, e talvez mesmo já não o sejam no decorrer das décadas e das críticas. Com efeito, esta dimensão multirrepresentativa – do passado e do presente – é aqui considerada, muito embora, para efeitos de sistematização, as obras aqui sejam consideradas dentro de suas áreas de conhecimento, o que, por vezes, pode sugerir o caráter da instrumentalidade ou da banalidade de que foi falado acima. Em termos quantitativos, me deterei agora na exposição das categorias.

2.1.1 Sobre a classificação

Como expus acima, a classificação por áreas segue um critério das problemáticas pertinentes à atividade do autor, de maneira que muitas obras que aparentemente não pertencem às grandes áreas definidas, serão, ali, incluídas levando em consideração o trânsito de Alcides por várias áreas e subáreas. Assim, livros concernentes à *administração*, por exemplo, serão considerados, em termos quantitativos, dentro da área maior do direito e das lides jurídicas, uma vez que tais obras embasavam a produção intelectual do personagem neste campo, e mesmo em suas publicações voltadas à área do direito. Há, sim, um caráter arbitrário no enquadramento das obras, mas isso deriva da já mencionada fluidez tanto da

¹¹ Discutindo o vai-e-vem histórico das obras que são elevadas a cânones literários, Llovet reflete “que as listas de uma ‘biblioteca ideal’ pecam sempre por alguma arbitrariedade e costumam ter um valor de época, reconfigurado com o passar dos anos graças ao número de edições e de leitores que um livro pode chegar a ter, pela entronização de determinados autores valorizados pela academia ou de grupos fanáticos, ou pelo reconhecimento tardio de certos valores que passaram séculos no devão do esquecimento”

atuação de Cruz, quanto da ainda incipiente separação de campos de conhecimento do período.

No que tange às maneiras de classificação, encontrei ao menos quatro formas de fazê-la em relação às obras com as quais dialogo. A primeira delas, e, talvez, a mais completa, seja a de Venâncio (2015, p. 162), na qual são elencadas nove categorias, dividindo, por exemplo, as áreas da literatura em *nacional* e *estrangeira* e agregando obras jurídicas com aquelas de cunho administrativo¹². Outra das formas é a praticada por Ferreira (1999, p. 323 et seq.), na qual a autora estabelece sete categorias¹³ para analisar acervos compostos em meados do século XIX. Massa (1961, p. 198 et seq.) elabora uma classificação a partir de doze *domínios*¹⁴ pautados nos idiomas originais dos autores, mas salienta que “ordenar uma biblioteca é uma aventura onde nos arriscamos de a todo momento semear uma discórdia póstuma entre os escritores, pois toda classificação leva consigo a injustiça” (p. 197). Por fim, Schwarcz (2017, p. 315-43) apresenta a biblioteca de Lima Barreto a partir dos interesses do autor, sem fazer uma separação seccional do acervo, enfocando, ora as obras que tratavam do racismo científico, ora dos autores anarquistas, e aquelas influências da literatura estrangeira e nacional que acompanhavam o escritor em sua atividade literária. A forma como a autora expõe a biblioteca daquele personagem, assim, visa não só ambientar as letras do período no qual ele viveu, mas também materializar a escrita através da produção e mesmo da militância de Barreto ¹⁵. A categorização que pretendo realizar aqui faz um apanhado destas formas, considerando as categorias de separação encontrada em

¹² Conforme mencionado no primeiro capítulo, a autora analisa a biblioteca de Oliveira Viana, e elenca as seguintes categorias: ciências sociais (Antropologia, Psicologia, Economia, Filosofia, Geografia, Ciência Política etc.); livros jurídicos e administrativos; biografias, memórias e autobiografias; literatura brasileira; literatura estrangeira; história do Brasil e literatura de viajantes; história geral; religiosos; e outros.

¹³ A análise se atém a acervos de profissionais liberais de meados do século XIX, e as categorias são: teologia; jurisprudência; ciências e artes; belas letras; história; periódicos; e não identificados.

¹⁴ O historiador francês analisa a biblioteca de Machado de Assis, assim a categorizando: obras gerais; domínio grego; domínio latino; domínio bíblico e religioso; domínio oriental; domínio italiano; domínio espanhol; domínio português; domínio brasileiro; domínio inglês; domínio germânico; domínio francês.

¹⁵ Talvez a abordagem de Schwarcz se deva também ao particularismo da obra de Lima que, em mais de um escrito, elencou bibliotecas pertencentes aos seus personagens (assim como o exemplo que abre este capítulo), de modo que se mostrou proveitosa uma construção interpretativa que visava mais a própria trajetória do personagem do que a quantificação ou a separação mais restrita de seus livros. Sobre este aspecto, diz a autora sobre a relação autor personagem (2017, p. 316): “as bibliotecas de Quaresma e de Lima parecem uma só, e isso não é fruto de mera coincidência. As obras discriminadas em *Triste fim* faziam parte da coleção privada do escritor, e vice-versa. Na verdade, sua bibliografia de predileção, depositada nas prateleiras da *Limana*, era mencionada constantemente em seus romances e nas crônicas de jornal”.

Venâncio, mas operando a partir da definição de *domínio* estabelecida pelo francês Jean-Michel Massa, fundamentalmente por este conceito permitir a inserção de múltiplos campos do conhecimento dentro de um domínio maior, embasando, assim, as três problemáticas mencionadas acima. Além disso, a estrutura de análise de acervo empreendida por Schwarcz também é utilizada a partir de seu viés de aplicabilidade prática das leituras dos personagens, algo que contribuirá para uma análise mais qualitativa da *Alcidiana*.

2.1.2 Quantificando a *Alcidiana*

A partir da divisão de domínios em jurídico, história, ciências sociais e literário, a biblioteca foi reduzida em número e percentuais que contribuem na suposição e fundamentação das problemáticas nela impulsionadas por Alcides. A quantificação também evidencia a questão dos idiomas presentes no acervo, denotando a ampla gama linguística acessada pelo personagem. Em termos gerais, o inventário dos livros conta com a numeração ordinal definida pelo inventariante – 749 inserções, o título da inserção, o autor, o número de volumes pertinentes à inserção – conformando 1911 volumes, e o tipo de encadernação. Em termos analíticos, foi inserida a categorização temática, o formato e o idioma, e suprimida a forma de encadernação.

2.1.2.1 Os domínios e os números

Em números absolutos, a biblioteca se divide da seguinte forma:

Tabela I - Os domínios em números absolutos

Domínio	Número de itens	Percentual
Jurídico	274	37%
Literário	201	27%
Ciências Sociais	132	18%
História	125	17%
Não identificados	17	2%
Total	749 itens	

Elaborada a partir dos dados do inventário. APERS – Provedoria de Porto Alegre, Inventário nº 46, ano: 1916, inventariado: Dr. Alcides de Freitas Cruz, Inventariante: Dona Severina Pereira Cruz

O domínio com maior número de inserções é o *domínio jurídico*. Ali são computados 274 livros, correspondendo a 37% do acervo. Neste domínio, estão concentrados subdomínios correspondentes às ramificações do direito como, por exemplo, Direito Civil e Administrativo, além dos campos da administração privada e pública. Alguns campos de conhecimento como Ciência Política, Psicologia e Sociologia são incluídos em alguns registros como domínios secundários, uma vez que os temas estejam presentes, mas não constituam a principal temática da obra. Um significativo exemplo pode ser encontrado na obra registrada sob a inserção 176, *La Théorie de la personnalité morale et son application au droit français*, do jurista francês León Michoud, publicada em 1906, na qual não só a temática do Direito Civil é tratada, mas também a sociologia e a psicologia¹⁶. A atuação de Alcides junto à Faculdade de Direito esteve atrelada às lides do Direito Administrativo e da Filosofia do Direito, eventualmente entrando na seara da Economia Política (SANTOS, 2000, p. 66-67; FELONIUK, 2017, p. 139), de maneira que é importante matizar a categoria e ressaltar – assim como acontece com as demais – que havia mais áreas do conhecimento dentro de um mesmo domínio. Para o caso em específico, também é levado em conta, aqui, a perspectiva da *cultura jurídica*¹⁷ do período, isto é, o conjunto de razões e arranjos históricos que formam os cânones da área de conhecimento em questão ou, nas palavras do historiador Ricardo Fonseca (2006, p. 341), “[...] um fato histórico antropológico que se dá a partir dos elementos (humanos, doutrinários, sociais, econômicos, etc.) presentes na sociedade brasileira desta época dentro de aparatos institucionais localizáveis dentro das vicissitudes históricas [...]”.

Quanto aos idiomas, considerando os dois formatos, livros e revistas, a maior concentração de inserções é sob o idioma português, com 181 itens, correspondendo a 66%. Em seguida, os idiomas com mais títulos são o italiano, com

¹⁶ Michoud (1906, p. 11), na nota preliminar da obra, expõe: “nós não tivemos alhures a pretensão de fazer uma exposição completa das regras aplicáveis as diversas pessoas morais. Nosso único desejo foi de examinar, no detalhe da prática francesa atual a aplicação das diversas ideias reatadas a teoria da personalidade. Talvez essa tentativa não será inútil em face da crise que atravessa hoje, na doutrina, a noção de personalidade moral”. Na obra ainda constam índices temáticos como “O Estado deve proteger de início os interesses do indivíduo humano e por consequência reconhecer a personalidade do homem”; “Teorias que admitem a realidade da pessoa moral”; e “Limite do conceito de personalidade”.

¹⁷ Não é minha intenção problematizar o conceito de cultura jurídica, mas, sim, trazê-lo à baila para complementar a reflexão sobre a fluidez de áreas dentro da prática e do pensamento jurídico do período tratado. A reflexão conceitual aprofundada, bem como a inquirição sobre uma possível “cultura jurídica brasileira” está presente em FONSECA, 2006.

46 inserções (17 %), e o francês, com 38 inserções (14%). Há ainda cinco títulos em inglês, três em espanhol e um não identificado¹⁸, perfazendo os 3% restantes.

O segundo domínio com mais títulos é o *domínio literário*, com 201 inserções, perfazendo 27% do total do acervo identificável. Aqui o sistema de classificação segue o mesmo padrão adotado no domínio jurídico, abarcando mais de um campo de conhecimento em seus subdomínios. Dentro da égide ampla da definição *literário* há espaço para Crítica e História Literária, Ensaio, Narrativas de Viajantes¹⁹, Dicionários e Gramáticas, Linguística, Notas biográficas e Elogios. No domínio literário também predomina o português como idioma principal, com 143 inserções (71%), seguido dos títulos em francês, com 40 inserções (20%). Inglês (cinco inserções), Espanhol (1) e Italiano (1), conformam 4% do total, e os outros 5% são compostos por aqueles títulos não identificados²⁰ e aqueles registrados sob a classificação “outros”²¹. Quanto ao perfil geral dos autores, do total de 201 inserções, 135 são de autores estrangeiros e 47 são de nacionais, perfazendo, respectivamente, 67% e 23% do total, ficando os 10% restantes na conformação de não identificados e outros.

Entre os estrangeiros, os portugueses lideram em número de inserções com um total de 62 itens (46%), seguido pelos autores franceses, com 37 (27%), ingleses com 24 (18%), autores de outras nacionalidades²², com oito (6%) e aqueles em que

¹⁸ O item está sob o título *L'Actio Finium Regundorum*, e sob a autoria de *G. Aprile*. Foi constatado que se trata de uma obra jurídica pelo fato de que o título sugere uma definição recorrente no Direito Civil, especificamente nas lides do Direito de Propriedade, mas não foi possível, até o momento, identificar o idioma da redação textual.

¹⁹ As narrativas de viajantes estão elencadas tanto como subdomínio literário, quanto como subdomínio da história, e essa divisão leva em consideração o caráter instrumental das obras na produção autoral de Cruz. Por um lado, aquelas obras nas quais os viajantes noticiam sobre a região sul da América do Sul e, mas especificamente, sobre o Rio Grande do Sul, eram utilizadas por Alcides quando de sua produção historiográfica autoral, ganhando caráter de fonte de pesquisa. Um exemplo pode ser encontrado nos textos *Voyage au Rio Grande do Sul* e *Voyage à Buenos Ayres et à Porto Alegre*, dos viajantes Auguste de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle. Por outro lado, as narrativas de viajantes que tratam de outros continentes e mesmo que tenham abordagens mais memorialísticas, não figuram dentro da forma de produção historiográfica do autor, podendo ser elencadas, assim, não como fonte, mas talvez como leituras triviais, como é o caso das obras *Viagens a Sicillia, Malta e o Egypto* e *Souvenirs d'un officier de la Grande Armée*, de Eduardo Prado e do francês Jean-Baptiste Barrès.

²⁰ O idioma não foi identificado naquelas inserções cujos títulos não permitem saber se eram traduções ou textos em idiomas originais como, por exemplo, *Germinal*, de Émile Zola, e *Torquemada* de Victor Hugo. Além disso, também incorrem nesta classificação aquelas inserções com vários volumes, como os *Almanacks* (67 volumes) e *Diversas Obras* (50 volumes).

²¹ Aqui os “outros” são aqueles dicionários ou gramáticas bilíngues, como o *Diccionario Poruguez-Allemão e Allemão-Portugez*, de Arthur Enenkel.

²² São eles: *Crime e Castigo*, do russo Fiodor Dostoievsky; *Comparative Literature*, do irlandês Hutcheson M. Posnett; *Londres et ses environs* e *Belgique et Hollande*, do alemão Karl Baedeker; *Litteraturas Malsanas*, do espanhol Pompeyo Gener; *Scène de l'avie maritime*, do escocês Basil Hall;

as nacionalidades não foram identificadas, com quatro (3%). Entre os nacionais, a conformação das origens regionais dos autores é:

Tabela II - Domínio Literário: autores nacionais por estados.

Domínio Literário		
Autores Nacionais ²³	Número de itens	Percentual
BA	1	2%
CE	12	25%
MA	1	2%
MG	5	10%
PA	2	4%
PE	1	2%
PR	1	2%
RJ	10	21%
RS	5	10%
SE	4	8%
SP	3	6%
Não identificados	3	6%
Total	47 itens	

Elaborada a partir dos dados do inventário. APERS – Provedoria de Porto Alegre, Inventário nº 46, ano: 1916, inventariado: Dr. Alcides de Freitas Cruz, Inventariante: Dona Severina Pereira Cruz.

O *domínio das ciências sociais* está em terceiro em número total de inserções, acumulando 132 títulos, ou 18% do total. Conforme o salientado, este domínio reúne obras que serviram aos demais domínios aqui estabelecidos, constituindo-se nos moldes de uma biblioteca referencial ou de apoio para as distintas atividades de nosso personagem, e ligando-se ao que acima foi chamado de *problemáticas*. Daí o caráter multidisciplinar de sua classificação, e a conseqüente presença tanto do *domínio jurídico*, quanto do *domínio da história* comportados como subdomínios das Ciências Sociais, bem como aqueles da Geografia, da Psicologia, da Arquitetura, da Crítica de Arte, das Ciências Políticas, das Ciências Econômicas e da Sociologia para citar os mais recorrentes²⁴. Neste domínio é possível encontrar obras que têm a pretensão de tratar de causas

Les évolutions de la critique française e *Adolphe*, respectivamente dos suíços Ernest Tissot e Benjamin Constant (apesar deste último ter sido figura fundamental na cultura política francesa, seu nascimento se deu na cidade de Lausanne, na Suíça).

²³ Esta tabela é quantificada estritamente pelo número de inserções e não de autores. Alguns autores possuem mais do que um título, o que pode gerar uma interpretação equivocada dos números em questão. Para o caso do Ceará, por exemplo, temos o escritor José de Alencar que concentra em si a produção de 10 das 12 obras informadas.

²⁴ Outras categorias possíveis: Matemática, Medicina (e suas ramificações, como a medicina legal), Linguística, Antropologia, Agrimensura, Estatística, Etnologia e Oratória.

universais, de oferecer explicações para o desenvolvimento das sociedades, de problematizar as questões da evolução biológica e seu reflexo no desenvolvimento da humanidade etc. Não é à toa, portanto, que a Filosofia também foi agregada neste domínio, embora o exercício filosófico se conforme como um campo soberano do saber séculos antes do processo de autonomização disciplinar de que falei acima. No domínio das ciências sociais, é possível encontrar obras como a do médico francês Julien Pioger, registrada sob a inserção 567, publicada em 1893, e intitulada *La Vie et la Pensée: essai de conception expérimentale*, na qual o autor trata tanto de questões biológicas, de métodos experimentais de observação, quanto das definições filosóficas sobre o que é a vida ²⁵; e aquela escrita pelo economista inglês William S. Jevons, inserida sob o número 31, sob o título *La monnaie et le mécanisme de l'échange*²⁶, na qual o autor historiciza as origens da moeda como mecanismo de troca nas relações econômicas das sociedades, explicando como estes mecanismos se constroem e funcionam. São obras que transitam por ainda mais variados campos do saber, mas que em muitos casos são suporte para a produção autoral de Alcides no âmbito de suas problemáticas.

Quanto às características idiomáticas deste recorte, temos uma mudança de predominância, sendo o francês o idioma com mais títulos, somando 65 inserções, e atingindo, assim, 49% dos totais do domínio. Em seguida vem o português com 40 (30%), o inglês com 13 (10%), o italiano, com 10 (8%), e o espanhol e o alemão, com dois títulos cada, totalizando 4%.

Por fim, o *domínio da história*. Em termos gerais, este domínio ocupa o quarto lugar em número de volumes, somando 125 inserções, perfazendo 17% do total. Conforme o proposto até aqui, neste domínio também há fluidez de áreas de conhecimento, sendo possível a localização de subdomínios como os da Biografia,

²⁵ Pioger (1893, p. 8. Grifo do autor.) expõe sua proposta de observação conjuntural do universo nos seguintes termos: “nós não podemos, com efeito, chegar a fazer uma concepção verdadeiramente experimental da *Vida* se não sob a condição de perceber suas aproximações com o resto dos outros Fenômenos do Universo. No lugar de enclausurar as manifestações da *Vida* em uma categoria, em um ciclo exclusivo, de modo a fazer da *Vida* uma coisa a parte no Universo, nós devemos, ao contrário, procurar as analogias, os pontos de contato e de fixação dos fenômenos vitais ou orgânicos com os fenômenos psíquicos ou inorgânicos”.

²⁶ A obra original foi publicada em 1875 sob o título *The Money and the Mechanism of Exchange*. Na apresentação da obra, Jevons (1896, p. V) informa o leitor: “na preparação desta obra, eu intentei escrever um ensaio descritivo sobre o passado e o presente do sistema monetário mundial, os materiais utilizados para fazer moedas, a regulação sob a qual as moedas são cunhadas e emitidas, as leis naturais que governam sua circulação, alguns modos nos quais elas podem ser substituídas pelo uso de documentos em papéis, e, finalmente, o método no qual o uso de dinheiro é imensamente economizado pelas ordens de pagamento [...]”.

Geografia, Documentário de Fontes e História da Arte, para citar apenas alguns. As proporções correspondentes à distribuição dos idiomas são de 77 inserções (62%) para o português, 24 (19%) para o francês, 15 (12%) para o espanhol, oito (6%) para o inglês, e uma inserção para o alemão (1%). Se considerados em termos gerais, este é o domínio que mais concentra obras de língua espanhola, somando 15 das 22 obras presentes em todo o acervo (68% do total), o que se deve ao fato de que uma das problemáticas de Alcides era historicizar os conflitos platinos da primeira metade do século XIX, bem como a formação histórico-geográfica do Rio Grande do Sul, de maneira que a produção de autores oriundos dos países fronteiriços ao estado gaúcho oferecia subsídios para o intento. Para que se tenha uma ideia, das 15 inserções, nove traziam a palavra *Uruguay* no título, uma trazia *Montevideo*, e duas tratavam de temas concernentes ao país ²⁷; das três remanescentes, duas tratavam da Argentina e uma, *Martín García y la jurisdicción del Plata*, do escritor uruguaio Agustín de Vedia, publicada em 1908, tratava de temas que perpassavam tanto o seu país natal, quanto a Argentina²⁸.

Em seus números, o acervo do professor Alcides revela uma característica prática, talvez mesmo sobrejacente à do fetiche da acumulação. É seguro dizer que o gradativo desenvolvimento de suas atividades profissionais é que moldaram sua biblioteca, e à medida que os novos projetos iam ganhando força nas lides intelectuais de Cruz, acumulavam-se os volumes em seu entorno. É ilustrativa dessa suposição a carta enviada por Cruz ao amigo Alfredo Varela, quando aquele ainda estava em São Paulo, por ocasião dos exames ordinários da graduação em direito, na qual o caráter instrumental dos livros é evidenciado, quando nosso personagem diz:

²⁷ Trata-se das obras *Ensayo de Historia Patria*, do historiador uruguaio Hermano Damasceno, e *La Cruzada Libertadora: recopilacion de datos y documentos*, de Antônio Conte, que embora trate dos eventos da Guerra do Paraguai (1864-1870), o faz com enfoque na atuação do general e presidente uruguaio Venâncio Flores.

²⁸ A intenção de Vedia é ambientar as disputas de fronteiras pelas repúblicas do Rio da Prata em torno da ilha chamada Martín García, e na apresentação da obra ele informa (1908, p. 11-12): “[...] Creo haber dicho en él [no livro] la verdad á orientales y argentinos. Empezado en Buenos Aires, lo termino en Montevideo, donde paso, en una atmósfera tranquila y silenciosa, el periodo de agitación á que está sometida la sociedad argentina, como para atestiguar que nos es muy diferente la condición política de estas Repúblicas, donde todavia está por formarse esa fuerza moral, que nace de la opinión, cuando en vez de descomponerse en numerosos circulos y factores, se manifiesta uniforme, disciplinada y poderosa. Es posible que, en razón de mi larga residencia en la Argentina, á que me siento tan vinculado, no falte quien diga, en mi patria, que he tratado alguna de estas cuestiones con un criterio argentino. Tampouco falta en Buenos Aires quien se anticipe á manifestar que mi libro ha de amoldarse á un criterio uruguaio. In medio virtus. Estas páginas han sido escritas precisamente con el ánimo de combatir los juicios y preocupaciones extremas, más ó menos difundidas en una y otra margen del prata.”

Aqui em S. Paulo apenas tenho uma meia duzia de livros, os indispensáveis para o estudo, 1 historia politica dos Estados Unidos [...] que, talvez, traduza-a brevemente, pois que na lingua portugueza não existe uma só história d'esse paiz; dictionarios e um outro livro que por acaso compro²⁹.

O tom da missiva gira em torno de comentários feitos pelos dois entusiastas da história rio-grandense, de maneira que, frequentemente, são citadas obras de referência ou mesmo depoimentos de personagens envolvidos em conflitos passados. Alcides ainda compartilha com Varela: “Compreendes que me é difficil andar de uma casa para outra transportando livros importantes, sujeitos a extravio e a mau acondicionamento”³⁰. As necessidades profissionais e os interesses pessoais davam as cores do acervo e, no caso mencionado, a própria instabilidade residencial de Cruz contribuiu para a forma de sua coleção. Nesse sentido, parece apropriado evocar o que diz o historiador Fernando Nicolazzi (2017, p. 603) quando de sua reflexão sobre o acervo bibliográfico de personagens da França Seiscentista:

[...] ao se tratar de uma determinada cultura histórica, além dos princípios epistemológicos que a organizam, é importante considerar igualmente as condições materiais que a tornam possível. Isso não quer dizer que ambas as coisas sejam plenamente justapostas, mas torna plausível sugerir que uma não existe sem a outra, seja na forma da complementaridade, seja como algo apenas parcialmente correlato.

Poliédrica, a *Alcidiana* era uma biblioteca que numericamente se apresentava como um acervo de obras jurídicas, em que o francês e o italiano ombreavam o português como idiomas principais, e na qual as ciências sociais pareciam ser os pilares de sustentação de um palácio que se fazia suntuoso para aqueles que diante dele se deparassem. Também era fonte de pesquisa para a escrita da história e para as elucubrações literárias, salpicada de obras em espanhol e em inglês, revelando, para além do mister que fazia de Alcides *doutor*, também os caminhos que levavam ao historiador *amador* e ao crítico literário incisivo. A tarefa de definir a *Alcidiana* parece inalcançável, ao menos se a tentativa se pautar por definições herméticas, e o que chamei de catálogo de intenções parece ser uma definição mais fiel aos objetivos daquele acervo.

²⁹ AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. S. Paulo, 17 de Agosto de 1896. Grafia original.

³⁰ AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. S. Paulo, 17 de Agosto de 1896. Grafia original.

O que se apresenta, conforme a construção feita até aqui, tem mais a ver com uma teia do que com uma caixa fechada, e o que facilita o trânsito pelos caminhos da *Alcidiana*, de modo a galgar alguma definição mais precisa, é uma mirada em perspectiva. É bom lembrar, entretanto, que uma teia também pode ser uma armadilha, e o caminhar não há de contemplar toda sua extensão, para não se incorrer no risco de perder-se no emaranhado das prateleiras. Passemos a observar alguns setores da biblioteca de Alcides Cruz.

2.2 Esmiuçando os domínios

Deter-me-ei, aqui, na análise de algumas subcategorias possíveis dentro dos domínios maiores das ciências sociais e da literatura, visando estabelecer algumas incidências e confluências de vertentes epistemológicas presentes na *Alcidiana*, ou, em termos mais simples, estabelecer, sob alguns aspectos, um perfil de leitura. Como salientou o historiador estadunidense Robert Darnton (1992[1986], p. 208):

A maioria de nós concorda que um catálogo de uma biblioteca particular pode servir como um perfil do leitor, ainda que não tenhamos lido todos os livros que nos pertencem e tenhamos lido muitos livros que nunca adquirimos.[...] E o estudo das bibliotecas particulares tem a vantagem de unir o “o que” com o “quem” da leitura.

Assim, procurarei aqui juntar os “o quês” dos títulos com o nosso personagem, sem a pretensão de esgotar os autores e os gêneros, pretendendo, sim, dar alguns indícios de autores, e eventuais escolas intelectuais que estiveram ao alcance das mãos de Alcides, na prateleira mais próxima. O domínio do direito não será aqui abordado, principalmente pelo espaço deste capítulo não comportar tal empreitada, já havendo, felizmente, uma iniciativa investigativa neste sentido empreendida pelos juristas Gustavo Machado (2017) e Wagner Feloniuk (2017).

O conjunto das observações quantificadas da *Alcidiana* nos oferece vias de acesso para uma compreensão mais abrangente da paisagem intelectual na qual figurava Alcides Cruz, enquanto que um refinamento qualitativo nos permite conhecer mais a fundo o que passou pelas mãos de nosso personagem. Isto não quer dizer, porém, que darei cabo dos meandros de seu pensamento. Uma das principais dificuldades deste tipo de investigação é estabelecer por quais vias o cabedal de autores de uma época deve ser acessado, sob quais perspectivas e

enfoques. Tal problema metodológico impele à escolha deliberada pelo pesquisador, e, em certa medida, força a investigação no sentido de encontrar aspectos práticos nos quais autores e correntes intelectuais são efetivamente objetos de formação de uma tendência de pensamento. Conforme o exposto até aqui, as ferramentas das quais lancei mão para aferir os usos da *Alcidiana* são aquelas que dizem respeito às lides práticas de nosso personagem. Para o caso qualitativo não será diferente, pois dentro das possibilidades de constatação de uso da biblioteca, salta à frente aquela forma mais evidente, isto é, quando o leitor cita a leitura. Em textos autorais, como o já citado que abre este capítulo, autores nem sempre coevos são mencionados, indicando se não uma leitura efetiva, ao menos um conhecimento superficial. Eis aí uma via de acesso. Contudo, como deixar de lado as centenas de autores de que tomamos conhecimento quando nos deparamos com o inventário da *Alcidiana*, ainda que não tenhamos a certeza de sua efetiva leitura, decorrendo daí a não-citação?

Uma das alternativas pode ser a busca pelo contexto de circulação da produção intelectual de um período, um perscrutar de aspectos formadores de uma determinada ambientação das letras. Destarte, um trânsito mais amplo de autores poderia ser contemplado, o que facilitaria a tarefa de manusear tantas obras. Não se trata aqui de um mergulho nas águas profundas de um *Zeitgeist*, mas da tentativa de acessar um ambiente de circulação de ideias, mais vinculada à proposta de que lançou mão a historiadora Ângela Alonso para estruturar sua argumentação sobre as *ideias em movimento* nas décadas finais do século XIX brasileiro. Alonso empresta da socióloga estadunidense Ane Swidler (1986)³¹ o conceito de *repertório*, que consiste no:

Conjunto de recursos intelectuais disponíveis numa dada sociedade em certo tempo. É composto de padrões analíticos, noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem. Metáforas [...]. Não importa a consistência teórica entre seus elementos. Seu arranjo é histórico e prático. (ALONSO, 2002, p. 39).

³¹ Swidler lança a proposta de repertório a partir de uma concepção mais abrangente de ação individual, sob as balizas dos códigos culturais. Para a socióloga: “nosso modelo alternativo também reside no fato de que todas as culturas reais contém símbolos diversos, geralmente conflitantes, rituais, lendas, e guias de ação. O leitor da Bíblia pode encontrar uma passagem para justificar quase qualquer ato, e a sabedoria tradicional usualmente vem em provérbios aconselhando os comportamentos contrários. Uma cultura não é um sistema unificado que empurra ações em uma direção consistente. Pelo contrário, é mais como uma caixa de ferramentas [tool kit] ou repertório [...] do qual os atores selecionam peças diferentes para construir linhas de ação” (SWIDLER, 1986, p. 277).

A proposta é metaforizada pelas duas autoras a partir de seu caráter prático como uma caixa de ferramentas, da qual o agente selecionaria e transformaria em prática aqueles símbolos ou bens disponíveis em um escopo cultural. Para o caso de Alonso – e também para o desta pesquisa -, o repertório consiste nas teorias e autores de que se serviram os sujeitos que viveram na segunda metade do século XIX, especificamente, aqueles que atuaram nas duas últimas décadas dos Oitocentos e as primeiras dos Novecentos. A conceituação é operada pela autora no sentido de refinar a leitura destas fontes de inspiração intelectual, fazendo uma análise mais minuciosa tanto dos textos base, quanto dos produtos derivados destes que foram produzidos pelos autores brasileiros. Ainda que não declarado nestes termos, essa tendência metodológica se aproxima daquela que procura, não só nas dimensões sociais do campo ou do *ethos* (conceituações clássicas de Pierre Bourdieu), as razões e significados dos produtos culturais, mas, também, no próprio texto, em sua redutibilidade significativa. Em termos mais categóricos, trata-se daquilo que o historiador francês François Chaubert chamou de *Literalidade*, isto é, o valor estético de um texto que é tributário de um período histórico e que pode oferecer matéria para a conjectura historiográfica (CHAUBERT, 2009, p. 186).

Essa discussão não é ignorada na presente investigação, no entanto, o que se pretende aqui é uma visão mais panorâmica de alguns segmentos, a fim de criar uma imagem menos apegada a percentuais (não de todo, é bem verdade), e com contornos mais bem desenhados. Já nos idos dos anos 2000, o historiador José Murilo de Carvalho salientava sobre a problemática da tentativa de teorização sobre as condições de e para a formação da intelectualidade brasileira, sugerindo que tanto aquelas análises pautadas estritamente no texto, quanto aquelas que encaixavam as produções dentro de esquemas sociológicos falhavam na empreitada. Para o autor, havia que se fazer uma análise fina dos textos – tarefa hercúlea – e de seus suportes, como os periódicos, lançando mão da linguística, da filosofia e da história para, então, perceber aspectos efetivos de uma cultura intelectual brasileira em sua utilização e apropriação dos textos de autores estrangeiros, principalmente porque para ele, o exercício de citação – amparado na retórica – era uma das principais características da intelectualidade nacional. Entretanto, Carvalho salientava que talvez uma análise da leitura fosse prolífica no sentido de fugir das armadilhas da mirada estritamente linguística. Para ele, “na melhor das hipóteses, se poderia fazer uma lista dos autores mais citados e tentar

estabelecer a existência ou não de um cânone de autores do pensamento político, filosófico, jurídico, econômico.” (CARVALHO, 2000, p. 144). É sobre estas bases que caminho na exposição que se segue.

2.2.1 As ciências sociais

O recorte do acervo que se enquadra nos domínios das ciências sociais comporta ao menos cinco grandes áreas: sociologia, filosofia, antropologia, ciências econômicas e ciências políticas. Estas divisões contemplam a parte majoritária das obras. Outros segmentos menores são: Crítica de Arte, Geografia, Biologia e Medicina Legal. Uma ampla gama temática, portanto, conforma o domínio, e permite a primeira imagem fragmentada da biblioteca, isto é, o amplo cabedal de textos que tratam de diversos assuntos e que ofereceram ao titular do acervo obras de base para pensar a realidade em que se inseria. Mas o que quero chamar atenção, aqui, é que se tratam de subgêneros que, embora distintos, participavam de uma mesma proposta epistemológica, a do pensar social. Esta proposta estava vinculada às práticas intelectuais pertinentes a um século XIX que ainda não assistira a especialização dos campos de conhecimento, e que ainda oferecia interpretações mais abrangentes sobre a sociedade, implicada, aí, a reunião de segmentos do conhecimento que, posteriormente, no adentrar do século XX, estariam autonomizados em campos científicos com ritos bem definidos. O sociólogo Enno Liedke Filho (2005) salienta que até as primeiras décadas do século passado a reflexão interpretativa empreendida no Brasil esteve mais vinculada à uma fase pré-científica, conformando o que ele chamou de “o período dos pensadores sociais” (LIEDKE FILHO, 2005, p. 377). Segundo este autor:

Durante esse período a elaboração de teoria social tendeu a ser desenvolvida por pensadores e mesmo homens de ação (políticos), sob a influência de ideias filosófico-sociais europeias ou norte-americanas como, por exemplo, o iluminismo francês, o ecletismo de Cousin, o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer e Haeckel, o social-darwinismo americano de Sumner e Ward e o determinismo biológico de Lombroso. Sob as influências desses autores buscava-se equacionar duas problemáticas centrais – a formação do Estado nacional brasileiro, opondo liberais e autoritários, e a questão da identidade nacional, tendo como núcleo a questão racial opondo os que sustentavam uma visão racista e os inspirados pelo relativismo étnico-cultural (LIEDKE FILHO, 2005, p. 377).

Os pensadores sociais, assim, eram aqueles sujeitos vinculados a determinadas instituições, como os museus e institutos de pesquisa (SCHWARCZ, 1993), que, geralmente, tiveram acesso ao ensino superior, mas que, embora tivessem qualificação delimitada, como advogados, médicos e engenheiros, operacionalizavam todo um repertório temático na tentativa de identificar, descrever e solucionar os problemas sociais. Uma característica deste período, com efeito, era a instrumentalidade dos ditames da pesquisa biológica, de modo que dentro desta proposta de interpretar o Brasil, a linguagem científica desdobrada no evolucionismo esteve na proa das construções argumentativas. O sociólogo Antônio Cândido, em texto de 1959, já antecipava o diagnóstico:

A sociologia brasileira formou-se, portanto, sob a égide do evolucionismo e recebeu dele as preocupações e orientações fundamentais, que ainda hoje marcam vários dos seus aspectos. Dele recebeu a obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça); a preocupação com etapas históricas; o gosto pelos estudos demasiado gerais e as grandes sínteses explicativas. Daí a predominância do critério evolutivo e a preferência pela história social, ou a reconstrução histórica [...] (CÂNDIDO, 2006 [1959], p. 272).

Com Alcides não foi diferente. Tendo frequentado os espaços de difusão destas propostas teóricas (não esqueçamos sua formação na Faculdade de Direito de São Paulo e de sua inserção no PRR), participou ativa e passivamente desta ambientação protagonizada pelos pensadores sociais. No campo amplo da teorização social e de sua análise crítica, destacam-se em sua biblioteca algumas obras como *La Science Sociale Contemporaine* (1880)³², de Alfred Fouillée, *Origine de l'Homme et des Sociétés* (1870), de Clémence Royer; *Principes de Sociologie* (1897 [1896]), de Franklin H. Giddings; e *Notions Élémentaires de Sociologie* (1903), de Gaston Richard. Estes autores estavam reverberando as discussões do período – décadas finais do XIX e começo do XX -, e suas obras poderiam se inserir dentro de temáticas não só da análise social como do campo no qual se poderia observar a

³² As datas informadas são aquelas correspondentes às primeiras edições. Infelizmente não é possível acessar as datas das edições que faziam parte da *Alcidiana*, senão da parte que está arquivada no acervo de obras raras da UFRGS. Também é importante salientar que não foi possível identificar nas pesquisas as datas da primeira edição de todas as obras citadas, de maneira que, quando ocorrer, será citada a data da edição mais antiga encontrada. Esta obra de Fouillé que fazia parte do acervo original, entretanto, foi mantida na coleção hoje custodiada pela Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS - BFDUFRGS, sendo possível a constatação de que o exemplar era a segunda edição, publicada em 1885. Com relação às traduções, será informada a data da publicação do idioma presente no acervo e, quando possível, a data de publicação no idioma original.

organização dos homens em sociedade, mas propriamente do fazer sociológico, da concepção das formas. A obra do filósofo francês Alfred Fouillé (1838-1912) é um bom exemplo de *iniciação*, visto que seu conteúdo pretendia dar cabo das escolas de pensamento de maior projeção na Europa Oitocentista, citando as correntes de interpretação do conceito rousseauiano de *contrato social*, não só entre os franceses, mas também aquelas desenvolvidas na Alemanha e na Inglaterra³³. Fouillé (1885, p. XII), na tentativa de alcançar uma verdadeira razão sociológica, propõe:

Aqui ainda não nos parece impossível de operar uma abordagem entre as doutrinas adversas, o idealismo e o naturalismo, nem mesmo de reconciliá-las inteiramente no domínio da prática, mostrando por qual força o ideal, presente em nosso pensamento, se realiza na própria natureza. Longe de nos parecer opostas, as teorias do contrato voluntário e da evolução orgânica nos parecem inseparáveis: a verdadeira sociedade humana deve mostrar a unidade. Nós nos colocaremos então *tour à tour*, neste livro, aos diversos centros de perspectiva entre os quais se compartilham as escolas contrárias, para pesquisar a verdade relativa a harmonia final.

É provável que por seu caráter genérico e explicativo, esta obra tenha feito parte da formação sociológica de Alcides e, embora não tenhamos a certeza da efetiva leitura, temos, ao menos, de seu manuseio, uma vez que o personagem grifou em belas letras, na folha de rosto, o seu nome, símbolo de sua propriedade. Na obra de Fouillé, diversos autores são elencados, e muitos deles também figuram na *Alcidiana*, como o inglês Henry Sumner Maine (1822-1888), e os franceses Hippolyte Taine (1828-1893) e Ernest Renan (1823-1892). Do primeiro, há no campo das ciências sociais *Essais sur le Gouvernement Populaire* (1887 [1885]), e dos últimos, *Philosophie de l'Art* (1865), de Taine, e *Dialogues Philosophiques* (1876), de Renan.

O nome do filósofo e biólogo inglês Herbert Spencer (1820-1903) também é citado por Fouillé e, embora não haja uma obra autoral de Spencer na *Alcidiana*, há,

³³ Em um panorama de autores - muito dos quais presentes na *Alcidiana* - diz o filósofo: “na França, seguindo Auguste Comte, Littré, Taine e Renan condenam com severidade o autor do *Contrato Social* e seus sucessores. Na Alemanha, após ter sido sustentado por Kant e por Fichte, a concepção de Estado fundado sobre o consentimento dos cidadãos, ou *Estado Contratual*, reencontrou os desprezos de Hegel, de Strauss, e recentemente do mais célebre jurisconsulto da Alemanha contemporânea, Bluntschli. Na Inglaterra enfim, Stuart Mill e Spencer citam em nome dos sofismas o princípio do qual parte Rousseau [...]. Sumner Maine - que entrementes veremos, coloca em evidência o papel crescente do contrato no direito moderno -, trata como abstrações e quimeras a teoria e o método do *Contrato Social*” (FOUILLÉ, 1885, p. X)

sim, várias outras que estiveram diretamente ligadas aos preceitos spencerianos do evolucionismo aplicado ao meio social. Alguns exemplos são *As Theorias da Evolução* (1909 [1909]), de Yves Delage & Marie Goldsmith; *L'Homme selon le Transformisme* (1888), Arthur Vianna de Lima; *Darwinism and other Essays* (1879), John Fiske; *O Brazil Mental: esboço crítico*, de José Pereira de Sampaio³⁴; e *Lois Scientifiques du Developpments des Nations: dans leurs rapports avec les principes de la selection naturelle et de l'hérédité* (1873), de Walter Bagehot. As obras, ora mais, ora menos, são tributárias das proposições de Spencer, e argumentam no sentido de fundamentar distinções sociais pautadas nas teorias evolucionistas. Vianna Lima, por exemplo, faz uma ampla exposição sobre a biologia humana, desde sua formação anatômica até a conformação das expressões subjetivas, condensando o evolucionismo com o desdobramento da antropologia criminal do italiano Cesare Lombroso, e identificando grupos sociais degenerados, conforme aponta no capítulo destinado ao “homem primitivo atual”: “nas escórias de nossas sociedades civilizadas vive ainda toda uma triste categoria de indivíduos que, por seu físico degradado e costumes execráveis, não diferem muito de nossos ancestrais selvagens da pré-história” (LIMA, 1888, p. 115). Pereira de Sampaio também constantemente cita Spencer em sua análise sobre o pensamento brasileiro, e o faz, na maioria das vezes, para explicar as contraposições ao positivismo em voga no Brasil Republicano e as reações dos seguidores dos preceitos de Auguste Comte: “no seu livro acerca de Benjamin Constant, o paulista Teixeira Mendes, acrisolado positivista, tem esta petulância. Chama a Spencer o *superficial Spencer*.” (SAMPAIO, 1898: 375, grifos do autor). Em sua exposição crítica sobre o *positivismo* e o *monismo* do “Brazil mental”, Sampaio dialoga também com Charles Darwin, com Comte e com Henry T. Buckle, dentre outros, pontuando sobre as confluências de suas teorias no pensamento de autores brasileiros como Silvio Romero e Tobias Barreto. Ainda destaco a mencionada obra do inglês Walter Bagehot (1826-1877), chamada por Alcides de “uma Bíblia da ciência social” (CRUZ, 2017a [1899], p. 42) e da qual empresta algumas interpretações mais voltadas ao “espírito dos povos” para explicar a dependência, em termos literários, dos brasileiros em relação aos franceses³⁵.

³⁴ Na ocasião de seu lançamento, a autoria da obra foi creditada ao pseudônimo “Bruno”.

³⁵ Na seção IV do primeiro capítulo da obra *Lois Scientifiques du Developpments des Nations...*, Bagehot argumenta sobre a formação do espírito das nações, e de como determinados autores se

No âmbito das obras que compunham um *pensamento social*, ainda é possível citar a obra *La Lutte des Races* (1893 [1883]), de Ludwing Gumplowicz, que também fazia parte do acervo. Embora não se constitua propriamente de uma obra evolucionista, emprestava alguns conceitos spencerianos. Em sua obra, Gumplowicz (1838-1909) propunha uma segmentação hierárquica de raças, embora não pautasse sua argumentação estritamente neste aspecto³⁶. Também teorizava sobre o inevitável conflito nas sociedades humanas e sobre o desenvolvimento da história como um fenômeno natural, com leis precisas e irreversíveis desfechos (LEMOS, 2000, p. 93), sendo que o desenvolvimento humano seguia, assim, uma linha evolutiva e unitária, conforme nos diz o autor quando da teorização sobre a “concepção unitária do mundo”: “a história nos apresenta em profusão os exemplos de convicções científicas que se reportam aos fatos ainda não demonstrados. Parece-nos que, em nossos dias, a convicção da “unidade da lei”, do “monismo”, seja da mesma ordem” (GUMFLOWICZ, 1893 [1883]: 32).

Também encontramos nos domínios das ciências sociais algumas obras que dizem respeito às ciências políticas³⁷. São obras que versam majoritariamente sobre formas de organização governamental, notadamente aquelas vinculadas ao republicanismo como, *Le système de Représentation Proportionnelle* (1910), de Georges Lachapelle; *Le Rôle du Pouvoir Exécutif dans les Républiques Modernes* (1909), de Joseph Barthélemy; *Le gouvernement dans la démocratie* (1896 [1891]), de Émile L. Victor, barão de Laveleye; e *La Politique Radicale: étude sur les doctrines du parti radical et radical-socialiste* (1908), de Ferdinand Buisson. Além

apoiam propositalmente neste espírito para produzirem seus textos e serem aceitos e eternizados pela tradição. Alcides se ampara nesta argumentação para dizer: “Da ação uniforme e irrefragável desse princípio no âmbito literário, dá eloquente lição [...] um pensador emérito, Bagehot, em livro de mestre e que é também uma Bíblia de ciência social. [...] O profundo mestre explica como é que o escritor vê-se obrigado a escolher, sem pensar, o gênero de ideias e de estilo mais em voga, sujeitando o tom de sua obra ao tom adotado por uma época cujo *mot d'ordre* na matéria artística, já se vê, foi dado pelo homem de gênio” (CRUZ, 2017a [1899], p. 42).

³⁶ As suas proposições serviram para fundamentar, dentre outras, a produção de Euclides da Cunha, notadamente em *Os Sertões*, conforme é possível constatar já na “nota preliminar”: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz a História’ que Gumplowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (CUNHA, 1979 [1902], p. 7).

³⁷ O cientista político Christian Lynch (2016), refletindo sobre o pensamento político brasileiro (PPB), argumenta que no período referente à segunda metade do século XIX, notadamente nas décadas finais, as propostas interpretativas sobre o cenário político nacional esteve calcado nas perspectivas científicas de Comte e Spencer, e primavam pela objetividade analítica. É importante salientar, entretanto, que o próprio autor delimita as ciências sociais como campo autônomo no Brasil apenas a partir da segunda metade do século XX. Para um panorama complementar da conformação autônoma das ciências políticas no Brasil, ver também LESSA (2011).

destas obras características de uma teorização republicana, há títulos mais direcionados ao estudo das ciências políticas nos moldes de uma matéria autônoma, como, por exemplo, *Introduction to Political Science* (1910), de James W. Garner³⁸, e *The Science of Politics* (1883), de Sheldon Amos, ambos estadunidenses. É evidente, neste segmento, a presença do pensamento norte-americano³⁹, destoando, assim, dos domínios do direito e da literatura, sendo aquele mais vinculado ao pensamento italiano, e este mais ao francês. Além das obras de Garner e Amos, também havia na *Alcidiana* duas revistas sobre ciências políticas daquele país⁴⁰, a *Political Science Quarterly*, fundada em 1886, e a *The American Political Science Review*, fundada em 1906, periódicos que, em termos de volume, perfazem 43 itens.

No mesmo âmbito se enquadram as ciências econômicas ou da economia política⁴¹. Como salientei quando das definições dos domínios, as ciências

³⁸ Em sua obra, o cientista político norte-americano James Wilford Garner propôs a possibilidade do enquadramento do fenômeno político dentro de uma perspectiva analítica científica: “para nosso propósito uma ciência pode ser descrita justamente como uma massa unificada de conhecimentos relacionados a um único objeto, adquirida pela observação sistemática, experiência, ou razão, os fatos aos quais tem sido coordenado, sistematizado, e classificado. O método científico de analisar fatos não é peculiar a uma classe de fenômeno nem a uma classe de investigadores; é aplicável ao social bem como ao fenômeno físico, e nós podemos seguramente rejeitar a reivindicação de que o quadro mental científico pertence exclusivamente ao físico [physicist] ou ao naturalista. Autoridades estão agora geralmente de acordo que o fenômeno do estado apresenta certa conexão ou sequência a qual é o resultado de leis fixas, embora menos imutáveis, certamente, que aquelas do mundo físico; [...] e que as leis e princípios dedutíveis, portanto, são suscetíveis de aplicação para as soluções de problemas concretos de estado” (GARNER, 1910, p. 17-8).

³⁹ Feloniuk (2017, p. 149 et seq.) salienta a influências do pensamento estadunidense e inglês nas concepções políticas de Alcides. Como pontuado neste capítulo, uma das principais áreas de atuação de Cruz dentro da seara jurídica era a do Direito Administrativo, e, por consequência, o Direito Público, de maneira que as formas de organizações do Estado eram sempre mote em suas investigações, havendo, por conta disso, várias obras sobre teorização e organização política. Já nos primeiros anos da república brasileira a imagem política dos Estados Unidos projetava-se como exemplo, como sugere Ângela Alonso (2013, p. 338). Na virada do século, entretanto, a postura oficial da política brasileira foi a de evocar uma união latino-americana, um tanto oposta à política imperialista dos norte-americanos. Neste cenário, a figura do diplomata Joaquim Nabuco (1849-1910), representava sempre uma dissonância, estando ao lado dos EUA quando o Brasil parecia não estar. Ver ALONSO, 2007 e 2002.

⁴⁰ Havia também uma francesa, a *Revue politique et parlementaire*, fundada em 1894 por Marcel Fournier, contando com 13 volumes.

⁴¹ É importante ressaltar que até o advento do neoclassicismo econômico, levado a cabo nas figuras do já citado William Stanley Jevon, de Carl Meger, de Vilfredo Pareto e outros, as teorias econômicas consideravam as dimensões éticas e morais historicamente criadas em uma sociedade em suas proposições, concebendo, assim, uma economia política. Nesta proposição a dimensão econômica da vida humana deveria servir como componente da dimensão política. Ao longo do século XX, entretanto, a dimensão sócio-política é apartada da teorização econômica, que se reforma a partir de modelos mais vinculados a racionalidade matemática pura, inclusive como uma engenharia. Sobre esta transição, bem como sobre a retomada da economia política como conceito contemporâneo, ver LOUREIRO & ABRUCIO, 2012. A *Alcidiana* possuía autores, inclusive Jevons e Pareto, que faziam parte desta proposta de transição. Entretanto, por seu caráter transitório (e, portanto, ainda não redefinido) e mesmo pelos títulos das obras, que muitas vezes traziam “economia política” como definição principal, utilizei “economia política” como classificação.

econômicas foram segmentadas como parte das ciências sociais por seu caráter referencial, isto é, por se constituírem como material de suporte para a reflexão de Cruz nas problemáticas que moviam suas principais atividades intelectuais. Neste caso, em se tratando das lides do Direito Administrativo, tanto na produção de textos como no ministério das aulas na Faculdade de Direito, a economia política e as ciências políticas, ora em obras separadas, ora reunidas em argumentações de uma mesma obra, faziam parte do repertório do personagem. Como exemplos, cito *Précis d'Économie Politique et de morale* (1893), de Gustave de Molinari; *Manual de Economia Política* (1906), de Vilfredo Pareto; *Principii di scienza economica* (1916); *Scienze della Finanze* (1888), de Ricce Salerno; *Esquisse d'une histoire de l'Économie Politique* (1907[1888]), de John Kells Ingram; *Précis d'Économie Politique* (1888), de Pierre P. Leroy-Beaulieu; e *Petit Manuel d'Économie Politique* (1873), de Maurice Block. Nesta subdivisão se notabilizam os autores pertencentes ao chamado neoclassicismo econômico, grupo de teóricos e historiadores da economia que produziram a partir de 1870, revendo e, por vezes, se contrapondo aos autores do período clássico, Adam Smith, Karl Marx, David Ricardo e John Stuart Mill. A tendência neste período é o surgimento de várias correntes teóricas (ETNER, 2005), e autores como os já citados Jevons e Bagehot, bem como Gustave de Molinari (1819-1912), John Kells Ingram (1823-1907), Pierre P. Leroy-Beaulieu (1843-1916) e Vilfredo Pareto (1848-1923) são exemplares destas novas proposições. Com efeito, é importante ressaltar que os autores mencionados se alinhavam aos ditames do liberalismo, quando não, como no caso de Molinari, do ultraliberalismo econômico⁴². A presença das obras destes autores na *Alcidiana* parecem revelar, assim, as preferências político-econômicas de Cruz, e tal perspectiva pode ser ampliada quando se constata que não havia um número expressivo ou equivalente de autores vinculados às perspectivas socialistas no acervo⁴³.

⁴² O historiador francês François Etner (2005) expõe algumas linhas de pensamento presentes nos neoclássicos, salientando a sua diversidade, mas apontando para a diferença entre o caráter mais objetivo e conservador daqueles mais liberais, notadamente o utilitarismo de Merger e Jevons, e aqueles mais preocupados com as questões sociais e progressistas, como Gustav von Schmoller (1838-1917), e, no extremo, como Nikolai Bukharin (1888-1938), na segunda década do século XX. Na *Alcidiana*, mais vinculados a perspectivas socialistas, encontramos os já citados Emile de Lavayele e Ferdinand Buisson.

⁴³ Alcides se posiciona de maneira crítica ao socialismo quando se manifesta sobre a possibilidade de imigração chinesa no Brasil: "A conquista da Europa, que já se parece inevitável, surgirá provavelmente pela Rússia que de mais a mais dilata os seus domínios pela Tartária, estendendo estradas de ferro pelos territórios siberianos e tártaros e entrando em fraternais relações. O primeiro

2.2.2 A Literatura

A *Alcidiana* possuía um considerável número de obras literárias, sendo o segundo domínio com mais títulos, conforme já tivemos a oportunidade de ver. Dentro da divisão da literatura, existem várias outras subdivisões, como literatura nacional e estrangeira, crítica literária, ensaio, linguística e história da literatura.

A principal subdivisão do acervo é a da literatura estrangeira, com mais de 60 títulos⁴⁴. Ali estão elencadas as obras de autores clássicos e contemporâneos de Alcides, notadamente franceses, ingleses e portugueses. Dos britânicos desponta a figura de Shakespeare, que, conforme a quantidade de registros, provavelmente estava em sua composição completa: dos clássicos *Othelo*, *Macbeth*, *Rei Lear* e *Hamlet* até *Oeuvres* e *The Works of Shakespeare*. Além do bardo inglês, a romancista Mary Ann Evans, conhecida pelo pseudônimo de George Eliot, também estava presente com *Tribulations du Révérend A. Barton*, *Silas Marner*, *La Conversion de Jeanne* e *Adam Bede*. Charles Dickens (*La Petite Dorrit*, e *Le Magasin d'Antiquités*), Henry Fielding (*Tom Jones*) e Oscar Wilde (*Salomé*) também estavam elencados no acervo. Os franceses estão representados por Daniel Defoe e seu *Robinson Crusoé*, como representante setecentista; por Eugène Sue (*Atar-Gull*), Victor Hugo (*Torquemada*) e Júlio Verne (*Os navegantes do XVIII^o século*) como autores que iniciaram sua produção ainda na primeira metade do século XIX⁴⁵; e por Émile Zola (*Germinal*, *A Obra*, e *O Ventre de Paris*), Alphonse Daudet (*Os reis no exílio*), Paul Bourget (*O Discipulo*, *L'Irreparable*), e Guy de Maupassant (*Au Soleil*), como autores da segunda metade do século XIX. Havia também a presença da obra dos suíços Edouard Rod (*Scènes de la Vie Cosmopolite*, *La Course à La Morte*) e Benjamin Constant (*Adolphe*), além *Crime e Castigo*, do russo Fiódor Dostoiévski.

Os autores portugueses ocupavam um bom espaço nas prateleiras da *Alcidiana*. Em termos estritamente ficcionais, compunham mais de 20 obras, número

prelúdio será o da inundação de produtos industriais, porque é preciso recordarmo-nos de que a manufatura chinesa data de inúmeros séculos e não está minada das ideias pregadas pela revolução socialista" (CRUZ, 2017a [1892], p. 20. Grifo meu).

⁴⁴ Considerei aqui apenas obras ficcionais, em prosa ou verso. As obras que não são propriamente enquadráveis nas ciências sociais, embora consistam em análises de costumes, estão dentro dos domínios da literatura, mas seccionadas em *ensaio*, *crítica* e *variedades*.

⁴⁵ Não é ignorado aqui o fato de que as principais obras tanto de Verne quanto de Hugo são da segunda metade do século XIX. A delimitação dos autores franceses é mais didática do que propriamente analítica, e faz mais sentido quando considerada em sua última segmentação, isto é, a dos autores nascidos na segunda metade do século e, por isso, contemporâneos (e mesmo influenciadores *de última hora*) de Alcides.

parecido com a dos autores ingleses, porém com a peculiaridade de estarem presentes com maior diversidade autoral, conforme a tabela abaixo:

Tabela III - Domínio Literário: os portugueses.

Autores	Obras
Alberto Bramão (1865-1944)	<i>Ilusões Perdidas</i>
Alexandre Herculano (1810-1877)	<i>Eurico, o presbítero, O Bôbo</i>
Almeida Garrett (1799-1854)	<i>O Alfageme de Santarém, Helena</i>
Antônio M. V. de M. C. e Meneses, Conde de Sabugosa (1851-1923)	<i>Embrechados</i>
Bernardim Ribeiro (1482-1552)	<i>Menina e Moça</i>
Camilo Castelo Branco (1825-1890)	<i>Maria da Fonte, Volcões de Lama</i>
Eça de Queiroz (1845-1900)	<i>A Ilustre Casa de Ramires, Cartas d'Inglaterra, Últimas Páginas</i>
Eduardo de Noronha (1859-1948)	<i>O Marquez de Niza</i>
Francisco Manoel de Melo (1608-1666)	<i>Guia de Casados</i>
João Grave (1872-1934)	<i>Reinado Tragico</i>
José V. Fialho de Almeida (1857-1911)	<i>Os Gatos, Saibam quantos</i>
Júlio Dantas (1876-1962)	<i>Ao Ouvido de Mme. X</i>
Luís de Camões (c. 1524-1679/80)	<i>Os Lusíadas</i>
Manuel Bernardes (1644-1710)	<i>Nova Floresta</i>

Elaborada a partir dos dados do inventário. APERS – Provedoria de Porto Alegre, Inventário nº 46, ano: 1916, inventariado: Dr. Alcides de Freitas Cruz, Inventariante: Dona Severina Pereira Cruz.

A literatura lusa também está presentes com mais de 15 títulos nas subdivisões de crítica, ensaio e linguística. Ali podemos encontrar outras figuras de projeção na literatura oitocentista, como Ramalho Ortigão, Teófilo Braga e Antônio Cândido de Figueiredo, ambos coevos de Eça de Queiroz no que foi chamado a *posteriori* de *Geração de 70*⁴⁶. Também é expressivo o número de gramáticas e dicionários sobre a língua portuguesa, perfazendo mais de 10 títulos como, por

⁴⁶ A *Geração de 70* foi o nome pelo qual ficou conhecido o grupo de autores que se envolveram direta ou indiretamente nas discussões públicas ocorridas a partir de 1865, em Portugal, por ocasião da querela literária entre Antônio Feliciano de Castilho, autor da primeira metade do século XIX, e Antero de Quental, autor que na ocasião representava uma nova geração na literatura do país. A contenda deu-se principalmente ao redor da contraposição de formas e estilos literários e das críticas dirigidas por Castilho a Quental, tendo mobilizado todo o cenário das letras do período. Na ocasião não se operava com a definição *Geração de 70*, o que ocorre somente na primeira metade do século XX. Para a gênese da definição, ver o artigo de MOREIRA, s/d; para um panorama sócio-político, ver MACHADO, 1980.

exemplo, *Estudos da Língua Portuguesa* (1907-1913), de Júlio Moreira; e *Subsídios para um Dicionário Completo Histórico-Etimológico da Língua Portuguesa* (1900-1901), de Antônio Augusto Cortesão. Em menor medida estão também os congêneres sobre línguas estrangeiras como *Grammaire Française* (1898), de Auguste Brachet e Jean Dassouchet; *Grammatica Allemã*, de Manuel Said-Ali Ida; e *A higher English Grammar* (1872), de Alexander Bain.

2.2.2.1 Os brasileiros: a literatura e a crítica *fin du siècle*

A literatura brasileira, a exemplo das demais, está dividida em categorias. Iniciando pela ficção, encontramos cerca de 30 títulos da produção nacional, conforme a tabela abaixo:

Tabela IV - Domínio Literário: autores brasileiros

Autores	Obras
Aluísio Azevedo (1857-1913)	<i>O Homem</i>
Adolpho Caminha (1867-1897)	<i>O Bom Crioulo</i>
Alcides Maya (1878-1944)	<i>Tapéira</i>
Alberto de Oliveira (1857-1937)	<i>Pombos Correios</i>
Bernardo Taveira Junior (1836-1892)	<i>Poesias alemãs</i>
Bernardo de Guimarães (1825-1884)	<i>O Seminarista</i>
Cláudio Manuel da Costa (1729-1789)	<i>Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa</i>
Domingos Nascimento (1863-1905)	<i>Em Caserna</i>
Ezequiel Freire (1850-1891)	<i>Livro Posthumo</i>
Francisco A. Ferreira da Luz (1853-1896)	<i>Harmonias Ephemeras</i>
José de Alencar (1829-1877)	<i>Senhora, Encarnação, Guerra dos Mascates, O Gaúcho, Sonhos d'Ouro, O Garatuja, O Sertanejo, A Pata da Gazella, As Ruínas do Prata, Iracema</i>
João Ribeiro (1860-1934)	<i>O Fabordão</i>
Luiz Dolzani (Inglês de Souza) (1853-1918)	<i>O Missionario</i>
Machado de Assis (1839-1908)	<i>Páginas Recolhidas, Ressurreição</i>
Tomás A. Gonzaga (1744-1810)	<i>Marília de Dirceu</i>

Tristão de Araripe Jr. (1848-1911)	<i>Miss Kate</i>
Venceslau de Queiroz (1863-1921)	<i>Versos</i>

Elaborada a partir dos dados do inventário. APERS – Provedoria de Porto Alegre, Inventário nº 46, ano: 1916, inventariado: Dr. Alcides de Freitas Cruz, Inventariante: Dona Severina Pereira Cruz.

As principais linhas estéticas das letras nacionais oitocentistas estão contempladas na tabela acima, do romantismo indianista de José de Alencar ao naturalismo de Aluísio de Azevedo, passando por poetas de menor expressão mais associados ao simbolismo, como Ezequiel Freire, e por Machado de Assis, escritor que transitou entre o romantismo e o realismo. Além dos autores acima, também figuram na *Alcidiana* aqueles que caberiam adequadamente na definição utilizada para a reflexão das ciências sociais, *os pensadores sociais*, ilustrados nas figuras de José Veríssimo (*Estudos Brasileiros* [1889-1904]) e Silvio Romero (*Estudos de Literatura Contemporânea* [1885]). Compondo a tríade dos principais críticos literários da segunda metade do século XIX, ao lado de Tristão de Araripe Jr. (1848-1911), Romero (1851-1914) e Veríssimo (1857-1916) condensaram as principais ideias que compunham o repertório teórico do período para desenvolverem suas análises, sob o condão do discurso científico, e reivindicando a autoridade argumentativa para definir as bases da literatura nacional. Hélio de Seixas Guimarães (2004, p. 269), sintetiza a conformação deste pensamento crítico:

Determinismo, evolucionismo, positivismo, romantismo e naturalismo – essas as palavras-chave que, com suas derivações e ramificações, formariam a constelação de ideias e dariam as balizas para a atividade crítica no Brasil do século XIX. Mas a frequência dos grandes sistemas e a invocação dos grandes nomes – Taine, Darwin, Comte, Chateaubriand e Zola – contribuiu tanto para imprimir o tão decantado rigor científico ao estudo da literatura quanto para levantar cortinas de fumaça em torno da pura opinião, da interpretação impressionista, da mera e velha disputa das vaidades, que alimentaram célebres polêmicas, com suas acusações, réplicas, tréplicas e ódios mortais. Os três grandes da crítica machadiana não fugiram a essa conjunção [...]

A partir das disputas sobre a avaliação da obra de Machado de Assis, estes autores firmaram-se como *os críticos*, e talvez, aqui, eles nos sirvam como catalisadores do perfil vislumbrado para o próprio Alcides, isto é, um sujeito imerso em um grande aglomerado teórico, e que acionava os autores e textos do momento para produzir o seu juízo de valor, valendo-se daqueles autores já legitimados para

construir a sua própria legitimação. Com efeito, a presença das obras desses autores na *Alcidiana* pode ser abordada por duas frentes distintas, posto que complementares. A primeira delas diz respeito às preferências de leitor, ao repertório literário de seu tempo, em que não só o gosto pela leitura, mas a necessidade de manusear vários autores para inserir-se em círculos intelectualizados recrutavam certos títulos para as estantes. A segunda é aquela que revela o crítico literário, preocupado em ler e resenhar as obras recém-lançadas, e que, para tanto, tinha de lançar mão de tradições literárias internacionais e de recursos de composições linguísticas, mostrando-se sempre conhecedor da *finis* das belas letras. Como venho afirmando até aqui, uma das chaves de leitura para a compreensão da importância da biblioteca de um professor negro na Porto Alegre de fins do século XIX e início do XX é a operacionalidade que ela oferecia para o seu detentor em razão das problemáticas por ele estipuladas. Neste sentido, é de suma importância encontrarmos com o Alcides crítico, como aquele que, ao lado de Lima Barreto, abriu este capítulo.

Ao fazer seu parecer para o periódico *A Federação*, em 12 de maio de 1892, nosso personagem caminhava pelas veredas já abertas por Romero e Veríssimo, bem como por Araripe Jr., que, inclusive, já havia feito uma resenha sobre o *Quincas Borba* alguns meses antes, em 12 e 16 de janeiro, para o jornal carioca *Gazeta de Notícias* ⁴⁷. As aproximações são, inclusive, temáticas, e para ilustrar cito duas passagens em que a suposta falta de sensualidade – ou a não vinculação dos preceitos do *naturalismo*, então em voga na Europa - enfraqueceria a obra machadiana, tanto sob o ponto de vista de Araripe, quanto no de Cruz:

Tudo isto, porém, encontra explicação nas repugnâncias do auctor da obra. Machado de Assis é incapaz de entregar uma heroína sua á logica brutal da respectiva organização. Onde E. Zola forçosamente collocaria uma scena de cannibalismo amoroso e o desespero da burguezia que não soube conter os arrancos da luxuria, elle põe um grito de nobreza e um pudor illogico de mulher perversa e mal casada, cujos transportes domesticos se traduzem ordinariamente em permittir que o esposo erga-lhe o roupão e oscule a perna, no proprio logar em que a meia de seda incide com a carne rósea e assetinada. (ARARIPE JR. [1892] apud SEIXAS, 2004, p. 292)⁴⁸

É possível que a pouca energia dos sentidos (H. SPENCER, *Principes de Psychologie*, §§ 210 e seg., explica como o grau dos

⁴⁷ Ver o texto completo em GUIMARÃES, 2004.

⁴⁸ Foi mantida a grafia original.

sentimentos depende das diversas sensações e como por essa causa a percepção e a emoção tornam-se intimamente inseparáveis) determine a falta de sensualidade no romancista, mesmo quando ergue as saias das suas personagens, fato que, por uma natural sequência do humorismo, degenera a cena numa escandalosa charge caricatural, muito longe de abrir, uma página de volúpia; a nudez, a brancura e os belos corpos de mulheres, que tão aristocráticas e poéticas sugestões oferecem aos escritores naturalistas, encontram absoluto desprezo da parte do sr. Machado de Assis. (CRUZ, 2017a [1892], p. 13).

É tentador afirmar que Cruz efetivamente lera a resenha de Araripe, mas não posso fazê-lo. Entretanto, a composição do texto de Alcides parece seguir os mesmos preceitos do crítico paraense, e se a leitura específica sobre o *Quincas Borba* não ocorreu, ao menos é possível constatar que parte da obra crítica⁴⁹ de Araripe chegou às mãos de nosso personagem, e é por meio de outra análise literária que o descobrimos. Escrevendo para a *Revista do Brasil* em 1897 e 1898, Cruz analisa os usos do *sertão* como tema na prosa brasileira, e se detém no texto do maranhense Henrique Maximiano Coelho Netto (1864-1934). Em sua análise, marcada por formas de determinismo biológico e, por extensão, psicológico, Alcides diz:

Em Coelho Netto evidentemente atuam duas correntes diversas e antagônicas claramente discerníveis. Por herança atávica, é ainda um estrangeiro do norte da Europa; e, por efeito da lei da obnubilação (para completa inteligência deste princípio, ler Araripe Júnior, sobretudo Gregório de Mattos) é um brasileiro. Naquela figurinha de aparência débil, sem a menor semelhança típica com o nortista brasileiro, tudo nesta observado externamente, é o que pode haver de menos nacional: olhos pequenos, cabelo alourado e um tanto hirto, larga a fronte, nariz afilado, pele alva. O sentimento colorista não lhe pode proceder senão dessa luxuriante natureza tropical que tão extraordinariamente deveria ter influído no ânimo dos seus remotos ascendentes, apurando o fenômeno da obnubilação, mas aquela tendência imaginativa para o fantástico, o espantoso, a desordem mental, o horrendo, a patologia mental em ação, acusam um atavismo de seus antepassados que seriam... Bretões? Celtas? Caledônios? [...] (CRUZ, 2017A [1897-1898], p. 38)

Como salientado por Guimarães (2004), as teorias que pretendiam explicar a sociedade marcaram a pena dos críticos literários, e a *lei da obnubilação* de Araripe,

⁴⁹ Lembro aqui que havia na *Alcidiana* um exemplar da prosa de Araripe, *Miss Kate*, romance escrito pelo crítico em 1909.

que era, grosso modo, o impacto do ambiente tropical no indivíduo que atravessava o Atlântico⁵⁰, é prova disso, assim como os determinismos raciais de Silvio Romero.

Contudo, não posso me furtar aqui de destacar a individualidade de Alcides em suas análises, permitindo ao leitor conhecer também as discordâncias de nosso personagem diante dos grandes críticos nacionais. É contrapondo o próprio Romero que Cruz sustenta a sua crítica no texto *A nossa prosa recente (1897-1898)*, publicado também na *Revista do Brazil* em fevereiro e março de 1899. Ali, algumas obras recém-publicadas são analisadas, como *Tentação* (1896-7) de Adolpho Caminha e *Um escândalo* (1897) de Arthur Lobo⁵¹. Dentro desta análise, Cruz também pontua sobre a obra *Machado de Assis – Estudo Comparativo de Litteratura Brasileira* (1897), do próprio Silvio Romero. No texto do crítico sergipano, um dos temas mais frequentes era o uso do humor na prosa machadiana, que para ele era ilegítima, pouco afeita ao próprio Machado de Assis e, em última instância, fajuta e inata⁵². Dentro do conjunto gnosiológico de Romero, pautado, como já foi salientado, pela voga cientificista, crente no progresso altaneiro da nação, o escritor fluminense deveria voltar-se para uma produção mais engajada na transformação social, na denúncia combativa das mazelas do país, uma vez que sua condição de mestiço necessariamente lhe traria peculiaridades naturais – mesmo dificuldades - das quais o humor não fazia parte, era dissimulação⁵³. A crítica de Romero transbordava o ambiente literário, e visava atingir a figura do autor de *Bráz Cubas*,

⁵⁰ Luiz R. Velloso Cairo (2014, p. 57) argumenta que: “opondo-se a Sílvia Romero, Araripe Júnior enfatiza no estudo da história da literatura brasileira o fator meio, ao invés do fator raça, pelo menos no que diz respeito ao século XVI, e isto é expresso principalmente pela lei da *obnubilação brasileira*. Esta lei, conforme se depreende de seus textos, consiste na transformação por que passa o indivíduo ao atravessar o oceano Atlântico e, posteriormente, adaptar-se ao meio físico e ao ambiente primitivo.”

⁵¹ Infelizmente, a parte do texto que expõe as análises sobre Caminha e Lobo não foram encontradas no levantamento feito por mim e pelo IHGRGS. É digno de nota, entretanto, o fato de que Alcides conhecera o texto do escritor mineiro Arthur Lobo, uma vez que, conforme salienta o escritor e jornalista Ubiratan Machado, Lobo foi ignorado ao longo do tempo pela crítica especializada, ficando no obscurantismo das letras nacionais mesmo em seu período de atividade. Segundo ele, “os contemporâneos, com raras exceções, ignoraram a sua obra, talvez por desconhecê-la” (MACHADO, 2012, p. XII).

⁵² “O humorista é, porque é e porque não pode deixar de ser. Dickens, Carlyle, Swift, Sterne, Heine foram humoristas fatalmente, necessariamente; não podia ser por outra forma. A índole, a psicologia, a raça, o meio tinha de fazê-los como foram. O humorismo não é cousa que se possa guardar n'algibeira e n'um bello dia tirar para fora e mostrar ao público” (ROMERO, 1897, p. 131-2).

⁵³ Em texto esclarecedor, Alberto Luiz Schneider (2016, p. 60) argumenta que, na visão de Romero, “ao não assumir a sua condição de ‘meridional e mestiço’, o escritor fluminense soava-lhe afetado, constituindo-se em uma espécie de impostura, artificial, alheio ao meio (brasileiro). Sem muita sutileza, como lhe era característico, Sílvia Romero assentava no colo de Machado a imagem do mulato pernóstico, afrancesado, com afetação de erudição e finura, incapaz de aceitar o seu lugar na sociedade.”

fundamentalmente pela posição que Machado ocupava no cenário nacional, e por sua aparente abnegação em relação aos problemas e teorias tão caras a Romero e a seu mentor, o também sergipano Tobias Barreto (1839-1889) (SCHNEIDER, 2016).

Alcides contrapôs as críticas de Romero, não de todo discordante, mas construindo sua argumentação sob um viés de análise de personalidade, desta vez, menos apegada ao determinismo racial ou mesológico, argumentando que “o *humor* pode revestir-se das mais variadas tonalidades, e mesmo por ser manifestação psicológica é que se gradua de escritor a escritor, correspondentemente à índole deste” (CRUZ, 2017 [1899], p. 44). Cruz, talvez percebendo a personalidade dos ataques de Romero a Machado, ainda afirmava: “resta-nos concluir o que vamos relatando sobre a desenvolvida obra do dr. Sylvio Romero, que, valha a verdade, deixa de ser um estudo lógico, imparcial e bem argumentado, da alta personalidade literária daquele cidadão ilustre” (CRUZ, 2017 [1899], p. 44).

Em outro tema, o da ausência de uma literatura de caráter nacional e mesmo da dependência em relação à literatura estrangeira, para o qual Romero utiliza reiteradas vezes o verbo “macaquear”⁵⁴, Alcides também se posiciona contrariamente, aprofundando a questão para a existência mesmo de um caráter nacional:

Repetem incessantemente e infundadamente muitos criticistas nativos que não produzimos nada original, anatematizando os autores e insinuando-lhes desdenhosos remosques, porque imitam copiosamente a literatura francesa. Dar-se-á, porém, a anomalia de que muitos desses eminentes homens de letras neguem-se a aceitar as leis da imitação, aplicadas ao desenvolvimento das literaturas. Causa não menos séria, e que é uma consequência do que dissemos, é a questão de saber se existe uma literatura nacional entre nós, proposição sutil e complexa que forma ao lado desta outra e da qual depende: temos uma nação brasileira definitivamente constituída?” (CRUZ, 2017a [1899], p. 41).

A argumentação de Cruz pretendia demonstrar que por uma questão de complexidade social, de “amálgama de raças”, havia um período de transição e

⁵⁴ “macaquemos a carta de 1814, transplantamos para cá as phantasias de Benjamin Constant, arremedamos o parlamentarismo e a política constitucional do autor de *Adolphe*, de mistura com a poesia e os sonhos do autor de *René* e *Atala*” (p. 123); “O segundo reinado, com sua política vacillante [...], fê-lo tumultuariamente [...] sem critério. A imitação, a macaqueação de tudo, modas, costumes, leis, codigos, versos, dramas, romances, foi a regra geral” (p. 123); “O artifício é evidente, a macaqueação de Sterne, por exemplo, é palmar e não tem graça quasi nenhuma” (p.136). Todas as referências são de ROMERO, 1897.

adaptação de uma nação na direção da formação do seu caráter nacional. A imitação, assim, seria uma prática comum e aprovável dentro deste processo de formação nacional. Alcides ainda complementava:

Nossa literatura, talvez, tenha que deixar de lado qualquer questão dessa ordem [...] terá de ir refletindo toda a transição que ora atravessamos; o contrário disso é um absurdo; a literatura não pode preexistir à conquista que o homem brasileiro ainda não conseguiu. E se remontarmos à tradição dos velhos países de além-oceano, encontraremos dois ou três como os únicos onde se define o caráter nacionalístico da literatura, o que parece significar que muitas vezes um país nem por ser antigo já tenha adquirido a completa nacionalização de seus institutos (CRUZ, 2017a [1899], p. 41-2).

Alcides Cruz, assim, constrói a sua argumentação a partir de uma demonstração intelectual, na qual aciona o seu repertório de leituras, teorias e propostas interpretativas, provavelmente no intuito de provar aos seus leitores que conhece a crítica nacional e que tem ferramentas para, se não equiparar-se – algo de que não tem pretensão - ao menos posicionar-se no debate público, com leitura própria e reflexiva (ALONSO, 2002) do que se passava no mundo das ideias⁵⁵. É provável que nosso personagem não tivesse refinado sua análise machadiana de modo a perceber que, sob a fina ironia, *o bruxo do Cosme Velho* era sim um grande crítico social, observação que no campo da crítica só foi desenvolvida com maior vigor a partir da segunda metade do século XX (SCHNEIDER, 2016, p. 65 et seq.)⁵⁶. Salta-nos aos olhos, porém, que, por outros caminhos, ora paralelos, ora desviantes, Alcides não viu problemas em pontuar sobre as falhas e acertos, tanto do maior escritor brasileiro, quanto de um dos maiores críticos.

Estes episódios nos quais nosso personagem escreve sobre temas de projeção nacional foram aqui trazidos justamente para mostrar os usos que Alcides

⁵⁵ Além das obras classificadas nos domínios das ciências sociais, havia na *Alcidiana* a obra *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863), de Hippolyte Taine, considerada um cânone da crítica literária oitocentista, e que lançou bases para converter a literatura em um campo de análise científica experimental para entender a sociedade. Conforme Roberto Ventura (1996:171): “Taine formulou, na *Histoire de la littérature anglaise* (1863), a concepção naturalista da história, determinada a partir de três fatores: o meio, com o ambiente físico e geográfico; a raça, responsável pelas disposições inatas e hereditárias; e o momento, resultante das duas primeiras causas”. Além de Taine, havia também a obra de Émile Hennequin (1859-1888), discípulo do primeiro, mas que complexificou a teoria da crítica literária, inclusive pontuando contra os determinismos externos ao produtor do texto. De sua obra, que também foi manuseada pela tríada de críticos citados acima, Alcides possuía *Quelques Écrivains Français* (1890) e *Étude de Critique Scientifique* (1888). Um parecer sobre a obra de Hennequin por ser visto em CAIRO, 1993.

⁵⁶ Ver, dentre outros, os trabalhos de GLEDSON, 1986; GOMES, 2009 [1989], p.191-208; SCHWARZ, 1990; e CHAULHOUB, 2003.

fez de sua biblioteca e dos autores que jaziam nas prateleiras da casa de um homem negro na Porto Alegre do final do século XIX e início do XX. A tentativa, aqui, foi demonstrar o acervo em números, bem como dar feições mais perceptíveis ao repertório intelectual disponível para nosso personagem, notadamente, aquele concernente aos domínios das ciências sociais, segmentação de apoio aos demais domínios, e aquele da literatura, norteador de uma das problemáticas que marcaram a trajetória intelectual de Cruz, aquela das inserções literárias. No capítulo a seguir, darei prosseguimento na exposição da *Alcidiana* e de seus usos, mas a partir do enfoque do Alcides historiador, isto é, da problemática que fazia de nosso personagem um produtor de textos historiográficos.

3 O HOMEM QUE (NÃO) QUERIA SER HISTORIADOR

Si se trata de história, vários são os pontos de a encarar, vários os métodos de a escrever. Este aceita os factos na sua real expressão, estejam completos ou mutilados; aquelle explica-os depois de os decompor ou recompor; outro completa-os pela conjectura ou pela lógica. Tácito pertence á primeira escola, Thierry á segunda, Guizot e Macaulay á ultima.

Si se trata particularmente da historia do Brazil, como neste Instituto, é licito perguntar ao historiador: que theoria seguir - a de Martius, a de Buckle, a dos sectários de Spencer, a dos discípulos de Comte? Como exprimir tão diversas opiniões sem sacrifício de alguma dellas? (TÁVORA *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 48-9).

Em 1883, Franklin Távora (1842-1888) inquiria em reunião do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) sobre as formas, métodos e teorias com as quais aqueles que pretendiam escrever sobre a história do país operavam. Em sua arguição, Távora, de fato, verbalizava a percepção comum aos membros daquele instituto nas décadas finais do século XIX, isto é, a necessidade de se estipular critérios bem definidos, nos padrões das investigações científicas, para a escrita da história nacional (OLIVEIRA, 2010).

Desde sua fundação, em 1838, o IHGB já se propunha a ser o guardião por excelência da história brasileira, reclamando para si o papel do estabelecimento das bases simbólicas da nacionalidade (GUIMARÃES, 2011 [1987]). As concepções concernentes ao fazer historiográfico, que naquele espaço legitimado de produção da escrita da história se tinha, entretanto, foram se modificando ao sabor do contato que seus membros travavam com as instituições congêneres no exterior¹, bem como devido a demandas sócio-políticas nacionais. Em sua primeira fase, a instituição foi pautada pelo romantismo de escritores como Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) e Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) no campo literário, e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Francisco Varnhagen (1816-1878) no campo da escrita da história, e visava o estabelecimento de uma história que buscasse o passado formador da nacionalidade brasileira, erigindo heróis e passagens históricas exemplares para a composição da brasilidade, que se reformulava com o estabelecimento do reinado de Pedro II. Ao longo do Oitocentos, as proposições

¹ O historiador Manoel Salgado Guimarães (2011 [1987], cap. II) salienta que um dos principais influenciadores do IHGB foi *L'Institut Historique* de Paris, fundado em 1834.

temáticas fundadoras ainda marcavam a produção do instituto, mas a voga científica passou a balizar aquele *savoir faire*, de maneira que, como sugere o historiador Temístocles César (2004, p. 16):

Na medida em que o século XIX avança, as referências a uma história filosófica ou a um historiador filósofo, como propõem Von Martius e Gonçalves de Magalhães, tendem a desaparecer, ao mesmo tempo em que os conceitos de história e de historiador adquirem um contorno mais científico”².

A historiadora Ângela de Castro Gomes (2009) também salienta que na Primeira República (1889-1930), especificamente no início do século XX, as disputas políticas do novo regime penetraram os espaços daquela instituição, bem como as teorias estrangeiras de que nos falava Franklin Távora. Se no período de fundação do IHGB havia a necessidade da formulação de uma simbologia sobre o Brasil, então sob a coroa monárquica, na troca de regime que culminou com o ocaso imperial, havia que se erigir um novo *corpus* simbólico sob os auspícios do barrete frígio da república e, na mesma monta, as reflexões sobre o *métier* historiográfico também ganhavam espaço. Gomes (2009, p. 31) destaca as discussões ocorridas na instituição, na virada do Oitocentos, sugerindo que:

Eles envolviam, de um lado, demandas da conjuntura política, que se traduziam em pontos substantivos a serem contemplados na narrativa de História do Brasil: datas, vultos, eventos, explicações, etc. Mas eles também envolviam toda uma discussão sobre a própria natureza e características do saber história, remetendo-o ao tipo de produção que estava sendo conceituada como científica.

O questionamento de Távora talvez estivesse ligado também ao caráter estritamente polivalente dos autores que se dedicavam a escrita da história no período, quer dizer, na configuração profissional da gama de membros do IHGB, bem como dos diletantes alheios àquela instituição, que, em sua maioria, eram ligados às profissões liberais alçadas ao topo do prestígio social ainda no império, ou seja, os advogados, os médicos e os engenheiros. Sob a rubrica de *homens de letras* todos aqueles que soubessem operar os códigos linguísticos pertinentes ao período, e que, preferencialmente, fossem reconhecidos em seus beletrismo por

² César (2011) também argumenta que a produção de Francisco Varnhagen, notadamente em *História Geral do Brasil* (1854-57), é marcada por formas subjetivas de construção argumentativa, revelando um paradoxo em relação à escrita científica que vai caracterizar a iniciativa daquela instituição.

espaços legitimantes de saber, como o IHGB e a Academia Brasileira de Letras (ABL), poderiam produzir escritos sobre a história – granjeando, é bem verdade, maior ou menor repercussão conforme o estilo, o tema etc. Assim, não era incomum que autores reconhecidos por seus feitos na literatura fossem membros dedicados do IHGB (OLIVEIRA, 2010, p. 47), e o próprio Távora nos serve de exemplo, visto que sua produção literária, especificamente materializada em seu romance de maior sucesso, *O Cabeleira* (1876), obteve mais longevidade nas letras nacionais do que sua produção historiográfica.

Pari passu à forma de atuação do polímata, desenvolvia-se, contudo, uma métrica própria de pesquisa, reflexão e produção dos textos de história, configurando um *ethos* definidor daquela prática. Deste processo, alguns elementos indispensáveis passaram a fazer parte do ofício: o arquivo como reduto das fontes do historiador, e conseqüentemente da *verdade* da história, bem como a imparcialidade daquele que escreve, atento às fontes e preocupado com a elaboração mais verossímil possível dos eventos passados. O historiador Rodrigo Turin salienta que na processual formação do *métier* localizada no IHGB, uma tríplice topográfica se enunciava, ligada ao “sentimento pátrio, ao domínio técnico-científico e à pertinência do produto em relação ao seu uso” (TURIN, 2009, p. 16). Cada uma destas implicações da produção historiográfica geraria, assim, a perspectiva da *sinceridade*, da *cientificidade* e da *instrumentalidade* do historiador e do texto historiográfico. A produção historiográfica constituía-se, portanto, em uma atividade que requeria propósitos pessoais voltados para o bem nacional, dedicação e abnegação no intento investigativo, e produção de um texto que servisse ao país³. O perfil do historiador *fin-de-siècle* brasileiro era também o resultado de uma crise do paradigma sócio-político pela qual passava o país, na qual os antigos pilares de sustentação da sociedade Oitocentista ruíam sob o bombardeamento de um novo ideário que marcaria o movimento republicano (ALONSO, 2002). Nesse cenário, talvez o personagem símbolo do processo de canonização científica da história, imersa na missão resolutiva dos problemas nacionais que já pautavam a crítica

³ Como alma do ofício, esta tríplice base se coadunou com as motivações sociopolíticas do momento histórico em que esteve submetida, e, de acordo com o autor, na mudança das finalidades maiores da produção historiográfica brasileira, saindo da história patrocinada e em prol do império para aquela republicana, houve também o deslocamento das razões nacionais, passando das explicações em função da manutenção imperial para o instituto republicano por excelência, o povo. Em sua investigação, Turin encontra em Silvio Romero um catalisador deste processo no qual se intensifica a cientificidade da atividade, bem como a inclinação para uma produção comprometida com a solução dos problemas nacionais. Além do texto citado, ver TURIN, 2005.

literária, como vimos no capítulo anterior, foi o cearense José Capistrano de Abreu (1853-1927). Atuando em outras duas instituições estabelecidas como lugares de produção de saber, a Biblioteca Nacional⁴ e o Colégio Pedro II, ambas situadas no Rio de Janeiro, Capistrano contribui para o estabelecimento de formas consistentes no que toca à investigação e à escrita da história, salientando a fundamental importância do levantamento documental, de sua organização e arquivamento, bem como da citação de tais fontes no processo argumentativo da produção historiográfica (OLIVEIRA, 2013 [2006]; GONTIJO, 2006.). Ato contínuo, a produção de Capistrano, além de enfatizar o rigor investigativo, também se voltara para a missão de repensar a história nacional a partir da busca pelas origens do *povo brasileiro*, em boa medida empenhada no preparo do futuro do país, denotando, assim, a instrumentalidade de que falei há pouco. De acordo com a historiadora Maria da Glória de Oliveira (2013 [2006], p. 37):

O problema da formação nacional – horizonte intransponível da história e da produção intelectual brasileira do Oitocentos – assumiria, naquele momento [início do século XX], uma centralidade manifesta, porquanto alusiva ao presente e ao futuro do povo brasileiro

A partir da segunda metade do século XIX, notadamente com a chamada *geração de 70*⁵ brasileira, o Brasil passou a ser repensado em suas profundas estruturas formadoras, e as certezas que marcaram a primeira metade daquele século foram postas a prova ante os questionamentos revestidos pelas teorias então em voga no país. Os naturalismos, os evolucionismos e os positivismos foram os dardos que apregoaram as novas proposições dos intérpretes nacionais. Contudo, da uniformidade das atividades registradas sob a prática dos *homens de letras*, se desprendia o historiador – lentamente, é bem verdade⁶ -, para produzir uma forma

⁴ Sobre a importância da Biblioteca Nacional no período de estabelecimento da pesquisa histórica nos moldes de campo científico, especialmente através da figura de seu bibliotecário, Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1838), ver CALDEIRA, 2015.

⁵ A *geração de 70* brasileira foi, a exemplo daquela em Portugal citada no capítulo anterior, não um movimento coeso e autointitulado, mas uma definição feita *a posteriori* para o conjunto de agentes que produziram textos e propagaram ideias, mormente contestatórias, sobre a realidade brasileira nas últimas décadas do século XIX. Este movimento de ideias esteve amparado na apropriação e adaptação de proposições ideológicas e teóricas que circulavam no ambiente europeu, por sua vez também politicamente em polvorosa por conta de eventos como as unificações geopolíticas da Alemanha e da Itália, e a contestação aos modos de vida “ultrapassados” da sociedade portuguesa perpetrados pela *geração de 70* daquele país. Ver ALONSO, 2002.

⁶ A historiadora Rebeca Gontijo ilustra a paisagem em que atuava, na Primeira República, o homem de letras-historiador: “a construção de um panteão de heróis, mitos e grandes personalidades ocorre

específica e criteriosa de conhecimento⁷. O processo se estendeu até o sul do país, que já em meados do Oitocentos assistiu aos ensaios de uma escrita da história a partir da tentativa e da consolidação de alguns *lugares* legítimos, como veremos a seguir.

3.1 Nas plagas do sul também se escreve sobre história

As evocações de Franklin Távora ecoaram nas prateleiras da biblioteca do jovem Alcides Cruz que, assim como seu acervo, estava em formação nos idos da década de 1890. Em 1893, em suas idas e vindas pela capital paulista, onde prestava seus exames anuais na Faculdade de Direito de São Paulo, Cruz adquiriu a obra *Auguste Comte, fundateur du positivisme - sa vie e sa doctrine* (1892 [1889]) do padre jesuíta Hermann Gruber⁸. Sobre Comte, nosso personagem também adquiriu, talvez antes, talvez depois, *Le Positivisme - depuis Comte jusqu'a nos jours* (1893 [1891]), igualmente de Gruber; *La Philosophie Positive de Augute Comte* (1871

em meio a polêmicas, críticas e disputas por símbolos e alegorias. É possível afirmar que as décadas iniciais da República no Brasil constituem um período importante para a compreensão de alguns mitos que cercam o mundo intelectual dos pensadores e escritores brasileiros; 'homens de letras' transformados em símbolos nacionais, devido a sua acreditada e valorizada capacidade de compreender, apresentar e explicar a nação através de seus textos, do romance à poesia, passando pelos efêmeros artigos publicados em jornais e revistas; pelas biografias e memórias; pelos grandes volumes de história nacional; pelos livros de leitura escolar; pelas monografias sobre assuntos tão diversos quanto geologia, corografia e língua indígena. No 'movimento geral de criação de heróis cívicos', observado na Primeira República, esses intelectuais desempenharam importante papel na consagração de si mesmos. Através do exercício da escrita, eles operaram uma lenta distinção entre campos de conhecimento, selecionando referências teóricas ou fontes de inspiração, adequando-se às vogas literárias, construindo tradições, elegendo figuras de autoridade. Entre esses polígrafos, alguns se destacavam devido ao empenho em estudar a história pátria. Tarefa considerada árdua devido a várias razões de ordem prática, tais como a necessidade de recursos financeiros, uma vez que a obtenção de documentos base do trabalho historiográfico exigia constantes visitas a arquivos, muitas vezes distantes, além da onerosa encomenda de cópias. Mas, a tarefa também era considerada difícil devido a exigências de outra ordem. O historiador era visto como um escritor que deveria ser capaz de praticar a 'arte de narrar', sendo consideradas indispensáveis 'as qualidades literárias, o senso crítico e a arte de bem escrever'" (GONTIJO, 2006, p. 30).

⁷ Em seu estudo sobre as polêmicas literárias que tiveram lugar no Brasil a partir das décadas finais do século XIX, Roberto Ventura (1991) destaca a "universalidade do saber", que caracterizava a prática dos homens de letras do período. Ventura (p.41), entretanto, interpreta essa universalidade derivada da interação entre temas e autores que não eram propriamente especializados – até por ausência de campo específico bem definido peculiar à época – para sugerir que não havia especialização disciplinar dentro dos debates, contradizendo, assim, toda a tradição iniciada com o IHGB e maximizada com autores como Capistrano de Abreu, que refletiram sobre a prática e contribuíram para a gradual especialização que, já a partir da década de 1880 - período em que Capistrano atua junto a Biblioteca Nacional – ganhava força.

⁸ Esta obra é uma das que estão armazenadas no acervo da BFDUFRGS, e nela há a assinatura de Alcides Cruz, datada de 1893.

[1853]), de Harriet Martineau⁹; e uma obra do próprio pensador de Montpellier, *Système de Politique Positive* (1851-54). Daqueles historiadores mencionados por Távora como exemplares de método e teoria, o acervo também possuía *Histoire d'Angleterre* (1854 [1848]) e *Critical and Historical Essays* (1843), de Thomas B. Macaulay; *Monk: Chute de la république et rétablissement de la monarchie en Angleterre, en 1660* (1851), de François Guizot; e *Histoire de la Civilisation en Angleterre* (1865 [1857]), *magna opera* de Henry Thomas Buckle.

Estes autores estiveram presentes na produção historiográfica de Alcides, em maior ou menor medida, contribuindo para que o personagem pudesse construir uma perspectiva tanto sobre o *métier*, quanto propriamente sobre as temáticas de investigação de sua preferência. Conforme veremos, ainda que Cruz não reivindicasse para si o título de historiador, estes autores referenciais da prática historiográfica do período foram por ele manuseados, colocando-o, assim, na mesma configuração daqueles que se reconheciam e eram reconhecidos pelo compartilhamento daquele *ethos*. Em outras palavras, Alcides figurava a partir de uma postura dupla – e um tanto retórica –, a do *homem que (não) queria ser historiador*. E o jogo de supressão e manutenção da *negativa* sugere justamente esta postura, isto é, propõe a interpretação de que Cruz conhecia e respeitava as diretrizes da prática para, provavelmente ser reconhecido como tal, mas não reclamava para si este ofício que, de todo modo, seria uma atividade secundária ante suas atividades jurídica e docente.

A preocupação com a criação de um espaço legítimo para a elaboração da escrita da história no Rio Grande do Sul remonta à segunda metade do século XIX¹⁰. Pouco mais de duas décadas após o estabelecimento do IHGB, um grupo de agentes preocupados não só com a criação de um reduto de salvaguarda da história regional, mas também com o estabelecimento de bases históricas que pudessem reivindicar o protagonismo sul-rio-grandense no cenário nacional, criou o Instituto

⁹ Cabe aqui o registro de que na *Alcidiana* havia um número considerável de obras publicadas por mulheres. Não só Harriet, que fora pioneira nos estudos sociológicos na Inglaterra e no que hoje pode ser classificado como escrita feminista, mas também Clémence Royer, George Eliot e Marie Goldsmith, mencionadas no capítulo anterior, e Sonia Olga Balachowsky-Petit, Stella Dantas de Gusmão e Frances Eliza Hodgson Burnett, que também compunham o acervo. É urgente o estudo dos escritos destas mulheres que conseguiram romper com a dominação masculina naquele ambiente das letras e se fazerem lidas, bem como sua presença nos acervos.

¹⁰ Isso não quer dizer, todavia, que não houve iniciativas historiográficas no e sobre o Rio Grande do Sul (ou Província de São Pedro) em períodos anteriores. Talvez o grande exemplo de produção realizada na primeira metade do século tenha sido os *Anais da Província de São Pedro* (1819-1822), de autoria de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo.

Histórico da Província de São Pedro (IHPSP), fundado em 1860¹¹ e que se estendeu até 1863 (MARTINS, 2015, p. 26-34; GOMES, 2012: 139-185; BOEIRA, 2009, p. cap.I)¹². Profundamente influenciado pelo seu congênere nacional, tendo como uma de suas primeiras atividades a vinculação direta com o IHGB (BOEIRA, 2009, p. 35), o instituto provincial congregou membros que desenvolveram diversas atividades, e que possuíam alguma projeção social em suas áreas de atuação¹³. De acordo com a historiadora Luciana Boeira (2009, p. 38) o IHPSP tinha por objetivo “mostrar ao país tudo que se passou no passado ‘valeroso’ e ‘guerreiro’ do Rio Grande”, uma vez que, na concepção de seus sócios, a história regional era “parte integrante da história geral do império”. A instituição também publicou um periódico, a *Revista do Instituto Histórico da Província de São Pedro*, na qual pretendia arrolar o máximo de documentos históricos, descrições territoriais e notas biográficas ou factuais sobre a província, legando um espaço importante para outras áreas como a geografia, a estatística e a etnologia (notadamente versando sobre as populações indígenas). Tudo isso na tentativa maior de *encaixar* o Rio Grande no Brasil sem, no entanto, abrir mão do histórico regional.

Conforme o exposto ainda há pouco, se tratava de um conjunto de atividades autorais realizadas por médicos, advogados, literatos e militares, todos transitando pelos diversos temas e formas que compunham o fazer histórico do período, de maneira a erigir exemplos pessoais e mesmo tipos regionais, como os motes do bondoso e corajoso homem do campo e o da valentia militar sul-rio-grandense na manutenção das fronteiras do Brasil meridional (BOEIRA, 2009, p. 53 et seq.). Tudo isso orquestrado por uma apropriação erudita daqueles agentes que estrategicamente operavam a dinâmica nacional-regional, na tentativa de dirimir a imagem do gaúcho bárbaro e desapegado da ancestralidade lusitana que caracterizaria o restante do país (NEDEL, 2005, cap. II; GOMES, 2012, p. 166). A historiadora Letícia Nedel, comentando sobre os esforços para o estabelecimento de

¹¹ O historiador Jeferson Martins também menciona uma tentativa em 1855, mas, segundo ele, aquela existência foi efêmera (MARTINS, 2015, p. 28).

¹² Em sua tese, a historiadora Carla Gomes também localiza nos periódicos regionais, já na primeira metade do Oitocentos, uma preocupação de agentes com o estabelecimento de um ambiente literário na província. Um dos desdobramentos dessas iniciativas foi a criação em 1856 do periódico *O Guayba*, veículo de variedades literárias, que também reivindicava para si a missão da manutenção de um passado dos homens de letras na província. Ver GOMES, 2012, p. 124 et seq.

¹³ Entre os membros, destaco a título de exemplo as figuras do poeta de intensa atividade beletrista no Oitocentos sul-rio-grandense, Antônio do Valle Caldre e Fião (1824-1876), o militar Manuel Marques de Souza, o Conde de Porto Alegre (1805-1875), e o médico Manoel Pereira da Silva Ubatuba (1822-1875).

um *corpus* identitário sul-rio-grandense, não só por parte dos historiadores da segunda metade do século XIX, mas também dos literatos, e que se estendeu até o estabelecimento do instituto histórico regional da década de 1920, salienta que:

Como todos os repertórios de origem, esse acervo é facilmente identificável na prosa jornalística, histórica e literária, revelando uma grande capacidade de permanência. *Grosso modo*, ele se compõe de *um hino* e de *uma bandeira* (Farroupilhas), de *um linguajar típico* (variação açoriana do português, enriquecida de expressões vindas do trabalho nas estancias, comuns a sul-riograndenses e castelhanos), de *mitos* e de *heróis ancestrais* (o gaúcho, soldado e trabalhador do campo), de *monumentos* para representa-los e aos ideais políticos que eles teriam legado [...], de *certas especialidades gastronômicas* — a carne bovina, consumida a larga e capturada com o auxílio de seu *animal alegórico*, o cavalo; o mate (herança de ancestrais indígenas); *certos textos canônicos* e, finalmente, - de uma *designação gentílica* que, neste caso, coincide com o nome do herói fundador. (NEDEL, 2005, p. 103).

No sul do Brasil, assim, o estabelecimento de um cenário das letras no Oitocentos foi proporcionando subsídios intelectuais para a produção de uma história regional, ora a partir de estruturas literárias, ora por meio do incipiente fazer histórico. Nesta direção, lanço mão da metáfora criada pela historiadora Carla Gomes (2012, p. 309. Grifos meu.), para quem as conformações dos enredos da trama da história ganham diferentes contornos “na medida em que encontram os *tinteiros* competentes para realizar tal ou qual narrativa”. Tal perspectiva nos leva, inclusive, para outra das iniciativas que visaram estabelecer um ambiente em que as letras pretendiam ser a forma de perpetuação do passado regional e que obteve sucesso na demarcação de uma forma de escrita, o *Parthenon Litterário*¹⁴, conforme apontei no primeiro capítulo desta dissertação¹⁵.

¹⁴ Boeira (2009., p. 78) salienta que “para compreender os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX, assim como o princípio de um processo de panteonização de heróis e homens ilustres rio-grandenses e de formação de um regionalismo literário na província, é indispensável conhecer o Parthenon e a produção escrita que daquele espaço derivou”

¹⁵ Sobre o estabelecimento desta prática consolidada pelo IHPSP e desdobrada no Parthenon, ressalta o historiador Alexandre Lazzari (2004, p. 66. Grifos meu) que nas revistas destas agremiações, “especialmente na do Parthenon, encontramos tanto uma produção nomeadamente ficcional em poemas, romances, contos e novelas, como ensaios historiográficos, biografias, elogios fúnebres, crônicas e atas de reuniões. Lado a lado com romances e dramas seriados ao correr de diversas edições da revista, publicava-se o retrato e a biografia de uma figura ilustre na história da província ou da nação, a produção poética dos sócios, transcrições de documentos relativos à revolução farroupilha, uma ‘Crônica’ ou ‘Ementário mensal’ [...]. *A variedade de gêneros por si só já é um indício de que, sob a generalidade do adjetivo ‘literário’, manifestava-se uma diversidade de inquietações não apenas quanto aos modelos estéticos mais adequados para aquela prestigiada arte,*

A produção da história a partir de uma agremiação só foi retomada no estado em 1920, com o estabelecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Entretanto, neste interregno institucional, a prática historiográfica continuou rendendo frutos, fundamentalmente pela iniciativa de agentes individuais. É importante lembrar que, nas duas décadas finais do século, o PRR se estabelece como a principal força política do estado¹⁶, consolidado no poder – na figura de Júlio de Castilhos - quando de sua saída vitoriosa das contendas políticas ocorridas entre os anos de 1893-95. A lembrança é válida porque o partido passou a ter dominante presença nas instâncias sociopolíticas, nas quais os produtores intelectuais se inseriam, como os âmbitos jornalísticos e jurídicos, bem como nos ambientes educacionais¹⁷, o que implicava em uma ampla promoção dos princípios político-filosóficos do republicanismo sul-rio-grandense¹⁸. Nessa dinâmica, fora preciso manusear aquelas temáticas já lançadas no caldo das discussões oitocentistas, como, por exemplo, os eventos que tiveram lugar entre os anos de 1835-45, quando da contenda entre o movimento Farrapo e as forças imperiais. Naquela ocasião, entretanto, tais temas eram endossados pela necessidade do estabelecimento de um discurso patriótico em prol do governo republicano castilhista – ou mesmo em contraposição a ele - novamente operando a partir da busca de um passado valoroso para a história rio-grandense, e, para o caso em específico, pautados em grande medida pela voga científica que tinha, como *suprassumo*, as proposições teóricas de Auguste Comte e da ciência positiva. Essa ambientação autoral, na transição do século, é assim exemplificada pelo historiador Paulo Pezat (2006, p. 259-60):

Especificamente no âmbito da historiografia produzida no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX, cabe inicialmente lembrar que ela foi desenvolvida essencialmente por historiadores não-

mas principalmente quanto ao passado e presente da província e seu lugar na nacionalidade brasileira”.

¹⁶ Ainda que fosse o partido dominante, o PRR era contraposto pelo Partido Federalista (1892-1928), capitaneado pelo eterno opositor da política castilhista, o tribuno Gaspar da Silveira Martins. Para uma inserção temática, ver ROUSTON Jr., 2015.

¹⁷ Sobre a educação primária, ver KIRCHHEIN, 2006. Sobre a inserção de agentes vinculados ao PRR nas instituições de ensino técnico e superior, ver HEINZ, 2009 e GRIJÓ, 2005 e 2009.

¹⁸ Este é um tema amplamente abordado pela historiografia, de maneira que não há como arrolar aqui o grande número de textos produzidos sobre o castilhismo, o período da primeira república no estado, o positivismo e suas influências etc. Dessa produção, menciono obras que com recorrência figuram como referências sobre os temas, como RODRÍGUEZ, 2000 [1980]; BOEIRA, 1996 [1980]; PINTO, 1986; FRANCO, 1996 [1967]; LOVE (1975) e TRINDADE (1979). Para um balanço historiográfico sobre as formas de interpretação do período ao longo do século XX, ver AXT, 2002.

profissionais, notadamente por literatos, jornalistas, advogados, militares e clérigos, na qual a análise imparcial muitas vezes era obscurecida pelas paixões decorrentes da simpatia ou da antipatia pelo projeto político de inspiração positivista desenvolvido por Júlio de Castilhos e a frente do PRR nos tempos iniciais da República no sul do país, período que a quase totalidade dos aludidos autores vivenciou.

Alcides Cruz, como já vimos, foi um destes autores de atuação multifacetada que transitou pelos diversos *domínios* do conhecimento. Em sua trajetória, entretanto, a pesquisa e a escrita da história ocuparam relevante espaço. Do seu universo autoral, saliento ao menos seis textos versando sobre história¹⁹. Dois deles foram publicados em livro e são obras mais extensas: *Vida de Raphael Pinto Bandeira* (1906) e *Epítome da Guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata* (1907). Os demais são textos menores, ora cumprindo o papel de resenhas críticas, ora oferecendo notas de pesquisa, e foram publicados no jornal *A Federação*, sendo eles *A Ilha de Santa Catarina* (1900), *Vestígios da Civilização Missioneira* (1901), *Digressão Histórica* (1902) e *Guerra da Cisplatina* (1907). Como denunciam as datas, as produções concentram-se a partir do início do século XX, período no qual nosso personagem já possuía sólida carreira na esfera pública rio-grandense, seja como advogado, seja como parlamentar. Uma das hipóteses para a concentração das obras nesse recorte temporal pode residir justamente no prestígio que Alcides galgara junto ao universo da elite letrada do estado, especialmente a partir de sua inserção como professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1900. Uma vez reconhecido como jurista e crítico literário por sua verve já exposta nas folhas d'*A Federação*, tanto como orador, quanto como escritor²⁰, talvez nosso personagem já estivesse seguro para tornar público os resultados de uma atividade que em suas lides oficiais era prática secundária. Dentro desta dinâmica de

¹⁹ Com exceção dos textos publicados em livro, os demais estão em CRUZ, 2017a. Localizei outros textos que também falam sobre história, como *O antigo Forte de Santa Tecla*, publicado postumamente na revista do IHGB, em 1917, e o discurso proferido no Grêmio Gaúcho por ocasião do 20 de setembro de 1914. Estes textos, entretanto, não trazem maiores reflexões sobre a prática historiográfica, sendo o primeiro uma descrição geográfica, e o segundo um laudatício político. Ainda há uma menção n'*A Federação*, de 29 de abril de 1895, sobre uma biografia que teria sido escrita sobre o barão do Rio Branco que, infelizmente, não localizei.

²⁰ Localizei ao menos 5 menções a Alcides como orador em eventos nos quais os membros do PRR ou do Clube Republicano participaram em data anterior a 1900. Além disso, o jornal *A Gazetinha*, de 17 de janeiro de 1897, o noticiava como novo redator-chefe do jornal *O Mercantil*, então sob a influência de Júlio de Castilhos: "O actual redactor-chefe do organ republicano-governista-neutro é o sr. Alcides Cruz, próximo futuro bacharel em sciencias jurídicas e sociaes, empregado do thesouro do Estado e velocipedista entusiasta. É um moço de talento, muito trabalhador, cheio mesmo de boa vontade [...] Que seja um jornalista cujos actos não contrastem com o seu passado e seu presente de moço sério e educado, são os nossos votos".

reconhecimento-respaldo, o contato com outras figuras de reconhecida produção no campo da escrita da história era fundamental para que se estabelecessem formas de sociabilidade intelectual – e mesmo política -, de maneira que a legitimidade dos escritos de Alcides passasse também por seu contato com nomes consagrados da produção rio-grandense²¹. Aí reside uma segunda hipótese, que também está vinculada ao amadurecimento de suas reflexões e práticas historiográficas ao longo da primeira década do século XX, e que será mais bem evidenciada ao longo deste texto.

Nas prateleiras da *Alcidiana*, sob as inserções 730 e 500, estavam registradas as obras *Revoluções Cisplatinas* (1915)²², de Alfredo Varella, e *Bento Gonçalves e Bento Manoel*²³, de Alfredo Ferreira Rodrigues. Estes dois autores foram nomes de projeção dentro do universo das letras sul-rio-grandense, figurando como exemplos de produtores de pesquisas e ensaios historiográficos durante o período decorrido entre o surgimento das instituições oficiais de escrita da história do estado, o IHPSP e o IHGRGS²⁴. Alfredo Augusto Varella de Vilares (1864-1943), membro do PRR como Alcides, talvez tenha sido o historiador de produção mais densa do período de transição e consolidação do fazer historiográfico no estado (SILVA, 2010), tendo produções no campo desde o final do século XIX, com a sua obra *Rio Grande do*

²¹ As historiadoras Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016, p. 24), refletindo sobre a formação do campo de análise sobre as mediações de agentes culturais, pautam-se nas pesquisas dos historiadores vinculados ao *Intitut d'Histoire du Temp Présent* e definem que “a sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas -, para atuar no interior de uma sociedade mais ampla. Nessas redes e lugares dominam tanto dinâmicas organizacionais, que conferem estrutura ao grupo e posições aos que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição”.

²² Há outro registro, sob o número 489, na qual outra obra com o nome *Revolução Cisplatina* (no singular) é atribuída a Varella. Neste registro, entretanto, consta apenas um volume, diferindo do registro mencionado no texto, que possui dois. Não localizei outra obra daquele escritor com o mesmo título da obra publicada em 1915, *Revoluções Cisplatinas*, ficando, portanto, esta questão em aberto.

²³ Não encontrei uma obra específica de Alfredo Ferreira Rodrigues publicada sob este título. Rodrigues, entretanto, publicava seus estudos em seu *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, e, eventualmente, destacava determinados textos para dar-lhes formato independente por meio de encadernações individuais. Assim o fez com os estudos *Bento Gonçalves da Silva – suas convicções monarquistas – o que sempre pensei a respeito* (1906), e *Bento Manoel Ribeiro - seu papel na revolução - sua coherencia e independencia de character* (1908), de maneira que, ainda que o título informado no inventário da *Alcidiana* esteja registrado com apenas um volume, provavelmente trata-se destes dois estudos.

²⁴ Outros autores que produziram no interregno institucional estavam presentes na *Alcidiana* como, por exemplo, o padre Carlos Teschauer com a obra *Vida e obra do veneravel Roque Gonzales de Santa Cruz* (1909); além dele, havia outros, como Pedro Carvalho (*A Campanha do Coronel Santos Filho*, 1897), João Maia (*História do Rio Grande do Sul – para o ensino cívico*, 1898), Alcides Lima (*História Popular do Rio Grande*, 1882), e Fernando Luís Osório (*História do General Osório*, 1894).

Sul: Descrição física, histórica e econômica (1897), até meados da década de 1930, com *Res Avita* (1935). Varella foi, inclusive, sócio fundador do IHGRGS, mas, no entanto, por divergências do próprio ofício de historiar o Rio Grande, afastou-se da instituição que ajudara a criar, mantendo um contato intenso, mas do lado de fora, a partir das constantes polêmicas com que se envolvia por conta das proposições contidas em *Revoluções Platinas*, que sugeriam a tendência separatista do movimento farroupilha (SILVA, 2010, p. 19-38; MARTINS, 2015, cap. III). Por seu turno, Ferreira Rodrigues (1865-1942) foi responsável por uma das importantes iniciativas literárias do estado em período coetâneo, o *Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, compilação de variedades que foi por ele editado por quase três décadas, entre os anos de 1889 e 1917 (ALVEZ, 2011). Nas páginas do almanaque, Rodrigues elencava prosa e verso, noticiário, propaganda, resenhas críticas e ensaios sobre história, tanto aqueles dos colaboradores, quanto os vertidos por sua própria pena²⁵.

O ponto em comum entre eles, que quero, aqui, ressaltar, para além do compartilhamento de certos aspectos mais generalizantes do fazer historiográfico²⁶, é que ambos estavam não só entre as leituras de Alcides, mas comungavam de sua amizade, eram membros de sua rede de sociabilidade intelectual, e eram, os dois, quase sempre reverenciados. A seguir, a relação epistolar entre Alcides e os “Alfredos” é cotejada, visando oferecer subsídios para uma reflexão historiográfica em construção.

3.1.1 “[...] a alegria em cada de pobre dura pouco [...]”:

discussões, reverências e compartilhamentos do fazer historiográfico

Brevemente tenciono mandar-lhe alguns papeis da revolução de 35, escabroso assumpto que não me tenta de forma alguma, tão

²⁵ Em sua dissertação de mestrado, a historiadora Cláudia Freitas analisou o primeiro decênio do *Almanak*, procurando localizar como alguns temas eram tratados nas páginas da publicação. Embora a autora não se aprofunde na análise dos conteúdos, resumindo-se, na maioria das vezes, em sumarizar o conteúdo das edições, oferece um apanhado do que era tratado nos campos literário e histórico. Ver FREITAS, 2007.

²⁶ Relembro aqui que os dois Alfredos eram apenas alguns anos mais novos que Alcides, nascido em 1867, o que os coloca dentro de um mesmo espectro político, cultural e social. Não quero sugerir com isso um reducionismo homogeneizante, mas, sim, ainda pontuar sobre a perspectiva trabalhada no capítulo anterior, aquela do repertório teórico de um período histórico sugerida por Ann Swidler e aplicada na interpretação de Ângela Alonso.

complexo é elle, e que só individualidades prodigiosas como a sua e a de Varela, poderão superar!²⁷

Em 10 de novembro de 1902, Alcides escreveu para Ferreira Rodrigues, agradecendo-lhe pelo empréstimo de algumas publicações que lhe foram emprestadas, aproveitando o ensejo para devolvê-las. Tratava-se de alguns periódicos e documentos relativos às Guerras Platinas da década de 1820, das quais Cruz tomou nota, informando que, apesar das valiosas informações que lhes foram oferecidas pela documentação de Rodrigues, seu trabalho de pesquisa sobre aqueles acontecimentos estava, por hora, suspenso. A suspensão, entretanto, era de ordem prática, conforme disse o próprio:

Estou, entretanto, com o trabalho suspenso: 1º) porque mandei copiar no Rio de Janeiro, varias notas sobre o começo da guerra, e 2º) por me faltar a obra de Palomeque acerca da campanha das missões; esta obra está se reimprimindo [sic] em Buenos Ayres; e é-me forçado aguardar a sua promptificação²⁸

A missiva termina revelando, ainda, que nosso personagem tinha ciência das intenções de Ferreira Rodrigues na investigação da biografia de Bento Manoel, e lhe informava sobre um comunicado que estava em sua posse, no qual José Fructuoso Rivera, em 1837, oferecia suas forças para aquele personagem farroupilha, uma vez que havia derrotado Manuel Oribe na banda oriental. Além, é claro, de prestar tributo tanto ao destinatário, quanto a Varela, conforme o excerto que abre esta seção. Sempre em tom formal e reverente, Alcides se despede: “acredite na minha mais alta estima e consideração, e disponha do que é seu”.

A dinâmica de troca epistolar pode ser concebida a partir de uma perspectiva que considera o conteúdo do texto e as implicações das intencionalidades dos agentes envolvidos, para, assim, vislumbrar por que meios se dão as elaborações conceituais, as emendas, os equívocos, os projetos, os consensos, *em suma*, a redução das problemáticas intelectuais de um grupo de interlocutores em uma paisagem temática própria, configurando o que o historiador francês Michel Trebitsch (1992) chamou de *correspondência-laboratório*. Este tipo de

²⁷ AHRGS, Coleção Ferreira Rodrigues, caixa 8, FR 43. Porto Alegre, 10 de novembro de 1902. Diferente do sistema autor-data utilizado até aqui, as cartas serão referenciadas nas notas de rodapé (como no capítulo anterior), em função da quantidade de informações necessárias para a referência das mesmas, o que impossibilitaria seu acréscimo no corpo do texto. A grafia de todas as missivas será mantida no original.

²⁸ Idem.

correspondência se constrói a partir da fraternidade intelectual entre os agentes que, geralmente, se vinculam a um mesmo recorte geracional, e que estão ligados por preocupações comuns de ordem estética ou ideológica; a linguagem é menos formal – embora respeite os códigos estéticos de sua época -, e pode conter informações de cunho mais íntimo do que as correspondências de praxe oficiosa²⁹. As cartas aqui analisadas bem se enquadram nessa conceituação, uma vez que seus conteúdos revelam relações de reciprocidade, além de serem passíveis de uma leitura que nelas encontra um “canteiro de obras” sobre a história sulina.

O conjunto de cartas, assim, além de oferecer uma janela de observação para as relações sociais de nosso personagem, é também primorosa fonte de dados que viabilizam um entendimento sobre todo o universo da produção intelectual voltada para a história, dos documentos até o conjunto bibliográfico utilizado pelos agentes. Como vimos no primeiro exemplo, Alcides, preocupado com a elaboração de uma história *precisa* e embasada, carecia das fontes primárias – talvez não com este nome – e das produções autorais produzidas pela intelectualidade dos países vizinhos, naquele caso, a obra do escritor uruguaio Alberto Palomeque (1852-1937)³⁰.

As outras correspondências endereçadas a Rodrigues³¹ corroboram com esta argumentação. No dia 23 de agosto de 1901, o leitor Alcides remete ao seu interlocutor a acusação do recebimento do “scintilante e optimo almanak para 1901”³², e, além disso, transcreve uma missiva na qual um depoente narrava a retidão de caráter do farrapo Davi Canabarro e as traições de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí³³, durante a contenda farroupilha. Outros aspectos das campanhas farroupilhas são evocados na missiva de 1903, na qual Alcides diz ter

²⁹ Trebitsch difere a *correspondência-laboratório* da *correspondência-rede*, a partir de critérios como o conteúdo e a linguagem. Nesta última, o enfoque é nas posições sociais dos remetentes, na frequência e volume, nos tipos (convites, saudações), de modo a mapear e dimensionar a rede relacional de um agentes mais pela lógica do “quem enviou para quem”. Na primeira, como mencionei, a análise é mais substancial. A já citada historiadora Giselle Venâncio (2015) utiliza o critério da *correspondência-rede* para operacionalizar os arquivos de Oliveira Vianna.

³⁰ Das obras escritas por Palomeque que localizei, a que mais se aproxima das informações dadas por Alcides é *El General Rivera y la campaña de Misiones (1828)*. Entretanto, não encontrei edições anteriores a de 1914, ficando a dúvida sobre o ano de publicação e se, de fato, se tratava desta obra em particular, ou se de algum ensaio publicado em compilação registrada sob outro título.

³¹ Encontrei três cartas escritas por Alcides a Alfredo Ferreira Rodrigues no fundo documental que leva o nome do último e que está sob custódia do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em três anos diferentes, 1901, 1902, e 1903. Pelos temas tratados, é bem provável que tenha havido mais missivas, mas, infelizmente, elas não constam no acervo.

³² AHRGS, Coleção Ferreira Rodrigues, caixa 8, FR 43. Porto Alegre, 23 de agosto de 1901.

³³ Na carta, o relato é oferecido a Alcides por Cunha Lopes, genro do coronel João Antônio da Silveira que, por sua vez, era filho do farrapo homônimo.

conversado com um nonagenário que havia participado de alguns eventos, especialmente aquele do “combate dos Porongos”, e acrescenta que, segundo o seu depoente, “Netto foi um dos que muito accusaram o Canabarro”³⁴. Cruz agradece aos números do periódico *Estado de São Paulo*, enviados a ele por Rodrigues, e retribui a gentileza com um croqui da Ilha do Fanfa, palco de um das primeiras batalhas do levante farroupilha, dizendo: “apanhei-o de bordo, passando por lá ha pouco com um veterano de 35”³⁵. Nesta carta, outro aspecto da relação aparece, aquele dos vínculos institucionais. Ao que indica o relativo parágrafo da missiva, Alcides foi solicitado por Rodrigues a utilizar sua influência junto aos círculos sociais nos quais a ideia de erigir um monumento³⁶ a Bento Gonçalves pudesse ser levada a cabo. Em resposta, Cruz nos lega interessantes linhas:

Sua patriotica idea de erigir um monumento ao inclyto Bento Gonsalves merece as minhas mais immoderadas congratulações. Sinto, entretanto, no terreno em que agora está collocada a questão, não poder directamente auxiliá-lo, porque presentemente não tenho ligação alguma com a maçonaria. Entretanto, entender-me-ei com o Coronel J^o. Bap.ta Pereira Souto, grande dignidade da ordem, afim de ver se se consegue alguma coisa. Eu penso, particularmente, que em virtude de uma disposição da Constituição do Estado, se se aventasse a idea do mausoleo do heróe cá em Porto Alegre, que talvez fosse possivel o almejado auxilio da parte do poder publico. É, aliás, simples supposição minha.³⁷

A solicitação de auxílio por parte de Rodrigues pode ser lida a partir da dinâmica das reciprocidades. Isso quer dizer que se Alcides se postava como tributário e fomentador de uma ligação intelectual com o organizador do *Almanak*, provavelmente também figurava como uma peça importante - neste caso por sua inserção nos quadros políticos e pelo derivado contato com agremiações de prestígio social - na rede relacional de Ferreira Rodrigues, notadamente naquela pertinente à “patriotica idea” de elaboração monumental do passado sul-riograndense. A convergência de interesses fundamentava o acionamento dos

³⁴ AHRGS, Coleção Ferreira Rodrigues, caixa 8, FR 43. Porto Alegre, 16 de setembro de 1903.

³⁵ Idem. O esboço está armazenado junto à carta, e nele é possível ver o pontilhado do trajeto dos farrapos em direção à referida ilha.

³⁶ A iniciativa de Rodrigues se consolidou no ano de 1909, na cidade de Rio Grande, com o estabelecimento do monumento-túmulo a Bento Gonçalves. Entretanto, conforme salienta Alves (2011, p. 13): “Apesar de ser um dos principais responsáveis pela edificação do monumento a Bento Gonçalves, o escritor rio-grandino acabaria por afastar-se da comissão que realizou os trabalhos da mesma, por discordâncias quanto aos rumos tomados pela homenagem”. Para uma exposição mais detalhada sobre a *monumentalização* de Bento Gonçalves, ver FUÃO, 2009.

³⁷ AHRGS, Coleção Ferreira Rodrigues, caixa 8, FR 43. Porto Alegre, 16 de setembro de 1903.

recursos sociais, e o fruto dessa dinâmica talvez fosse a elevação de nosso personagem à estatura intelectual de historiador, da parte do próprio Rodrigues, alguém que já a possuía, em reconhecimento da contribuição de Cruz na construção do passado glorioso que se pretendia, mesmo que esse reconhecimento fosse, em boa medida, de ordem prática. Infelizmente, não foi possível localizar as cartas ativas de Rodrigues para, de alguma forma, encontrar em seus discursos estes aspectos de contrapartida relacional. Todavia, é por meio de outra fonte, o já citado almanaque, que as nuances deste reconhecimento podem ser percebidas.

Na edição de 1917, o *Almanak* vinha à lume no que seria o seu último ano de publicação. Como era praxe naquela publicação, sempre se veiculava nas edições uma nota biográfica sobre vultos históricos que, a julgar pelos critérios do organizador, haviam contribuído para o ambiente político, social e cultural no processo de formação regional³⁸, como, por exemplo, Felix da Cunha, Antônio Vicente da Fontoura e Gaspar da Silveira Martins³⁹. Assim, na capa da derradeira edição, vinha estampado: “Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul para 1917 - com um esboço biographico do Dr. Alcides Cruz”⁴⁰. O texto biográfico veiculado ao longo de oito páginas era composto da reimpressão da notícia necrológica publicada em *A Federação* no ano anterior – o da morte de Alcides - e de um complemento escrito por um certo A.N., redator do *Diário do Interior*, de Santa Maria⁴¹. Pela lógica do almanaque, Cruz tivera sua importância na história rio-grandense e, ainda que a homenagem não fosse obra da pena de Rodrigues, não é demasiado supor que sua divulgação havia sido, sim, uma forma de reconhecimento por parte daquele que era o responsável pela publicação. O teor das duas partes do texto fez questão de ressaltar as qualidades intelectuais do homenageado, tanto na seara jurídica, quanto naquela do estudo da história, de maneira que, mesmo que a análise desta nota biográfica escape do objetivo deste tópico, recorro aqui uma

³⁸ Em texto padrão, presente na folha de rosto das edições do início do século XX, dizia-se: “O grande número de biographias de brasileiros illustres publicadas em todos os volumes, e acompanhadas de retratos, augmentam ainda o valor desta publicação, cuja collecção deve fazer parte da livraria de todos os estudiosos”. Para este excerto, utilizei RODRIGUES, Alfredo Ferreira. (Org.) Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul. Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: Editores Pintos & C, 1902.

³⁹ Respectivamente nas edições de 1889, 1900 e 1903.

⁴⁰ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. (Org.) Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Editores Pinto & C, 1917.

⁴¹ Graças a pesquisa empreendida pelo IHGRGS por ocasião da elaboração de um *perfil parlamentar* de Alcides publicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 2017, a autoria do texto complementar foi identificada como sendo obra de Andrade Neves Neto.

passagem, escrita pelo redator do *Diário do Interior*, que vem ilustrar o que procuro demonstrar através das correspondências:

A sua intelligencia desde cedo disciplinara-se no estudo das mathemáticas [...]. Talvez assim se expliquem os seus severos methodos de indagação e de estudo de varias sciencias, entre as quaes a Historia, principalmente no que respeita à vida nacional, que teve preferencias da sua indiscutivel capacidade.

Neste particular, entre os seus melhores trabalhos publicados, notam-se Raphael Pinto Bandeira [...]

Naquelle a figura do illustre catharinense, rio-grandense adoptivo, é estudada á luz de um criterio historico superior, amparada por uma larga e minuciosa pesquisa em que a documentação dos factos positivos pões em relevo, bem desenhada e esculpida, a personalidade do general. (RODRIGUES, 1917, p. 8. Grifos meu).

As diretrizes de uma escrita da história cara a Rodrigues estavam ali, caracterizando as práticas do ilustre falecido. Do excerto, destaco a curiosa aproximação entre o fazer histórico e o rigor do pensamento matemático exemplificado pelo redator, que muito contribuem para indicar o quão calcada em uma ciência exata estava então a concepção da investigação e escrita da história, revestida da missão de pôr em relevo os “factos positivos” emergentes da minuciosa pesquisa documental. É lícito supor que a descrição das maneiras com as quais Alcides construía sua forma de escrita da história estava afinada com as de Rodrigues, uma vez que, como salienta o historiador Francisco Alves (2011, p. 14-15):

Um dos fundamentos básicos que o escritor intentou balizar as suas construções históricas ligava-se à busca da verdade, objetivando assim legitimar seus escritos a partir do pressuposto da “verdade histórica” que seria expressa através do exame meticuloso e honesto dos documentos. Nesse sentido, afirmava que o único fim de suas pesquisas era restabelecer a verdade de alguns fatos.

No ambiente em que os marcos de uma escrita da história se estabeleciam, tanto pelas adequações das formas estrangeiras, como pelas motivações sócio-políticas e práticas propriamente regionais do fazer entre os pares, as trocas⁴² entre,

⁴² No ano da morte de Cruz, em 1916, há uma nota de Rodrigues agradecendo em seu *Almanak* ao seu “prezado amigo Dr. Alcides Cruz” (RODRIGUES, 1916, p. 55) pela concessão de um texto que seria publicado no *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul*, naquela ocasião organizado por Alcides em função do falecimento de Graciano Azambuja. Como a Primeira Guerra Mundial limitara o estoque de papel importado para o Brasil, o *Anuario* daquele ano de 1916 não saíra, de modo que o texto *Os naufrágos do Wager*, de autoria de Alfredo de Carvalho, fora repassado por Alcides a

de um lado, o autor consagrado e de reconhecimento sobre as temáticas farroupilhas como Alfredo Rodrigues, e, de outro, Alcides Cruz, entusiasta da pesquisa histórica, parecem representar fundamentalmente um jogo de interesses e afirmações que, ao fim e ao cabo, tem muito a dizer sobre o *métier* do historiador *fin-de-siècle*⁴³. Ainda que houvesse um claro apego às fontes documentais, ao rigor da pesquisa, havia espaço para, conforme as cartas nos mostram, o depoimento em primeira pessoa, a oralidade daqueles que testemunharam um passado esfacelado pelo tempo, mas que naquele momento carecia de reconstrução, a mais coesa possível. Como salientei no princípio deste capítulo, a produção da escrita da história ainda estava, no virar do século, nas mãos de entusiastas, multifacetados em sua prática letrada, mas, ao mesmo tempo, requeria, a partir dos influxos de uma prática cientificamente em conformação (NOIRIEL,1990), uma especialização, um rigor e objetividade no fazer. Os historiadores rio-grandenses, ao menos Rodrigues e Cruz, pareciam já ter sido tocados pela cientificidade de Clio, mas ainda ouviam as histórias dos velhos combatentes⁴⁴, não no intuito de validar as narrativas em

Rodrigues para que fosse publicado no *Almanak*. Há cerca de dez menções a Alcides no histórico de edições do *Almanak*, sendo, em sua maioria, notas sobre discursos, registros parlamentares e a curiosa menção, na qual o deputado Germano Hasslocher narra a eficácia das pílulas do Dr. Heizelmann: "num dia de sessão do congresso, o meu collega Caminha aconselha ao Alcides Cruz, deputado pelo 1º districto, o uso das pilulas, garantindo-lhe que curar-se-ia, como elle se curara. E ali ambos expandimo-nos em louvores às santas pilulas, de que o Dr. Deoclecio faz a apotheose" (RODRIGUES, 1906, p. 372).

⁴³ Contudo, é forçoso registrar que dessa relação há um episódio um tanto enigmático. No *Almanak* de 1911, o biografado era o conselheiro Leopoldino Joaquim de Freitas, tio de Alcides Cruz. Com um relacionamento já estabelecido, como o demonstrado acima, seria previsível que o escolhido para retratar a vida de Leopoldino fosse ou o próprio editor ou seu sobrinho Alcides, uma vez sabido daquela sua inclinação aos estudos históricos. Entretanto, por razões que desconheço – e que provavelmente jamais conheceremos –, o escolhido fora o outro sobrinho, irmão de Alcides, Leopoldo de Freitas. É bem verdade que Leopoldo tinha projeção nas letras por sua atuação na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Porém, no histórico do *Almanak* há apenas mais uma pequena nota de sua autoria, na mesma edição, sobre o maestro Joaquim Mendanha. Uma estratégia para atrair maior prestígio ao periódico? Um descrédito a Alcides?

⁴⁴ Ainda que não se trate de um relato estritamente vinculado aos campos de batalha, trago aqui uma pequena narrativa oferecida por Alcides – também em nota de rodapé – em uma das cartas que enviou a Alfredo Varela – e que será melhor cotejada na sequência do capítulo –, mais por seu conteúdo anedótico do que por reflexões mais vinculadas às que venho fazendo aqui, e fundamentalmente para demonstrar que dentro da prosa comprometida com a formalidade, havia espaço para pequenos desvios informais: "por falar em continente lembrei-me d'esta anedocta. Ha muitos annos eu era pequeno, teria talvez 7 annos, e fui com minha mãe á casa de umas colonistas centenárias, ou mais do que centenarias que moravam ao fim do Arvoredo, perto da rua do Arroio. Eram das mais velhas habitadoras de Porto Alegre, e intimas de minha avó, que também era filha de uma colonista. Fallava-se então em guerra com a Argentina, cujo presidente não sei se Avellaneda ou Fejedor, era nosso desaffectedo. A velinha então referia a minha mãe que não tivesse receio, porque um propheta que viera com ellas na celebre corrida da Colonia, e passou a habitar Porto Alegre, prophetisava sempre 'este continente, menina, ha de ser muito batido, mas nunca vencido'". AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. Porto Alegre, 24 de agosto de 1902. Os "colonistas" aqui são aqueles que, em sua maioria, migraram da região da Colônia de Sacramento

sobreposição aos documentos, mas talvez como um complemento da verdade *positivada* nos papéis antigos.

As temáticas presentes nas cartas enviadas para Rodrigues ganham cores fortes naquelas enviadas à Varella. A primeira das cartas que localizei remonta ao final do século XIX, especificamente ao ano de 1896, um ano antes de nosso personagem tornar-se bacharel em direito. A missiva em questão foi escrita em solo paulista, no mês de junho, quando dos exames anuais da faculdade, e iniciava assim:

Meu muito illustre e caro Varella,
Com que grande desapontamento acabo de averiguar que Manuel Dias da Silva, cujos despojos ficarão de mistura com os de outros parentes, não é o nosso arraigado sertanista, e sim seu avô.
Apoz ter recebido tua estimada carta de 1º de junho, sobrevieram-me contratempos taes, aliás accosionados pelo imperativo e vexatorio regimen do bedel e da palmatoria, que só hoje pude ir de novamente ao dr. Antonio Piza.⁴⁵

A exemplo do que vimos nas conversas com Ferreira Rodrigues, com Varella, Alcides também estabelece um diálogo voltado para os apontamentos sobre a história regional, e que naquelas letras revelam um trabalho de pesquisa em comum entre ambos. O interesse compartilhado fez com que Cruz estabelecesse contato com o Antônio de Toledo Piza, escritor e pesquisador de projeção nas letras paulistas, e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP⁴⁶, sugerindo, assim, que a rede intelectual do personagem se expandia fomentada por seus interesses e problemáticas de pesquisa. Na carta, Alcides nos indica duas de suas leituras momentâneas, a *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica* (1742), de Pedro Taques; e *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo* (1879), de Manuel E. de Azevedo Marques, ambas publicadas pela revista do IHGB ao longo do

por ocasião dos conflitos pela dominação do território entre os portugueses e os espanhóis, em meados do século XVIII.

⁴⁵ AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. S. Paulo, 8 de junho de 1896.

⁴⁶ Antônio de Toledo Piza era engenheiro por formação e atuava no universo das letras como jornalista e pesquisador vinculado ao IHGSP. Piza foi responsável pelo início do projeto *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, iniciativa que organizava e publicava – com a chancela do IHGSP - documentos que estavam sob a guarda do arquivo público daquele estado. Piza ficou a frente do projeto de 1894 até 1903. Para uma compreensão mais ampla sobre o histórico deste projeto, bem como sobre suas intenções políticas e sociais, ver MENDES, 2010.

Oitocentos⁴⁷. Por fim, Alcides, então acadêmico, requer o apoio de Varela em uma emenda que facilitaria a realização dos exames anuais da faculdade: “tens já conhecimento da representação que endereçamos ao Congresso [...] Se poderes protegê-la, será um grande serviço prestado a mocidade acadêmica”⁴⁸.

Em outra carta do mesmo ano, datada de 17 de agosto, as palavras de Cruz evidenciam reverência. Outra daquelas escritas em São Paulo, a missiva é ainda mais rica em detalhes da relação estabelecida por ambos – a julgar por Alcides, permitindo ao leitor entrever através da interlocução o estabelecimento de posições de autoridade intelectual. Após agradecer a correspondência de Varela, Alcides escreve: “já eu sentia falta de ouvir tua palavra sentenciosa e sabedora. Tudo quanto me dizes, acato com a unção do discípulo que ouve o mestre”⁴⁹. Superando as palavras de respeito pertinentes às práticas epistolares, como “ilustre” e “caríssimo”, a declaração de Cruz parece querer elevar a figura de Varela, no que toca à atividade intelectual da pesquisa e da escrita da história, a posições superiores. E a reverência conecta-se, na ocasião, às sugestões que Alfredo faz às reflexões de Alcides sobre o papel desempenhado pelo comandante Felisberto de Oliveira Horta, o Marquês de Barbacena, na Batalha de Ituzaingó, contenda que se insere ao contexto das Guerras Platinas⁵⁰. Também nesta carta nosso personagem faz menções às suas recentes leituras, e menciona seu interesse nos escritos da *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*⁵¹:

Por fallar em assumptos da Historia Rio Grandense: obtive aqui e, destino-t'o, um opusculo intitulado: "negocios do Rio Grande, as operações do Passo Fundo descritas pela actual presidente do R. G.

⁴⁷ Na *Alcidiana* havia um exemplar da obra de Azevedo Marques encadernada individualmente, sob a inserção 605.

⁴⁸ AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. S. Paulo, 8 de junho de 1896.

⁴⁹ AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. S. Paulo, 17 de agosto de 1896.

⁵⁰ Nas palavras de Alcides: “Quanto ao Marechal Barbacena, tomarei cautela em externar qualquer juízo; seu mais censurável e injustificável feito no dia do Ituzaingo, foi deixar o inimigo arrebatado o transporte; isso influio um pouco no resultado final da batalha, mas o principal culpado da retirada, aliás na melhor ordem, foi Bento Manuel que segundo insuspeitos testemunhos (entre outros o do Marquez do Herval), ao ouvir o canhoneiro em vez de avançar com os seus 1200 cavallerianos, retrocedeu para o Cacequy. (Há quem diga que para o Umbú)”. Idem.

⁵¹ A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi fundada em 1883. Alcides se tornou sócio correspondente da instituição em 1908, conforme o informe publicado pelo periódico da instituição: “O sr. 1º Secretario *ad hoc* procede a leitura do expediente, dando conta de cartas e cartões endereçados á Sociedade de Geographia. Logo depois, são lidos dois pareceres opinando pela aprovação das propostas, datadas de 13 de junho de 1908 [...] concernente ao Sr. Dr. Alcides Cruz, para socio correspondente.” (REVISTA da Sociedade de Geographia, 1918, p. 176).

do Sul, o dr. Saturnino de Souza e Oliveira, com 31 documentos officiaes" (Porto Alegre, Dez.o de 1841).

A remessa é porém perigosa; talvez seja melhor dar-t'o quando nos encontrarmos. Em suma: que hei de eu fazer?

Agradeço-te summamente a preciosa informação que te pedi a respeito do Boletim da Sociedade de Geographia. Chegando a Porto Alegre (pretendo para ahí regressar apenas faça o exame em novembro), obterei a collecção d'essa revista por intermedio da livraria dos srs. Echenique Irmãos, meus livreiros e onde tenho c/corrente [...].⁵²

Falar nos “assumptos da Historia rio-grandense” era o principal ponto de intercurso entre Cruz e Varela, e daquele “encontro de águas” saíam indicações de leituras, intermediações sociais e intelectuais, validações de opiniões e interpretações sobre o passado sulino⁵³. Na referida carta, ainda se pontua sobre o tema da imigração estrangeira, na qual Alcides reitera que não é favorável a importação de mão-de-obra italiana, pois, segundo ele, tal negócio se trata de um “estrangeirismo absorvente e ganancioso”. Justificando a afirmativa, diz: “sou nativista, e tenho já ideas bem accentuadas sobre a materia”, e acrescenta nos dando outra pista sobre suas leituras formadoras, além de, novamente, enaltecer os atributos intelectuais de Varela, o comparando a um dos próceres do positivismo brasileiro: “li o fulgurante escripto de Teixeira Mendes e fiz o Correio Nacional começar a transcrevel-o. É uma obra prima, traçada por mão de mestre. Tambem vou fazer transcrever alguns trechos da tua carta; contem uma verdadeira doutrinação”⁵⁴. A carta é finalizada com a invocação do nome maior do PRR, evidenciando, assim, o acionar de ligações comuns e, ao mesmo tempo, uma nova reverência que pode ser lida *a contrapelo* como uma possível demonstração do trânsito de Cruz nos altos escalões do partido que congregava os interlocutores:

⁵² AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. S. Paulo, 17 de agosto de 1896.

⁵³ E ainda um bocado de curiosidades que deliciariam os pesquisadores do futuro, como a indicação de que nosso personagem possuía uma conta fixa na livraria *Echenique*, indicando uma das “fornecedoras” da *Alcidiana*. A livraria mencionada atendia pelo nome de Livraria Universal, e estabeleceu em Porto Alegre uma filial (na Rua dos Andradas, 489) no ano de 1893 (FRANCO, 2013), tendo sua matriz na cidade de Pelotas. Das obras presentes na BFDUFRGS, encontrei outras que também foram adquiridas na mesma livraria (por conta do selo indicativo na contracapa). São elas: *Introduzione enciclopedia alle scienze giuridiche e sociali* (1898), de Biagio Brugi; *Études sur l'histoire des instituitons primitives* (1879) e *Études sur l'histoire du droit* (1889), de Henry Sumner Maine, e *La nuova scuola penale* (1888), de A. Lioy, esta última porta o selo da matriz pelotense com uma frase que diz “importação directa”.

⁵⁴ AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. S. Paulo, 17 de agosto de 1896.

“ainda na vespera de sahir eu de Porto Alegre, disse-me o dr. Julio de Castilhos: ‘em materia de sciencia social, o Varela é uma competencia’. Aguardo novas lições tuas”

Das missivas paulistas até o ano de 1901 não há correspondências entre os confrades arquivadas no AHRGS. O período de cinco anos, como vimos, foi suficiente para que Alcides concluísse seu bacharelado em direito, se estabelecesse como advogado na capital e contribuísse na fundação da Faculdade de Direito de Porto Alegre, dela se tornando lente substituto. Não há razões aparentes para crermos em uma interrupção voluntária nas relações entre Cruz e Varella. Os dois eram companheiros ativos nas fileiras do PRR, e desde 1900 eram também companheiros no parlamento estadual (SILVA, 2010, p. 25)⁵⁵. Provavelmente, por conta do retorno definitivo de Cruz a Porto Alegre, e dos eventuais encontros sociopolíticos frequentados por ambos nos ambientes de sociabilidade da capital, a troca de correspondências tenha ficado desnecessária em face do contato pessoal. Entretanto, algumas cartas foram trocadas naqueles anos iniciais do Novecentos, uma em 1901 e quatro em 1902.

No começo do século, ganhava força em Alcides a ideia de publicar um opúsculo sobre a vida de Rafael Pinto Bandeira, militar e estancieiro que contribuiu nos combates contra as forças espanholas nas guerras coloniais entre as coroas ibéricas e na ocupação efetiva do território meridional⁵⁶. O livro, como veremos, veio à lume em 1906. Entretanto, a carta de 1901 já indicava os esforços de Cruz na busca por documentações referentes ao tema, e, como temos visto, o compartilhamento de suas descobertas:

Vae surprehender-te a remessa da photographia inclusa; como vês, tua recomendação foi cumprida a risca. A família de Gomes Jardim guarda religiosamente o dagarreotipo tirado do venerado cidadão em seu leito de morte. [...]

Averigui o nascimento de Gomes Jardim. Pedras Brancas, 8 de maio de 1774, e falleceu a 7 de abril de 1854.

Depois de uma pesquisa das mais enfadonhas, também apurei que Raphael Pinto Bandeira nasceu em 1739, quando nem havia igreja em Viamão. Tanto que foi baptisado na Laguna e o livro de registro onde consegui esse pormenor dá-o como filho de Laguna. Sei porém que era do territorio da fronteira de Viamão proxima ao littoral, onde o

⁵⁵ Varella optou pelo desligamento do parlamento gaúcho em 1906, por discordância com os rumos do PRR.

⁵⁶ Sobre este personagem, ver SILVA, 1999.

pae já era estancieiro, n'essa epocha morreu no Rio Grande a 9 de janeiro de 1795, victimado por um coice de burro.⁵⁷

A construção de uma escrita da história, além de passar pela coleta de depoimentos, pela análise de cartas e relatos produzidos no calor dos eventos, pela compulsão da bibliografia especializada, também passava por “enfadonhas” pesquisas nos livros de batismo, fontes ainda hoje valiosíssimas para pesquisa historiográfica. Alcides fala também acerca do parecer que escreveu sobre *Direito constitucional brasileiro: reforma das instituições nacionais* (1902), livro de Varella, não informando, porém, em que periódico suas impressões foram veiculadas⁵⁸. Além disso, o texto apresenta outra das características das *correspondências-laboratório*, a troca de favores.

Em 1900, na seção *Indicações* do jornal *A Federação*, anunciava-se: “Advogado – Dr. Alcides Cruz, advoga perante a justiça estadual e federal. – General Camara, 35”⁵⁹. Estabelecido na ponta banhada pelo *Lago Guaíba* daquela que era anteriormente conhecida como Rua da Ladeira, Cruz era ativo nas lides jurídicas da capital e, além de trabalhar como advogado, também era promotor público⁶⁰. Em um de seus casos, Alcides advogou em uma querela envolvendo moradores do município de Encruzilhada, local que lhe era familiar quando de sua atuação como agrimensor, pouco mais de uma década antes⁶¹. Acontece que, segundo a narrativa enviada a Varella, o processo parou de tramitar nas instâncias competentes depois da apelação de uma das partes: “effectivamente venci em 1ª

⁵⁷ AHRGS, Coleção Varella, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. Porto Alegre, 3 de abril de 1901.

⁵⁸ Não encontrei outras menções de envios de livros entre os correspondentes. Contudo, levando em consideração outra das proposições da historiadora Gisele Venâncio, o da troca de livros como forma de correspondência, é possível supor que na *Alcidiana* havia obras desta procedência, assim como os estudos de Alcides tenham figurado nas prateleiras de seus interlocutores, pois, conforme a autora: “O envio e recebimento de livros marca o cotidiano do mundo das letras e permite vislumbrar uma prática específica de escrita e correspondência. [...] receber agradecimentos por livros enviados lidos ou não por seus interlocutores são práticas cotidianas conhecidas por todos os intelectuais.” (VENÂNCIO, 2015, p.168).

⁵⁹ *A Federação*, Porto Alegre, 11 de junho de 1900, p. 2.

⁶⁰ Há várias menções à atuação de Alcides junto ao poder judiciário estadual no jornal *A Federação*. Trago uma delas aqui, especialmente por também mencionar outro personagem que compartilhou com Cruz tanto das lides jurídicas, quanto das penúrias de uma sociedade racista, o advogado, juiz e jornalista negro Aurélio Junior: “O tenente-coronel João Leite, delegado da 1ª circumscrição policial, remetteu já á promotoria publica, por intermedio do dr. Aurelio Junior, o juiz districtal do crime, o relatorio das diligencias a que procedeu sobre as ultimas ocorrencias. [...] Os autos foram distribuidos ao dr. Alcides Cruz, 2º promotor publico, afim de apresentar a respectiva denuncia.” *A Federação*, Porto Alegre, 17 de setembro de 1900, p.2.

⁶¹ Foi durante sua residência em Encruzilhada que Alcides conheceu sua esposa, Severina Pereira Cruz.

instancia, mas os vencidos, isto é, a parte contrária, os Nascentes, apelaram e ha quasi um anno que se acha parado nas mãos do [desembargador] Ribas que é o relator”⁶². O apelo ao amigo se justificava visto que seu “prestigio maçônico e[ra] immenso aqui no sul”, e por conta disso, seria de bom grado se Varella intercedesse junto ao desembargador Ribas para que o processo encontrasse seu desfecho, afinal, como se queixa Alcides, “pleiteei durante 8 mezes, dispendendo tudo do meu bolso, porque não tive honorarios e sim interesse na liquidação, caso vença”. O pedido é endossado por uma afirmativa que ia às raias de pacto de lealdade: “bem comprehendes que appellando para a tua nobre e velha amizade, tenho mais uma vez contrahido divida de gratidão”. A carta ainda traz interessante afirmativa de nosso personagem, que permite supor que também Varella havia feito pedido semelhante em carta anterior: “já ventilei o processo em que o nosso amigo tem interesse. afinal prosegue”. O amigo em questão provavelmente continuará passando incógnito aos pesquisadores que vasculham a intimidade dos assuntos alheios, mas o certo é que, nestas reflexões, ele figura como prisma de uma relação em relevo, na qual favores eram trocados ao sabor das inserções sociais dos envolvidos, e que, por vezes, em função da dinâmica de reconhecimento intelectual, era horizontal, e, por outras, verticalizada.

As cartas de 1902 aprofundam ainda mais os aspectos que venho apontando até aqui. A preocupação com as fontes úteis à reconstrução histórica, a relação reverente entre discípulo-mestre⁶³, a reciprocidade relacional em favor de benesses voltadas tanto para a pesquisa, quanto para as necessidades profissionais, são, outra vez, os temas principais.

Em agosto, duas cartas são enviadas, nos dias 12 e 24. Na primeira delas, Alcides se surpreende com a notícia que lhe viera às mãos no dia anterior e que lhe informava que Varella andava “á pista” de um retrato de Rafael Pinto Bandeira. Para tal iniciativa do confrade, Alcides novamente usa o termo que já havia empregado

⁶² AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. Porto Alegre, 3 de abril de 1901. As demais menções diretas sem referência deste parágrafo são extratos da mesma correspondência.

⁶³ Cabe o registro aqui da menção feita por Varella a Cruz em sua principal obra, *Historia da Grande Revolução* (1933), quando falava da descrição geográfica do estado: “Notícia prática dos mares do Sul’ é a primeira referência histórica, a tracto de terreno descripto a fundo em nossos dias, no ‘Esboço geográfico da Encruzilhada’, 131; opúsculo de Alcides Cruz, amoroso rio-grandense, irmão de outro galhardo escriptor, Leopoldo de Freitas, sobrinho do erudito conselheiro Leopoldino de Freitas [...]” (VARELLA, 1933, t. I, p. 54). Além do excerto ser interessante por revelar que mais membros da família Freitas eram reconhecidos por Varella, o é por nos legar uma dúvida: por que Alcides não foi enaltecido por sua atuação na pesquisa historiográfica?

nas conversas com Ferreira Rodrigues, e que nos indica uma das motivações de sua empresa historiográfica: “que original descoberta, e sobretudo tão patriótica”⁶⁴. Tanto para a pesquisa sobre os Farrapos, empreendida por Rodrigues e Varella, quanto àquelas que ganhavam corpo sobre as Guerras Platinas e sobre Pinto Bandeira, foram caracterizadas como *patrióticas*, sugerindo, dessa forma, que uma das motivações-problemáticas da atividade historiográfica de Alcides era contribuir para o intento já indicado na primeira parte deste capítulo, aquele da elaboração de um passado glorioso para o Rio Grande, valorizando-o em sua importância no quadro nacional. A carta aponta também que nosso personagem pretendia ter Varella como parceiro na elaboração da narrativa sobre Bandeira, e, para tanto, lemos novamente as reverentes palavras de Cruz:

Tenho muitas notas sobre a vida do homem. Talvez que vos convenha escrevermos de collaboração. Eu forneço a narrativa e tu darás aquelle intenso colorido peculiar a todo o trabalho onde assentas a penna, e que provem do teu real talento (o estylo) e do teu vasto saber (o fundo)...⁶⁵

Em seguida, Cruz revela outras de suas leituras sobre os temas da história sul-rio-grandense, dessa vez apresentando uma curiosa postura. A partir das obras *Riogrande do Sul: descrição physica, histórica e economica* (1897), do próprio Varella, e *História do General Osorio* (1894)⁶⁶, de Fernando Osorio, Cruz pergunta ao autor de *Riogrande* qual seria a obra mais indicada para obter informações mais precisas sobre a Guerrilha de Rufino, outro dos episódios das Guerras Platinas: “por qual dos dous devo reportar-me?”. A curiosidade da inquirição reside no fato de que Cruz pergunta ao próprio autor se era lícito confiar em sua obra, além de sugerir que a autoridade que nosso personagem atribuía a Varella era de tal monta, que para determinados assuntos não era de todo necessário uma pesquisa apurada, apenas uma indicação sumária⁶⁷.

⁶⁴ AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. Porto Alegre, 12 de agosto de 1902. Grifos meus.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Essa obra está presente na *Alcidiana* sob o registro 238.

⁶⁷ O episódio se torna ainda mais relevante se observarmos que na referida obra de Varella, são destinadas apenas sete páginas para tratar daqueles eventos, em um texto narrativo sem nenhuma indicação de fontes, enquanto que na obra de Osório, há a reprodução das próprias cartas do militar homônimo narrando todos os fatos daquela batalha. Procurando observar essas construções historiográficas a partir da lógica que até aqui tem imperado no *métier* de nossos personagens, parece ainda mais estranha a inquirição de Alcides, uma vez que em uma das construções, as fontes primárias estão totalmente em evidência, contendo, inclusive, algo muito valorizado pelas formas de

É do dia 24 a mais longa das missivas enviadas por Cruz, e sua extensão se deve ao grande levantamento de fontes feito a pedido de Varella, “em determinação ao referido bilhete teu”⁶⁸. Alcides relata nesta carta todas as potencialidades de pesquisa presentes no arquivo da Tesouraria do Estado. Embora extensa, a citação é proveitosa pela riqueza de informações.

[...] empreendi uma rigorosa e extenuante, não direi exhaustiva, pesquisa no Cartório da Antiga Thesouraria hoje Delegacia Fiscal. Varejei n'uma devassa assas difficil todos os primitivos livros do famoso registro geral, de 1755 a 1790. *Colhi muitos e preciosas notas e vi um thesouro enorme, inexaurivel de dados inestimaveis sobre o nosso passado. Lembrei-me immendamente de ti, e com a maior tristesa de vêr uma fonte tão copiosa e tão ignorada.* Conservam-se, e aliás em bom estado, porque houve um cartorario intelligente e zelador, o finado coronel Santos Viegas que as tratou cuidadosamente, sob a energica fiscalisação do meu finado tio, o velho Leopoldino, comprehendeu o valor d'elles, conservam-se dizia eu, desde o 1º livro, o que traz os assentamentos lançados por ordem do comm.e do presidio do Rio Grande, José da Silva Paes, e depois Diogo Osorio Cardoso, até as dos últimos governadores o marquez de Alegrete e o conde da Figueira. Tratam de todos os assumptos civis e militares do nosso continente todos os assentamentos relativos a colonisação dos casaes, registros de estancias e sesmarias, cortes de madeiras, recrutamento de vagamundos, delineamenos das povoações de Porto dos Casaes, Triumpho, Taquary, Santo Amaro, Aldêa, Conceição do Arroio etc.⁶⁹

O dedicado pesquisador, diante da riqueza do arquivo, lamenta-se do pouco uso e, sabendo que compartilha com Varella do “afã” documental, lembra-se do confrade diante daquele tesouro tão útil à causa que lhes impelia a escrever. O excerto também permite ver a valorização do arquivo como portal para o passado, especialmente quando Alcides elogia o cartorário responsável e seu próprio tio, o conselheiro Leopoldino de Freitas, pela inteligência em perpetuar os vestígios da história regional por meio da manutenção daqueles *primitivos livros*. Esta preocupação é patente também na carta enviada em outubro, quando Cruz responde a Varella sobre a sua intermediação na compra do arquivo do Visconde de

pesquisa que se desenvolviam então, isto é, o depoimento direto de um dos participantes. Assim, a hipótese de que a autoridade de Varella era (ou precisava ser) valorizada por Cruz ganha maior força, visto que tal atribuição sobrepôs, ao menos naquele caso, a objetividade das fontes que tanto se reclamava no fazer historiográfico. Para as narrativas, ver VARELLA, 1897, p. 95-102 e OSORIO, 1894, p. 163 et seq.

⁶⁸ AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. Porto Alegre, 24 de agosto de 1902.

⁶⁹ Idem. Grifos meus.

São Leopoldo, empresa que contava também com os auspícios do chefe do PRR e presidente do estado, Antônio Borges de Medeiros:

Quanto ao negocio de subvenção para a copia e aquisição dos documentos, é assumpto mais delicado e que demanda certa tactica. Penso, porem, que é possível porque o Borges authorisou-me a propôr a viscondesa de Pelotas a compra do archivo do finado visconde de S. Leopoldo, o que aliás não acho provável, atenta a estupidez, á desconfiança, a impostura e ao difficil trato com semelhante família.⁷⁰

O zelo pelos documentos, assim como os outros elementos citados aqui com recorrência, correspondia diretamente ao fazer daquele que almejava escrever sobre a história. E é razoável dizer que estes componentes eram as ferramentas que viabilizavam o projeto de recobrar do passado sul-rio-grandense a sua própria importância, aqui sob a forma da prática historiográfica que, para Alcides, havia de ser com acerto e precisão. Esta constatação nos leva ao título deste tópico. Retomando a carta, na qual nosso personagem relata os achados arquivísticos a Varella, temos uma confissão sua, que, se, por um lado é cômica, por outro traduz seu compromisso com a necessidade da confiabilidade da procedência dos fatos. Narrando sobre novas descobertas a respeito de Pinto Bandeira, diz Cruz:

Está um mysterio difficil de ser desvendado. Voltei ao seminário e pedi o livro II dos assentamentos de casamentos effectuados no R. Grande, e deparei afinal com o do seu consórcio com d.^a Josepha Eulália de Azevedo, *mas como a alegria em casa de pobre dura pouco*, qual não foi peça a que levei, quando li que <<o coronel Raphael Pinto Bandeira, viuvo de Maria Magdalena que ficou sepultado em Missões, recebia em casamento, etc.>> Ora, a praxe da Igreja Catholica é não declarar a filiação quando o nubente é viuvo! E agora? Os parentes ignoravam e até duvidaram quando lhes communguei o estranho factio. Naturalmente Maria Magdalena, essa rio grandense obscura que teve tão excepcional marido, era alguma [ilegível] com quem o celebre caudilho casou-se, talvez, in-extremis. Onde poderei eu ver esse registro? Em livros de Rio Pardo? *Duvido agora que encontre o fio da aventura. Trabalho perdido.* [...] E em que livro de Missões. nem os ha que eu saiba, lá para mil setecentos e setenta e tantos e de que Missão, vou pesquisar uma referencia tão vaga? *Foi uma de cabo d'esquadra?*⁷¹

⁷⁰ AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. Porto Alegre, 5 de outubro de 1902. Esta coleção hoje está custodiada pelo AHRGS como parte da coleção Verella.

⁷¹ AHRGS, Coleção Varela, caixa 7, maço 25. Cruz, Alcides – 4127 a 4133. Porto Alegre, 24 de agosto de 1902. Grifos meus.

A pesquisa sobre Pinto Bandeira rendera frutos, e pelo levantamento de fontes, conversas com a descendência, e lapidações reflexivas experimentadas no diálogo com Varella, nosso personagem ia construindo a base documental para a elaboração da biografia daquele personagem histórico. Contudo, seu relato sugere que aquela investigação talvez não fosse prosseguir por conta da ausência das fontes que poderiam lhe oferecer certezas. Tudo ia bem, *mas como a alegria em casa de pobre dura pouco*, a possibilidade da verdade esbarrava na ausência de referências comprobatórias. Faltava-lhe, então, a objetividade das fontes tão reclamada pelo rigor da prática em construção. Mas, afinal, *foi uma de cabo d'esquadra?*⁷² A resposta talvez esteja naqueles textos sobre história publicados por Alcides Cruz, os produtos finais dessas *correspondências-laboratório*. É deles que me ocupo agora

3.2 A prática historiográfica em Alcides Cruz

Sentiu-se que a história deve ser o objeto de uma investigação lenta e metódica, onde se avança do particular ao geral, do detalhe ao conjunto; onde se esclarece sucessivamente todos os pontos obscuros a fim de ter, enfim, os quadros completos, e de poder estabelecer sobre os grupos de fatos bem constatados as ideias gerais suscetíveis de prova e de verificação (MONOD [1876] apud REVEL, 2007, p. 112).

Nas prateleiras da *Alcidiana*, sob a inserção 69, estava a obra *Santa Catharina – a ilha* (1900), de Virgílio Várzea (1863-1941), escritor e jornalista catarinense. Talhada nos moldes típicos da escrita do período, isto é, com densas descrições geográficas, notas historiográficas, e apontamentos socioeconômicos, a obra pretendia abranger todos os aspectos de relevância que fossem concernentes ao desenvolvimento daquelas plagas, do estabelecimento dos primeiros povoados, até o advento da república. A obra foi lida por Alcides Cruz naquele mesmo ano, e dá-nos prova a resenha por ele escrita no mês de agosto, e publicada nas páginas do jornal *A Federação*. Aqui, esta resenha servirá como ponto inicial para a análise sobre as concepções de escrita da história presentes no pensamento de nosso personagem. Como vimos ainda há pouco, as cartas trocadas por Alcides com seus interlocutores nos revelaram uma porção de ideias em construção. Agora, direciono

⁷² O “argumento de cabo de esquadra” pode ser interpretado como um disparate, uma tolice, uma sustentação argumentativa pouco confiável. Ver o verbete “De cabo de esquadra” em NEVES, 1992.

a reflexão no intuito de perceber sob quais diretrizes estas ideias foram materializadas nos textos autorais. Além da crítica ao texto de Várzea, são analisados conjuntamente outros três textos publicados em periódicos: *Vestígios da Civilização Missioneira* (1901), *Digressão Histórica* (1902), e *Guerra Cisplatina* (1907).

3.2.1 O historiador periódico: inserções sobre história e historiografia no jornal *A Federação*

Ocupando as três colunas centrais da primeira página da edição de 26 de agosto de 1900, o texto *A ilha de Santa Catharina*, por *Virgílio Várzea*, iniciava dizendo que:

Escrever a história da sua terra natal com o método, o engenho, a proficiência e o amor com que o Sr. Virgílio Várzea escreveu esse tratado completo [...] que se poderia chamar História da civilização de Santa Catarina – é uma das mais simpáticas empresas por que um filho pode revelar a sua nobreza d'alma (CRUZ, 2017a [1900], p. 50).⁷³

A resenha crítica de Cruz era dividida em três partes: a primeira era destinada aos elogios atribuídos ao escritor; a segunda tecia um breve comentário sobre o coevo fazer historiográfico; e a terceira efetivamente salientava os temas abordados por Várzea. Ainda na primeira, nosso personagem nos oferece sua visão sobre como se deveriam construir as obras de história, elogiando o escritor catarinense por sua concepção voltada tanto para as peculiaridades descritivas sobre a história e a geografia, quanto às visões mais amplas, que viabilizavam as “especulações de ordem mais elevada e geral, - sintética.” (CRUZ, 2017a [1900], p. 50). Reconhecer naquele autor a habilidade das especulações sintéticas é uma pista importante para identificarmos sob que perspectivas Alcides construía sua leitura da escrita da história, especialmente porque o reconhecimento da potencialidade generalizante da síntese historiográfica estava vinculado às proposições interpretativas daquilo que o historiador espanhol Júlio Aróstegui chamou de paradigma metódico-documental (ARÓSTEGUI, 2006, p. 97-138). Neste paradigma, algumas proposições eram

⁷³ Os quatro textos que analiso nesta parte foram compilados em um volume eletrônico pelo IHGRGS, no ano de 2017. Embora partindo originalmente das edições do jornal *A Federação*, os excertos serão referenciados a partir da compilação.

fundamentais como, por exemplo, a crença no documento como fonte imprescindível da verdade factual, o rigor metodológico da crítica às fontes por parte daquele que se propunha a escrever sobre a história, além da aposta na interpretação que desse cabo das peculiaridades do passado e as convertesse em explicações sintéticas generalizantes. Vigorando a partir do final do século XVIII e perpassando todo o século XIX (KOSELLEK, 2006, p. 41-61; HARTOG, 2013, cap. III), este paradigma englobou práticas historiográficas que ganharam corpo primeiramente na Europa, configurando o que o historiador François Hartog denominou de *regime de historicidade moderno* (HARTOG, 2013; 2017)⁷⁴.

Provavelmente, na tentativa de justificar sua *leitura de historiador*, a segunda parte do texto trazia uma série de considerações sobre o fazer historiográfico do período, que cito na íntegra pela riqueza de detalhes:

Atualmente, o escrever a História mui pouco consiste na exposição cronológica de festas militares, esse indigesto amontoado de datas e de atritos entre povos e sem ligeiras consequências para o direito e à civilização, dizem os entendidos. E foram, a Inglaterra de um lado, com Macauley, Spencer e Buckle, e a França de outro, com Augusto Comte e Taine, que verdadeiramente remodelaram o estudo histórico, procurando não só estabelecer as leis naturais que subordinam os fatos, como aplicando eficazmente as generalizações do método indutivo. E que importa mesmo que certas e determinadas leis para uns tenham o valor que outros pensadores desprezam, segundo a doutrina a que se filiam? Acaso aproveitará isso à concepção empírica dos sectários da velha rotina, que teimam em chamar história geral a obstinada recapitulação de todas as intrigas camarárias e da biografia de todos os chefes de estado? (CRUZ, op. cit.: 51)

⁷⁴ Hartog estabelece o *regime moderno de historicidade* baseando-se nos escritos de François-René Chateaubriand (1768-1848), escritor francês, especialmente por haver naquelas reflexões um conflito entre um tempo antigo, anterior à Revolução Francesa, e um tempo moderno, posterior ao evento. Em face de eventos sem precedentes como aqueles que derrubaram a monarquia francesa, Chateaubriand revela uma incerteza com relação às potencialidades do passado em explicar o presente, intermediando uma perspectiva histórica que passa a voltar-se para a concepção e explicação do presente a partir do futuro. Essa reflexão se consolidaria nos escritos de outro autor, Alexis de Tocqueville (1805-1859), também francês, quando de sua investigação sobre o sistema político estadunidense. Assim diz Hartog (2013, p. 119-20): “o presente não tem mais o passado como modelo e não se mede mais por ele. Assim, não se vai mais do passado para o presente [...]”. Desse modo, pela relação com o tempo que o constitui e por aquela que ele institui, o *Ensaio* [obre de Chateaubriand] mostra-se um texto único, que simultaneamente se fundamenta no desdobramento do *topos da historia magistra* e vem recusá-lo[...].” E ainda: “no fim das contas, Tocqueville inverte o esquema (mas conserva sua forma) da *historia magistra*: a lição, agora, vem do futuro e não mais do passado [...]. O antigo regime de historicidade, que era precisamente esse tempo em que o passado esclarecia o futuro, está definitivamente obsoleto. Para o mundo “inteiramente novo”, é necessário uma “ciência política nova”, justamente a que o livro de Tocqueville esforça-se em elaborar. Posicionando-se, tal como um vigia, para pensar no futuro” (HARTOG, 2013, p. 129)

A história de Macauley e Comte, científica, era aquela com “h” maiúsculo, diferente dessa, minúscula, dos “sectários da velha rotina”. E aquela carecia de explicações mais sistematizadas, antes de pouco valor para as narrativas dos feitos do passado, “diziam os entendidos”. E o “indigesto amontoado de datas” não oferecia razões que fundamentassem a principal força motriz daquele regime de historicidade, isto é, a caminhada dos povos rumo à civilização, em um tempo voltado para o futuro, como sugeriu Hartog (2017, p. 208): “‘Civilização’ era um conceito futurista (caminha-se para ela) e um conceito normativo (existem graus de civilização). Elemento central do regime moderno de historicidade [...] ela evoca um tempo aberto sobre o futuro e progressivo”.

As referências mencionadas por Cruz compõem a plêiade dos grandes nomes do pensamento social da segunda metade do século XIX, especificamente daqueles que produziram obras sobre história. Como vimos, nosso personagem possuía obras de alguns deles, e de outros que os tinham como importante inspiração. Portanto, de suas leituras – a dos “entendidos” - foram apreendidas as regras do fazer historiográfico vigente⁷⁵.

Do excerto, depreende-se fundamentalmente um aspecto: Alcides considerava importante a síntese explicativa, aquela que a partir das classificações e reduções interpretativas pudesse oferecer o sumo dos eventos, que dele pudesse extrair as reais forças realizadoras. Síntese esta que estava distante do apontamento geral das “intrigas camarárias”. Endossando esta leitura, evoco outro dos textos publicados pelo autor no periódico, *Vestígios da Civilização Missioneira*, de 15 de março de 1901. Outra vez operando a partir do conceito de civilização, denotando então a contraposição civilizado x selvagem⁷⁶, Cruz faz uma sinóptica

⁷⁵ Ainda sobre os méritos metodológicos de Várzea, Alcides (2017a, p. 51) comenta: “no estado atual da mentalidade brasileira é raro encontrar um espírito bastante e severamente disciplinado que obedeça a um plano sistemático e que queira partir do particular para o geral, da análise para a síntese. E por isso, é que em matéria de história pátria, ninguém tem querido ir adiante do que foi o sr. Virgílio Várzea. Não é que se não possa ir, e até mesmo pode-se ir muito mais, mas desde que nos cinjamos ao Rio Grande, temos que ceder o passo, que fazer concessões e reconhecer que estudo desse feito, não temos nenhum.” A afirmação é curiosa especialmente porque, como vimos, ele conhecia a obra que Varella havia escrito em 1897 sobre a formação rio-grandense – tendo, inclusive, tecido elogios ao autor -, obra que possuía uma configuração bem semelhante àquela escrita por Várzea. Para que se tenha uma ideia, a divisão capitular era disposta em *Descrição geral, Descrição physica, Descrição política, e Evolução Social*, configurando, assim, uma tentativa sintética, cara ao nosso personagem. Ver VARELLA, 1897.

⁷⁶ Há uma passagem em que Cruz (2017a, p. 64) aproxima a civilização à conversão ao cristianismo: “foi no princípio do século XVII que se estabeleceram no Paraguai, conquanto desde muito antes se tivessem fixado no Brasil. E lá chegados começaram a sua obra, incessante e benemérita, da conversão do gentio inculto ao cristianismo e à civilização”.

historicização da atuação da Companhia de Jesus no território brasileiro, com foco no século XVII. Em seu texto, Alcides apontava para a dificuldade em classificar as populações indígenas daqueles tempos pretéritos, e que isso se dava pela impossibilidade de os relatos legados pelos viajantes serem *sintéticos* e explicativos, embora fossem fontes ricas por sua descrição dos costumes: “naquela época era impossível o estudo sintético que só recentemente parece ter-se conseguido, e que veio demonstrar que aquela extraordinária multiplicidade de grupos era arbitrária e não correspondia à realidade dos fatos” (CRUZ, 2017a [1901], p. 63).

Para a explicação sintética era necessário o estabelecimento de regras analíticas, e dessas é que surgiram as concepções de leis naturais. Em grande medida influenciadas pela sistematização sociológica de Auguste Comte, a dimensão das leis naturais de implicações históricas foi incorporada no fazer historiográfico e dele constitui um dos principais pontos de debate.

Ao longo da segunda metade do século XIX, contudo, alguns grupos abdicaram do determinismo que as ideias de leis naturais sugeriam, procurando outras implicações sociais para o desenvolvimento da história, embora sempre fieis ao “fato histórico” extraído do documento e de sua crítica. Um destes grupos é aquele que se estabelece ao redor da *Revue Historique* e de seu criador, aquele que empresta a epígrafe deste tópico, o historiador francês Gabriel Monod. Estabelecida em 1876, a publicação congregava a participação de mais de 50 associados (CARBONEL, 1978), e se propunha, como sugere o texto de Monod, a estabelecer as bases de uma investigação “lenta e metódica”. No ambiente francês do final do século XIX, as revistas foram as ferramentas que concentraram o grande número de professores ligados ao incremento do ensino superior, e a *Revue* em especial, segundo Noiriel (1990, p. 68), tornou-se “uma ferramenta bibliográfica indispensável, um órgão de ligação entre os profissionais dispersos em todo o país [...] e um órgão de oficialização dos critérios científicos que dominam a disciplina em um dado momento”. No que tocou às concepções sobre as leis naturais, o cenário ficou dividido entre os asseclas das prerrogativas comtianas, e aqueles que se afixavam essencialmente no método, a única via para encontrar a história, ou, em termos genéricos, os metódicos e os positivistas⁷⁷: os últimos procurando

⁷⁷ Para o caso da historiografia, não é acertado utilizar a classificação de “positivista” uma vez que tal definição é assaz inconsistente. Conforme apontou ainda na década de 1970 o historiador Charles-Olivier Carbonell (1978), não havia, entre os historiadores que buscavam uma verdade positivada a

estabelecer leis explicativas para os eventos do passado, em uma tentativa de redução da história aos moldes de ciência exata, passível de previsão; os primeiros, por seu turno, requerendo também para a história o estatuto de ciência sem, contudo, lhe atribuir qualquer diretriz hermética de causa-consequência e, por isso, qualquer determinismo. De acordo com o historiador francês Charles-Olivier Carbonell, especialmente no último quartel do século XIX, esta divisão está melhor delineada:

Por certo, nós vimos, há positivismo em Gabriel Monod. O manifesto de 1876 reencontra o comtismo quando ele combate a história teológica, o providencialismo, a causa primeira e as causas finais, quando diz sua fé no progresso contínuo da razão, quando afirma a necessária solidariedade entre as gerações de ontem e aquelas de hoje. Mas não se trata aqui senão de convergências parciais que, em outra, não tem a mesma origem em Monod e em Comte. [...] vinte anos mais tarde, parecidas preocupações políticas e morais não inspiram mais - ao menos aparentemente - os grandes mestres do rigor metodológico. Langlois e Seignobos estão nas antípodas de Comte; Fustel de Coulanges celebra o culto do documento e exige do historiador submissão e passividade face aos fatos; as leis são banidas da história; o verdadeiro erudito [savant] procura e encontra em um só fim: saber como as coisas se passaram (CARBONELL, 1978, p. 183).

Dos autores vinculados a *Revue*, cinco estavam na *Alcidiana*: Paul Lacombe (*La guerre et l'homme*, 1900); Ernest Lavisse (*Histoire Générale du IVe Siècle à nos Jours*, 1893-1901); Alfred Rambaud (*Histoire Générale du IVe Siècle à nos Jours*, 1893-1901; *Jules Ferry*, 1903); Henry Houssaye (*1815, Waterloo*, 1893); e Gabriel Hanotaux (*Histoire de la France contemporaine*, 1904-1908). Além deles, dois outros foram citados diretamente por Cruz, como veremos a seguir, Albert Sorel e Albert Vandal. A presença destes autores no rol de possíveis leituras permite supor que Alcides estava inteirado das discussões do *métier* de seu tempo, mesmo em escala internacional, o que poderia também lhe conferir o epíteto de historiador, inclusive o autorizando a fazer críticas. Daí surge a faceta dúbia do homem que (não) queria ser historiador, pois, se, de um lado, Alcides se colocava em posição díspar diante de autores como Varella e Rodrigues, de outro, alinhava-se no que havia de mais

partir dos documentos, uma vinculação filosófica aos preceitos do positivismo de Auguste Comte. O historiador espanhol Júlio Aróstegui (2006, p. 114) também chama a atenção para a inconsistência da definição, embora a admita com ressalvas.

canônico da produção de então, bem como nas tendências contemporâneas, para, assim, assumir uma posição de crítico. Era um querer ser, sem admitir.

Em dezembro de 1902, saía no jornal *A Federação* o texto *Digressão Histórica*. Dos analisados aqui este é o que mais se aproxima de uma crítica historiográfica, na qual o entusiasta dá lugar ao incisivo historiador. Trata-se de uma análise feita por nosso personagem ao texto de Clóvis Beviláquia, notável jurista cearense, que, junto com Gregório Thaumaturgo de Azevedo, havia escrito a seção *Relações exteriores : alianças, guerras e tractados. Limites do Brasil* no celebrativo *Livro do Centenário (1500-1900)*, em 1900⁷⁸. Além disso, o texto também aproveita para disparar contra o historiador José Capistrano de Abreu, por suas posições relacionadas ao território sul-riograndense quando das guerras coloniais de manutenção de fronteira. Por isso, *Digressão* pode ser também entendida como uma investida política de Alcides contra aqueles que não consideravam o Rio Grande do Sul como membro importante da união nacional. O parecer de Alcides construiu-se principalmente na correção dos argumentos de Beviláquia, a quem reverenciava em face da carreira jurídica, mas que, quando o assunto era história, não era poupado:

Que a recente produção histórica do operosíssimo jurisconsulto está muito abaixo da culta mentalidade e reconhecido estudo que tanto caracterizam e distinguem o, já hoje, notável contemporâneo – é verdade que, conquanto pesada, não se pode ocultar.

E assim, pois, temos provas de como o laureado autor do projeto do código civil não conseguiu, na qualidade de historiógrafo, desdobrar a sua invejável competência que no domínio da cultura jurídica impõe-se e deslumbra. (CRUZ, 2017a [1902], p. 70)

Em sua integralidade, o texto é construído dentro de uma perspectiva de desqualificação, na qual cada afirmativa feita por Beviláquia era prontamente contraposta e corrigida, na tentativa de evidenciar ao leitor daquela *Digressão*, que não havia qualquer proveito no texto do jurista cearense, mesmo na dimensão do estilo: “logo de começo, *lê-se um período sibilino*, no qual enxergamos uma alusão ao Rio Grande do Sul e que, por si só, poderia comprometer todo o mérito histórico da ligeira narrativa, *se tivesse algum*” (CRUZ, 2017a [1902], p. 70. Grifo meu.). O trecho criticado por Alcides consistia em uma afirmativa de Beviláquia que operava a

⁷⁸ A obra foi empreendida pela *Associação do quarto centenário do descobrimento do Brasil*, e contava com textos de Silvio Romero, José Veríssimo, Henrique Coelho Netto, Benjamin Franklin Ramiz Galvão e João Capistrano de Abreu, dentre outros. O texto de Beviláquia saía no terceiro volume da obra, publicado em 1902.

partir da suposição, da divagação hipotética, ou, citando o próprio: “si é possível compôr, pela imaginação, sucessos com visos de verdade, sem se ter em conta a complexidade dos factos do dominio social [...]”⁷⁹ (BEVILÁQUA; AZEVEDO, 1902, p. 25). Não só o destrato para com o “histórico nacional” sul-rio-grandense, mas o exercício *sibilino* do futurismo, pouco apegado ao *positivo* da prática historiográfica, eis duas práticas imperdoáveis para nosso personagem.

E isso se acentua quando da crítica a Capistrano de Abreu: “as imperfeições dessa síntese histórica vão além, há outras. Bom foi, contudo, que o dr. Clóvis não tivesse querido ligar a sorte do Rio Grande à da Cisplatina, pela maneira estranha e injuriosa do sr. Capistrano de Abreu” (CRUZ, 2017a [1902], p. 71). A investida de Alcides se dava por conta de um texto introdutório escrito por Abreu para uma recente reedição da obra *Historia topografica e belica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*, de Simão Pereira de Sá, publicada originalmente em 1737. A reedição também fazia parte do projeto de celebração do quarto centenário do descobrimento, e apresentava o referido texto de Abreu que, a julgar pela contundência da crítica, provocou profundo desconforto em nosso personagem, especialmente por sugerir que a permanência do território sul-rio-grandense junto à união brasileira fora prejudicial para o desenvolvimento do país. Ainda que extensos, os parágrafos seguintes carregam todas as características do Alcides Cruz historiador do qual discutimos até aqui:

Essa monstruosidade elaborada por quem de propósito finge ignorar supinamente a evolução da história rio-grandense, é, antes, fantasia do cérebro doentio de um literato de insuficiente bom senso, que renegou o seu sólido preparo, *do que obra de quem tem falta de qualidades exigidas pela verdade histórica*, eclipsada pela paixão.

Aquela estafada diatribe, em pretensioso estilo, foi posta, pelo professor de História do Brasil do Ginásio Nacional, no limiar do livro que o Liceu Literário Português do Rio de Janeiro editou para solenizar o centenário do descobrimento deste país a quem foi dedicado!

Podem os que, por cálculo ou ignorância, querem molestar-nos dizer tudo isso do Rio Grande, e mais ainda; *o que, porém, por mais eloquente que seja o narrador e por mais sugestivo que seja o estilista*, não poderá jamais duvidar, é que foi a valorosa espada dos Pinto Bandeira, dos Abreu, dos Osório, dos Marques de Souza que

⁷⁹ O texto completo dizia: “Si é possível compôr, pela imaginação, sucessos com visos de verdade, sem se ter em conta a complexidade dos factos do dominio social, a separação da Banda Oriental seria uma dolorosa dilaceração que havia de magoar mais profundamente o organiso nacional, e que talvez acarretasse perda maios do territorio e de população”(BEVILÁQUA; AZEVEDO, 1902, p. 25).

deu lustro às armas brasileira, tornando-as temíveis e respeitadas. (CRUZ, 2017a [1902], p. 72. Grifo meu).

Em um primeiro momento, a crítica se pauta na ausência da verdade histórica em face da escrita passional; no segundo, Cruz salienta, outra vez, a questão do estilo, além de mostrar ao leitor que aquele que proclamava a infâmia do extremo sul do Brasil era um agente que possuía posição de destaque nas lides da história nacional, portanto um discurso autorizado⁸⁰; e no terceiro, em uma contradição evidente, o apaixonado sul-rio-grandense Alcides mostra que, embora houvesse pena mais reconhecida que a sua na atividade historiográfica, não era lícito a quem quer que fosse desmerecer os feitos dos heróis rio-grandenses em prol da pátria Brasileira e nem depreciar o lustro de seu povo, especialmente quando o assunto tocava nas áreas de pesquisa que o interessavam. O aspecto político da crítica presente em *Digressão* é reforçado ainda pelo desfecho do texto. Após ter procurado demonstrar que duas das grandes figuras das letras nacionais não estavam aptos para escrever sobre os eventos que marcaram a história das plagas do sul, e para que não parecesse que a atuação dos antigos heróis fossem “velhas tradições quase esmorecidas” (CRUZ, 2017a [1902], p. 72), Alcides arremata dizendo: “outrora berço de guerreiros afamados, hoje é a terra de Borges de Medeiros e de Júlio de Castilhos, dois vultos de que se ufanaria qualquer das velhas nações dalém mar, e que não teriam desabotoado se o nosso meio também não fosse perfeitamente civilizado” (CRUZ, 2017a [1902], p. 72).

Decorreram cinco anos até que Alcides publicasse outro de seus textos sobre história nas páginas de *A Federação*⁸¹. Em 1907, vinha à luz *Guerra da Cisplatina*. Publicado em três edições do periódico, nos dias 10 e 19 de janeiro, e 1º de fevereiro, o texto oferece uma visão mais consistente de todo o processo investigativo que Cruz iniciara ainda no final do século XIX, e que foi fomentado pelas correspondências de que nos ocupamos há pouco. Guardadas as ressalvas que afastam a teleologia, é possível supor que *Guerra da Cisplatina* serviu como

⁸⁰ Na altura da crítica de Cruz, Capistrano de Abreu (1853-1927) já era então reconhecido como o maior historiador brasileiro, fazendo parte, já naquela data, das citada Biblioteca da Corte e do Colégio Pedro II, uma das principais instituições de ensino do país. Para uma compreensão mais ampla da trajetória de Capistrano, ver o referencial trabalho de GONTIJO, 2006.

⁸¹ Nas buscas que fiz às edições do jornal neste período, não há nenhum texto escrito por Cruz abordando temas históricos. Há uma série de textos publicados no jornal Correio Paulistano em 1904, intitulados *Pequenas Notas de Viagem*, nos quais Alcides narra sua passagem pelo estado de São Paulo. Apesar de serem prolíficos em termos narrativos, estes textos não oferecem maiores subsídios para a análise que venho fazendo até aqui e, por isso, não serão utilizados.

preâmbulo para a obra que seria publicada no mesmo ano, *Epitome da Guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata*, esta em formato de livro. O texto tripartite também colabora para aquela postura na qual Alcides se colocava quando falava sobre história – e que já vimos acima, e que iremos rever em breve -, a do homem que (não) queria ser historiador.

Expondo seu parecer sobre a obra do historiador argentino Juan Amadeo Baldrich (1865-1917), *Historia de la Guerra del Brasil* (1905), Cruz (2017a [1907], p. 85. Grifo meu.) logo sustenta:

Falece-me competência, para que um amador como eu ofereça as necessárias correções à obra *de quem é justamente enaltecido por méritos já provados*, na profissão e nas letras, assinalando-se por qualidades tão felizes quão habilmente cultivadas, não sendo menor delas a impetuosa eloquência que não pede meças às irradiações de uma pena fulgurante. O querer eu corrigir lhe a exposição de vários fatos atinentes ao Brasil, reduzindo-os à comprovação da verdade, seria estultice minha ou irritante pretensão que não tenho; mas o procurar a comparação de alguns dados que possuo a respeito desse pleito, que gerações passadas sustentaram armigeramente perante o estranho tribunal da guerra, *eis a aspiração modesta* que desejo realizar.

O procedimento de crítica é muito semelhante com o que vimos para o caso de Clóvis Beviláqua. Contudo, é inegável a diferença dos lugares em que se coloca o crítico. No primeiro caso, a comparação é empregada apenas para provar que a autoridade sobre o tema estava com Alcides e, neste, o reconhecimento de Baldrich como historiador precede, ameniza e coloca nosso personagem novamente em uma relação verticalizada, senão deslegitimada. O curioso é que tal manejo de posições é obra do próprio Cruz (como vimos em suas correspondências), como se fosse efetivamente uma estratégia retórica que procurava dizer: aos que não tivessem autoridade legitimada sobre os temas de suas pesquisas, que lhe rendessem reconhecimento; aos que a tivessem, que lhe aceitassem como abnegado “amador”. Dá-nos prova o parágrafo que segue: “é que eu, também andando a recolher informações relativas a esse agitado período que a época presente já permite julgá-lo sem paixões, posso submetê-las, sem imodéstia, à censura dos que conhecem o assunto” (CRUZ, 2017a [1907], p.85.).

Para Alcides, o processo investigativo de Baldrich revelava um novo gênero, visto que sua pesquisa operava não só a documentação militar oficial, mas também os documentos paralelos da vida marcial, como os diários e as cartas. A origem

deste novo gênero estaria nas tendências europeias do novo fazer historiográfico, uma vez que os historiadores não mais se fiavam passivamente nas descrições oficiais “porque frequentemente são redigidos com falta de sinceridade e com falta de exatidão” (CRUZ, 2017a [1907], p. 86). Exemplificando sua observação, nosso personagem cita a obra *Souvenirs d'un officier de la Grande Armée* (1906), de Jean-Baptiste Barrès. A obra, registrada sob a inserção 388 da *Alcidiana*, consistia nos relatos do militar membro da armada francesa, e, para Cruz, era exemplar das possibilidades de amplitude heurística, visto que:

Percorrendo arquivos particulares e folheando papéis de família longamente esquecidos e sepultados no pó e na velhice, consegue-se a elucidação de verdadeiros mistérios e a solução de problemas propositadamente deixados sem ela durante tempos infundos (CRUZ, 2017a [1907], p. 86).

Ainda sobre as inspirações da perspicácia investigativa do autor argentino, Cruz menciona aqueles historiadores vinculados a *Revue Historique* dos quais já conhecemos o nome.

[...] ele, como Albert Vandal, como Albert Sorel, como Henry Houssaye, como todos esses notáveis historiadores franceses da revolução e do Império, socorreu-se dessas fontes privadas e desconhecidas do vulgo, para dar força e segurança às suas investigações, sobretudo naquilo em que os papéis oficiais, tanto da Argentina como do Brasil, não são verídicos (CRUZ, 2017a [1907], p. 86).

A reflexão sobre as fontes ocupa a metade de *Guerra da Ciplatina*, e serve para que Alcides possa tanto demonstrar suas concepções sobre o método, quando para que nosso personagem se projete como conhecedor da bibliografia temática, fazendo questão de demonstrar seu trânsito por obras estrangeiras – e que não eram de conhecimento de Baldrich:

[...] quanto ao Brasil, passaram-lhe despercebidos os poucos [documentos] que se não perderam conjuntamente com a bagagem do exército na hora aziaga da batalha; e se lhe escassearam papéis de fonte oficial mais ainda as informações inéditas e algumas publicações contemporâneas dos acontecimentos, tais como várias obras alemãs (CRUZ, 2017a [1907], p. 87).

E como se não bastasse mencionar seu conhecimento sobre as obras alemãs, Alcides, mais adiante, cita *Beiträge zur Geschichte des Krieges zwischen Brasilien und Buenos-Ayres in den Jahren 1825, 26, 27, 28*, de autor desconhecido, publicada pela primeira vez em 1834, obra esta que também fazia parte da *Alcidiana*⁸². Em um jogo de afirmação e modéstia, nosso personagem vai discorrendo sobre as fontes, os fatos e os métodos⁸³. Por um lado, enaltece a obra de Baldrich, dando-lhe crédito pela atualidade; por outro aponta falhas e mostra ao leitor daquelas edições de *A Federação* que era ele quem estava apto para falar sobre as Guerras Platinas, e nunca o fazia de forma clara, mas lançando indícios. Uma das estratégias era jogar com os parágrafos do texto, dispondo um anterior apontando uma falha do autor argentino, e um posterior salientando uma saída que estava ao seu alcance. Tratando da figura do militar Gustavo Henrique Brown, Alcides inicia o argumento citando o texto de Baldrich, em uma passagem na qual aquele autor não oferece maiores informações sobre o personagem, para então dizer:

Merece deplora-se o eloquente prosador argentino não ter tido fonte melhor. Infelizmente todo aquele período representa uma vacuidade deplorável, uma vã hipótese que não resiste a mais simples controvérsia. (CRUZ, 2017a [1907], p. 91)

E, no parágrafo imediatamente posterior, comentar:

Possuo escrita pelo próprio punho de um filho daquele guerreiro, o Sr. Constantino von Braun, atualmente coronel do exército alemão, segura informação com que quis honrar a um questionário que lhe dirigi faz pouco tempo. (CRUZ, 2017a [1907], p. 91)

O amador que só pretendia comparar notas, ao fim e ao cabo, eleva-se como um historiador munido de fontes mais recentes e adequadas para abordar e reconstruir os eventos que serviram de tema à obra daquele escritor argentino. Arrematando o texto, Cruz elogia novamente o estilo de Baldrich, acompanhando o

⁸² A obra está registrada sob a inserção 259, sendo a única deste domínio escrita em alemão. Em uma tradução livre, o título da obra é “Contribuições para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires nos anos 1825, 26, 27, 28”.

⁸³ Em determinado momento, Cruz escreve sobre como procede metodologicamente: “também me inclino a não confiar cegamente no que dizem os documentos oficiais em tempo de guerra; comparo-os com os do inimigo e com as notas particulares. Se da comparação resulta mais ou menos alguma identidade de dados, se combinam, se não se distanciam sensivelmente, é que são verídicos e merecem fé. Tudo vai do critério com que se cotejam os papéis oficiais com os não oficiais” (CRUZ, 2017a [1907], p. 88).

parecer do autor quando aquele faz uma apologia à paz vigente no continente. Alcides finaliza, citando o jornalista italiano Olinto Malagodi, e revela um pouco de seu credo na paz que o futuro industrial prometia: “e, é bem certo, não há de ser o Brasil o causador da ruptura da paz americana [...]. A civilização moderna tende a ser, sobretudo, industrial e econômica; visa novos horizontes” (CRUZ, 2017a [1907], p. 92).

Os textos publicados em *A Federação*, ao longo da década de 1910, podem ser encarados como uma segunda etapa do processo construtivo da produção historiográfica de Alcides Cruz. Como vimos há pouco, a maturação de suas reflexões e métodos esteve ligada às trocas de experiências e informações praticadas por Cruz e seus pares, sendo, por isso, uma etapa anterior. Ser um historiador periódico contribuiu, assim, para experimentações textuais, bem como para a consolidação de outras formas de escrita, que antes era apenas jurídica e literária. *A Alcadiana* – é sempre importante lembrar – amparava toda a empreitada. Vejamos agora um pouco das duas obras de maior extensão escritas por Alcides, aquelas publicadas em livro.

3.2.2 O historiador em livros: as publicações como coroação do processo investigativo

No campo da história, foram duas as publicações feitas por Alcides Cruz sob a forma de livro: *Vida de Raphael Pinto Bandeira* e *Epítome da guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata*. A primeira delas foi publicada em 1906, cerca de um ano antes do último texto publicado no jornal *A Federação*, e a segunda, em 1907. Ambas são obras de médio porte: a primeira com cerca de 110 páginas e a segunda com cerca de 90⁸⁴. As obras diziam estrito respeito aos temas de predileção do nosso personagem, que, como vimos, desde os anos finais do século XIX já se ocupava do levantamento de fontes que lhe fossem pertinentes.

É seguro dizer que a configuração, tanto em estilo, quanto no que toca às concepções de história, são muito próximas do que já foi apontado até aqui, e é por isso que a argumentação desenvolvida neste capítulo procurou evidenciar o *processo* como fator determinante para a elaboração destas obras surgidas na

⁸⁴ *Vida de Raphael Pinto Bandeira* possui 104 páginas e mais oito de apêndice; *Epítome da guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata* possui 87 páginas e mais quatro de introdução.

primeira década do Novecentos. Arrazoado este que permite não um estudo específico de cada obra⁸⁵, mas apontamentos que contribuam para a argumentação mais ampla aqui desenvolvida, isto é, aquela que visa estabelecer os elementos principais do pensamento e da prática historiográfica de Cruz. Além da importância temática, as obras são de grande proveito para perceber aqueles aspectos que são recorrentes nas obras de Cruz: a influência de suas leituras, sua relação com as fontes e as estratégias retóricas.

Em *Vida de Raphael Pinto Bandeira* há uma dedicatória ao Barão do Rio Branco em reconhecimento ao seu trabalho de resgate das fontes documentais para o remontar da história nacional: “ao sabio espirito, que por mais de uma vez desceu ás necropoles chamadas *ARCHIVOS*, para de lá desentranhar, e fazer fremirem de vida, esses inumeros documentos sepultados pela espessa camada do tempo” (CRUZ, 1906, p. 7). Esta valoração das fontes faz com que todos os documentos comprobatórios das afirmativas de Cruz sejam citados no rodapé das páginas, por vezes, reforçando a tentativa de provar a verdade⁸⁶, conforme sugere a nota 18:

Azevedo Marques [...] diz que Francisco Pinto Bandeira era filho natural de Francisco de Brito Peixoto: *é erro. Próvamos com documentos* que Francisco P. Bandeira era filho legitimo de José Pinto Bandeira e Catharina Brito.

Em todo caso *passa perto da verdade* quem disser que os Bandeiras tambem descendem dos Britos Peixotos [...] (CRUZ, 1906, p. 20. Grifo meu).

O apego às fontes também é revelado na nota 38, quando o inventário de Pinto Bandeira é evocado no intuito de asseverar algumas afirmativas dadas por Cruz: “foi o fio que nos facilitou a desatar algumas dúvidas [...]” (CRUZ, 1906, p. 36). Assim como no caso em que enaltece a figura do governador José Custódio de Sá Faria, para o qual indica, na nota 46: “o archivo da Delegacia Fiscal, e naturalmente

⁸⁵ O *fazer historiográfico* presente na biografia de Pinto Bandeira já foi analisado em texto anterior. Ver ALMEIDA, 2017.

⁸⁶ Refletindo essencialmente sobre a narrativa histórica, o historiador estadunidense Anthony Grafton se propôs a historicizar a prática da escrita de notas de rodapé, enfocando sua análise sobre sua aceitação e recusa ao longo da modernidade, bem como sobre sua aplicabilidade no estabelecimento da escrita da história crítica. Tendo como pivô o historiador alemão Leopold Von Rank, Grafton argumenta: “as notas de rodapé alcançaram seu viço maior no século XVIII, quando serviram para comentar ironicamente a narrativa no texto e para sustentar sua veracidade. No século XIX, elas perderam o papel principal no coro trágico e assumiram o novo e ingrato papel de operárias em uma fábrica grande e suja. O que começou como arte tornou-se, inevitavelmente, rotina” (GRAFTON, 1998, p. 186).

o do Estado, oferecem inúmeros documentos corroborantes d'esta afirmativa" (CRUZ, 1906, p. 40). A intenção de Alcides parecia querer inclusive ultrapassar a mera referência, sugerindo uma demonstração de conhecimentos sobre os locais nos quais o historiador comprometido com o passado poderia encontrar as referências documentais.

Na justificativa da realização da obra, Alcides relata que seu interesse pelo personagem histórico teve origem a partir de um pedido do então interventor municipal, José Montauray de Aguiar Leitão (1858-1839), para que redigisse, em 1900, um pequeno resumo biográfico sobre Bandeira⁸⁷. A sugestão do interventor, também correligionário do PRR, sugere que a afeição de Alcides à pesquisa histórica já era reconhecida no início do século XX, e nos leva para outra das características mais evidentes daquela narrativa, a criação de um herói brasileiro, uma vez que, como já vimos, era necessário estabelecer heróis sul-rio-grandenses e consagrá-los à pátria brasileira⁸⁸. Ao longo do texto, Cruz enaltece Bandeira por meio de vários epítetos como "gaúcho indômito", "guerrilheiro sul-americano", "infatigável fronteiro", construindo uma narrativa heroica que estabelece um personagem predestinado a servir ao Rio Grande e ao Brasil. Nas fendas do patriotismo emergente das páginas de *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, entretanto, é possível perceber a intenção do autor:

Por todo o demais território brasileiro, reinava plena paz, implantada e garantida de então por diante. Só o Rio Grande ardia em guerra; só o Rio Grande *suportava*, (como de então até hoje tem suportado) o duro encargo de arcar com invasões á mão armada sempre que estrangeiros, ou nacionaes, como janizaros em novas caudaes de sangue a inudarem a sua generosa crusta, pretendem convulsional-o.

[...]

Se é verdade que os grandes caudilhos surgem nas ocasiões criticas, Raphael foi um dos tantos surtos desses momentos, *unico*

⁸⁷ "Veio-nos a idéa da presente tarefa, tão difícil embora salutar, desde que em 1900 um ilustre administrador municipal, o prestante intendente de Porto Alegre, o sr. Dr. José Montauray de Aguiar Leitão, incumbio-nos da redação de algumas linhas acerca do remoto guerreiro, para uma publicação oficial que sahio n'aquelle anno: convencemo-nos, então de que a historia de Pinto Bandeira estava por escrever, inteiramente por fazer" (CRUZ, 1906, p. I). Curiosamente, desta vez Alcides não se importou em apontar a referência desta publicação, impossibilitando sua localização.

⁸⁸ Relembro ao leitor que, como vimos na primeira parte do capítulo, o PRR se firmava como força política predominante no estado na virada do século XIX para o XX, e que os discursos do partido caminhavam no sentido de mostrar a importância do Rio Grande do Sul para a união nacional, retomando, inclusive, as pautas lançadas pelo IHGPSP e pelo *Parthenon Litterario* de elevação do gaúcho como guerreiro aguerrido e mantenedor da soberania territorial do país.

aliás que o Brasil contou no século XVIII. (CRUZ, 1906, p. 82. Grifo meu).

Só o Rio Grande suportava as investidas dos espanhóis e só ao estado de constante guerra era dado produzir grandes guerreiros. Além disso, a sugestão era a de que, decorrido mais de um século, ainda cabia à porção sul do Brasil o protagonismo da manutenção do território nacional. Alcides complementa a cinzeladura do monumento: “incumbiram-se de exaltar [sic] os feitos e a glória do *grande lidador brasileiro* os próprios contemporâneos d'além mar” (CRUZ, 1906, p. 83. Grifo meu.). Destarte, Bandeira figurava como duplo: o exemplo da força sul-rio-grandense ou, como sugere o subtítulo da obra, o herói continentino; e o grande lidador brasileiro⁸⁹. Um duplo que representava o sul-rio-grandense para si e para os outros, para o regional e para o nacional, porque da narrativa emergia um personagem que fazia questão de ser tanto sul-rio-grandense como brasileiro. O determinismo que regeu a vida de Pinto Bandeira talvez seja a grande marca da biografia e, observando a estrutura do livro, é possível perceber que tal concepção estava calcada em dois autores que já visitamos, Henry Thomas Buckle (1821-1862) e Tristão de Araripe Jr. (1848-1911). Isso porque na tentativa de construir uma argumentação que demonstrasse que a forja do herói era o meio que o circundava, Cruz optou por remontar as origens portuguesas dos habitantes da região sul do Brasil. Nas seções 5 e 6⁹⁰ do livro, nosso personagem opera a partir dos critérios lançados pelo pensador:

Buckle, o insigne philosopho, desenvolvendo a sua dupla these de como << o homem modifica a natureza e a natureza reciprocamente modifica o homem >>, fornece-nos dados bastantes, para bem se compreender o que deu causa á energica acção dos filhos de reinicolas. (CRUZ, 1906, p. 26)

Complementando as origens de sua interpretação sobre o meio influenciando o homem, Alcides argumenta: “o escritor pátrio que com maior sagacidade e individuação alcançou resultados positivos, foi Araripe Junior” (CRUZ, 1906, p. 26). Pautado nestas concepções mesológicas, Cruz sustentava que a migração dos tipos europeus para o território americano passava por um processo de embrutecimento

⁸⁹ “Herói continentino” e “Grande lidador” são duas expressões utilizadas por Cruz para caracterizar Pinto Bandeira. “Continentino” advém da antiga definição que designava o território do Rio Grande do Sul como *Continente de São Pedro*, e “lidador” refere-se àquele que tem por ofício as lides do campo.

⁹⁰ As seções foram nomeadas, respectivamente, de *Quem somos?* e *O mesmo assumpto*.

pessoal que, por determinantes que iam do clima à alimentação, fizeram do europeu americanizado um aventureiro por excelência.

Estas leituras são importantes para vislumbrarmos o quão paradoxal pode ser a relação de um homem negro com as teorias deterministas que, em grande medida, concebiam a organização social a partir da hierarquização de raças. Cito o que talvez seja o extrato mais emblemático desta relação:

Com alguns dados fornecidos pela lei da hereditariedade se pôde afirmar que a raça branca sofre profundas variações uma vez submetida á acção mesológica, visto que a mudança das condições de existência bastam para determinar as mais graves transformações sociais.

Essas transformações que se não podem definir com rigorosa precisão, nem mesmo representar, mas que se deram e, em escala menos notável ainda se vão dando, foram, como é de presumir, a causa da diversidade de costumes característicos do povo sul-brasileiro. (CRUZ, 1906, p. 34)

Depreende-se dos excertos que a formação do povo sul-rio-grandense estava a cargo do europeu, e que o sucesso de sua adaptação, ainda que transformada, foi o que possibilitou o desenvolvimento regional. Alcides certamente sabia da presença das populações indígenas e de sua relação com os colonizadores, mas, mesmo em menções rápidas, as reduz em *povo incivilizado*⁹¹. O mais intrigante, entretanto, é que a presença dos negros também é omitida por aquele que, especialmente na segunda parte do excerto, considerava a diversidade do povo sul-rio-grandense, do qual fazia parte, como obra ainda em movimento das transformações da raça branca. Para dizer o óbvio, nosso personagem também tinha ciência de que a escravidão era parte da dinâmica social dos primórdios do Rio Grande do Sul, e o próprio nos dá prova quando fala de sua família materna emigrada - da qual a origem era um casal de escravizados alforriados - das contendas em torno da Colônia de Sacramento, em meados do século XVIII (CAMPOS; MOREIRA, 2017). E, como a história é cheia destas ironias que deliciam os historiadores, conhecemos atualmente, a partir da pesquisa do historiador Tiago Gil (2002, p. 51) o fato de que o próprio Pinto Bandeira possuía um grande número de escravizados: “ao morrer, em 1795, Rafael teria provavelmente a maior fortuna da ‘*fronteira*’, possuindo várias

⁹¹ No referido texto sobre a *Civilização Missioneira*, assim Cruz define os indígenas do sul: “seu estado cultural não podia ser mais rústico, mais agreste, quando os jesuítas inauguraram a respectiva catequese; estavam destituídos de qualquer rudimento que revelasse esse progresso espiritual que em outros povos circunvizinhos desde muito se manifestara” (CRUZ, 2017a [1901], p. 63-4).

propriedades. Em apenas uma delas, a ‘Estância do Pavão’, Rafael possuía quarenta e nove escravos [...]”. E a fonte documental para que Gil estabelecesse estes números era uma velha conhecida de Alcides, o inventário *post mortem* de Pinto Bandeira, que o próprio citara em seu livro.

Os determinismos também alimentam as argumentações em *Epítome da Guerra entre Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Já no início da narrativa, Cruz se empenha em construir uma imagem depreciativa de D. Pedro I, estabelecendo uma série de problemas em sua linhagem para sustentar as alegações de que o primeiro imperador brasileiro era “violento, arrebatado, prepotente e temerário” (CRUZ, 1907, p. 3). Reputando Pedro I como louco, Cruz (1907, p. 4) argumenta:

O conhecimento de algumas leis scientificas permite hoje em dia facil comprovação desse fenomeno, não estranhavel numa antiquissima familia aristocratica, régia, como essa a que pertencia o monarca, que mesmo já foi exposto luminosamente por um grande erudicto português, o sr. Teofilo Braga.⁹²

O autor passa então a narrar vários episódios nos quais as gerações ascendentes de Pedro I cometeram atos criminosos ou de “alienação mental”, concluindo que “os Braganças, oriundos de uma bastardia, quasi todos resumem em si: ou a ambição, a intriga e a incitação homicida do primeiro delles, D. Afonso [...]” (CRUZ, 1907, p. 4). Recorrendo às narrativas de John Armitage (1807-1856), de quem possuía a obra *História do Brazil* (1836), argumentava que o imperador era dado ao relacionamento com a plebe, e que não possuía a menor habilidade governativa. Aludindo aos “atavismos” dinásticos, citava o escritor espanhol Pompeyo Gener (1846-1920), a partir da obra *La Mort et le Diable: histoire e philosophie des deux negatios supremes* (1880), da qual extraiu uma grande passagem para a nota de rodapé da página 7 que dizia, dentre outras coisas: “[...] os reis, tanto sob o ponto de vista intellectual como sob o ponto de vista moral, tonaram-se inferiores aos seus subditos. As mesmas condições mais tarde repetem-

⁹² Alcides referencia esta afirmação em uma obra de Camilo Castelo Branco, *Cavar em Ruínas* (1866), que, no entanto, não traz nenhuma referência deste tipo. A obra é composta de vários textos em estilos que variam de crônicas até análises de poemas.

se nas descendências, e a *hereditariedade* e a *adaptação* completam a obra” (GENER *apud* CRUZ, 1907, p. 7)⁹³.

Assim como *Vida de Raphael Pinto Bandeira, Epítome* trazia uma série de referências bibliográficas, documentos, e descrições épicas, além de, eventualmente, investir nas descrições psicológicas dos personagens, o que, como vimos nas críticas literárias, era uma prática recorrente nos textos de Cruz.

As reflexões sobre o fazer historiográfico outra vez são trazidas à baila – em maior medida que na biografia de Pinto Bandeira -, e referenciam aqueles autores que já haviam sido objeto de sua citação, Henry Houssaye e Albert Vandal. Além destes, que nosso personagem denominava historiógrafos, em *Epítome*, também, houve espaço para os linguistas. Em uma justificativa relacionada à expressão idiomática, nosso personagem repete a usual estratégia que pregava a humildade, mas que, a boldrié, carregava a autoafirmação, explicando aos leitores – e lhes desfilando suas leituras - que iria aderir às simplificações ortográficas então em voga, especialmente porque lhe asseguravam vários autores, nacionais e estrangeiros:

Se desacertei, é porque andam desacertados (do que me não convenço) esses grandes filólogos e mestres do romantismo contemporâneo, cujas obras leio com respeito devido a tudo quanto é superior, e com a seriedade de quem procura aprender - GONÇALVES VIANA, TEIXEIRA DE VASCONCELLOS, A. A. CORTESÃO, CANDIDO DE FIGUEIREDO, D. CAROLINA MICHAÉLIS (portugueses), JULIO CORNU (alemão), João Ribeiro (brasileiro). (CRUZ, 1907, p. IV. Grifo meu).

É provável que estas escusas estivessem ligadas às críticas endereçadas ao autor quando da publicação de *Guerras da Cisplatina*, texto que, como dito há pouco, antecipava, em grande medida, as propostas de *Epítome*, uma vez que a

⁹³ A obra de Gener é marcada pelas diretrizes positivistas de Auguste Comte, bem como nos preceitos do darwinismo social empregados por Herbert Spencer. Talvez as duas principais obras do autor sejam a citada por Alcides, e *Literaturas Malsanas* (1894), obra que também fazia parte da *Alcidiana*. A relação de Gener com os autores propaladores dos princípios tanto evolucionistas como positivistas era intensa, tendo o escritor espanhol estabelecido uma relação epistolar tanto com Spencer, quanto com Émile Littré, prosseguidor direto de Comte (VALL, 2008). Para exemplificar sob que parâmetros estava calcada *La Mort et le Diable*, obra de mais de 800 páginas, trago um pequeno excerto: “a partir de uma filosofia que se apoia sobre os resultados da ciência, nós demonstraremos que elas [as crenças humanas] não correspondem senão a aproximações puramente naturais e resgataremos o que se lhe opõe de real segundo o critério positivo. Em sua evolução histórica, o homem teve três maneiras de conceber os fatos. A filosofia positiva se inspirou nestas concepções para dividir a história em três períodos, que são: o período teológico, o período metafísico e o período positivo.” (GENER, 1880, p. XXXVII).

argumentação relacionada à ortografia sucedia outra, mais contundente e que expunha um autor que procurava desvencilhar-se de qualquer relação que lhe comprometesse a neutralidade da pesquisa, notadamente aquela que o ligava ao PRR:

Ligações partidarias desde 1886, muito vivas e antigas, com uma vigorosa agremiação politica, unica a que tenho pertencido, e que nenhum motivo assiste a que esmoreça no ardor e na convicção com que, nos acanhados limites das minhas forças, sustento os seus principios organicos, não me privam, certamente, de escrever conforme penso a historia de algumas campanhas do meu país. Não tenho pretensões de ordem alguma; só uma cousa reivindico: o deixarem-me pensar como quero e escrever o que penso. E se alguém entender que penso mal, combata o erro (CRUZ, 1907, p. II).

Assim, Cruz construiu uma narrativa condensando todas as reflexões que desenvolvera ao longo da década, estabelecendo formas de escrita, referenciando autores que eram já conhecidos dentro da pesquisa histórica regional, como a dos viajantes franceses Nicolau Dreys (1781-1843) e Arsène Isabelle (1807-1888), e do irlandês Robert Walsh (1772 -1852)⁹⁴, operando a partir de estruturas narrativas que contribuía para o erigir de uma história épica, e além disso, exercitando sua prosa que, vez por outra, ganhava contornos literários⁹⁵. Além disso, o excerto nos mostra um escritor que almejava transparecer imparcialidade, conforme aqueles autores que lhe serviam de molde, tanto na Europa, quanto na América, e que salpicavam as páginas de *Epítome* – e nos outros textos - em referências e explicações. Esta pretensa neutralidade, entretanto, embretava-se nas barricadas de um lugar

⁹⁴ As obras estavam em sua biblioteca: *Noticia descriptiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul* (1839), de Nicolau Dreys; *Voyage a Buenos Ayres et à Porto Alegre* (1835), de Arsène Isabelle; *Notices of Brazil in 1828 and 1829* (1830), de Robert Walsh. O exemplar da obra de Dreys um é dos livros que estão custodiados pela BFDUFRGS, e que proporcionou um intrigante “enigma” da pesquisa, *o dilema do lápis azul*. Trata-se de marcações feitas nas páginas com um lápis azul, destaques no texto, e que levantam dúvidas sobre a sua procedência. Teria sido Alcides o responsável? O estudo das práticas de leitura também passa pela percepção destes registros que se constituem em verdadeiras formas de ler, contribuindo para a apreensão de como eram absorvidas pelo leitor aquelas informações dispostas nas páginas. Infelizmente, dentro da economia dos capítulos desta dissertação não foi possível inserir esta interessante discussão – e que segue em aberto.

⁹⁵ Assim como na biografia de Pinto Bandeira, em *Epítome* existem passagens que mais parecem extraídas de romances: “a solidão infinda, o ermo descampado, tem magias indescritíveis, tem vozes misteriosas, sobretudo quando despertando serena a madrugada, as névoas começam a se dissipar e o sol, ainda não ascendido, deixa que as meias tintas crepusculares se vão cambiando de gradação, a medida que a luz perde as suas indecisões matutinas, até o horizonte illuminar-se, enquanto o quero-quero entôa a sua vibrante saudação ao esplendido dia que desponta...” (CRUZ, 1907, p. 10).

sociopolítico, encrustado no tempo, e que lhe coloria o discurso, talvez conscienciosamente, ou nem tanto.

Assim como em *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, aquele autor que só queria escrever como pensava, outra vez enaltecia o papel sulino na unidade nacional, especialmente naquele momento das Guerras Platinas, asseverando que a bravura do Rio Grande – aqui em prosopopeia: “nos seus giganteos [sic] hombros, jamais deixou de suportar elle a enorme carga dos desvarios politicos e administrativos do governo do Rio de Janeiro” (CRUZ, 1907, p. 54). Parecia, enfim, que Alcides conhecia as necessidades políticas de então, contribuía a sua maneira para o projeto, embora não abrisse mão de seu estilo e da demonstração de suas capacidades. Era, naquele momento de estabelecimento do que seria a prática historiográfica, o homem que (não) queria ser historiador.

4 A FUGA DE ALCIDES CRUZ

É preciso que a *Fuga* seja desenhada de tal sorte que a resposta possa entrar antes do fim do primeiro Canto, afim que se compreenda uma & outra parte ao mesmo tempo, e que por esta antecipação o tema se ligue, por assim dizer, a ele mesmo, & que a arte do Compositor se mostre neste concurso. (ROUSSEAU, 1768, p. 225).

[...] orgulho-me do epíteto, como o antigo romano que dizia: *Roma num sum*. (CRUZ, 2017b, p. 8).

Saía no dia 6 de fevereiro de 1897, no jornal *A República*, o texto *Desertor do Exército*, de autoria de Isidoro Dias Lopes. Disposto a oferecer uma resposta aos ataques que recebera, Lopes, que em sua juventude fora responsável, juntamente com Alcides, pela elaboração do estatuto do *Clube Litterario Democratico Vinte de Setembro*¹, dizia que o faria mais em consideração ao público leitor do que ao “ridículo e covarde capitão de carnaval que, tendo trocado a pena pela espada, fugiu miseravelmente a única vez em que teve ocasião de pelejar pelo seu amo” (LOPES apud CRUZ, 2017b, p. 6). As acusações com as quais se preocupava em contestar estavam vinculadas à ainda cálida contenda que colocara, de um lado, os castilhistas membros do PRR e, de outro, os adeptos da política federalista do tribuno Gaspar da Silveira Martins, naquilo que passou à história como Revolução Federalista de 1893. A suposta deserção que ecoava naquela reposta lhe fora acusada por aquele que Isidoro chamava de “negro alugado ao governo”, “[...] esse gorila que dá pelo nome de Alcides Cruz [...]” (CRUZ, 2017b, p. 6). O ferido militar apoiador da república² indignara-se sobremaneira, a ponto de dar vasão a mais torpe verve racista, dizendo, entre outras coisas, que “só mesmo a estupidez, inerente nos mestiços produtos de raças inferiores, é capaz de, em desacordo com as leis que nos regem, inventar o qualificativo de desertor” (CRUZ, 2017b, p. 6). Isidoro materializou o comum. Em uma sociedade profundamente marcada pela experiência da escravidão, e que, naquela altura, sequer contava com uma década de abolição do sistema escravagista, era moeda corrente a depreciação pessoal

¹ Quem nos informa é *A Federação* de 21 de setembro de 1885, p.2.

² Isidoro Dias Lopes (1865-1949) voluntariou-se no exército em 1883, foi propagandista republicano e partidário dos federalistas em 1893. Após o fim do conflito, exilou-se em Paris em 1895 e, no ano seguinte voltou para o Brasil, estabelecendo-se no Rio de Janeiro. Na década de 1920, participa da vida política ativamente, tendo, inclusive, participado da tentativa de derrubada do presidente da república Arthur Bernardes, em 1924. Nos anos de 1930, apoiou Getúlio Vargas, mas, no entanto, não permaneceu ao lado de seu conterrâneo no decorrer da década.

pautada pela cor da pele. Aqui é Isidoro – que provavelmente não foi o primeiro - quem lança o tema para a *Fuga* de Alcides Cruz. A resposta do “negro alugado” veio a galope.

Dois dias depois, *O Mercantil* trazia a contrapartida de Alcides Cruz aos “miseráveis pasquineiros” (CRUZ, 2017b, p. 8). A partir do texto *Com a ponta do pé...*, Cruz defendia-se, e lançava algumas das notas de sua *Fuga*, isto é, os méritos e projeções de que usufruía na sociedade por que transitava, rebatendo Isidoro, que tinha *somente* a cor para lhe ofender: “[...] do alto de seus tamancos, pretendeu atirar-me o labéu, como se eu me sentisse deprimido com o preconceito de cor, perante uma sociedade onde gozo do melhor conceito” (CRUZ, 2017b, p. 8). O negro da cor era parte da mestiçagem, do drama nacional, que, por sua vez, era parte de todo o povo brasileiro. E assim estava para nosso personagem, que dizia: “sou mestiço, sim; mas não me envergonho de sê-lo, como não se deve envergonhar nenhum brasileiro digno, porque todos os brasileiros são mestiços” (CRUZ, 2017b, p. 8). Chamar-lhe de chimpanzé, de gorila, e mesmo lançar mão do exótico termo “makalolo”³, era, antes, obra dos relapsos que nos idos de 93 acompanharam Aparício Saraiva, outro dos opositores de Júlio de Castilhos (CRUZ, 2017b, p. 8). Mas se Alcides - que era mais da pena do que da espada, e que, por isso, era para Lopes um “capitão de carnaval”, longe de pertencer à estirpe guerreira à que este julgava por bem se colocar – não podia revidar nas searas marciais, o faria a partir do *universo da pena*. Nada mais próprio. Havia que se provar ao agressor que a raça não era demérito, e que essa era uma conversa rafada:

Debalde procurei no terreno da doutrina, no domínio da teoria, responder a uma das sandices que por um cano da folhinha vazava-se com o fito de salpicar-me.

Mas, afinal já está tão pódio e rafado o alvitre de chamar-se *negro* a quem não sendo branco, entretanto não tem pesar de não o ser; porque as leis das sociedades civilizadas nivelam-no a todas as outras raças humanas que tal preconceito apenas serve para

³ Duas referências foram encontradas para esclarecer o termo makalolo que, de fato, grifa-se makololo: “Povo cafre da família dos bantus, que emigrou do Vaal em 1823, chegando uns doze anos mais tarde ao alto Zambeze, onde se estabeleceu, formando um reino que desapareceu, continuando, porém, na região a falar-se a sua língua” (LELLO UNIVERSAL, s/d, p. 136); “Os kololo eram fokeng do ramo patsa. Antes do desencadeamento do Mfecane, eles viviam nos acessos do maciço de Kurutlele, na margem esquerda do Vet (Tikoane), tendo por vizinhos os taung de Moletsane [...] Após a desastrosa derrota de Dithakong, a horda heterogênea se dissociou. Os phuthing e os hlakoana se dirigiam para o Leste, enquanto Sebetwane conduzia seus partidários, rebatizados makololo, para o Norte, pelo país dos rolong” (NGCONGCO, 2010, p. 135-136).

degradar a quem o maneja, na falta da mais insignificante acusação para tisanar a pureza do agredido (CRUZ, 2017b, p. 8).

Era sem proveito a explicação ao incauto das razões teóricas que lhe provariam o disparate. Com efeito, era lícito informar que havia, e que tais doutrinas e teorias estavam à disposição. A *Alcidiana* o amparava – como agora sabemos. O trânsito pelas letras era do conhecimento de Lopes, tanto que lhe serviu de argumento em uma tréplica publicada no dia posterior, outra vez no jornal *A República*, sob o pseudônimo de *Calvininho*⁴. Ali, o sarcasmo imperava a partir do fictício remontar de uma pequena peça teatral, em dois atos, na qual dois personagens, *Makalolo* e *Dr. Sodré*, discutiam a ida do primeiro ao campo de batalha. O primeiro insistira ao segundo para que trocasse a pena pela espada, ao ponto de conseguir sua liberação das lides escritoriais que lhe eram próprias. Aconteceu que, quando fora efetivamente a hora do confronto, *Makalolo* pedira novamente liberação, dessa vez do campo de batalha, alegando doença familiar. A sátira desta pequena peça estava na resposta do pedinte quando interpelado pelo *Dr. Sodré*: “- E se surge aí alguma novidade literária nessas *vitruines* como é que eu lá nos matos vou saber?!...” (CRUZ, 2017b, p. 11). Ainda houve tempo para outra troça na qual *Calvininho* relatava a ida de um sujeito a um concerto, e a consequente obstrução de sua entrada pelo porteiro que, julgando pela aparência, não acreditava que aquele que lhe falava era jornalista: “- O que você diz? Você, com essa cara, escreve para a imprensa?”(CRUZ, 2017b, p. 11). O interesse literário e artístico de Alcides era de conhecimento público, mas talvez aos olhos de muitos não lhe caísse bem. A galhofa tinha razões evidentes.

As ofensas raciais podiam, pela primeira vez, ser lidas. Porém, certamente aquela não tinha sido a primeira vez em que haviam sido proferidas. As frases sonoras da *Fuga* de Alcides Cruz estavam lançadas, se repetiriam, apenas trocando o seu lugar na partitura.

Na *Seção Livre* do jornal *A Federação* de 12 de janeiro de 1903 foi publicado um texto direcionado ao “Ilustrado contemporâneo dr. Pinto da Rocha” (CRUZ, 2017b, p. 13). Ali, outra vez Alcides Cruz aguçava a pena para defender-se dos ataques proferidos, dessa vez por um correligionário do PRR. Arthur Pinto da Rocha

⁴ Alcides informava em sua resposta que havia mais de um detrator vinculado ao jornal *A República*. Possivelmente esta tréplica assinada sob o pseudônimo de *Calvininho* tenha sido endossada por mais pessoas.

havia lhe acusado de omitir alguns nomes diretivos quando da elaboração de um memorando histórico sobre o mencionado jornal realizado por Cruz.

Ao qualificar Rocha como “ilustrado contemporâneo”, Alcides nos legou, involuntariamente, uma descrição de si próprio, pois, ao perscrutar a trajetória de Pinto da Rocha, encontramos nela um tanto de nosso personagem: o ocasional adversário nascera três anos antes de Cruz, em 1864, formara-se bacharel em direito pela faculdade portuguesa de Coimbra em 1890, filiara-se ao PRR, tendo participado efetivamente do jornal oficial do partido, além de ter ocupado as cadeiras de deputado estadual e federal⁵; além disso, Rocha esteve presente como membro fundador na ocasião da criação da Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1900. Todas essas características, guardadas as devidas especificidades, foram peculiares ao nosso personagem, de maneira que ambos compartilharam intimamente dos mesmos espaços sociopolíticos e temporais.

É possível que a rusga tivesse motivações políticas e intrapartidárias, mas o certo é que, de acordo com a defesa de Alcides, o acento argumentativo chegou às raias pessoais, tocando nos dilemas da cor: Rocha, ao criticar Cruz, o chamou de *Corvo*⁶, além de ter diminuído a capacidade intelectual do adversário. Dizia Alcides: “também vos não direi – generoso, porque não quisestes ter para comigo, no rodapé da vossa folha, quando me equiparastes ao Corvo do Príncipe Perfeito, o sublime dom da generosidade” (CRUZ, 2017b, p. 13). As injúrias escritas por Rocha talvez visassem desqualificar a imagem do adversário entre os pares, fragilizando politicamente um concorrente republicano no protagonismo partidário, e a razão da desavença - a omissão dos nomes de alguns editores-chefes d’A *Federação*, também membros do PRR - permite a suposição. Entretanto, subjacente a esta possível motivação está o ímpeto das *hierarquias da cor*. A utilização do epíteto

⁵ Ver FORTES, 1998; GRIJÓ, 2005; e SANTOS, 2000.

⁶ Para além da evidente inferência à cor do animal utilizado por Pinto da Rocha, é possível enquadrar a utilização do pássaro dentro do que o historiador Marcos Morel chamou de “zoologia política”, uma classificação do autor para analisar a utilização de animais nas trocas de ofensas durante o período de independência e consolidação política do Brasil Imperial, e que também demarcaram a noção de modernidade no pensamento ocidental Oitocentista. Segundo Morel: “Os que *não* eram vistos como portadores de uma racionalidade eram facilmente associados aos animais. Mais do que um recurso retórico para desqualificar ou ridicularizar os adversários, a animalização dos protagonistas aparece como estruturante de um sistema de valores e do pensamento de uma época. A modernidade, como se sabe, caracterizou-se, entre outras coisas, pela vontade de domesticar a natureza como caminho para o progresso da civilização” (1999, p. 252. Grifos meus). Ver: MOREL, 1999.

animalesco⁷, assim como no caso de 1897, despertou em Cruz uma defesa que esteve pautada na justificação do valor de sua cor, bem como a de seus ancestrais. Outras notas, o mesmo tema:

Evitar o circunlóquio e chamar-me pelo que sou, *mulato ou negro*, à vontade, era maneira mais franca e mais ativa, sobre ser mais generosa: - *dava o que é meu*.

Mestiços, mulatos ou negros foram meus avós e pais e nem por isso vários deles deixaram de acudir às guerras de então, desembainhando o gládio, tal como os antigos fidalgos de Portugal, avós dos vossos filhos, que pelejaram na Ásia ou África "pelo seu rei e pela pátria".

E mestiços, mulatos ou negros, como, eu, legaram-me aquela virtude que Deus na sua infinda bondade entendeu dar a todos os descendentes do deserdado e misterioso continente líbico, nascidos sob um estigma que os vinte séculos do cristianismo ainda não puderam apagar, como singela compensação àqueles de quem tirara a alvinitência epidérmica - o afeto. (CRUZ, 2017b, p. 13. Grifos meus)

Assumir-se negro, um tom forte. Entretanto, como o excerto acima demonstra, a cor estava acompanhada de qualificativos civis que colocariam Cruz e os seus ascendentes em pé de igualdade àqueles portugueses de Rocha Pinto, como a bravura militar, a religiosidade e o afeto⁸. Além disso, nosso personagem ainda apresenta as suas credenciais intelectuais, citando no texto autores como Edgar Allan Poe e Alphonse Daudet⁹, e ironizando o adversário:

⁷ É importante salientar que a construção de um discurso desmoralizante e desqualificativo sobre o negro no Brasil foi uma tônica que perpassou os séculos da experiência escravista, ganhando força durante a emergência da imprensa no país ao longo do século XIX. O literato e linguista Édimo Pereira sugere que a “vontade de verdade” imposta pelos discursos oficiais aos negros escravizados no Brasil contribuíram, da dimensão simbólica à prática, exponencialmente para a exclusão social dos africanos escravizados e de sua descendência. Ver PEREIRA, 2009.

⁸ Essa dicotomia do *ser* negro, mas *estar* no mundo dos brancos é bem elucidada no dizer de SANTOS (2011, p. 24): “A ausência de barreiras legais para a ascensão social e para a integração racial pareceu igualar todos os brasileiros, mas também serviu para manter as desigualdades, além de confundir algumas lideranças negras do seu papel político mais questionador. Superar individualmente a “linha de cor” era uma possibilidade que se apresentava aos mais promissores profissionalmente e hábeis intelectualmente, muitos deles se equilibraram entre o desejo de misturar-se na sociedade branca e a vontade de aproximar-se da sua origem. Para boa parte dos intelectuais negros as duas possibilidades não foram apenas “opções”, mas imperativos sociológicos definidos por uma sociedade estratificada racialmente”.

⁹ A referência ao escritor estadunidense Edgar Allan Poe (1809-1849) está diretamente relacionada com o *Corvo* mencionado por Rocha Pinto, sendo que Cruz a utiliza no sentido positivo: “esse heroico espécimen da ornitologia imortalizado por Edgar Poe”. O escritor francês Alphonse Daudet (1840-1897) é mencionado quando nosso personagem compara a ironia do jornal de seus adversários ao estilo deste escritor francês, demonstrando, assim, conhecimento sobre o que se passava na literatura estrangeira. De Alphonse Daudet havia na *Alcidiana* a obra *Os Reis no Exílio* (1879).

Podeis dar testemunho do quanto reconheço a minha insuficiência intelectual. Não há talvez, três semanas vos esforçastes por dar-me ocasião de aparecer na melhor companhia, ao vosso lado, se eu tivesse criado na vossa conceituada *Gazeta* a secção diária *Ephemerides Rio-Grandenses*, **como haveis insistido** [...] (CRUZ, 2017b, p. 14. negritos do autor)¹⁰

A pena que contrapôs a espada de Isidoro Lopes atacava novamente. Desta vez, demonstrando que ser negro não diminuía alguém que se dedicava aos serviços pátrios e que descendia de um ramo que fizera o mesmo em prístinos tempos. Se o ataque outra vez valia-se da cor, a resposta parecia seguir aquela de anos atrás: o de ter mérito, de ser igual pelo esforço e de estar perfeitamente alinhado com as boas práticas do *mundo dos brancos*. O negro Alcides havia de ser igual ao branco Arthur. Citar a história e a literatura, emendando, em coro, os argumentos de antes, em outro ponto da música, lhe auxiliavam na composição de sua *Fuga*.

Decorreram 10 anos até a próxima sequência de tons. Mas, como o nosso personagem não deixara de carregar o “estigma” sob o qual nascera, a *Fuga* seguiu seu caminho, no rastro da resposta anterior, repondo o mesmo tema.

Desde 1911 tramitava na justiça estadual um processo judicial no qual estavam envolvidos, de um lado, a família Souza Porto e, de outro, a família Medeiros & Borges que, como o nome sugere, contava não só com parentes do então presidente do estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, mas com o próprio. Tratava-se de um litígio em torno dos usos das águas do Ribeiro, arroio situado no leste do Rio Grande do Sul. Da parte de Borges de Medeiros, foram nomeados três advogados, mas fora Alcides Cruz que liderara todo o processo¹¹. Da parte dos Porto, a responsabilidade ficara à cargo de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Tudo ia bem até que a decisão favorável ao uso das águas recaísse sobre os Medeiros. Então, já em meados de 1913, coube ao advogado Albuquerque ir à imprensa e alardear sobre as possíveis manipulações no judiciário em favor dos

¹⁰ Decorridos oito anos, Pinto da Rocha faz uma reverência às capacidades intelectuais de Alcides, quando de sua viagem a Portugal, e da descoberta do personagem português José dos Telhados: “E seria para nós, rio-grandenses, uma figura interessante que o doutíssimo dr. Alcides Cruz poderia estudar [...]. Ahi ficam essas notas essenciais que poderão conduzir o [e]rudito investigador da nossa historia a um periodo interessante ao estudo utilissimo da psychologia popular num aspecto que ainda não foi explorado até esta data.” Ver *A Opinião Publica*, 17 de outubro de 1911. A menção de Pinto da Rocha reafirma o motivo político de suas ofensas, uma vez que Alcides era por ele reconhecido como pesquisador e erudito, diferente do que fora afirmado quando de suas ofensas.

¹¹ Os outros dois advogados eram Joaquim Maurício Cardoso e Francisco Thompson Flores.

vencedores. A arena já tinha um de seus combatentes. Não demorara muito e Alcides, advogado das partes ofendidas, lançava-se também à imprensa.

Em texto que abria *A Federação* de 3 de julho, nosso personagem indicava incisivamente os erros que Albuquerque cometera nas lides processuais, e, eventualmente abandonando o cerne da questão, o atacava pessoalmente. As razões do ataque ficavam claras: “Borges de Medeiros, com a conduta pública e particular que tem, está a cavaleiro de todas as insídias e a salvo da faca de ponta posta nas mãos de qualquer salteador [...]” (CRUZ, 2017c, p. 274). Não era só em função da imperícia jurídica que Cruz se voltava contra Albuquerque, mas por aquele ter investido pessoalmente contra seu cliente e correligionário, líder maior do PRR após o falecimento do fundador Júlio de Castilhos. Como fiel partidário, Alcides optou por demonstrar àquele forasteiro que havia quem defendesse a imagem de Borges de Medeiros, dizendo, em tom desafiador:

Saiba, porém, S.Sa. que ninguém se impressiona, nem com as protérvias ocultas nas suas entrelinhas, nem com as suas tiradas melodramáticas, e iremos sem nos deter até onde S. Sa. Quiser, bradando-lhe *por enquanto* – Alto lá! (CRUZ, 2017c, p. 274. Grifo meu).

As linhas eram um aviso. Diogo Velho as leu como um desafio. Cinco dias depois saíra uma resposta sua no jornal *Correio do Povo*, intitulada *Questão das águas do Ribeiro*. Antes de ser uma réplica endereçada à Alcides – e essencialmente era -, dedicava-se à “S. Ex.^a o Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros” (ALBUQUERQUE apud CRUZ, 2017b, p.15). É provável que, pelo tom do texto, Diogo não achava digno dirigir-se diretamente a Alcides, um desses serviçais a quem Medeiros dava “sua proteção” (CRUZ, 2017b, p.15), ainda mais por se tratar de “um infeliz negroide” (CRUZ, 2017b, p.15). O advogado lançava mão dos discursos concernentes ao racismo científico, salpicando o texto de jargões sobre degeneração racial. Já o terceiro parágrafo fazia questão de demonstrar este tipo de concepção: “o negro degenera no cruzamento, quanto à qualidade física de resistência no trabalho material; mas o negroide conserva ingêntas todas as más qualidades morais do tipo antropológico original” (CRUZ, 2017b, p.15). E não era o tipo de discurso distante, em que o racismo era tratado quase com uma objetividade laboratorial. Era uma declaração de um *eu* contra um *ele*, o *branco* e o *negro*:

É sestro de gente de essa casta supor que a insolência a faz igual às raças superiores.

E arremeteu contra mim, o desabusado negroide, assacando-me os mais deprimentes baldões, com uma desenvoltura e incontinência de língua, só próprias de sua fosca prosápia.

Ter-lhe-ia já castigado a protérvia, se não fosse a consideração que devo a mim próprio e à caridade a que todos somos moralmente obrigados para com os doentes. (CRUZ, 2017b, p.15)

Trocando em miúdos: Alcides merecia ser castigado pela audácia de se reportar desrespeitosamente a um homem branco, e só não o fora porque merecia complacência em razão de sua degenerada condição de homem negro. E mais, esse que, “segundo a teoria antropológica do naturalista inglês” era um “parente remoto do Chimpanzé” (CRUZ, 2017b, p.15) atrevia-se a ser literato e jurista:

É, de fato, um doente aquele pobre homem. Além da tuberculose, que lhe vai surdamente deteriorando a carcaça de troglodita africano e minando a compleição escura, escalavrada e má, acusa ele os estigmas do verdadeiro tipo de **paranoia fantástica**, descrita por Kraepelin no seu “Tratado de Psiquiatria”: imagina, presume--se jurista e literato, quando não passa de um analfabeto. (Idem)

Um negro degenerado com ganas de literato e jurista, imagina? Para Albuquerque, não havia maneira de concebê-lo. Mais de 15 anos separavam as manifestações de Isidoro e Diogo, e as acusações eram as mesmas. Neste caso, o personagem usa da mesma tática que vimos Alcides lançar mão em diversas ocasiões, isto é, ampara suas convicções em autores estrangeiros, ali representado pelo psicólogo alemão Emil Kraepelin (1856-1926). Além disso, Diogo Velho também operava a partir da mesma tática de Pinto da Rocha, rememorando as contribuições de sua linhagem para a história do país: “família que, há mais de três séculos [...] tem prestado nesta porção da América latina os mais relevantes serviços, assim nas armas, como nas letras e na administração pública” (CRUZ, 2017b, p.15). Uma justificativa para sua intocabilidade por “aquele crioulo [que era] covarde” (CRUZ, 2017b, p.15, p.16), bem como para seu preconceito. Albuquerque termina o texto com uma longa descrição de sua trajetória, monarquista, honrada e cristã, tanto em sua terra natal, o Ceará, quanto nas plagas sulinas. Outra vez a história, os méritos e os livros. Outros tons, o mesmo tema.

Virara o dia e saía na *Federação* o texto *Troco Miúdo*. As últimas frases da *Fuga* de Alcides Cruz. Na contraposição, nosso personagem repõe os argumentos

que já utilizara contra os antigos detratores, defendia novamente Borges de Medeiros e acrescentava sobre o texto do dia anterior: “além de nada inovar, é de uma pobreza de espírito que roçaga pela vilania levada aos mais baixos volutabros de uma pena podre” (CRUZ, 2017b, p. 19). Palavreiro duro, exercício de erudição. Alcides fazia questão de reafirmar também sua supremacia jurídica sobre Albuquerque, e postava-se à frente das calúnias:

Desmuniado o seu exíguo arsenal de argumentos jurídicos, o sarrafaçal causídico vale-se da injúria e de uma circunstância por demais eventual, que não depõe senão contra a insuficiência de escrúpulos dos pasquinhos desajustados que, à carência de fatos deprimentes da minha conduta moral e cívica, recaem nesse rafado lugar comum - a cor (CRUZ, 2017b, p.19).

Exauridos os argumentos, outra vez a cor. A cor que contrapôs Isidoro, Arthur e Diogo a Alcides. A cor que parecia ser o último bastião dos argumentos e que aflorava como vil arma nos momentos de tensão. Em notas agudas, rebater a cor:

Que não sou branco... Eis a estupenda clava... de sebo com que o paspalhão julgou achatar-me!
 Sim, não sou branco; mas não deploro que a natureza tivesse sido avara em dar à minha pele menos alvinitência que a outros, acidente que afinal não dá para deplorar, pois em nada me há prejudicado na estima dos homens de bem e na consideração da melhor sociedade. O que para mim seria deplorar, reputando mal irreparável, é que os contemporâneos me privassem dessa estima pública prestada por muitas gerações passadas aos meus avós. (2017b, p. 19-20)

Se a família de Diogo Velho tinha servido à pátria, a de Alcides também. Fazia-se necessário, então, mencionar sua linhagem e as campanhas nas quais estiveram envolvidos os seus. Assim dizia, conhecedor de suas raízes: “não sou branco, porque minha mãe e minha avó e minha bisavó não o eram [...]” (2017b, p. 20). Do exercício genealógico desprende-se aquilo que o caracterizava, a tática argumentativa, aquela que elevava a modéstia, mas que queria dizer o contrário do que se propunha:

De tudo quanto saiu da félea pena do bisonho escrevedor, há porém uma coisa exata, a única a que me rendo: o não ser em lidimamente versado em história pátria. Muito tenho de estudar, porque muito me falta a aprender e aprofundar em História do Brasil, tão vasta é e tão incompletamente se tem tratado dela.
 Mas não será jamais um soletrador das belas letras, duplicado de um maciço estulto, como esse lerdo rabiscador das secções livres, que

me há de esclarecer. Responde a despropositada objeção, o ter-me nomeado há pouco a diretoria do Congresso Nacional da História do Brasil, sem que eu sequer houvesse cogitado ainda da sua próxima reunião, membro do mesmo. Lisonjeia-me profundamente uma tal honraria partida de homens eminentes como o Conde de Afonso Celso e o dr. Ramiz Galvão, a quem fico em cordial dependência de gratidão, embora não tenha a ventura de conhecê-los pessoalmente. Também não solicitei a admissão de sócio do Instituto Histórico de S. Paulo, nem da sábia Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, com cujas distinções fui lembrado. (CRUZ, 2017b, p.20.)

Ponto a ponto, os argumentos de Diogo eram rebatidos. E a história lhe dava respaldo, tanto aquela que estudava, quanto a que escrevia: a inserção nas instituições historiográficas o diziam. Era a história que lhe permitia dizer que de nada valia ser oriundo da nobreza como reivindicava Albuquerque, se “pelo lado moral, são inúmeras as famílias brasonadas em cujo seio a sânie ferve e enriquece os anais do crime, de nada servindo que os antepassados tivessem cingido a coroa de príncipe ou o chapéu cardinalício” (2017b, p. 21). Não se vivia mais nos tempos das nobrezas, e Cruz, um republicano convicto, regozijava-se daquilo que lhe fazia um *igual* posto que *diferente*: “só duas grandes ordens de nobreza a atualidade republicana e as verdadeiras democracias acatam e reconhecem: *a da virtude e a do saber*” (CRUZ, 2017b, p.21. Grifo meu). *Virtude e saber*, duas notas recorrentes da *Fuga* de Alcides Cruz, ora graves, ora agudas, de uma música que se repetia a provar que “no Brasil, a cor não é lado vulnerável de ninguém” (CRUZ, 2017b, p. 22). No arremate, Alcides ainda lançava a deixa que dizia que se não fosse pelo rápido envolvimento do nome de Borges de Medeiros na contenda, teria usado do “látego com que pudesse ver se o sangue a esvurmar dos fidalgotes mal criados, [era] azul ou [era] como a linfa das rameiras verminosas” (CRUZ, 2017b, p. 22). Trocava, nas notas finais, a pena pela espada? A sua *Fuga* transformar-se-ia em *Variações sobre o mesmo tema*?

* * *

A *Fuga* de Alcides Cruz tinha por tema principal a cor de sua pele. E a metáfora de um arranjo musical procura evidenciar esse constante repisar do mesmo tema. Embora distantes no tempo, as defesas de Cruz pareciam estar emendadas, uma perseguindo a outra, provavelmente entremeadas por outras tantas agressões cotidianas motivadas pelo discurso racializado. Para o caso de Cruz, fica evidente que as distinções de cor foram acionadas nos momentos de

tensão, como uma última jogada entre adversários que, só aparentemente, se consideravam iguais, mas que tacitamente sabiam-se distintos pela imensidão de significados contidos nas cores de suas peles. Para Alcides Cruz, a situação era um tanto paradigmática no sentido do compartilhamento de iniciativas de afirmação étnica, visto que nosso personagem não participava de agremiações voltadas à congregação da população negra da capital, como as que durante a segunda metade do século XIX movimentaram os negros letrados em prol de causas comuns, especialmente de representação étnica e de garantia de direitos civis¹². Isso não quer dizer, entretanto, que havia de sua parte a recusa ou a sensação de não pertencimento étnico. Como vimos a partir de suas respostas, esse não era o caso. A sua forma de combate era a defesa, e mesmo o contra-ataque. Além disso, Cruz fazia parte de uma família que encontrara na formação educacional uma forma de inserção e estabilidade social¹³, o que os atribuía um caráter distintivo com relação à média da população iletrada da capital gaúcha, sobretudo da população negra que, ao longo do século XIX foi sendo cada vez mais marginalizada e desassistida pelo poder público¹⁴.

Como vimos no primeiro capítulo, o historiador José dos Santos, ao analisar a atuação de homens negros letrados na capital, especialmente através do jornal negro *O exemplo*, salienta que, por vezes, a participação destes personagens estava vinculada ao *modus operandi* da classe branca dominante, fundamentalmente por ser a forma de operacionalidade possível (mesmo que com finalidades distintas). Segundo o autor:

[...] a população de origem africana construiu suas singularidades étnicas e culturais no Brasil em contato íntimo com os demais grupos imigrantes. Não constituíram uma cidadania paralela que escapasse aos limites impostos a todos, muito menos ficaram completamente presos a qualquer determinação. *Como outros agrupamentos humanos, tiveram indivíduos que se rebelaram ou usaram a criatividade para transpor as fronteiras étnicas e culturais, assim*

¹² As experiências dos negros no entorno do jornal *O exemplo* e da agremiação *Sociedade Floresta Aurora* são representativas nesse sentido. Ver, dentro outros, SANTOS, 2011 e MULLER, 2013.

¹³ Seu tio fora professor de francês e assumira importantes cargos no período imperial, e seu irmão, assim como ele, formara-se em direito e fora professor na Faculdade de Direito de São Paulo. É também forçoso lembrar que Cruz era muito próximo da família Bittencourt, da qual fazia parte o já mencionado Aurélio Jr., um dos fundadores do jornal de militância negra *O exemplo*.

¹⁴ Ver PESAVENTO, 2001. Na obra, a autora reflete sobre o processo de modernização da cidade de Porto Alegre, e a conseqüente política de “limpeza” empregada pelo poder público, que afetava frontalmente a população negra. Sobre o estabelecimento de bairros periféricos ocupados pela população negra no processo de reurbanização do centro da capital, como aquele que ficou conhecido como Colônia Africana, ver também ROSA, 2014.

como outros que se acomodaram e viveram a sua realidade sem se importarem com a alheia. (SANTOS, 2011, p.136. Grifos meus.)

Levando em consideração tal perspectiva, podemos conceber a participação de Cruz no meio letrado da capital como uma aposta no intuito de estabelecimento, assim como a sua vinculação com o movimento republicano gaúcho, que, como vimos, teve em nosso personagem um devotado membro¹⁵, diretamente envolvido no parlamento regional até sua morte, bem como na Guarda Nacional¹⁶ quando da já mencionada contenda Federalista, ocasião na qual, na detração de Isidoro Lopes, tornara-se “capitão de carnaval”.

O verbo latino *fugere* pode sim, sugerir abandono, evasão, denotando uma leitura que propõe a *fuga*, sua derivada, como um não enfrentamento, uma forma de omissão. Entretanto, o verbo comporta também os sentidos de escapada, passagem e afastamento (FARIA, 1956, p. 397). Talvez se construída a partir destes últimos sentidos, a *Fuga* de Alcides Cruz possa ser entendida mais como uma estratégia pautada, dentre outras coisas, pelas representações simbólicas construídas em torno de suas manifestações intelectuais, no intuito de posicionar-se em defesa de seu lugar social de homem negro em uma sociedade racializada. É bem provável que nosso personagem tenha percebido que seu caminho não havia de ser pautado somente pela espada, assim como não fora o de sua família, também “maculada” pela cor. Havia de ser pela pena a defesa de sua dignidade e a dos seus, escrevendo, por meio da repetição quase mântica, a constante e renitente afirmação de que ser negro, no Brasil, não era demérito para ninguém.

¹⁵ Quando da morte de Alcides Cruz, *A Federação* publicou uma extensa nota de falecimento, na qual dizia: “Na politica, onde militou desde academico, no nosso partido, constituiu, hoje, com o nosso amigo coronel Antonio Soares de Barcelos, os dois deputados estaduaes mais antigos, tendo sido reeleitos, sucessivamente, em diversas legislaturas”. Ver *A Federação*, ano XXXIII, n.61, terça-feira, 14 de março de 1916. Grafia original. A inserção partidária do personagem permitiu a sua eleição para a cinco legislaturas como deputado estadual.

¹⁶ Em *A Federação*, ano XXI, nº90, quarta-feira, 19 de abril de 1894, há um noticiário que informa dos últimos acontecimentos da contenda, onde se pode ler o nome de Cruz no cargo mencionado.

DESFECHO: UM AUTO-DE-FÉ ÀS AVESSAS.

Das estantes os livros precipitam-se ao chão. Ele os apanha com os braços compridos. Furtivamente, para que ninguém lá fora possa ouvi-lo, carrega pilha por pilha para o vestíbulo. Amontoa-o diante da porta de ferro. E, enquanto a espantosa barulheira ainda lhe fragmenta o cérebro, constrói uma poderosa barricada de livros. Tomos e mais tomos abarrotam o vestíbulo. Ele recorre à escada. Em breve chegará ao teto. Retorna ao gabinete. As estantes descerram bocarras vazias. Diante da escrivaninha o tapete está em chamas. Ele se encaminha para o cubículo ao lado de fora da cozinha e retira dele todos os jornais velhos. Separa folha por folha, amassa todas, transforma-as em bolas e joga-as em todos os recantos. Recoloca a escada no centro da sala, no mesmo lugar de antes. Sobre até o sexto degrau, observa o fogo, espera. Quando as labaredas finalmente o alcançam, solta uma gargalhada tão estrondosa como nunca soltara em toda a sua vida. (CANETTI, 2004 [1935], p. 614).

A biblioteca de Peter Kien era um mundo à parte. Um universo próprio, com regras bem definidas, criado à imagem e semelhança daquele que resguardava, o lânguido e alquebrado homem que não conseguia encarar o ruidoso mundo real, aquele que se descortinava da porta para fora. Eram milhares de títulos dispostos em paredões. Uma fortaleza de brochuras, lombadas e páginas a garantir que as vicissitudes de um tempo desagregado, *um mundo sem cabeça*, arrebatasse e liquidasse o frágil Kien, *uma cabeça sem mundo*. A sua biblioteca era um mundo inteiro, só dele. Até que Therese, ex-governanta que virara ex-esposa, parte de outro mundo - o mundo de todos -, lhe toma aos poucos as torres que conformavam aquele forte, reduzindo Kien a pequenos cômodos do que outrora fora sua imperiosa biblioteca. E vieram outros: o corcunda Fischerle e o bruto zelador Benedikte Pfaff. Ambos, ao seu modo, querendo o botim que restaria depois do desaparecimento de Kien, e que passaria, inevitavelmente por seus livros, transformados que seriam pelo vil metal. “Entre os analfabetos, o dinheiro é considerado como a prova decisiva de todas as coisas, desde a amizade, a bondade, a cultura e o poder até o amor” (CANETTI, 2004 [1935], p. 165). Entrelinhas, este analfabetismo de que se queixava extrapolava o simples manuseio gramatical, era mesmo uma questão de estado de espírito, assim pensava Kien. Expulso de seu santuário e privado de seus livros, coube ao personagem vagar pela cidade, de livraria em livraria, vislumbrando reconstruir sua biblioteca, mesmo que portátil. Tantas lhe ocorreram naquele *mundo sem cabeça* que Kien foi reconduzido por Georges, seu irmão, de volta aos seus

sempre companheiros, os livros. A paz não durara, contudo. Os mundos já haviam se misturado, fragilizando o universo no qual um único homem reinava silencioso e soberano. Delirante, seviciado e destituído de sua única qualidade, a inteligência, Kien desconfia de todos, menos de seus livros. E é com eles que projeta o eterno. Em um *auto-de-fé*, queima, aos montes, as paredes de seu templo, e a si próprio, gargalhando. A desesperada *cabeça sem mundo* lega ao *mundo sem cabeça*, em último ato, apenas cinzas, e encontra na morte o exílio que talvez lhe devolvesse o silêncio (SOUZA, 2014, p. 58 et seq.).

* * *

O primeiro capítulo dessa dissertação pretendeu refletir sobre as possibilidades de representação de uma biblioteca em uma sociedade. Argumentou sobre a circulação das letras tanto no âmbito nacional quanto no regional, demonstrando que em um ambiente pouco letrado, possuir livros e manuseá-los dentro dos cânones intelectuais era uma forma de distinção, inserção e mobilidade social. Lançando mão da metáfora do *espelho* e da *máscara*, procurei sustentar o argumento de que o acervo de Alcides Cruz, especialmente em função de sua doação, foi um ato de afirmação tanto de homem público preocupado com sua imagem, quanto de um intelectual que pretendia se fazer conhecido também por aquilo que leu, na tentativa de perceber a biblioteca a partir de um entendimento que a considerou *uma coleção de significados*.

O segundo capítulo trouxe para a argumentação a biblioteca de Alcides Cruz em números, almejando, assim, mostrar como ela pode ser lida em função de suas *razões de ser* e desdobrando esta argumentação – que fora lançada no primeiro capítulo – a partir da classificação em *domínios*. Neste capítulo, procurei criar caminhos para identificar algumas possíveis formas de leitura das obras por seu proprietário, encontrando-as a partir de sua utilização nos textos autorais de Cruz, o que permitiu a mim e ao leitor o conhecimento individual do conteúdo de algumas obras – e, por isso, de suas ideias formadoras - além de trazer à tona a faceta do Alcides crítico literário. Tenho consciência das possibilidades de atingir tal identificação a partir de outros meios como, por exemplo, o da difícil investigação das marcações ou vestígios de leitura nas próprias páginas das obras. Contudo, preferi não adentrar neste terreno um tanto inconsistente por considerar que ainda há muito para se refletir sobre os métodos possíveis para tal empresa. Saliento,

porém, que *o dilema do lápis azul* continua me assombrando. É uma questão em aberto que espero ainda poder elucidar.

O terceiro e mais extenso capítulo procurou evidenciar o homem que (não) queria ser historiador, utilizando a negação suprimida como uma evidente tática de nosso personagem no intuito de se afirmar como historiador sempre a partir de uma modéstia mal disfarçada. Optei por estabelecer um panorama da produção historiográfica no Rio Grande do Sul no intuito de perceber quais eram as pautas e disputas simbólicas que fomentavam o debate em torno das instituições que reclamavam para si o papel de produtoras de conhecimento histórico. Também expus a interlocução de Alcides com dois dos historiadores já reconhecidos nas primeiras décadas do século XX, para demonstrar ao leitor as referidas estratégias de afirmação e de reconhecimento. Assim como no capítulo anterior, trouxe a *Alcidiana* para a baila a partir das produções historiográficas de Alcides, sugerindo ao leitor as conexões bibliográficas que nosso personagem fez na construção de sua própria interpretação sobre a história. Como não poderia ser diferente, aqui também ficaram muitas interrogações como, por exemplo, as que dizem respeito a outras interlocuções de Alcides, talvez com autores dos países platinos. Será que ocorreram? E mais, existem cartas entre ele e autores do eixo Rio-São Paulo? Uma questão premente é a que toca na produção de seu irmão, Leopoldo de Freitas Cruz. Como era a relação entre os dois? Leopoldo facilitou o conhecimento do irmão pelos intelectuais paulistas, como Souza Lobo, com quem publicou naquela cidade? Este é outro personagem que merece, sem dúvida, uma investigação acurada.

Por fim, o texto da *Fuga* de Alcides Cruz. A partir da licença poética, construí o texto no intuito de dar ao leitor uma dimensão dos posicionamentos de nosso personagem com relação a sua cor e ao racismo que ao longo de sua trajetória foi tema constante. Optei por deslocar o texto – apesar de constantemente abordar o tema ao longo dos capítulos – de maneira a exibi-lo como um corolário de toda a investigação. Como lá argumentei, as estratégias sociais de Alcides sempre estiveram pautadas por sua condição de homem negro em uma sociedade construída sobre o regime escravista e que, com a maturidade de nosso personagem, ainda marcava passo nas questões relacionadas à inclusão dos homens e mulheres negros nos parâmetros da cidadania da então nascente república. Dentro desta temática, ainda está em aberto a questão que trata outra vez do posicionamento do seu irmão, bem como das estratégias de sua família,

notadamente do tio Leopoldino, que também alçou voos mais altos dentro das estruturas sociais no período imperial. Ao pesquisador que se dedique no tema, é fundamental também olhar para as mulheres dessa família, desde a avó, Estefânia Maria da Assunção, até a mãe, Adelaide Leopoldina de Freitas, mulheres negras que muito contribuíram para a manutenção dos laços familiares e para a projeção social dos membros que hoje ocupam dissertações história a fora.

* * *

Ao leitor que possa ter estranhado a abertura deste texto, principalmente por não trazer consigo o nome de Alcides Cruz, mas, sim, o de Peter Kien, explico: esta dissertação começou com os livros, e com eles haveria de acabar. Assim, a obra *Auto-de-fé* (1935), do escritor búlgaro Elias Canetti (1905-1994), é tomada em sua potencialidade temática e metafórica para contribuir na compreensão do que foi até aqui proposto: a biblioteca e o seu último fim. Diferente de Kien, Alcides Cruz preferiu se estender na história, mesmo após sua morte, deixando sua biblioteca em doação. Diferente de Kien, nosso personagem não quis exilar-se do mundo. Embora Alcides também vivesse em *um mundo sem cabeça* no qual os homens e mulheres se hierarquizavam a partir da cor de suas peles, quis que seu nome ficasse estampado em várias das folhas de rosto dos seus também fiéis companheiros, para que pesquisadores como eu pudessem encontrá-los - disso (sou eu quem crê) talvez Alcides soubesse -, um tanto empoeirados, mais ainda cheios de vida. Se para Kien a queima de sua biblioteca foi um *auto-de-fé* que procurou reduzir às cinzas um mundo herege, para Cruz o foi às avessas: um monumento que celebrava uma vida dedicada à esgrima a partir dos livros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.

ADORNO, Sergio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Vinicius F. Vida de Raphael Pinto Bandeira: uma análise das formas de escrita da história em Alcides Cruz. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 153, p. 119-141, 2017.

ALONSO, Ângela. Joaquim Nabuco: diplomata americanista. In PIMENTEL, José V. de Sá (org.) *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. Brasília: FUNAG, 2013.

_____. *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Francisco das Neves. Fazendo história no Rio Grande do Sul à virada do século XIX para o XX: o trabalho de Alfredo Ferreira Rodrigues. *Revista Historiæ*, Rio Grande, v. 2, p. 9-24, 2011.

ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. PUCRS. Porto Alegre, 2007

AXT, Gunter. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. *Revista Méis: história & cultura*, v. 1, n. 1, p. 39-69, 2002.

BAKOS, Margaret Marchiori. Um olhar sobre o Antigo Egito no Novo Mundo: a Biblioteca pública do Estado do Rio Grande do Sul, 1922. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXVII, n. 2, p.153-172, 2001.

BARRERAS, Maria J. L. *Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968 [1917].

BARROS, Dirlene Santos. AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. *Revista TransInformação*, Campinas, p. 55-61, 2009.

BARROS, José D'Assunção. A nova História Cultural - consideração sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Revista Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n.16, p. 38-63, 2009.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BEVILACQUA, Clovis; AZEVEDO, Gregório T. Relações exteriores: alianças, guerras e tractados. Limites do Brasil. In ASSOCIAÇÃO do quarto centenário do descobrimento do Brasil. (org.). *Livro do quarto centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita da história no século XIX*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2009.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Auguste Comte. In DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe [1970]. In _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 31, p. 2-3, 1980.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAIRO, Luiz R. V. Araripe Júnior: crítico e historiador da literatura brasileira. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, n. 14, São Paulo, p. 49-60, 2014.

_____. Émile Hennequin: uma presença na crítica literária brasileira do século XIX. *Revista de Letras*, v. 33, p. 169-174, 1993.

CALDEIRA, Ana P. Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro, PPGH/FGV, 2015.

CAMPOS, Daniela Queiroz. Um pensamento montado: Aby Warburg entre uma biblioteca e um atlas. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 13, ano XIII, n p. 1-20, 2016.

CAMPOS, Vanessa G. de; MOREIRA, Paulo R. S. "...eu não me molesto com os epítetos mestiço, mulato ou negro": trajetória e escritas de si de um professor negro (o dr. Alcides de Freitas Cruz). *Anais do 8º encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*, Porto Alegre (UFRGS), 2017. Anais completos do evento disponíveis em <http://www.escravidaoliberdade.com.br>. Acessado em 20/11/2017.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*, 14ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

_____. A sociologia no Brasil. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p.271-301, 2006.

CANETTI, Elias. *Auto-de-fé*. São Paulo: Cosac Naify, 2004 [1935].

CARBONELL, Charles-Olivier. L'histoire dite « positiviste » en France. In: *Revista Romantisme*, nº21-22, p. 173-185, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 123-152, 2000.

CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994 [1944].

_____. *Essencia y efecto del concepto de símbolo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989 [1956].

_____. *Filosofía de las formas simbólicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985 [1923]. v. I (el lenguaje).

CERUTTI, Simona. Histoire pragmatique, ou de la rencontre entre histoire sociale et histoire culturelle ». *Tracés: revue de Sciences Humaines*, v. 15, 2008. Disponível em <http://traces.revues.org/733>. Acessado em 24 de abril de 2017.

CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – período colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979 [1956].

_____. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1971 [1955].

CEZAR, Temístocles. As incertezas da escrita da história: ensaio sobre a subjetividade na História Geral do Brasil de F.A. Varnhagen (1854-57). In HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca; CATROGA, Fernando (Orgs.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

_____. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

CHARLE, Christophe. *Les intellectuels em Europe au XIX siècle*. Paris: Éditions du Seuil: 2001 [1996].

CHARLE, Christophe. *Naissance des <<intellectuels>>*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Algés: Difusão Editorial S.A., 1992 [1982].

_____. Le monde comme représentation. *Revista Annales : Economies, sociétés, civilisations*, Paris, ano 44, N. 6, p. 1505-152, 1989.

CHAUBERT, François. Enjeu - Histoire des intellectuels, histoire intellectuelle: bilan provisoire et perspectives. *Vingtième Siècle: Revue d'histoire*, nº 101, p. 179-190, 2009/1.

CHAULHOU, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CORRIVEAU, Raymond. Les intellectuels doivent se réappropriier l'espace médiatique. *Revista Eptic*, Aracaju, v. 19, nº1, p. 136-152, 2017.

CRUZ, Alcides. *Notas de leituras e outros escritos*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (org.). Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017a.

_____. *Mestiço, mulato ou negro*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (org.). Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017b.

_____. Questões das Águas do Ribeiro. In Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Memorial do Legislativo (orgs.). *Alcides Cruz: perfil parlamentar*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017c.

_____. *Epítome da Guerra entre o Brasil e as Povíncias Unidas do Rio da Prata*. Porto Alegre: Oficinas tipograficas da Livraria do Comercio, 1907.

_____. *Vida de Raphael Pinto Bandeira: ligeiras notas esparsas para a biographia do heróe continentino*. Porto Alegre: Oficinas typograficas da Livraria Americana, 1906.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 [1902].

DARTON, Robert. História da leitura [1986]. In BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DEAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentistas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

_____. A cidade e os livros: instituições de leitura e comunidades de leitores em São Paulo (1808-1831). In BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, 2009.

DOSSE, Françoise. *A história em migalhas: dos "Annales" a "Nova história"*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DUCLERT, Vincent. Les intellectuels, un problème pour l'histoire culturelle. In *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, Paris, v. 31, p.1-14, 2003.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas Dutra. O Almanaque Garnier, 1903-1904: ensinando a ler o Brasil, ensinando o Brasil a Ler. In ABREU, Márcia. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

ENGELMANN, Fabiano. Entre o "positivismo" e o "catolicismo": as dimensões do espaço jurídico no Rio Grande do Sul. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, v. 20, p. 121-136, 2001.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 274-305, 2014.

ETNER, François. La fin du XIX siècle, vue par les historiens de la pensée économique. *Revue d'économie politique*, v. 114, p. 663-680, 2004/5.

FARGE, Arlette. *Lugares para a Memória*. Lisboa, Teorema, 1999.

FARIA, Ernesto (org.). *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Material de Ensino, 1956.

FELONIUK, Wagner S. O pensamento político de Alcides Cruz: conceitos, separação de poderes, atuação estatal. In Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Memorial do Legislativo (orgs.). *Alcides Cruz: perfil parlamentar*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

FERREIRA, Tania M. T. Bessone da Cruz. Livros e sociedade: a formação de leitores no século XIX. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.1-10, 2000.

_____. Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar. In ABREU, Márcia. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

FONSECA, Ricardo M. Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX. *Revista Quaderni Fiorentini*, t. I, p. 339-371, 2006.

FORTES, Betty Yelda Brognoli. *Arthur Pinto da Rocha: um homem Rio-grandense*. Porto Alegre: União Brasileira de Escritores/RS, 1998.

FOUILLÉE, Alfred. *La science sociale contemporaine*. Paris: Librairie Hachette et cie, 1885.

FRANCO, Sérgio da Costa. Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo. *Revista Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 4, p. 263-271, jul./dez. 2003.

_____. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1996 [1967].

FREITAS, Claudia F. de Barros. *Aspectos da história e da literatura na primeira década do Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul (1889-1900)*. Dissertação (mestrado). Rio Grande, PPGL/UFRG, 2007.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego: como era Gonzaga? e outros temas mineiros*. São Paulo: Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

FUÃO, Juarez J. R. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (doutorado). São Leopoldo, PPGH/Unisinós, 2009.

GARNER, James W. *Introduction to Political Science: a treatise of the origin, nature, functions, and organization of the state*. New York; Cincinnati; Chicago: American Book Company, 1910.

GENER, Pompeyo. *La mort et le diable: histoire et philosophie des deux négations suprêmes*. Paris: C. Reinwald, libraire-éditeur, 1880.

GIDE, André. *Journal (1889-1939)*. Paris: Librairie Gallimard, 1948.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro, PPGH/UFRJ, 2002.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOFFMAN, Ervin. *La presentación de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1997 [1959].

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia S. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In _____. (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IGHB*. MG: Argumentum, 2009.

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos Arquivos Privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 121-127, 1998.

GOMES, Carla. *Entre Tinteiros e Bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. Tese (doutorado). Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2012.

GOMES, Heloisa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009 [1989].

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese (doutorado). Niterói, PPGH/UFF, 2006.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GRIBAUDI, Maurizio. A longa marcha da Micro-História: da política à estética?. In VENDRAME, Maíra et al. (orgs.) *Ensaio de micro-história: trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

GRIGIO, Ênio. "No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chubata que intimidasse": a comunidade negra e sua irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (doutorado). São Leopoldo, PPGH/Unisinos, 2016.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Quando o privado tem interesse público: a fundação e a trajetória institucional da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900-1937). *Revista História UNESP*, São Paulo, v. 28, p. 303-338, 2009.

_____. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese (doutorado). Niterói, PPGH/UFF, 2005.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Romero, Araripe, Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.18, n.51, p.269-298, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EduERJ, 2011 [1987].

GUMPLOWICZ, Ludwing. *La lutte des races: recherches sociologiques*. Paris: Librairie Guillaumin et Cia, 1893 [1883].

GOULEMONT, Jean-Marie. Bibliotecas, enciclopedismo e angústias da perda: a exaustividade ambígua das Luzes. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HEINZ, Flavio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n.58, p. 263-289, 2009.

HEYMANN, Luciana Q. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.45, n. 2, p.42-57, 2009.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

JEVONS, Willian S. *Money and the mechanism of exchange*. New York: D. Appleton and Company, 1896.

KIRCHHEIN, Augusto F. O Castilhismo e o campo religioso gaúcho: um olhar focando a área do ensino. *Revista Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 3, n.1, p.1-31, 2006.

KOSSELECK, Reinhardt. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

LAJOLLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1998.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (doutorado). Campinas, PPGH/Unicamp, 2004.

LELLO UNIVERSAL. *Novo Dicionário-Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Vol. 3. Porto: Lello & Irmão, s/d.

LEMOS, Maria A. B. *O doutor e o jagunço: ciência, mestiçagem e cultura em Os sertões*. Marília, SP: Ed. UNIMAR; São Paulo: Arte & Ciência, 2000.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 82, p. 17-60, 2011.

LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 376-437, 2005.

LIMA, Arthur Vianna de. *L'homme selon le transformisme*. Paris: Félix Alcan, Éditeur, 1888.

LOPES, José R. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre, CirKula, 2017.

LLOVET, Jordi. A utopia das bibliotecas ideais. *Jornal El País*, 19 de Novembro de 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/15/cultura/1510751470_310172.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM. Acessado em 20 de novembro de 2017.

LOUREIRO, Maria R; ABRUCIO, Fernando L. Democracia e eficiência: a adifícil relação entre política e economia no debate contemporâneo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 615-633, 2012.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LYNCH, Christian E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.19, p. 75-119, 2016.

LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo. (orgs.) *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Editora Ática 1999. Vol.2

MACHADO, Álvaro M. A Geração de 70: uma literatura de exílio. *Revista Análise Social*, Lisboa, v. XVI, p. 383-389, 1980.

MACHADO, Gustavo C. Um breve estudo do pensamento jurídico-político de Alcides Cruz (1867-1916) a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal em um habeas corpus do caso do Rio. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Memorial do Legislativo (orgs.). *Alcides Cruz: perfil parlamentar*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

MACHADO, Ubiratan. O esquecido Artur Lobo. In LOBO, Artur. *Seleção: prosa e verso*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012.

MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1978.

MARTINS, Jefferson Teles. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (doutorado). Porto Alegre, PPGH/PUCRS, 2015.

MASSA, Jean-Michel. La bibliothèque de Machado de Assis. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, v. 21-22, ano VI, p.195-238, 1961.

MENDES, André O. T. *Os documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações*. Tese (doutorado). São Paulo, PPGH/USP, 2010.

MICELI, Sergio. Poder, sexo e letras na República Velha. In _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICHOUD, Léon. *La théorie de la personnalité morale et son application au droit français*. Paris: Librairie générale de droit & de jurisprudence, 1906.

MOLES, Abraham A. Biblioteca Pessoal, biblioteca universal. *Revista Bibliotecom*, Brasília, v. 6, p. 39-52, 1978.

MORAIS, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MOREIRA, Felipe A. *A geração de 70: notas para a história de um conceito*. S/D. Disponível em http://www1.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2007/09_artigo_de_filipe_alves_moreira.pdf. Acessado em 04 de fevereiro de 2018.

MOREL, Marco. Animais, Monstros e Disformidades: a "Zoologia Política" no Processo de Construção do Império do Brasil. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p.251-265, 1999.

MÜLLER, Liane Suzan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NEDEL, Letícia Borges. Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folclorista no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese (doutorado). Brasília, PPGH/UnB, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. Luzes nas Bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Muller, Dois Intelectuais Luso-Brasileiros. *Actas do Congresso Internacional «Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades»*. Lisboa: Biblioteca Digital Camões, 2008, v.1, p. 1-15.

NEVES, Orlando. Dicionário das origens das frases feitas. Porto: Lello & Irmão, 1992.

NGCONGCO, Leonard D. O Mfecane e a emergência dos novos Estados africanos. In ADEAJAYI, J. F. (org.). *História geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.

NICOLAZZI, Fernando. O capelão do rei, o livreiro da Sorbonne, o advogado da corte: livros, bibliotecas e leitura da história na França do século XVI. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 584-607, 2017.

NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. *Revista Genèses*, n.1, p. 58-85, 1990.

NOVAIS, Fernando A; SILVA, Rogério F. da. (orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v.I

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013 [2006].

_____. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocetista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.

ORNELLAS, Manoelito. *Máscaras e murais de minha terra*. Porto Alegre: Livraria do Globo S.A., 1966.

OSORIO, Fernando Luis. *Historia do General Osorio*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1894.

PEZAT, Paulo. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.255-285, 2006.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Édimo de Almeida. O discurso de exclusão do negro no Brasil. *Revista Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 33-49, 2009.

PERUSSATTO, Melina K. Pelo "aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecedores": a demanda por instrução na imprensa negra porto-alegrense no pós-abolição. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba

(UFPR), p. 1-15, 2015. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. Acessado em 13 de janeiro de 2018.

PESAVENTO, Sandra J. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PETERSEN, Sílvia; LOVATO, Bárbara H. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edições do autor, 2013

PINTO, Ana F. M. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Celi R. J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PIOGER, Julien. *La vie et la pensée: essai de conception expérimentale*. Paris: Félix Alcan, éditeurs, 1893.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014

_____. Societe e culturelle indissociablement. In RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Pour une histoire culturelle*. Paris: Editions du Seuil, 1997

RANGEL, Bruna G. *Entre os livros do Visconde: a biblioteca da família Fernandes Pinheiro (Rio Grande do Sul – século XIX)*. Dissertação (mestrado). São Leopoldo, PPGH/UNISINOS, 2016

REVEL, Jacques. Histoire et science sociales: lectures d'un débat français autor de 1900. *Mil neuf cent: Revue d'histoire intellectuelle*, n. 25, p. 101-126, 2007.

_____. Prefácio (A história ao rés-do-chão). In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REVISTA da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. Tomos XIX, XX, XXI; anos 1906-1907-1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. (Org.) *Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul*. Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre : Editores Pinto & C, 1917.

_____. *Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul*. Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: Editores Pintos & C, 1916.

_____. *Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul*. Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: Editores Pintos & C, 1906.

_____. *Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul*. Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: Editores Pintos & C, 1902.

RODRÍGUEZ, Ricardo V. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2000 [1980].

ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de litteratura brasileira*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1897.

ROSA, Marcus Vinicius. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Tese (doutorado). Campinas, PPGH/Unicamp, 2014

ROUSSEAU, J.J. *Dictionnaire du musique*. Paris: Ducheneuse, Librairie, 1768.

ROUSTON JUNIOR, Eduardo. O "testamento político" de Gaspar Silveira Martins: uma reação à República Castilhistas-Borgistas. *Revista Estudos Políticos*, Niterói, v. 5, n.2. p. 660-679, 2015.

RYAN, Pascale. Des intellectuels en Europe et en Amérique: un état de la question. *Revista Mens*, Quebec, v. 4, n. 1, p.9-37, 2003.

SAMPAIO, José P. (Bruno). *O Brazil mental: esboço crítico*. Porto: Livraria Chardron, 1898.

SANTOS, João Pedro dos. *A faculdade de Direito de Porto Alegre: subsídios para sua história*. Porto Alegre: Síntese, 2000.

SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Tese (doutorado). Porto Alegre, PPGH/PUCRS, 2011.

SARTRE, Jean Paul. *As palavras*. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d [1964].

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas cidades, 1990.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Sílvio Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 2 [3], p.49-67, 2016.

SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul (1779-1889)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SETTIS, Salvatore. Warburg continuatus. Descrição de uma biblioteca. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

SILVA, Alberto da Costa e. Comprando e vendendo alcorões no Rio de Janeiro do século XIX. In: *Um rio chamado atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira / Ed. UFRJ, 2003, p. 177/178.

SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a Governador. Relações entre os poderes privado e público em Rio Grande de São Pedro*. Dissertação (mestrado). Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 1999.

SILVA, Jaisson O. *A epopeia dos Titãs do Pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução, Alfredo Varela*. Dissertação (mestrado). Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2010.

SILVA, Maria B. Nizza da. História da literatura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In ABREU, Márcia (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

SILVEIRA, Cássia D. Macedo. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (mestrado). Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2008

SIRINELLI, Jean-François. Les elites culturelles. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Orgs.) *Pour une histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997

SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

SOUZA, Maria A. Timm de. *O exílio de si como metáfora de um mundo em fragmentação: um estudo sobre Elias Canetti*. Dissertação (mestrado). Porto Alegre: PPGL/PUCRS, 2014.

SWIDLER, Ann. Culture in Action: Symbols and Strategies. *American Sociological Review*, Chicago, v. 51, n. 2, p. 273-286, 1986.

TAVARES, Mauro Dillman. *Irmandades, Igreja, devoção no sul do império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2008

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

TORRESINI, Elisabeth W. Rochadel. Breve História da circulação de livros, das livrarias e editoras do Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). In BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo, Editora Unesp, 2010.

TREBITSCH, Michel. Correspondances d'intellectuels: le cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les Cahiers de L'IHTP: sociabilités intellectuelles*. Lieux, milieux, réseaux, Paris, n. 20, 1992.

TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Orgs.). *RS: economia e política*. 1ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos dos historiadores oitocentistas. *Revista História da historiografia*, n. 2, p. 12-28, 2009.

_____. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação (mestrado). Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2005.

UBERTI, Hermes Gilber. *A Benção que se Pede e a Benção que se Dá": Redes Sócio-Familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira - 1841-1914)*. Tese (doutorado). São Leopoldo, PPGH/Unisinos, 2011.

VALL, Xavier. Pompeu Gener, un positivista darwinista contrario al naturalismo zoliano. *Revista de Filología Románica*, Madrid, v. 25, p. 313-335, 2008.

VARELLA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. O Cyclo Farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1933. Tomo I.

_____. *Rio Grande do Sul: Descrição física, histórica e econômica*. Porto Alegre: Echenique & Irmãos/Livr. Universal, 1897.

VEDIA, Agustín. *Martín Garcia y la jurisdicción del Plata*. Buenos Aires: Imprenta y casa editora de Coni hermanos, 1908.

VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El Rei – aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970 [1964].

VENÂNCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VILLALTA, Luiz Carlos. Bibliotecas e práticas de leitura no Brasil Colonial. In: MATOSSO, Kátia Q. et al. (orgs.). *Naissance du Bresil Moderne, Actes du Colloque "Aux Temps Modernes: Naissance du Brésil"*. Paris, PUF, 1998.

_____; MORAIS, Christianni C. Posse de livros e bibliotecas privadas em Minas Gerais (1714-1874). In BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010

WITTER, Nikelen. Uma biblioteca no pampa: livros, leitura e leitores no Rio Grande do Sul do século XIX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*: São Paulo, julho 2011.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, 2008.

APÊNDICE A – AS IMAGENS DE ALCIDES

Imagem I – Fotografia de Alcides de Freitas Cruz exposta na sala dos professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Créditos: o autor.



Imagem II – Fotografia impressa no *Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul* do ano de 1917, por ocasião da nota biográfica em homenagem ao “Dr. Alcides Cruz”.

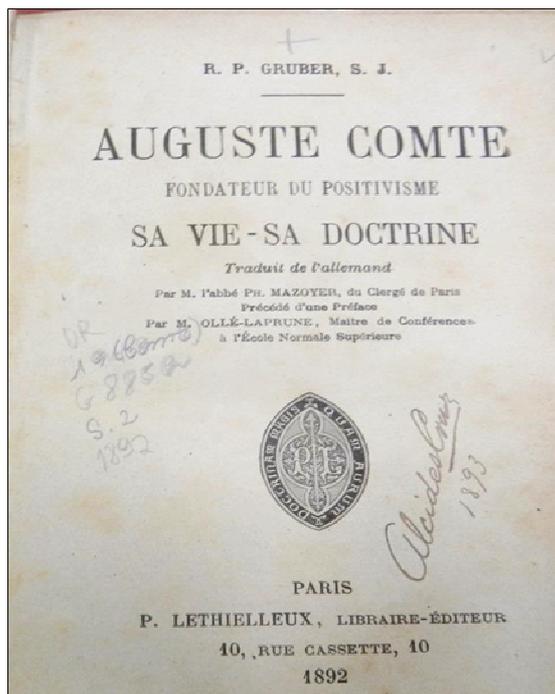


Imagem III – Folha de rosto da obra *Auguste Comte, fondateur du positivisme: sa vie – as doctrine*, de R. P. Gruber, S. J., com a assinatura de Alcides Cruz datada de 1893.

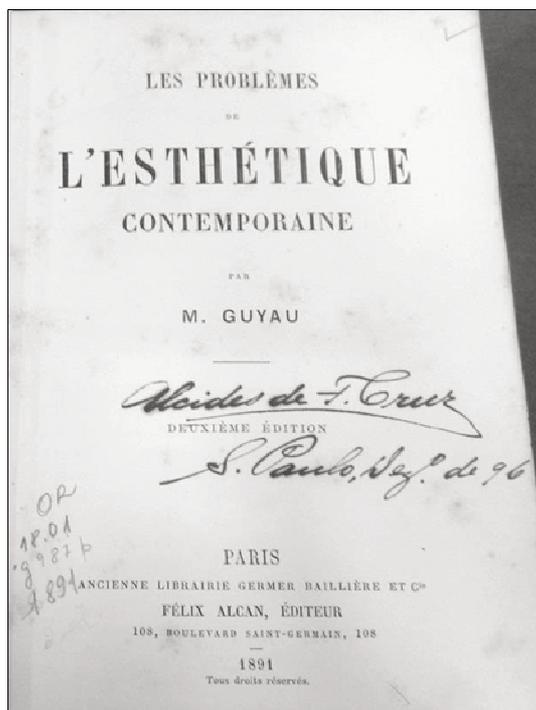


Imagem IV – Folha de Rosto da obra *Les Problèmes de l'Esthétique Contemporaine*, de Jean-Marie Guyau, com assinatura de Alcides Cruz datada de 1896.

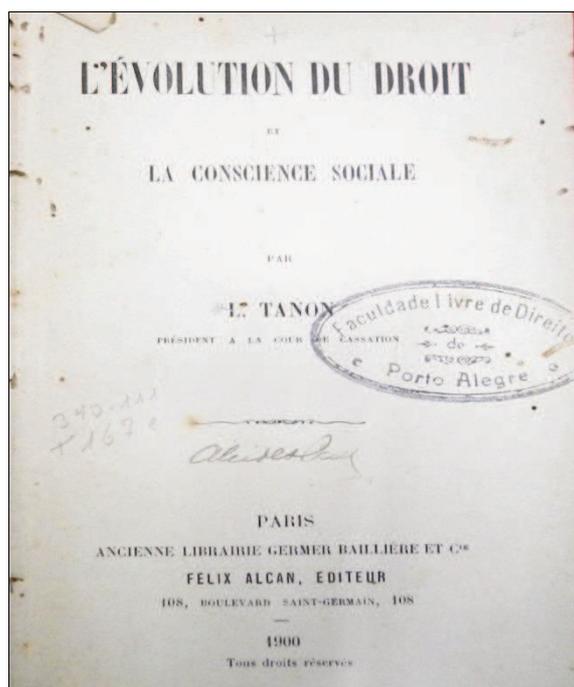
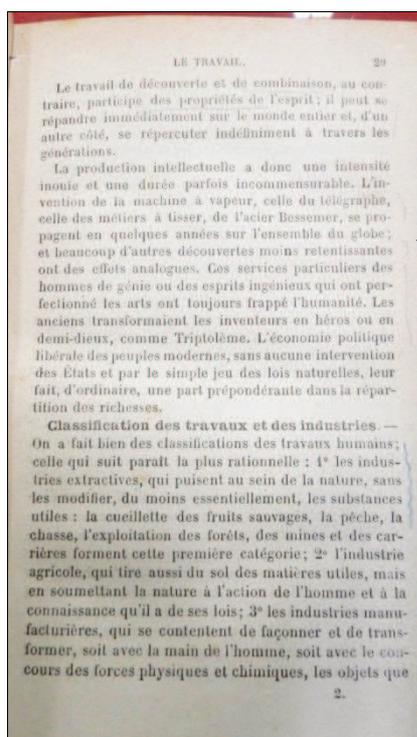
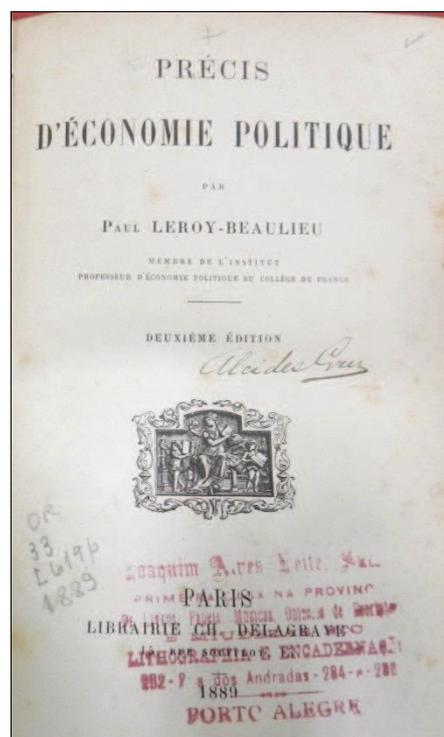


Imagem V – Folha de Rosto da obra *L'Évolution du Droit et la Conscience Sociale*, de Louis Tanon, com a assinatura de Alcides Cruz.



←
Padrão B –
Grafite cinza,
ponta fina;

←
Padrão A –
Grafite azul,
ponta média;

Imagens VI e VII – Folha de Rosto de *Précis d'Économie Politique*, de Paul Leroy-Beaulieu, com assinatura de Alcides Cruz; Página 29 da referida obra, na qual se pode observar mais de uma padrão de marcação indicativa de leitura.

APÊNDICE B – A ALCIDIANA¹

Ordem ²	Obras ³	Autores ⁴
1	<i>Revista de Portugal</i>	Eça de Queirós
2	<i>Gazeta do Fôro</i>	-
3	<i>São Paulo Judiciario</i>	-
4	<i>O Direito (Revista)</i>	-
5	<i>Derecho Administrativo</i>	Adolfo G. Posada
6	<i>Revista de Direito</i>	Antônio Bento de Faria
7	<i>Mannual de Direito Constitucional</i>	Léon Duguit
8	<i>Direito Administrativo</i>	F. Béarnard
9	<i>Représentation Proportionelle</i>	Géorges Lachapelle
10	<i>Les transformation du Droit Public</i>	Léon Duguit
11	<i>Le Droit Social</i>	Léon Duguit
12	<i>Droit Administratif</i>	Henry Berthélemy
13	<i>Sucessões</i>	Francisco P. Lacerda de Almeida
14	<i>Précis de Droit Administratif</i>	Maurice Hauriou
15	<i>Instituzioni di Diretto Amministrativo Italiano</i>	Enrico Presutti
16	<i>Psichiatria Forense</i>	E. Tauzi
17	<i>Philosophia do Direito</i>	A. Groppeli
18	<i>Derecho Administrativo</i>	Adolfo G. Posada
19	<i>Principles of the Administrative Law of U.S.</i>	Frank Johnson Goodnow
20	<i>Le Rôle du Pouvoir Executif dans les Républiques Modernes</i>	Joseph Barthélemy
21	<i>Principes de Droit Public</i>	Maurice Hauriou

¹ A lista de livros está integral e sumariamente elencada no processo de inventário de Cruz, cf. APERS – Provedoria de Porto Alegre, Inventário nº 46, ano: 1916, inventariado: Dr. Alcides de Freitas Cruz, Inventariante: Dona Severina Pereira Cruz. Optei aqui por não alterar a ordem em que foi escrita originalmente.

² Foi mantida a ordem original de inserções. Assim, ocorrerá a recorrência de alguns autores ao longo de toda a lista.

³ Os títulos das obras, quando necessário (para aproximar a área de conhecimento), foram complementados com seus subtítulos. Revistas e coleções, em sua maioria, não foram complementadas com o nome dos editores. Obras completas e compilações não possuem autoria no campo destinado para tal (ex.: “Obras de Camilo Castelo Branco”). As grafias foram mantidas conforme o original.

⁴ Os nomes dos autores foram corrigidos para a grafia atual e complementados com seus prenomes. Infelizmente nem todos os autores foram identificados, ficando alguns registros conforme o informado pelo escrivão quando do levantamento inventarial. Outros autores ficaram com seus nomes mais consagrados, e não com seu nome completo (ex.: “Eça de Queiroz”, e não “José Maria de Eça de Queiroz”). Eventualmente haverá uma interrogação ao lado do nome dos autores, indicando uma suposição baseada nas informações originais.

22	<i>Traité de Droit Constitutionnel</i>	Léon Duguit
23	<i>Instituzioni di Diretto Amministrativo</i>	Lorenzo Meucci
24	<i>Le Droit administrative allemand</i>	Otto Mayer
25	<i>Cours de Théorie Général du Droit</i>	Nikolai Mikhailovich Korkunov
26	<i>Principles of Constitutional Law</i>	Booby
27	<i>Wyman's Administrative Law</i>	Public Officers
28	<i>The American Republic</i>	James Woodburn
29	<i>Histoire Universelle</i>	E. Granger
30	<i>Administration of the United States</i>	John Archibald Fairlie
31	<i>La monnaie et le mecanisme de l'echange</i>	William Stanley Jevons
32	<i>Cours de Philosophie</i>	Eustaque Barbe
33	<i>Les Partis Politiques sous la III^e République</i>	Léon Jacques
34	<i>Physiologie de la Lecture et de l'Écriture</i>	Émile Javal
35	<i>Repertorio dos titulos e leis na Republica</i>	Tavares Bastos
36	<i>Divisões e demarcações de tapumes</i>	Levino Ferreira Lopes
37	<i>Historia de Portugal</i>	Levino Ferreira Lopes
38	<i>Les peintres illustres (Gustavo Mareau)</i>	-
39	<i>Diccionario geographico, historico e estatístico do R.G.S.</i>	Octavio de Faria
40	<i>Camillo Castello Branco</i>	Sergio de Castro
41	<i>Éléments du Droit Public e Administrative</i>	Gaston Jèze
42	<i>Revue du Droit Public e Science Politique</i>	Gaston Jèze e Max Boucard
43	<i>Obrigações (Doutrina e Pratica)</i>	Carvalho de Mendonça
44	<i>Direito Hypothecario</i>	Dídimo da Veiga
45	<i>Direito Civil</i>	Manuel A. Coelho da Rocha (?)
46	<i>Direito Civil</i>	Manuel Borges Carneiro (?)
47	<i>Digesto portuguez, ou, Tratado dos direitos e obrigações civis</i>	José Homem Corrêa Teles
48	<i>Questões de Direito Civil</i>	Rudolf Von Jhering
49	<i>A Posse</i>	Itagiba
50	<i>Psichologie Universelle</i>	Kouvalewsky
51	<i>Direitos de Familia</i>	Lafayette Rodrigues Pereira

52	<i>Instituições Orphanologicas</i>	Joaquim Inácio Ramalho
53	<i>Code civil allemand et loi d'introduction</i>	Octave Louis G. de Meulenaere
54	<i>Direito das Acções</i>	João Monteiro
55	<i>Direito das Cousas</i>	Lafayette Rodrigues Pereira
56	<i>Tratado de Testamentos</i>	Macedo Gomes
57	<i>Précis de Droit Civil</i>	Gabriel Baudry-Lacantinerie
58	<i>Droit Civil</i>	Marcel Ferdinand Planiol
59	<i>Voyage à Buenos Ayres et à Porto Alegre</i>	Arsène Isabelle
60	<i>Voyage au Rio Grande do Sul</i>	Auguste de Saint-Hilaire
61	<i>Guia de Casados</i>	Francisco Manoel de Melo
62	<i>Histoire d'un Voyage faite en la Terre du Brésil</i>	Jean de Lery
63	<i>Les villes d'Art Célébres: Tlemcen</i>	Georges Marçais
64	<i>The State of Ceará</i>	José F. Fontanelle
65	<i>South America</i>	H. Kosbel
66	<i>Simon Bolivar</i>	Francis Loraine Petre
67	<i>Estudos Brasileiros</i>	José Verissimo
68	<i>Vida Luiz A. de Lima e Silva</i>	Pe. Joaquim Pinto de Campos
69	<i>Santa Catharina</i>	Virgílio Várzea
70	<i>Embrechados</i>	Conde de Sabugosa
71	<i>Nullidade dos Actos Juridicos</i>	Martinho Garcez
72	<i>L'Homme Préhistorique</i>	John Lubbock
73	<i>A Hollanda</i>	Ramalho Ortigão
74	<i>O Rio de Janeiro</i>	Azevedo
75	<i>Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro</i>	-
76	<i>Revista da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro</i>	-
77	<i>Diccionario Historico e Geographico da Provincia de S. Pedro</i>	Domingos de Araujo e Silva
78	<i>Les Singularitez de la France Antarctique</i>	André Thévet
79	<i>Noticia Descritiva da Região Missioneira</i>	Evaristo de Castro
80	<i>Corographia Brazilica</i>	Manoel Aires de Casal

81	<i>Noticia Descritiva do R. Grande</i>	Nicolau Dreys
82	<i>Historia do Brazil</i>	Robert Southey
83	<i>Dominación Española en el Uruguay</i>	Francisco de Bauzá
84	<i>Historia da America</i>	Rocha Pitta
85	<i>Primeiro Reinado</i>	Luiz Francisco da Veiga
86	<i>Trois Ans de Guerre</i>	Christiaan Rudolf de Wet
87	<i>Ensayo de Historia Patria</i>	Hermano Damasceno
88	<i>Gobernantes del Uruguay</i>	Orestes Araújo
89	<i>Geographia Nacional</i>	Orestes Araújo
90	<i>The Paraguayan War</i>	George Thompson
91	<i>The Story of the Nations</i>	Stanley Lane-Poole
92	<i>Dicc. Geographico del uruguay</i>	Orestes Araújo
93	<i>La Guerre et L'Homme</i>	Paul Lacombe
94	<i>Glorias Argentinas</i>	Mariano A. Pelliza
95	<i>Historia de Portugal</i>	Joaquim Pedro de Oliveira Martins
96	<i>Martín García y la jurisdiccion del Plata</i>	Agustín de Vedia
97	<i>Consolidação das leis relativas ao juízo da Provedoria</i>	Joaquim Augusto Ferreira Alves
98	<i>Do contrato de Conta Corrente</i>	Paulo Maria de Lacerda
99	<i>Das letras, livranças e cheques</i>	José Ferreira Marnoco e Sousa
100	<i>Traité de Droit Commercial</i>	Edmond-Éugene Thaller
101	<i>Codigo Commercial Brasileiro</i>	Antônio Bento de Faria
102	<i>Diffamazione e Ingiuria</i>	Maggiorino Capello
103	<i>Tratado de Direito Penal</i>	Franz von Liszt
104	<i>Das Fallencias e dos meios preventivos de sua declaração</i>	José X. Carvalho de Mendonça
105	<i>Titulos ao Portador</i>	Inglez de Souza
106	<i>Controversias Juridicas</i>	Manuel A. Duarte de Azevedo
107	<i>Prolegomenos ao estudo do Direito Repressivo</i>	Ferdinando Puglia
108	<i>Aplicações do Direito</i>	João Monteiro
109	<i>Nova consolidação das leis civis vigentes em 11 de agosto de 1899</i>	Carlos A. de Carvalho
110	<i>Consolidação das Leis Civis</i>	Augusto Teixeira de Freitas
111	<i>Précis de Droit Commercial</i>	Paul Pradier-Fodéré

112	<i>Istituzione de Diritto Civile</i>	Emanuele Gianturco
113	<i>Scienza dell'Amministrazione</i>	Vittorio W. Cavagnari
114	<i>Diritto Commerciale</i>	David Supino
115	<i>Précis de Droit Criminel</i>	René Garraud
116	<i>Das Servidões de Caminho</i>	José Mendes
117	<i>Ordenações em Vigor</i>	João B.G.Cerne
118	<i>Rios e Aguas Correntes em suas relações jurídicas</i>	Manoel I. Carvalho de Mendonça
119	<i>La commizione dei Beni</i>	Luigi Paterno
120	<i>Direito Com. Maritimo</i>	José da Silva Costa
121	<i>Direito Administrativo</i>	Antônio Joaquim Ribas
122	<i>Direito Administrativo</i>	Francisco L. de C. S. Cunha Rego (?)
123	<i>A Luccta pelo Direito</i>	Rudolph Von Jhering
124	<i>Direito Administrativo Brasileiro</i>	Veiga Cabral
125	<i>Philosophia do Direito Privado</i>	Pietro Cogliolo
126	<i>Regimen Federativo e a republica brasileira</i>	Amaro Cavalcanti
127	<i>Scienza dell'Amministrazione</i>	Morec
128	<i>Introduction to Political Science</i>	James W. Garner
129	<i>A Constituição do Brazil</i>	A. Milton
130	<i>Mannual de Sciencia das Finanças</i>	João Pedro da Veiga Filho
131	<i>Mannual de Economia Política</i>	Vilfredo Pareto
132	<i>Diritto Amministrativo</i>	Oreste Ranelletti
133	<i>The United States Political History</i>	G. Smith
134	<i>Monographies de Droit Public</i>	Xenocrate Spíridon Combothecra
135	<i>Droit Admministratif</i>	Gaston Jèze
136	<i>Direito Administrativo</i>	Visconde do Uruguay
137	<i>Les Revenues de L'État</i>	Nicolaas G. Pierson
138	<i>Autonomia Municipal</i>	Frank J. Goodnow
139	<i>Estudo sobre o exame de Letra em Calligraphia</i>	V. Carli
140	<i>Droit Administratif</i>	M. F. Boeuf
141	<i>Les Principes du Contentieux Administratif</i>	René Jacquelin
142	<i>The Science of Politics</i>	Sheldon Amos
143	<i>A Vida do Direito</i>	Jean Curet
144	<i>O Direito Puro</i>	Edmond Picard
145	<i>Principii di scienza economica</i>	Ghino Valenti
146	<i>Scienze della Finanze</i>	Ricce Salerno

147	<i>Introduzione enciclopedica alle scienze giuridiche</i>	Biagio Brugi
148	<i>Principi di diritto costituzionale</i>	Vittorio E. Orlando
149	<i>Principi di diritto amministrativo</i>	Vittorio E. Orlando
150	<i>Principes d'Économie Politique</i>	Charles Gides
151	<i>Guida pratica nelle procedure giudiziarie e amministrative</i>	Luigi Gabbioli
152	<i>Codice della Giustizia Amministrativa</i>	Ranieri Porrini
153	<i>Economia Politica</i>	Vilfredo Pareto
154	<i>Istituzioni di Diritto Civile</i>	Biagio Brugi
155	<i>Diritto Amministrativo</i>	Santi Romano
156	<i>Philosophia del Diritto</i>	V. Silva
157	<i>Revista de Direito</i>	Antônio Bento de Faria
158	<i>Revista de Direito</i>	Antônio Bento de Faria
159	<i>Revista de Direito Jurisprudencia</i>	Roja Cabaglia
160	<i>Revista Juridica</i>	Silva Costa
161	<i>Revista Americana</i>	-
162	<i>Revista de Direito</i>	Antônio Bento de Faria
163	<i>Revista de Jurisprudencia</i>	Roja Gabaglia
164	<i>Revista do Fôro</i>	Alcides Cruz
165	<i>Revista Brasileira</i>	-
166	<i>Revue du Droit Public</i>	-
167	<i>Scienza dell'Amministrazione</i>	Errico Presutti
168	<i>Political Science Quarterly</i>	-
169	<i>Diccionario da Lingua Portugueza e Ingleza</i>	Michaelis
170	<i>A Prescrição em direito commercial civil</i>	Antônio de Almeida Oliveira
171	<i>La Science Sociale Contemporaine</i>	Alfred Fouillée
172	<i>Theoria Geral do Direito</i>	Clóvis Bevilacqua
173	<i>Primeiras linhas sobre o processo civil</i>	Joaquim José C. Pereira Souza
174	<i>Estudos de Direito Publico</i>	Augusto Olympio Viveiros de Castro
175	<i>Sciences des Finances</i>	Gaston Jèze
176	<i>Livro das Terras ou colleção da lei, regulamentos e ordens</i>	José M. Pereira de Vasconcellos
177	<i>Instit. di Diritto Commerciale</i>	David Supino
178	<i>Processos das Execuções Cíveis</i>	Tavares Bastos
179	<i>La Théorie de la personnalité morale et son application au droit français</i>	Léon Michoud

180	<i>Estudos de Direito Commercial</i>	José Francisco de Azevedo e Silva
181	<i>Compendio de Theoria e Pratica</i>	Paulo Baptista
182	<i>Praxe Brazileira</i>	Ignacio Ramalho
183	<i>Estudos de Direito</i>	Tobias Barreto
184	<i>Direito Administrativo Alemão</i>	Otto Mayer
185	<i>Arithmetica</i>	Bezout
186	<i>Principii di diritto internazionale pubblico e privato</i>	Giacomo Grasso
187	<i>Regimnto das Camaras Municipais</i>	João B. Cortines Laxe
188	<i>Cours de Droit Criminel</i>	Georges Vidal
189	<i>Le gouvernement dans la démocratie</i>	Émile L. Victor, barão de Laveleye
190	<i>Repertorio Juridico</i>	J. de Sá e Albuquerque
191	<i>Traité de Droit Commerciale</i>	Cossack
192	<i>Delle Garanzie della Legalità</i>	Pietro Bertolini
193	<i>Diretto Amministrativo e Costituzionale.</i>	Attilio Brunialti
194	<i>Dal Comune allo Stato</i>	Pietro Bertolini
195	<i>La loi et l'ordonnance dans les États qui ne connaissent pas la séparation des pouvoirs législatif et exécutif</i>	Sonia Olga Balachowsky-Petit
196	<i>Lo Stato per gli Individui</i>	Pietro Bertolini
197	<i>Codigo Penal Commentado</i>	João Vieira Araujo
198	<i>Codigo Penal do Brasil</i>	Antônio Bento de Faria
199	<i>Tratado de Sciencia de Administração</i>	Augusto O. Viveiros de Castro
200	<i>Obrigações – exposição systematica desta parte do direito civil pátrio</i>	Francisco de Paulo L. de Almeida
201	<i>Questões de Direito Penal</i>	Augusto O. Viveiros de Castro
202	<i>Contracto de Conta Corrente</i>	José da Silva Costa
203	<i>Diction. de la Administr. Française</i>	M. Black
204	<i>La rivendicazione nel diritto civile, commerciale e processuale</i>	Antônio Butera
205	<i>Direito do Estrangeiro no Brazil</i>	Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes
206	<i>Acções Possessorias</i>	A. Rezende
207	<i>Acções Possessorias</i>	Antônio Joaquim Ribas
208	<i>Principi di Medicine Legale</i>	Angiolo Fillipi
209	<i>Principi di Procedura Civile</i>	Lodovico Mortara
210	<i>Elementos de Direito Romano</i>	Ferdinand Mackeldey

211	<i>Seguros Maritimos e Terrestres</i>	José da Silva Costa
212	<i>Histoire des États-Unis</i>	Édouard René de Laboulaye Lefèvre
213	<i>Manual de Jurisprudencia Federal</i>	Octávio Kelly
214	<i>Commentarios à Constituição</i>	João Barbalho
215	<i>L'Actio Finium Regundorum</i>	G. Aprile
216	<i>Novo assessor forense</i>	Teixeira de Freitas
217	<i>Tratado das Excepções</i>	Lydio M. de Albuquerque
218	<i>Desapropriação por Utilidade Publica</i>	Solidônio Leite
219	<i>Istituzioni di diritto romano</i>	Silvio Perozzi
220	<i>Istituzioni di diritto romano</i>	Pietro Bonfante
221	<i>Commentarios ao Codigo do Processo Civil e Commercial do RS</i>	Ribeiro Dantas
222	<i>Decreto n. 2.110</i>	-
223	<i>Historia do Rio Grande do Sul</i>	Stella Dantas de Gusmão
224	<i>Jesuitas</i>	A. Andrei
225	<i>L'Asie Occidentale et l'Egypte</i>	Auguste Ott
226	<i>Manual da Acções Processorias</i>	Antônio Leite R. de Magalhães
227	<i>Contracto no Direito Civil Brasileiro</i>	Manuel I. Carvalho de Mendonça
228	<i>Das Doações</i>	Antônio d'Abranches Ferrão
229	<i>Direito Administrativo Brasileiro</i>	Alcides Cruz
230	<i>Municipalizzazione dei publici servigi</i>	Giovanni Montemartini
231	<i>A Reparação as victimas do delicto</i>	Rafael Garofalo
232	<i>Les Méthodes Juridiques</i>	Diversos
233	<i>Manuale delle Procedure Civile</i>	Lodovico Mortara
234	<i>Processo Criminal Brasileiro</i>	João Mendes
235	<i>Il Diritto Civile Italiano</i>	Pasquale Fiore
236	<i>Revista Historica</i>	-
237	<i>Revista Historica</i>	-
238	<i>Historia do General Osorio</i>	Fernando Luis Osório
239	<i>Diccionario de Historia della República Oriental del Uruguay</i>	Orestes Araújo
240	<i>Historia de la República Argentina</i>	Martín García Mérou
241	<i>Bosquejo Historico de la Republica del Uruguay</i>	Francisco A. Berra

242	<i>Apuentes para la Historia dell Uruguay</i>	Antônio Diodoro Pascual
243	<i>Historia del Uruguay</i>	Víctor Arreguine
244	<i>Epocas Militares de los Paises del Plata</i>	Eduardo Acevedo Diaz
245	<i>Annaes da Provincia de São Pedro</i>	José Feliciano Fernandes
246	<i>A Vida do Marquez de Barbacena</i>	Antônio Augusto de Aguiar
247	<i>Histoire de la Civilisation en Anglaterre</i>	Henry Thomas Buckle
248	<i>Praxe Forense - Directorio pratico do processo civil brasileiro</i>	Alberto A. de Moraes Carvalho
249	<i>Histoire Générale du IV Siècle à nos Jours</i>	Ernest Larisse et Alfred Rambaud
250	<i>IIº Periodo do Reinado de D.Pedro I</i>	João Manuel Pereira da Silva
251	<i>Secções de Philologia Portugueza</i>	Leite de Porciuncula
252	<i>Notices of Brazil in 1828 e 1829</i>	Robert Walsh
253	<i>Historia da Civilização Ibérica</i>	Joaquim P. de Oliveira Martins
254	<i>Centenario de Joseph de Anchieta</i>	Diversos
255	<i>Historia do Brazil</i>	John Armitage
256	<i>Quadro das Instituições Primitivas</i>	Joaquim P. de Oliveira Martins
257	<i>Le Portugal</i>	Diversos
258	<i>Revista do Instituto Historico</i>	-
259	<i>Beiträge zur Geschichte des Krieges zwischen Brasilien und Buenos-Ayres in den Jahren 1825., 26., 27., 28</i>	-
260	<i>A Descoberta do Brazil</i>	Faustino da Fonseca
261	<i>Manual de Historia del la Republica Oriental del Uruguay</i>	Santiago Bollo
262	<i>The New Calendar of Great Men</i>	Frederick Harrison
263	<i>Code Civil Annoté</i>	Edouard Fuzier-Hermann
264	<i>Revista do Instituto Historico Brasileiro</i>	-
265	<i>Manual do Direito Civil Portuguez</i>	Manoel Maria da S. Bruschy
266	<i>Instituição do Direito Civil Portuguez</i>	Guilherme Alves Moreira
267	<i>Novíssima Lei das Falencias</i>	João de Sá e Albuquerque
268	<i>Chacaras e Quintaes</i>	-

269	<i>Psychologie du Beau et de l'Art</i>	Mario Pilo
270	<i>As colónias portuguesas no século XIX</i>	Manuel Pinheiro Chagas
271	<i>Historia e Costumes</i>	Alexandre J. de Melo Morais Filho
272	<i>Le Positivisme - depuis Comte jusqu'a nos jours</i>	Hermann Gruber
273	<i>Auguste Comte, fondateur du positivisme - as vie e as doctrine</i>	Hermann Gruber
274	<i>Vocabulario Ortográfico e Rem. da Lingua Portuguesa</i>	Aniceto dos R. Gonçalves Viana (?)
275	<i>Direito Commercial</i>	Julio Pires
276	<i>L'Économie publique et la science des finances</i>	Guillaume de Greef
277	<i>Jurisprudence and theory of law</i>	John Salmond
278	<i>Essais sur le Gouvernement Populaire</i>	Henry Sumner Maine
279	<i>Interpretazione delle Leggi</i>	Emilio Caldara
280	<i>Execuções de Sentenças</i>	Leite Velloso
281	<i>O Fundamento dos Interditos Processorios</i>	Rudolf Von Jhering
282	<i>Theoria das Provas e sua aplicação aos actos civis</i>	Francisco Augusto das N. e Castro
283	<i>Manual de Appellações e Aggravos</i>	Antônio F. Trigo de Loureiro
284	<i>Nuovo Codice de Procedure Penale</i>	Tomásso Bruno
285	<i>Terras indivisas – ensaio theorico e pratico sobre o estado de divisão de terras</i>	Francisco de P. Lacerda de Almeida
286	<i>Juizos Divisorios</i>	Alberto C. de Menezes
287	<i>Diritto delle Pandette</i>	Bernhard Windscheid
288	<i>Diretto Privatto Francese Moderto (Part. Gener.)</i>	Creme
289	<i>Formulario</i>	Francisco Ferreira Camões
290	<i>A Constituição de 1891 e a Constituinte</i>	Henrique Coelho
291	<i>O Homem</i>	Aluísio Azevedo
292	<i>De la Souveraineté de Peuple et des principes du gouvernement republicain moderne</i>	Joseph L. Elzear Ortolan
293	<i>Compendio di Diritto Penale</i>	Vittorio Marchetti
294	<i>Elementi di Procedure Penale</i>	Luccherini
295	<i>Apontamentos sobre o processo Criminal brasileiro</i>	José A. Pimenta Bueno

296	<i>Sentenças e Decisões</i>	Augusto O. Viveiros de Castro
297	<i>Manual de Direito Hypothecario</i>	Antônio Cardoso de Gusmão
298	<i>Traité spécial de la division des champs dans tout les cas</i>	D. Puille
299	<i>Doutrina das Acções</i>	-
300	<i>Divisão e demarcação de terras particulares</i>	Rodrigo Otávio de Langgaard Meneses
301	<i>Codigo do Processo Civil e Commercial do Estado</i>	Francisco de Souza Ribeiro Dantas
302	<i>A lei nº 10</i>	-
303	<i>Demmarcação e divisão das Terras Particulares</i>	A.Ulfacher
304	<i>Tratado jurídico-prático da medição de Terras</i>	Antônio Joaquim de Macedo Soares
305	<i>La Comproprietà nel Diritto Italiano</i>	Ruggero Luzzatto
306	<i>Nozione di Diretto Industrialle</i>	U.Sipia
307	<i>Manual do Processo de Execução</i>	Eduardo J. da S. Carvalho
308	<i>Cosntituçione degli Stati Uniti del'America</i>	Giacomo Grasso
309	<i>Projecto de Codigo Civil</i>	Ruy Barboza
310	<i>As servidões reaes</i>	Dídimo Agapito da Veiga Junior
311	<i>Postillas de Pratica</i>	-
312	<i>Trigonometry</i>	Loch
313	<i>Poesias alemãs</i>	Bernardo Taveira Junior
314	<i>Theoria do Processo Civil e Com.</i>	João Monteiro
315	<i>Orpheus – a general history of religions</i>	Salomon Reinach
316	<i>Grammatica Historica da Lingua Portuguesa</i>	José Leite de Vasconcellos
317	<i>Grammatica Portugueza</i>	Julio Ribeiro
318	<i>Geographia Geral do Brazil</i>	Alfred W. Sellin
319	<i>Municipal Control of Public Utilities</i>	Oscar Lewis Pond
320	<i>Os Delictos contra a Honra da Mulher</i>	Francisco José Viveiros de Castro
321	<i>Estudos da Lingua Portuguesa</i>	Júlio Moreira
322	<i>A Ortographia no Brazil</i>	Antônio Cândido de Figueiredo
323	<i>A Critica na Litteratura</i>	Damasceno Vieira
324	<i>Novos Estudos da Lingua Portuguesa</i>	Mario Barreto

325	<i>Diccionario Grammatical</i>	Júlio Ribeiro
326	<i>Estudos da Lingua Portuguesa</i>	Júlio Moreira
327	<i>Grammatica Portugueza</i>	Teófilo Braga
328	<i>Grammatica Ingleza</i>	Frederico Fitzgerald
329	<i>Da Glottica em Portugal</i>	Manoel de Mello
330	<i>Dictionary for the Pocket</i>	J. Bellons
331	<i>Ensaio de Philosophia do Direito</i>	Silvio Romero
332	<i>As Raças Humanas</i>	M. Rodrigues
333	<i>Ethnographia Brasileira</i>	Silvio Romero
334	<i>Tom Jones</i>	Henry Fielding
335	<i>No Paiz da Arte</i>	Vicente Blasco Ibanez
336	<i>Précis d'Économie Politique et de morale</i>	Gustave de Molinari
337	<i>Le Nouveau Mysticisme</i>	Frédéric Paulhan
338	<i>Petit Manuel d'Économie Politique</i>	Maurice Block
339	<i>O Discipulo</i>	Paul Bourget
340	<i>Grammatica Portugueza</i>	Julio Ribeiro
341	<i>Grammatica Portugueza</i>	André Leão Puente
342	<i>Philosophia Elementar</i>	Joaquim Mendes dos Remédios
343	<i>Anciens et Modernes</i>	Paul de Saint-Victor
344	<i>Viagens a Sicillia, Malta e o Egypto</i>	Eduardo Prado
345	<i>O Direito</i>	-
346	<i>Senhora</i>	José de Alencar
347	<i>Encarnação</i>	José de Alencar
348	<i>La Petit Dorrit</i>	Charles Dickens
349	<i>Tribulations du Révérend A. Bartou</i>	George Eliot
350	<i>Silas Marnier</i>	George Eliot
351	<i>Guerra dos Mascates</i>	José de Alencar (Senio)
352	<i>Menina e Moça</i>	Bernardim Ribeiro
353	<i>Tactita Geral</i>	F. Maya
354	<i>Mosaico Brasileiro - Curiosidades</i>	Manuel Duarte Moreira de Azevedo
355	<i>Political Science Quarterly</i>	John Burgess (edit.)
356	<i>Revista Juridica</i>	Rodrigo Octávio L. Menezes et al.
357	<i>O Direito Judiciario Brasileiro</i>	João Mendes de Almeida Junior
358	<i>Germinal</i>	Émile Zola
359	<i>O Marquez de Niza</i>	Eduardo de Noronha
360	<i>Leis, Actos e Decretos</i>	-
361	<i>Reinado Tragico</i>	João Grave

362	<i>A Ilustre Casa de Ramires</i>	Eça de Queiroz
363	<i>O Problema da Collocação de Pronomes</i>	Antônio Cândido de Figueiredo
364	<i>Os Dictadores da America</i>	João Manuel Pereira da Silva (?)
365	<i>O Poder Legislativo e o Poder Executivo</i>	Henrique Coelho
366	<i>O Duque de Caxias – esboço de sua gloriosa vida</i>	Raymundo Pinto Seidl
367	<i>Cartas d'Inglaterra</i>	Eça de Queiroz
368	<i>Apostillas dos Diccionarios Portuguezes</i>	Aniceto Reis Gonçalves Viana
369	<i>A responsabilidade civil baseada no conceito de culpa</i>	José Gabriel Pinto Coelho
370	<i>Corso Moderno di Filosofia del Diritto</i>	Antônio Cavagnari
371	<i>O Rio Grande Industrial</i>	-
372	<i>Grammatica Portugueza</i>	Epiphanio Silva Dias
373	<i>Aprende a Lingua Vernacula</i>	Júlio Silva
374	<i>Le Maroc il y a Cent Ans?</i>	Albert Savine (?)
375	<i>Figuras de Hoje e de Hontem</i>	Júlio Dantas (?)
376	<i>Os Reis no exilio</i>	Alphonse Daudet
377	<i>Historia Popular do Rio Grande</i>	Alcides Lima
378	<i>Pérou et Bolivie. Récit de voyage suivi d'études archéologiques ...</i>	Charles Wiener
379	<i>Renascença</i>	-
380	<i>Ilustração Portugueza</i>	-
381	<i>Scènes de la Vie Cosmopolite</i>	Édouard Rod
382	<i>D. Pedro II – imperador do Brasil</i>	Benjamin Mossé
383	<i>Consultor Juridico ou Manuel de apontamentos</i>	José M. Pereira de Vasconcellos
384	<i>Handbuch der Geograp. Und Statistik</i>	Mappäus
385	<i>Magnum Lexicon Latinum et Lusitanum</i>	Emmanuelis Josphi Ferreira
386	<i>Subsídios para um Dicionário Completo Histórico-Etimológico da Língua Portuguesa</i>	Antônio Augusto Cortesão
387	<i>Souvenirs d'un officier de la Grande Armée</i>	Jean-Baptiste Barrès
388	<i>Notas para a Historia do Ceará</i>	Guilherme Studart
389	<i>Revista do Instituto Historico</i>	-
390	<i>A Obra</i>	Émile Zola

391	<i>Codigo Civil da Rep. Oriental del Uruguay</i>	-
392	<i>Os Filhos de D.João I</i>	Joaquim P. de Oliveira Martins
393	<i>A Vida de [Don] Alva</i>	Joaquim P. de Oliveira Martins
394	<i>Em Caserna</i>	Domingos Nascimento
395	<i>Política Economica Nacional</i>	Joaquim P. de Oliveira Martins
396	<i>Tratado de Direito Commercial Maritimo</i>	Eduardo Gomes Ferreira Velloso
397	<i>Revista de Direito Publico Francês</i>	-
398	<i>Othello</i>	Shakespeare
399	<i>Caso Moderno de Filosofia del Diritto</i>	Antônio Cavagnari
400	<i>O Missionario</i>	Luiz Dolzani
401	<i>O Bom Crioulo</i>	Adolpho Caminha
402	<i>Paradoxos</i>	Max Nordau
403	<i>Dictionaires des Littératures</i>	Gustave Vapereau
404	<i>Diccionario da Lingua Portugueza</i>	José de Lacerda
405	<i>Imperialismo - la civiltà industriale e le sue conquiste : studii inglesì</i>	Olinto Malagodi
406	<i>Paginas Recolhidas</i>	Machado de Assis
407	<i>Crime e Castigo</i>	Dostoievsky
408	<i>O Gaucho</i>	José de Alencar (Senio)
409	<i>Direito Commercial</i>	José X. Carvalho de Mendonça
410	<i>Diccionario da Lingua Portugueza</i>	Antônio Cândido de Figueiredo
411	<i>Kósmos</i>	-
412	<i>Nouveau Larouse Illustré</i>	-
413	<i>De l'Amitié</i>	Emile Faguet
414	<i>O Seminarista</i>	Bernardo de Guimarães
415	<i>Petit Dictionnaire Politique et Social</i>	Maurice Block
416	<i>Patria Portugueza</i>	Júlio Dantas
417	<i>As Theorias da Evolução</i>	Yves Delage & Marie Goldsmith
418	<i>Vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da Revolução de 1893</i>	Euclides B. Moura
419	<i>O Ventre de Paris</i>	Émile Zola
420	<i>Comparative Literature (The International Scientific Series)</i>	Hutcheson Macaulay Posnett

421	<i>Londres et ses Environs: manuel de Voyageur</i>	Karl Baedeker
422	<i>Belgique et Hollande: manuel de Voyageur</i>	Karl Baedeker
423	<i>Luziadas</i>	Camões
424	<i>Histoire Générale du IVe Siècle à nos Jours</i>	Ernest Lavisse & Alfred Rambaud
425	<i>O Regimen Presidencial</i>	Joaquim Luiz Osorio
426	<i>Philosophie de l'Art</i>	Hippolyte Taine
427	<i>A Lei das Execuções</i>	Antônio de Almeida Oliveira
428	<i>Commentario ao Codigo de Processo Civil Portuguez</i>	Eduardo Alves de Sá
429	<i>Delle Comunione dei Beni</i>	Marco Vitalevi
430	<i>Apollo – História general des arts plastiques</i>	Solomon Reinach
431	<i>De Lisboa ao Cairo</i>	V. de Benale Junior
432	<i>Doutrina das Acções</i>	Augusto Teixeira de Freitas
433	<i>Manual Pratico Judicial, Civil e Criminal</i>	Alexandre Caetano Gomes
434	<i>Processo Orphanologico</i>	José M F. de Souza Pinto (?)
435	<i>Processo Criminal</i>	José M F. de Souza Pinto (?)
436	<i>Economie Sociale</i>	L. Bosse
437	<i>Les Idées Morales des Temps Présent</i>	Édourad Rod
438	<i>Grammatica Allemã</i>	Manuel Said-Ali Ida
439	<i>Divisão de Terras</i>	Botelho
440	<i>Pratica dos Tombos</i>	Alberto Carlos de Menezes
441	<i>Business English</i>	Berlitz
442	<i>Feist Book</i>	Berlitz
443	<i>Historia do Brazil</i>	Antônio Alexandre Borges dos Reis
444	<i>Historia do Brazil</i>	José Inácio de Abreu Lima
445	<i>Miss Kate</i>	Tristão de A. Araripe Jr. (Cosme Velho)
446	<i>Le Fusain sans maître: traité pratique et complete sur l'étude du paysage au fusain</i>	Karl Robert
447	<i>Revista do Instituto Historico de São Paulo</i>	-

448	<i>Novissimos Estudos da Lingua Portuguesa</i>	Mário C. Branco Barreto
449	<i>La Cruzada Libertadora: recopilacion de datos y documentos</i>	Antônio Conte
450	<i>Diretto Civile Italiano</i>	Diversos
451	<i>Viagem na Hespanha</i>	Anselmo Andrade
452	<i>Della riparazione del danno</i>	Enrico Pessina
453	<i>Casamento e Divorcio</i>	Alberto Bramão
454	<i>Historia da Poesia Popular Portugueza</i>	Teófilo Braga
455	<i>L'Homme avant l'Histoire</i>	Debiesse
456	<i>Ensaio sobre as construcções cavais indígenas do Brazil</i>	Antônio Alves Câmara
457	<i>Arithmetica</i>	T.S.C
458	<i>La confédération helvétique : d'après saconstitution ou études d'économie sociales et politique</i>	L. Marsauche
459	<i>Arpentage Levé des Plans et nivellement</i>	F.J.
460	<i>Cartas de Lisbôa</i>	Carlos Malheiros Dias
461	<i>A Gira Portugueza</i>	Alberto Bessa
462	<i>Le Sentiment de la Nature chez les modernes</i>	Victor de Laprade
463	<i>Elementos de Anthropologia</i>	Joaquim P. de Oliveira Martins
464	<i>Historia dos Stuarts</i>	José M. Salles Ribeiro (trad. de A. Dumas)
465	<i>As Farpas</i>	Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz
466	<i>Os Navegantes do XVIII Seculo</i>	Júlio Verne
467	<i>A Corte de D. Pedro IV</i>	Alberto Pimentel
468	<i>Novo Diccionario Italiano-Portuguez</i>	Requeni e Lafayette
469	<i>Arithmetica</i>	Cambérousse
470	<i>Memorias de um Consul no Japão</i>	Manuel J. Ferreira da Cunha
471	<i>Nouveaux Portraits Parisien</i>	Marquês de Villemer
472	<i>Manual del Agricultor</i>	Godofredo Dairèux
473	<i>Apontamentos Juridicos</i>	Ignácio F. Silveira da Motta
474	<i>Nova Floresta</i>	Manuel Bernardes
475	<i>Historia e Bibliographia de la Imprenta em Montevideo (1810-1865)</i>	Dardo Estrada
476	<i>Geologia Elementar</i>	John C. Branner

477	<i>Dizionario Prático del Diretto Privato</i>	Diversos
478	<i>Anotações a Waldeck (?)</i>	Manuel M. da Silva Bruschy (?)
479	<i>Geographesh Statisches Welt-Lexicon</i>	E.Hetzzer
480	<i>Manuale di Diritto Civile Italiano</i>	Carlo Scotti (?)
481	<i>La Course à La Mort</i>	Édouard Rod
482	<i>Atar-Gull</i>	Eugène Sue
483	<i>Elogios academicos</i>	José M. Latino Coelho
484	<i>Historia Politica e Militar de Portugal</i>	José M. Latino Coelho
485	<i>Ultimas Paginas</i>	Eça de Queiroz
486	<i>Livro Posthumo</i>	Ezequiel Freire
487	<i>A Semana</i>	-
488	<i>Les Oeuvres et les Hommes</i>	Jules Barbey d'Aurevilly
489	<i>A Revolução Cisplatina</i>	Alfredo Varella
490	<i>Cours d'Arpantage</i>	D.Puille
491	<i>Traité de la Division des Champs</i>	D.Puille
492	<i>Monk : Chute de la république et rétablissement de la monarchie en Angleterre, en 1660.</i>	François Guizot
493	<i>Revista do Brazil</i>	-
494	<i>Diccionario Biographico Do Brazil</i>	-
495	<i>Supremacia intellectual da raça latina: resposta ás allegações germanicas</i>	Emmanuel Liais
496	<i>La Révolution Française</i>	Hippolyte Carnot
497	<i>History of United States</i>	George Bancroft
498	<i>America do Sul</i>	(Mappa)
499	<i>Giurisprudenza Italiana</i>	S. Manzoni
500	<i>Bento Gonçalves e Bento Manoel</i>	Alfredo Ferreira Rodrigues (?)
501	<i>Historia do Rio Grande do Sul – para o ensino cívico</i>	João Maia
502	<i>The American Political Science Review</i>	-
503	<i>Garibaldi nel Uruguay</i>	S. Peneda
504	<i>The American States Series</i>	Finley
505	<i>Rethoric and Composition</i>	Alexander Bain
506	<i>Vade mecum dos estudiosos da língua</i>	Antônio Cândido de Figueiredo
507	<i>À Travers Shakespeare</i>	Jean Richepin
508	<i>Relatorio do I Cong. Jurid. Braz.</i>	-
509	<i>A Belgica</i>	George W. Thompson Omond

510	<i>Espagne et Portugal</i>	M. Duvilafoy
511	<i>Les Secrets Professionel</i>	André Hallays
512	<i>Les caisses de conversion et la reforme monetaire en Argentine et au Brésil</i>	Lionel Masson-Forestier
513	<i>Diccionario Port.-Allemão e Allemão-Port.</i>	Arthur Enenkel
514	<i>Constituição Federal e Constituição dos Estados</i>	Paulo Domingues Vianna
515	<i>Narcoticos</i>	Camilo Castelo Branco
516	<i>Historia e Sentimentalismo</i>	Camilo Castelo Branco
517	<i>Molière</i>	Maurice Donnay
518	<i>Maria da Fonte</i>	Camilo Castelo Branco
519	<i>Volcões de Lama</i>	Camilo Castelo Branco
520	<i>Rivista de Diretto Civile</i>	-
521	<i>Diritto Reali</i>	Francesco Filomusi Guelfi
522	<i>Revista Lusitana</i>	-
523	<i>Les Régimens</i>	Grandmaison
524	<i>The Works of Shakespeare</i>	Shakespeare
525	<i>L'Irreparable</i>	Paul Bourget
526	<i>Le Portugal Il ya Cents Ans</i>	Albert Savine
527	<i>Stendhal</i>	Édouard Rod
528	<i>Robinson Crusóé</i>	Daniel Defoe
529	<i>Vida d'El Rei D. João VI</i>	Camilo Castelo Branco
530	<i>Inglez Commercial</i>	Helbling
531	<i>Les autres mondes sont-ils habites?</i>	Theóphile Moreux
532	<i>Do Poder Judiciario</i>	Pedro Lessa
533	<i>Diccionario Francez Portuguez</i>	Francisco Solano Constâncio (?)
534	<i>Sociologia e Esthetica</i>	G. Rose
535	<i>Pesquisas e Depoimentos</i>	Tobias Monteiro
536	<i>Os Gatos</i>	José V. Fialho de Almeida
537	<i>A Sciencia Moderna e seu estado atual</i>	Emile Picard
538	<i>Damas dos Tempos Idos</i>	Antônio V. de Melo (C. de Sabugosa)
539	<i>Silhouettes d'Outre-Manche</i>	Achille Jacques Bardoux
540	<i>En Lisant Molière</i>	Émile Faguet
541	<i>Camillo de Perfil</i>	Antônio Cabral
542	<i>Ao Ouvido de Mme. X</i>	Júlio Dantas

543	<i>Notas sobre o “Amor de Perdição”</i>	Alberto Pimentel
544	<i>Vocabulario Orthographico</i>	J. Vianna
545	<i>Formulas e Notas Therapeuticas</i>	J. Monteiro
546	<i>Histoire de la France Contemporaine</i>	Gabriel Hanotaux
547	<i>Historia da Colonia de Sacramento</i>	-
548	<i>Emigrazione Agricole al Brazile</i>	-
549	<i>Histoire d'Angleterre</i>	Thomas B. Macaulay
550	<i>Manual do Edificante, do proprietário e do inquilino</i>	João de Sá e Albuquerque
551	<i>Système de Politique Positive</i>	Auguste Comte
552	<i>Bohemia do Espirito</i>	Camilo Castelo Branco
553	<i>[Bames] General History</i>	J.D. Steele
554	<i>Elementos de Hijiene</i>	Afrânio Peixoto
555	<i>Diccionario da Antiga Lingua Portuguesa</i>	Henrique Brunswick
556	<i>La Geographie Physique</i>	Archibald Geikie
557	<i>Revista Americana</i>	-
558	<i>Revue Politique et Parlementaire</i>	-
559	<i>Formulario Civil, Criminal e Commercial</i>	José Manuel Alvares
560	<i>Corso de Codice Civile Italiano</i>	F.S. Branchi
561	<i>Da Fiança Criminal</i>	Manoel A. de Alencastro Autran
562	<i>Curso de Pratica do Processo</i>	Cândido de Oliveira Filho
563	<i>Revista do Instituto Historico de Sao Paulo</i>	-
564	<i>1815, Waterloo</i>	Henry Houssaye
565	<i>La Philosophie Positive de Augute Comte</i>	Harriet Martineau
566	<i>Origine de l'Homme et des Sociétés</i>	Clémence Royer
567	<i>La Vie et la Pensée – essai de conception experimentale</i>	Julien Pioger
568	<i>Almanacks de Gotha</i>	-
569	<i>L'Art au Point de Vue Sociologique</i>	Jean-Marie Guyau
570	<i>Les Problèmes de l'Éstetique Contemporaine</i>	Jean-Marie Guyau
571	<i>La Lutte des Races</i>	Ludwing Gumplowicz
572	<i>Codice Penale</i>	-
573	<i>Selecta Classica</i>	João Ribeiro
574	<i>La Mort et le Diable: histoire e philosophie des deux negatios supremes</i>	Pompeyo Gener

575	<i>O Direito</i>	-
576	<i>Grammatica Historica</i>	P.S.
577	<i>L'Homme selon le Transformisme</i>	Arthur Vianna de Lima
578	<i>Principes de Sociologie</i>	Franklin H. Giddings
579	<i>Théories Modernes sur L'Origine de la Famille – de la société e de l'état</i>	Adolfo Posada
580	<i>Les Émotios et la Volontes</i>	Alexander Bain
581	<i>Botanique et Géologie</i>	Paul Gervais
582	<i>La Psychologie Anglaise Contemporaine</i>	Théodule-Armand Ribot
583	<i>Dialogues Philosophiques</i>	Ernest Renan
584	<i>Revue du Droit Public</i>	-
585	<i>La Politique Radicale: etude sur les doctrines du parti radical et radical-socialiste</i>	Ferdinand Buisson
586	<i>A higher English Grammar</i>	Alexander Bain
587	<i>A Terra Goytacá à luz de documentos inéditos</i>	Alberto Lamego
588	<i>Consolidação das Leis Civis</i>	Osvaldo Vergara (?)
589	<i>O Romance do Romancista – vida de Camilo Castelo Branco</i>	Alberto Pimentel
590	<i>Assumptos do Rio Grande do Sul</i>	João Cezimbra Jacques
591	<i>Figuras d'ontem e d'hoje</i>	Júlio Dantas
592	<i>O Velho Commercio do Rio de Janeiro</i>	Ernesto Senna
593	<i>D.Luiz de Portugal</i>	Camillo Castelo Branco
594	<i>O Alfageme de Santarém</i>	Almeida Garret
595	<i>Notions Élémentaires de Sociologie</i>	Gaston Richard
596	<i>Salomé</i>	Oscar Wilde
597	<i>Livro de Exercicios da Lingua Allemã</i>	-
598	<i>Tapéra</i>	Alcides Maya
599	<i>Methodo Facil de fallar em Publico</i>	R. Chaud
600	<i>Memorias Inéditas da rainha D. Amelia</i>	Lucien Corpechot
601	<i>Helena</i>	Almeida Garrett
602	<i>Ilusões Perdidas</i>	Alberto Bramão
603	<i>Napoleão na Península Iberica</i>	Sebastião Blaze (?)
604	<i>Vocabuli Della Lingue Italiane e Francese</i>	C.Glaiotti

605	<i>Apontamentos Históricas, Geográficas, Biográficas, Estatísticas e Noticiosas da Província de São Paulo</i>	Manuel E. de Azevedo Marques
606	<i>Direito Administrativo Brasileiro</i>	Alcides Cruz
607	<i>Sonhos d'Ouro</i>	José de Alencar
608	<i>O Garatuja</i>	José de Alencar
609	<i>O Sertanejo</i>	José de Alencar
610	<i>Eurico</i>	Alexandre Herculano
611	<i>D.Francisco Manoel de Mello – esboço biographico</i>	Edgar Prestage
612	<i>Les Grands Symptomes Neurasthéniques</i>	Maurice de Fleury
613	<i>La Cité Antique</i>	T. Boulanger
614	<i>Historia Universal</i>	José N. Raposo Botelho
615	<i>A Pata da Gazella</i>	José de Alencar
615	<i>Litteraturas Malsanas</i>	Pompeyo Gener
617	<i>As Ruinas do Prata</i>	José de Alencar
618	<i>Historia da Litteratura Portugueza</i>	Joaquim Mendes dos Remedios
619	<i>A Campanha do Coronel Santos Filho</i>	Pedro de Carvalho
620	<i>The State of Pará</i>	-
621	<i>Geologia Elementar</i>	J. Bramer
622	<i>Harmonias Ephemeras</i>	Francisco A. Ferreira da Luz
623	<i>A Tempestade</i>	Shakespeare
624	<i>Os Dois Cavalheiros de Verona</i>	Shakespeare
625	<i>Hamlet</i>	Shakespeare
626	<i>Sonhos d'Uma Noite de S. João</i>	Shakespeare
627	<i>Timon de Athenas</i>	Shakespeare
628	<i>Pombos Correios</i>	Alberto de Oliveira
629	<i>Figures disparues - portraits contemporains, littéraires et politiques</i>	Éugene Spuller
630	<i>L'Europe (sans la France) - choix de lectures de géographie</i>	Lucien Lanier
631	<i>Macbeth</i>	Shakespeare
632	<i>Othelo</i>	Shakespeare
633	<i>Alegres Comadres de Windsor</i>	Shakespeare
634	<i>Rei Lear</i>	Shakespeare
635	<i>Julio Cesar</i>	Shakespeare

636	<i>Em Argentine: de Buenos Ayres au Gran Chaco</i>	Jules Huret
637	<i>La Séparation – discussion de la loi (1904-5)</i>	Aristides Briand
638	<i>L'oratore. saggio sperimentale illustrato da 87 incisioni</i>	Mario Luigi Patrizi
639	<i>O Fabordão</i>	João Ribeiro
640	<i>Saibam quantos</i>	Fialho d'Almeida
641	<i>À Margem da Historia</i>	Euclides da Cunha
642	<i>Contrastes e Confrontos</i>	Euclides da Cunha
643	<i>Como se adquire Energia: Psychogymnastica Geral e Phychogymnastica Especial</i>	W. Gebhardt
644	<i>Historia e Lenda de Ignez de Castro</i>	Faustino da Fonseca
645	<i>Scène de la Vie Maritime</i>	Basil Hall
646	<i>Para prolongar a Vida</i>	Maurice de Fleury (?)
647	<i>Revista d'Estudos Livres</i>	-
648	<i>Colecção das Leis e Resoluções</i>	-
649	<i>Terras Devolutas</i>	Gregório Mascarenhas
650	<i>Codigo das Relações Exteriores do Brazil</i>	Olinto Máximo de Magalhães
651	<i>L'ancien droit considéré dans ses rapports avec l'histoire de la société primitive et avec les idées modernes</i>	Henry Sumner Maine
652	<i>Historia do Brasil</i>	Luiz Maia
653	<i>America Latina</i>	Manuel de Oliveira Lima (?)
654	<i>D. Pedro e D. Ignez</i>	Antero de Figueiredo
655	<i>Jules Ferry</i>	Alfred Nicolas Rambaud
656	<i>Historia do Brazil</i>	João Ribeiro
657	<i>Esquisse d'une histoire de l'Économie Politique</i>	John Kells Ingram
658	<i>Manuel elementaire de Droit Administratif</i>	René Foignet
659	<i>O Assessor forense, ou, formulario de todas as acções conhecidas no foro brasileiro</i>	Carlos Antônio Cordeiro
660	<i>Ensaio de Philosophia do Direito</i>	José Mendes
661	<i>Figuras Litterarias nacionais e estrangeiras</i>	Antônio Cândido de Figueiredo
662	<i>Notas Contemporaneas</i>	Eça de Queiroz
663	<i>Entre Deux Présidences</i>	Frances Eliza Hodgson Burnett

664	<i>La Conversion de Jeanne</i>	George Eliot
665	<i>Adam Bede</i>	George Eliot
666	<i>Le Magasin d'Antiquités</i>	Charles Dickens
667	<i>Manual do Processo civil de ---</i>	Augusto O. Viveiros de Castro (?)
668	<i>Cours de Droit Public</i>	Gaston Jèze
669	<i>Festas Nacionaes</i>	Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes
670	<i>Annita Garibaldi</i>	João V. Leite de Castro
671	<i>Consultor de Empregados da Fazenda</i>	Carlos Antônio Cordeiro (?)
672	<i>Em Redor de um Grande Drama: subsidios para uma historia da sociedade portuguesa</i>	Carlos Malheiros Dias
673	<i>Eça de Queiroz</i>	Miguel Mello
674	<i>Historia diplomatica do Brazil - reconhecimento do Imperio</i>	Manuel de Oliveira Lima
675	<i>Noções de Direito Administrat.</i>	Alcides Cruz
676	<i>Critical and Historical Essays</i>	Thomas B. Macaulay
677	<i>Portugal</i>	S. Goodal
678	<i>Torquemada</i>	Victor Hugo
679	<i>Petit Dictionaire Français</i>	Rittier
680	<i>O Passado – história leve e fantasia</i>	João Grave
681	<i>Course analythique d'économie politique (?)</i>	Alfred Jourdan
682	<i>Apontamentos de Direito Financeiro</i>	José M. F. Pereira de Barros
683	<i>Noções de Direito</i>	L. de Freitas
684	<i>Précis d'Économie Politique</i>	Pierre P. Leroy-Beaulieu
685	<i>Les Évolutions de la Critique Française</i>	Ernest Tissot
686	<i>La Nueva Scuola Penale</i>	Alejandro Lioj
687	<i>Droit Constitutionel</i>	Beautimy
688	<i>Philosophie Positive</i>	De Blaquières
689	<i>L'Évolution du Droit et la conscience sociale</i>	Louis Tanon
690	<i>Quelques Écrivains Français</i>	Émile Hennequin
691	<i>Éssais de Critique</i>	Raoul Frary
692	<i>Iracema</i>	José de Alencar
693	<i>Étude de Critique Scientifique</i>	Émile Hennequin
694	<i>Obras de Camillo Camilo Castelo Branco</i>	-

695	<i>Parnaso Brasileiro</i>	João Manuel Pereira da Silva (?)
696	<i>Obras Poeticas de Cláudio Manuel da Costa</i>	Cláudio Manuel da Coisa
697	<i>Adolphe</i>	Benjamin Constant
698	<i>Estudos de Litteratura Contemporanea</i>	Silvio Romero
699	<i>Revista do Direito</i>	-
700	<i>Repertorio de Jurisprudencia</i>	-
701	<i>Archivo Judiciario</i>	-
702	<i>Revista da Academia de Letras</i>	-
703	<i>Guide et Formulaire de Thérapeutique Generale et Spéciale</i>	V. Herzen
704	<i>Legislação e Jurisprudencia do Brazil</i>	Cândido Mendes de Almeida
705	<i>Questões de Direito criminal e processual</i>	Virgílio de Sá Pereira
706	<i>Droit Administratif</i>	Gaston Jèze
707	<i>La Logique Judiciaire et l'art de juger</i>	Polydore Fabreguettes
708	<i>Revista Juridica</i>	-
709	<i>Diversas Obras</i>	-
710	<i>Mon Frère Yves</i>	Pierre Lotti
711	<i>Systema Financial do Brazil</i>	Cândido Baptista de Oliveira
712	<i>Au Soleil</i>	Guy de Maupassant
713	<i>Sainte Lyduvine of Schiedam</i>	Joris-Karl Huysmans
714	<i>O Bôbo</i>	Alexandre Herculano
715	<i>Marilia de Dirceu</i>	Tomás A. Gonzaga
716	<i>Cousas Diplomaticas</i>	Manuel de Oliveira Lima
717	<i>El Uruguay Internacional</i>	Luis Alberto de Herrera
718	<i>Versos</i>	Venceslau de Queiroz
719	<i>La Femme</i>	Jules Michelet
720	<i>Darwinism and other Essays</i>	John Fiske
721	<i>Edmond et Jules de Goncourtt</i>	-
722	<i>Diversas Obras</i>	(Litteratura)
723	<i>Histoire de la Littérature Anglais</i>	Hippolyte Taine
724	<i>Oeuvres</i>	Shakespeare
725	<i>Obras Diversas</i>	-
726	<i>O Mysticismo</i>	José de Souza Lisboa
727	<i>Dermatologia</i>	Lucien Jacquet

728	<i>Grammaire Française</i>	Auguste Brachet e Jean Dassouchet
729	<i>Estudos Praticos sobre a administração das províncias do Brazil</i>	Visconde do Uruguay
730	<i>Revoluções Cisplatinas</i>	Alfredo Varella
731	<i>O Brazil Mental – esboço crítico</i>	José Pereira de Sampaio (Bruno)
732	<i>Processos Criminaes</i>	Alfredo Pujol
733	<i>Contos Populares do Brazil</i>	Silvio Romero
734	<i>L'Économie Politique</i>	F.[T]evour
735	<i>Les Peuples de l'Asie et de l'Europe – notions d'ethnologie</i>	Julien Girarde de Rialle
736	<i>La Révolution française, résumé historique</i>	Hippolyte Carnot (?)
737	<i>Dry-farming - a system of agriculture for countries under a low rainfall</i>	John Andreas Widtsoe
738	<i>English composition and rhetoric</i>	Alexander Bain
739	<i>Les États Neurasthéniques – diagnostic et traitement</i>	André Riche
740	<i>Lois Scientifiques du Developpments des Nations: dans leurs rapports avec les principes de la selection naturelle et de l'hérédité</i>	Walter Bagehot
741	<i>Memorias de Garibaldi</i>	-
742	<i>Vida e obra do veneravel Roque Gonzales de Santa Cruz</i>	Carlos Teschauer
743	<i>Festas e Tradições</i>	Alexandre J. de Melo Moraes Filho
744	<i>Ressurreição</i>	Machado de Assis
745	<i>Principios geraes de direito constitucional dos Estados Unidos da América do Norte</i>	Thomas Cooley
746	<i>Folhetos Diversos</i>	-
747	<i>Margarida Nobre: A poesia do Século XIX.</i>	Emídio Dantas Barreto
748	<i>Almanacks</i>	-
749	<i>Regulamentos dos Correios do Imperio</i>	-